

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

Hélio Ázara de Oliveira

**O conceito marxiano de “capital como tal”:
Um estudo a partir do livro primeiro d’*O Capital***

Março/2012

Hélio Ázara de Oliveira

**O conceito marxiano de “capital como tal”:
Um estudo a partir do livro primeiro d’*O Capital***

Tese de doutorado apresentada ao Programa de pós-graduação em Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Doutor em Filosofia.

Orientação: *Prof. Dr. Fausto Castilho*

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 28 /03/2012

Março/2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

Az16c	<p>Ázara, H. O., 1977- O conceito marxiano de “capital como tal”: um estudo a partir do livro primeiro de O Capital / Hélio Ázara de Oliveira de. - - Campinas, SP : [s. n.], 2012.</p> <p>Orientador: Fausto Castilho. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>1. Marx, Karl, 1818-1883 – O Capital. 2. Dialética. 3. Teoria crítica. 4. Crítica marxista. I. Castilho, Fausto, 1929- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
-------	---

Informação para Biblioteca Digital

Título em Inglês: The Marxist concept of the “capital as such”: a study through the First Volume of The Capital (Das Kapital)

Palavras-chave em inglês:

Marx, Karl, 1818-1883 – The Capital
Dialectic
Critical theory
Marxist criticism

Área de concentração: Filosofia

Titulação: Doutor em Filosofia

Banca examinadora:

Fausto Castilho [Orientador]
Marcos Lutz Müller
Plínio de Arruda Sampaio Jr.
Silvio Rosa
Rodnei Nascimento

Data da defesa: 28-03-2012

Programa de Pós-Graduação: Filosofia



A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, em sessão pública realizada em 28 de março de 2012, considerou o candidato HÉLIO ÁZARA DE OLIVEIRA aprovado.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Prof. Dr. Fausto Castilho

Prof. Dr. Marcos Lutz Müller

Prof. Dr. Plínio de Arruda Sampaio Filho

Prof. Dr. Silvio Rosa Filho

Prof. Dr. Rodnei Antonio Nascimento

Onde se lê: Plinio Soares de Arruda Sampaio, leia-se: Plinio Soares de Arruda Sampaio Junior

Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz
Matr. 28292-3
Coordenador da Comissão de Pós-Graduação
IFCH/UNICAMP

2012/3607

Resumo

Esta tese procura reconstituir as categorias essenciais do “conceito marxiano de capital como tal”, entendido como o núcleo da crítica de Marx à Economia Política e à sociedade capitalista, a que esta ciência corresponde. Nessa reconstituição nosso fio condutor é o uso heurístico feito por Marx de operadores da *Lógica hegeliana*. Procuramos explicitar o modo como Marx se utiliza da *dialética da finitude*, que tem como operadores lógicos as noções de *limite* e *barreira*, para caracterizar a subjetividade do capital, uma subjetividade marcada pela *infinitude da vontade* de valor e mais-valor. Essa vontade infinita de valorização se constitui no traço característico do capital como tal, ou seja, o não reconhecimento de limites ou a transformação reiterada de seus próprios limites em barreiras e sua conseqüente superação. Procuramos mostrar em que consiste a afirmação do capital como *relação*, isto é, como o capital tem o poder de fixar e subordinar a si *o seu outro*, o trabalho assalariado. Buscamos explicitar ainda como o capital, seguindo seu impulso *sem limites* por mais-valor, irá revolucionar completa e incessantemente as bases técnicas e científicas da produção e com isto gerar o processo de *negação* do trabalho vivo pelo morto que caracteriza a *contradição-capital*.

Abstract

The thesis intends a reconstruction of the essential categories of the "marxian concept of capital as such", which is understood as a pivotal Marx's critique both the political economy and capitalist society in which this science is related. We aim to perceive the heuristic use done by Marx with the operators of the *hegelian logic*. We seek to demonstrate how Marx takes into account the Hegel's *dialectic theory of finitude* - which has as logic operators the notions of *limit* and *barriers* - to characterize the subjectivity of the capital, which is defined by the *infinitude of the will* of the value and surplus value. This will infinity of valorization is a fundamental feature of the capital as such. It does not recognize the limits of its own limits in barriers and your consequent overcoming. Furthermore we demonstrated what means the statement of the capital as a *relation*, this is, how it has the power to fix and subordinate itself and the others – the wage labor. Moreover we addressed how the capital following its momentum *without limits* from surplus value will increase both the structure of the technique and science production, engendering therefore the process of the denial of living labor by the dead labor which features the *contradiction-capital*.

Dedicatória

Para *Luciana*,
Luz na minha vida, labareda na minha carne, minha deusa.

Agradecimentos

Devo certamente agradecer ao CNPq, que financiou esta pesquisa desde suas etapas prévias. À Universidade Estadual de Campinas e mais precisamente ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas pela estrutura de excelência que possibilitou esta pesquisa. As formalidades se encerram por aqui. Todos os demais agradecimentos são sinceros.

Ao professor Fausto Castilho agradeço sobretudo pelo exemplo de pesquisador rigoroso e apaixonado. Sua presença de professor e filósofo me acompanhou do primeiro [um inesquecível curso de Descartes ministrado a uma turma de ingressantes em 2001] ao último dia como aluno desta universidade.

Agradeço ao professor Marcos Müller, de quem acompanhei inúmeros cursos e que, mesmo sem o fazer formalmente, sempre me orientou ou me indicou caminhos a percorrer. Sua influência sobre minha formação não pode ser mensurada.

Agradeço ao Luis Orlandi, que me provou ser possível filosofar sorrindo!

Ao Plínio de Arruda Sampaio Jr, amigo e camarada, pela leitura atenta, pela divergência fraternal e pela atenção com a qual sempre me tratou. Mas agradeço sobretudo pelo abraço camarada. Não será esquecido.

Agradeço ao Jorge Luis Grespan, pelo incentivo no momento mais difícil [qualificação] e por ter me influenciado diretamente através de sua tese, já um clássico. Ao Silvio Rosa e ao Rodnei Nascimento pelas leituras eruditas e críticas de minha tese e pelos novos rumos que me sugeriram na defesa.

Agradeço a todos os professores que participaram de minha formação, em especial ao Osmyr Gabbi Jr, pelos inúmeros cursos sobre Kant e sobre os fundamentos [problemáticos, no mínimo] da psicanálise. Ao Lucas Angioni, que muito me ajudou na graduação e me ensinou o caminho das bolsas, a começar pela “bolsa trabalho”. Ao camarada Hector Benoit, pelo breve momento de trabalho conjunto. Só as boas lembranças vão restar! Ao Arley Moreno, que me defendeu no momento crítico [greve de 2007] e arrancou uma anistia junto aos burocratas.

A todos os funcionários do IFCH e em especial o Rogério, pelo incentivo e pela presença; à Maria Rita e à Sônia, pela paciência. Ao Beneti, seu Geraldino, Mário [bigode] e Maria Dutra, pela amizade que extrapola o trabalho.

Agradeço aos amigos, que são tantos que neste momento temo ser injusto ou esquecer a todos os que ouviram, debateram, estranharam as teses ensaiadas e testadas em sua plausibilidade em rodas de capoeira ou de samba, beiradas de campos de várzea, mesas de bar.

Aos malandros de sempre: Luis (Lui'Zerah), Edson Adriano, Mateus Ricardo, Alexis Rosim, Newton Perón, Mário Bigode, Pablo Robles, Rafael Testa, Amilcar, DJ Lucas Barata e todos os amigos restantes da turma de 2001. Aos amigos de “vidas passadas”: Junior Ázara, Ricardo Borges, Alexandre Slad, Wellington, Antonio Patativa, Edson Ázara, Aparecido Maglio, Marcos Inhauser, José Geraldo Grillo, Juliano Panza, Rogério Cattaneo e Jeferson [do ICTUS]. Agradeço as pessoas ao lado de quem militei, em especial Antonio David, Gilberto Braga, Felipe da PUC, Hélio da Unesp, Willian Lopes, Joice Durello, Carla Cristina, José Junior, Orestes Toledo, Bruno Franklin, José e João Galvão, Rafael (conterrâneo), Felipe Honório de Araújo.

Agradeço aos amigos que foram se agregando enquanto a balsa navegava e se constituía, à Daniele Motta (Bixcoito), Fran Hirata, Nara Roberta, Fê Furtado e Vera Ceccarello, Débora Lima [mineirinha] e Mari-Teca Rugeri. Um agradecimento difuso, porém verdadeiro, a todas as mulheres do FUTECAS, que me ensinaram tanto sobre o universo misterioso das mulheres, e me serviram de prova de que a subjetividade humana é infinita, e deixada-a-si, vai como pipa sem linha... até o infinito! À Jùlia Gomes, Rogério Basali, Luciene Torino, Alexandre Guimarães, Marcos Seneda, Emanuel Nakamura, Daniele Vieira, Bruno Rubiati, Anita Silveira, Ana e João Campinho, Juca e Lucíola. Maria Emília e Marcos (barba). Aos novos agregados da malandragem, ao Bryan Felix e Zuzi, ao Rafael Yasuda, Paulo Ferreira, João cabelo e Osmar. Agradeço à Kátcha e a Maria Juana, pela presença marcante e pelo refrigério de minh'alma.

A toda minha família, que distante me acompanhou: Seu Osvaldo e D^a Maria, por todo sacrifício que suportaram para que eu pudesse ter a chance de estudar [às vezes me sinto realizando os sonhos de meu pai...], ao Walter, Aninha e Débora o meu beijo! Ao Chico e à Maria, agradeço pela presença, pela paz e por me fazerem sentir-me amado. À Luciana, pela presença marcante, pela leitura crítica e pelo carinho e amor devotado. Por fim uma nota explicativa sobre a última de minhas “*Reflexões à guisa de conclusão*”, que se encerram por uma exclamação, exterior ao texto, que vem de fora, de um outro lugar que não o domínio teórico, ela vem, talvez, de um bastidor, de onde meu primo Luis Ázara, cuja vida foi ceifada pelo estado do capital, celebra comigo este momento, como quem exclama “do lado de lá”: “*é nós*”[sic]. Jamais será esquecido.

Epígrafe

“Mais fortes são os poderes do povo!”¹

¹ Últimas palavras do *Capitão Corisco* [na versão de Glauber Rocha do Mito].

SUMÁRIO

Lista de abreviações.....	11
Nota introdutória.....	13

Capítulo 1 – Duas palavras sobre Circulação simples

Seção I – Circulação Simples: Método e História.....	23
1. Prólogo ao Livro III de <i>O Capital</i>	25
1.2. Complemento ao prólogo.....	29
2. Rosa Luxemburgo e Ernest Mandel ou “a busca pelo Concreto”....	31
3. Marx e o Método da Economia Política.....	34
Seção II - Começo e Crítica.....	38
Introdução.....	38
1. Na superfície a trindade: Propriedade, Liberdade e Igualdade.....	41
2. Circulação Simples: <i>aparência necessária e real</i> do sistema do capital.....	47
2.1. Circulação Simples - Sistema de aparências.....	48
3. Circulação Simples: <i>uma reconstrução</i> da Economia Política.....	51

Capítulo 2 – A Constituição do Capital como Sujeito

1. O sujeito-capital.....	59
2. A relação-capital.....	63
3. Pequena digressão sobre as noções de <i>Limite</i> e <i>Barreira</i>	76

Capítulo 3 – As Barreiras da Jornada de Trabalho

1. As Barreiras da Jornada de Trabalho.....	81
1.1 Mais-Valor Absoluto.....	81
2. A Jornada de Trabalho.....	86
3. Subsunção Formal do Trabalho sob o Capital.....	93

Capítulo 4 - O Desenvolvimento das Forças Produtivas como Limite

1. Mais-valor relativo.....	99
2. Métodos Particulares de extração do Mais-valor relativo.....	101

2.1. Cooperação e capitalismo: ou como o capital faz convergir para si as forças produtivas do trabalho social.....	101
2.2. Divisão do trabalho e manufatura de tipo capitalista.....	106
2.3. Maquinaria e Grande Indústria ou a Fábrica Capitalista como vampiro de metal.....	108
2.3.1. Fábrica e vampirismo.....	116
2.3.2. Máquina X Trabalhador.....	117
3. Intensificação do trabalho - Subsunção Real do Trabalho sob o capital.....	118
3.1. Intensificação.....	118
3.2. Subsunção real do trabalho sob o capital.....	121

Capítulo 5 – População como *condição* e como *limite interno ao capital*

1. População, Superpopulação e Pauperismo.....	125
2. A população trabalhadora como <i>condição</i> do capital como tal.....	129
2. 1. O consumo como fio invisível que ata o trabalho à relação capital.....	134
3. A população como <i>Limite</i> interno ao capital.....	138
3. 1. Ação das <i>forças de atração e repulsão</i> do capital.....	140
4. Formulação da <i>lei geral da acumulação capitalista</i>	149

Capítulo 6 – Resultados da Subsunção Real do trabalho sob o Capital ou, saindo do labirinto do conceito

1. Transição.....	155
2. Superação reiterada de Limites como fio condutor para a Lei de Tendência.....	158
2.1. Queda da Taxa de Lucro.....	162
2.1.1. Tendência, Necessidade, Contratendências.....	168
2.1.2. Causas contra-atuantes.....	169
3. A relação-capital como <i>ameaça</i> e como <i>barreira</i> ao sistema capitalista.....	172
3.1. Sobre ciclos e espirais.....	179

Reflexões à guisa de conclusão.....185

Bibliografia Consultada.....201

Lista de abreviações

- C** *O Capital*
- CI** *Capítulo VI Inédito de O Capital*
- G** *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie*
- K** *Das Kapital*
- P.C** *Para a Crítica da Economia Política*
- SPL** *Salário, Preço e Lucro*
- W.L** *Wissenschaft der Logik*

Nota introdutória

O presente estudo se assenta sobre a base de uma pesquisa prévia a respeito da circulação simples². Esta esfera abstrata e formal da sociabilidade capitalista foi então caracterizada como *epiderme* de um organismo vivo e contraditório, o capital como tal, que apenas agora podemos estudar no seu traçado fundamental. Ao estudarmos a primeira seção de *O Capital* já se fazia imperiosa a tarefa de reconstruir o contexto filosófico imediatamente anterior a Marx para que se pudesse entender as razões que o levaram a tipificar esta esfera da sociabilidade capitalista como *aparência real*. Tal tarefa nos facultou a oportunidade de estudar a recepção crítica por parte de Marx do debate moderno acerca da doutrina da aparência. Marx a entende como dimensão [abstrata] da essência, diferenciando-a da mera ilusão, da pura aparência e do engano subjetivo dos sentidos, antes a demonstra como dimensão real, embora invertida, da essência da sociabilidade presidida pelo capital. Para estruturarmos nosso estudo prévio foi necessário um recurso, ainda abstrato, ao tema da “*Conversão da lei de apropriação baseada na circulação simples em lei de apropriação tipicamente capitalista*”, a fim de ter presente a *relação de fato* frente a qual a circulação simples é uma aparência. Dito de modo sumário: faltava-nos conceituar a *essência* capitalista.

Da temática da circulação simples restaram dois eixos para os quais não pudemos dar um tratamento aprofundado na dissertação de mestrado. É sobre estes temas que trata nosso primeiro capítulo, que está dividido em duas seções. A primeira seção tem como *objeto* o problema da *referência histórica das categorias*, ou da questão de saber a que momento histórico *se referem* as categorias pelas quais *deve começar* a Crítica da Economia Política. Em outros termos, trata-se de saber se as mesmas se referem ao pré-capitalismo ou se tais categorias são todas referentes ao capitalismo. Na segunda seção do primeiro capítulo, por assim dizer, nos ocupamos ainda do *sentido geral* da teoria da circulação simples, entendendo-a como *reconstituição imanente e crítica* do núcleo veritativo da ciência social capitalista, a Economia Política, que descreve a “anatomia da

² Cf. Ázara, *A circulação simples como epiderme da experiência capitalista*.

sociedade burguesa” e que devido a isso marca *o ponto de onde se deve* partir para o entendimento e a crítica a esta sociedade. Nosso primeiro capítulo, portanto, orbita o eixo temático ainda da circulação simples ou, dito de outro modo, permanece sob a esfera da sociabilidade burguesa moderna que a princípio *aparece*.

Dizer que algo é uma aparência implica diretamente na determinação precisa do ente que por este algo aparece. Foi preciso determinar o que Marx entenderia como sendo o *núcleo essencial* da sociedade dominada pela lógica de valorização do capital. Tal tarefa, que procuramos enfrentar a partir do capítulo segundo do presente estudo, nos colocou diante da necessidade de reconstruir no seu traçado fundamental o conceito marxiano de capital. Embora a obra de Marx diga respeito e faça convergir para si uma diversidade de saberes, econômico, político, sociológico, etc., o interesse de Marx não nos parece residir sobre o aprofundamento específico de cada um destes saberes, antes, procura integrá-los em uma estrutura conceitual abrangente e que lhe permita por meio deste conceito fazer seu diagnóstico da época moderna. Assim entendido, o conceito marxiano de capital é a *contrafigura abstrata* da sociedade capitalista, residindo nele o núcleo da crítica de Marx à sociedade burguesa e à sua “ciência”.

Movemo-nos, então, na direção do núcleo da crítica de Marx à sociabilidade capitalista. Núcleo abstrato – é preciso que se diga – pois como enfatiza Rosdolsky, o tema do Livro I de *O Capital* é, de fato, “o capital como tal, ou o “capital em geral”, em oposição aos “capitais reais” empiricamente existentes (Rosdolsky, 2001, pp. 49-57). Como nos informa o próprio Marx, no fragmento intitulado *Método da Economia Política*, a pesquisa segue o postulado metodológico de ascensão do abstrato ao concreto, e nesta medida se torna plausível a opção de começar pelo “capital como tal” pois nele se inscreve as leis essenciais que regulam o movimento de cada capital real, e capta o que se deve considerar “o especificamente capitalista” na organização da vida e da sociedade, em oposição a outros modos de vida e produção. Assim, o conceito de “capital como tal”, de “capital em geral” é uma abstração, mas uma *abstração real*, na medida em que as determinações subsequentes que compõem os capitais reais seguem e aprofundam as mesmas tendências descortinadas por meio da análise do conceito abstrato de capital.

O conceito de capital, embora seja o “compêndio das determinações” (G, p. 217) que caracterizam o que é o capital ele mesmo, não pode ser confundido com a “realidade

efetiva” dos capitais reais existentes³, que, além das determinações constitutivas do capital como tal, exprimem também e igualmente as especificidades de sua composição, a história de formação histórico-social na qual se insere etc. As determinações essenciais do conceito em sua pureza são ofuscadas pelo seu entrelaçamento com determinações contingentes, e, mesmo em nações de capitalismo plenamente desenvolvido, não aparecem em sua pureza conceitual, antes cada capital real existente expressa, além das determinações deste núcleo do qual o conceito de capital se constitui como sua contrafigura abstrata, as determinações oriundas de sua própria história de formação; o grau em que já se encontram estabelecidas as relações de tipo capitalista em um determinado mercado; as determinações específicas de sua composição; a concorrência inter-capitalista, etc., isto é, embora tratemos do conceito em um nível elevado de abstração e pureza, não obstante a isso, todas as relações mais desenvolvidas e que expressam as especificidades reais de cada capital devem ser “consideradas como desenvolvimentos deste germe” (G, 217) conceitual. Todos os capitais, portanto, na medida mesma em que são capital, têm seus movimentos presididos pelas determinações do capital como tal, sendo portanto abstraídas suas especificidades contingentes, redutíveis em última instância aos movimentos essenciais do capital em geral. Quanto mais estiver desenvolvida a produção capitalista, quanto mais estiver estabelecido o mercado mundial⁴, tanto mais a lógica da valorização ilimitada do valor se estabelecerá como *poder* que domina toda a sociedade. Nesta medida o núcleo da apreensão marxiana da sociedade capitalista moderna corresponde a este “germe” que é o conceito de capital como tal. “Germe” este que para que se desenvolva como análise do presente histórico deve se fazer acompanhar de elementos de análise histórica, política, econômica e social, formando um diagnóstico do presente histórico que aponte as possibilidades de transformação radical deste presente.

Como não se trata de “puras determinações conceituais” e “nem da dialética destes conceitos” (G, p. 69), mas, antes, de um *diagnóstico de época* que tem seu “paradigma de inteligibilidade” (Müller, 1982, p.41) ancorado em uma teoria da história dos modos de produção em seu desenvolvimento progressivo e que identifica no modo de produção

³ “Na teoria pressupõe-se que as leis do modo de produção capitalista se desenvolvem de maneira pura. Na realidade efetiva existe apenas a aproximação; mas esta aproximação é tanto maior quanto mais desenvolvido está o modo de produção capitalista e quanto mais estiver eliminado o seu entrelaçamento e sua contaminação com restos de situações econômicas anteriores” (K, III, p.184).

⁴ Quanto mais modalidades do trabalho se encontrem *subsumidas formal e realmente sob* à lógica do capital.

capitalista a “última figura servil assumida pela atividade humana, a do trabalho assalariado”, e que, por fim, vê na solução revolucionária a forma de se superar o *limite* que o capitalismo se constitui para a efetivação da *liberdade* humana. “Daí que com essa formação social se encerre a pré-história da sociedade humana” (P.C., p. 53).

É por isso que Marx diz nos *Grundrisse* que no conceito simples de capital devem estar presentes tanto as suas tendências civilizatórias quanto, de maneira latente, as contradições que dele decorrem (G, p. 317). É como unidade opositiva entre tendências civilizatórias e destrutivas que Marx estrutura o núcleo de sua crítica da modernidade capitalista. Insistimos no fato de residir no conceito abstrato de capital o diagnóstico que Marx faz da sua época, sublinhando os aspectos civilizatórios da modernidade e do progresso material capitalista, da libertação da dominação direta, das formas da servidão, da criação do mercado mundial, do uso das forças da natureza e do conhecimento científico na produção e de todos os avanços do capitalismo frente aos modos precedentes da produção, mas o faz sem esquecer e esconder *a face sombria* desta relação histórica e social de produção que se expressa na mais radical *oposição* entre as condições de produção e as potências vivas do trabalho, da destruição das solidariedades tradicionais, em parte destruídas, em parte substituídas pela *possibilidade* da integração de todos no mercado mundial, da crescente subjetivação do trabalho, da subordinação de toda a produção ao processo de valorização e da instabilidade que marca a classe que vive do trabalho em cada fase destrutiva do ciclo de vida do capital. Ambas as dimensões formam a *figura bifronte* do capital, portador de tendências civilizatórias, por um lado, e tendências destrutivas, de outro.

Marx expõe por meio de seu conceito de capital, ou mais precisamente, permite por meio da exposição⁵ que as determinações racionais imanentes ao capital sejam apresentadas

⁵ O conceito de “método de exposição”, como ensina Marcos Müller, guarda, em Marx, claras “reminiscências do conceito hegeliano de Exposição” (Müller, 1982, p.20) embora não seja redutível a este. Dialética é, em Marx, antes de tudo *método de exposição e crítica* da Economia Política. Para um esclarecimento da dialética marxiana como método de exposição, bem como de suas “reminiscências” hegelianas e de suas especificidades no uso de Marx, remetemos o leitor ao artigo já clássico do professor Marcos Müller. Neste podemos perceber as diferenças impostas ao método pela recusa do *elemento especulativo* da dialética. Parte deste debate também aparece conceituado em *A dialética do avesso*, 2002. Dentre os três movimentos próprios do elemento Lógico tal como expostos no *Conceito mais preciso e divisão da Lógica* (§ 79-83 da *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*, Tomo I – *A Ciência da Lógica*), Marx se apropriaria tão somente dos dois primeiros movimentos, a saber, do primeiro que consiste no *momento do entendimento*, que apreende e entende positivamente o objeto, e do segundo movimento, o propriamente *dialético ou negativamente racional*, que *suspende* as determinações fixadas pelo entendimento e as faz, por

como tendo na *contradição nuclear* entre capital e trabalho seu fundamento. As demais relações em que se insere o capital devem ser desenvolvidas tendo tal núcleo como base (G, p. 217). Certamente que em períodos diferentes da história de vida do capital, períodos a que os economistas dão o nome de capitalismo concorrencial, monopolista, etc., nestes períodos, mesmo com grandes alterações nos processos de produção e valorização, o núcleo da análise que se inspire nas obras de maturidade de Marx deve seguir sendo a contradição essencial que preside o sistema. Mais ainda, são os movimentos presididos por esta contradição, a busca incessante por valorização e a revolução permanente das bases técnicas e científicas da produção, aqueles que determinam os patamares sempre renovados da produção e valorização. Dito de modo sumário: é a busca incessante do capital por tornar seus *limites em barreiras* que o faz necessariamente um organismo mutante.

A *face* civilizatória do capital, tanto mais nítida na medida em que é posta em contraste com as formas de produção que precedem o capitalismo e que, para Marx, em sua dissolução conduzem ao capitalismo como a “última figura servil” assumida pelo trabalho. O aspecto civilizatório do capital se mostra na integração de todos os povos ao mercado mundial (G, p. 311; 317-8) e que causou o fenômeno, observável de múltiplos pontos de vista, de que a “história européia expandiu-se em história mundial” (Kosellek, 1999, p. 9). Integração, dizíamos, que não é livre de contradições, uma vez que liga os indivíduos não só aos desfrutes materiais e espirituais da modernidade, mas também os faz padecer das incertezas que este mercado abrangente implica de modo necessário. Portanto o que Marx reporta como sendo a face civilizatória ou “solar” deste modo de produção é sua tendência à expansão dos domínios do mais-valor, é a tendência ao progresso técnico e científico da produção. Mas como exteriorização da contradição nuclear que preside o sistema essa própria expansão do valor e o progresso técnico implica, nos ciclos periódicos de vida do capital, sua face destrutiva ou aponta para aqueles momentos em que a criação de valor é apenas possível mediante destruição de valores existentes e que se expressam por meio da tendência a queda da taxa de lucro, e pelas crises de superprodução. O ciclo de vida do

força de seu próprio automovimento, se ultrapassar para as determinações opostas. O terceiro movimento, o *especulativo ou positivamente racional* é aquele que Marx rejeitaria como “místico e mistificador”, pois este, por assim dizer, *suprimiria a diferença e a contradição* em busca de uma *unidade identitária e essencial*, e seria este terceiro movimento, uma vez aplicado a uma *contradição real* como a que preside o sistema capitalista, um “positivismo acrítico” que dissolveria a contradição essencial em nome de uma *identidade formal e abstrata*, fruto da especulação e transfiguração do real.

capital, que assume a figura de uma espiral progressiva, quando presidido por sua “*face solar*” implica em progresso técnico e científico e na integração da população por meio do consumo. Quando presidido por sua “*face destrutiva*” implica em crises e na destruição da riqueza como condição de criar novos patamares de acumulação. Ambas as *faces* desta espiral coexistem no conceito de capital como tal.

Na fase da espiral presidida pela expansão, o trabalho é *incluído* ou *afirmado* como *momento* do capital, na fase destrutiva este é *negado* pelos mecanismos de desenvolvimento da produtividade e reiteradamente impedido de, por seu lado, constituir-se como *sujeito* de sua própria atividade. Toda a Crítica da Economia Política se desenvolve a partir deste “germe”. Atada ao capital pela crescente incorporação da lógica da valorização para todas as dimensões de sua vida, toda a sociedade, e mais especificamente a população trabalhadora, tem sua vida determinada pelo ciclo de vida do capital, que *aparece* assim como fonte de toda a riqueza social (G, 479). Como mostra a figura de uma espiral, há, no entanto, na articulação das categorias por parte de Marx uma *predominância sistêmica* das tendências destrutivas⁶. Tudo se passa como se na espiral progressiva dos ciclos de vida do capital, que são os ciclos econômicos, as margens do processo civilizatório fossem paulatinamente erodidas, enquanto que avança a *face destrutiva* da relação-capital. Dito de outro modo, as crises seriam progressivamente maiores e mais ameaçadoras para o destino do sistema e as tendências expansivas passariam a conviver mais e mais com processos de barbárie, sobretudo na periferia do sistema, como aponta Plínio de Arruda Sampaio Jr.⁷. Desse modo, mesmo que não haja *necessidade absoluta* na predominância de qualquer das fases do ciclo, ou que nenhuma delas possa se fazer valer como solução final, há, ainda assim, uma predominância sistêmica da *face* destrutiva do ciclo que deriva da *contradição nuclear* que condiciona todo o sistema e que a Crítica da Economia Política desvela como resultado da reconstrução imanente das categorias da Economia Política.

Nosso estudo, no entanto, se detém unicamente nesse núcleo da apreensão marxiana da sociedade civil burguesa, ou essa *base* em que se constitui o conceito de capital para o

⁶ Determinada pela propensão do sistema a “subordinar a si todos os elementos da sociedade” (G, p. 189) e pela contradição essencial que determina o sistema em seu núcleo.

⁷ Cf. Sampaio Jr, 2009, pp.41-7. De forma mais completa a análise que identifica a sobrevivência da relação capitalista como condicionada por uma coexistência estratégica entre acumulação e barbárie já está presente em “*Entre a Nação e a Barbárie*” (1999). Trata-se da mesma análise, baseada em uma releitura da Crítica da Economia Política, e que tem como objeto determinado o “capitalismo dependente”.

entendimento crítico da Economia Política e da sociedade descrita por ela. Nos interessamos por esta caracterização mais ampla do capital como portador de tendências conflitantes, civilizatória, de um lado, destrutiva, de outro, apenas na medida em que Marx as faz derivar deste *suposto fundamental*.

Nosso segundo capítulo parte da definição do capital como valor que se valoriza a si mesmo, e o descobre como *sujeito usurpador de seu outro*, a força de trabalho. Por esta razão, nosso ponto de partida consiste no capital como *relação*. Partimos, portanto, do momento exato em que os pressupostos históricos rompem e determinam o movimento das categorias, apontando com isso para o caráter historicamente específico da *relação* capitalista. Mostra-se então porque é preciso qualificar o trabalho como *o outro específico do capital*, como trabalho assalariado, bem como se explica o significado da *dupla liberdade* exigida como condição para a existência do trabalhador moderno. Foram necessários séculos para que nos começos da sociedade capitalista o dinheiro pudesse se contrapor ao “trabalhador livre”, *livre* de coação extra-econômica ao trabalho; e *livre* dos meios de produção necessários à efetivação de seu trabalho. Na riquíssima seção dos *Grundrisse* intitulada “Formas que precedem a produção capitalista” (G, p. 375-413) Marx se utiliza das formações econômicas pré-capitalistas com o intuito de estabelecer com precisão “a separação do trabalho livre em relação às condições objetivas de sua efetivação (G, p. 375, trad. 112) como característica específica do capitalismo que resulta da dissolução dos modos anteriores de relacionar trabalho e propriedade. É um pressuposto histórico da relação capitalista o processo de dissolução (*Alflösung*) das formas nas quais “o trabalhador é proprietário ou o proprietário trabalha”, ou a dissolução dos modos de ligação entre o trabalho e suas condições efetivas de atuação social. Trata-se da dissolução dos modos de produção que antecedem ao capitalismo, e que, em sua dissolução, conduzem ao sistema capitalista como desenvolvimento e superação dessas formas que o precedem. No momento em que se estabelece a relação-capital estão pressupostos: **1**) a dissolução da ligação, ainda que mediada pelas formas comunitárias, entre trabalho e a terra, “como condição natural da produção” (G, p.396); **2**) “dissolução das relações em que o trabalhador aparece como proprietário do instrumento” (Idem); **3**) dissolução do vínculo de “posse dos meios de consumo de que necessita para viver como produtor” (G, p. 397), ligando por “fios invisíveis” trabalho e consumo; e **4**) “dissolução [...] das relações em que os próprios

trabalhadores, as potências vivas de trabalho ainda pertencem elas mesmas imediatamente às condições objetivas da produção, e como tais são apropriadas – portanto são escravos ou servos” (Idem). Os três primeiros movimentos formam o trabalhador livre no sentido de sua “desposseção”, o último movimento o põe como livre de coação extra-econômica ao trabalho. Apenas como resultado deste processo histórico de *dissolução* dos modos de produção que o precedem pode se dar a relação-capital. Nosso capítulo segundo, portanto, reconstrói o caminho argumentativo de Marx que estabelece o capital como *poder* de fixar *o seu outro* específico e com isso tornar-se um *sujeito usurpador*.

Os capítulos 3 e 4 desta tese buscam seguir os passos de *O Capital* no desenvolvimento preciso do conceito de capital como tal. Por meio do processo de criação do mais-valor absoluto, que corresponde à *subsunção formal* do trabalho sob o capital, acompanhamos como o capital, seguindo seu impulso vital por mais-valor, *incorpora e afirma* o trabalho, *seu outro* específico, como *momento* interno da *totalidade* em que busca se constituir. Por meio do processo de criação do mais-valor relativo, que corresponde à *subsunção real* do trabalho sob o capital, vemos como o capital seguindo o mesmo impulso *sem limites* por mais-valor irá revolucionar completa e incessantemente as bases técnicas e científicas da produção e com isto gerar o processo de *negação* do trabalho vivo pelo morto que caracteriza a *contradição-capital*.

A partir deste movimento contraditório que caracteriza o capital em sua *essência* é que Marx extrai a “Lei geral de acumulação capitalista”, tema de nosso capítulo 5. A oposição que caracteriza especificamente a sociedade burguesa é aquela entre capital e trabalho, ou mais especificamente ainda, é aquela entre capital e trabalho assalariado. Veremos, contudo, como “a ampliação de escala” analítica que se alcança no tratamento da teoria da acumulação possibilita, (seja por colocar a dimensão de classe na mercantilização do trabalho, seja por colocar as categorias em movimento incessante) essa ampliação de escala, como dizíamos, explicita a dominação real do capital sobre as diversas “camadas” da população e da super-população. Ao estudar os impactos dos mecanismos de extração de mais-valor ou mais-trabalho sobre os destinos da classe trabalhadora, Marx faz o capital se opor a toda sociedade, confirmando-o como pretensão a se tornar uma *potência que a tudo subordina*. Esta *potência ilimitada* que o capital aspira ser, contudo, é recorrentemente frustrada por sua contraditória relação com sua substância, *afirmada* como *momento*,

negada simultaneamente como *totalidade* oposta ao capital. Atendendo, por fim, a um desafio posto pela banca de qualificação, procuramos fazer, por assim dizer, *uma experiência de pensar* se e em que medida a estrutura do conceito de capital implica na teoria da revolução. Ou mais precisamente, se a solução revolucionária para os conflitos da sociedade burguesa pode ou não ser deduzida das categorias econômicas, seja por uma auto-supressão do sistema, seja porque tais categorias implicariam uma adesão revolucionária. Esta experiência de pensamento nos conduziu em nosso sexto e último capítulo ao tema da queda da taxa de lucro e aos ciclos vitais do capital.

Por fim se impõe uma palavra sobre o espectro de Marx. Os ciclos de vida do capital, que percorrem a órbita de uma espiral progressiva, na qual em cada fase do ciclo prevalece uma das *faces da figura bifronte* do capital, esses ciclos, dizíamos, acabaram por se amalgamar a tal ponto com a avaliação acerca da herança teórica de Marx que, estamos convencidos, na fase expansiva do ciclo, Marx e sua obra aparecem sempre como ultrapassados e superados e, por outro lado, nas fase regressiva ou destrutiva de riqueza do ciclo o autor de *O Capital* é geralmente saudado como novidade e “reavaliado”. Nosso estudo passa ao largo desta modalidade de adesão ou recusa. Justamente por se tratar de um estudo de história da Filosofia consideramos indispensável fazer justiça às concepções que estudamos. Por vezes a simples afirmação: “o capitalismo mudou”, parece convencer estudiosos de que as mudanças nas especificidades de cada momento da história do capitalismo seriam suficientes para abandonar pura e simplesmente uma conceituação rigorosa como a de Marx. Ao contrário, pensamos que Marx opera uma caracterização do capital como essencialmente mutante, como acima dissemos, e de que esta mudança, ao invés de fazer dissolver o conceito de capital, antes aprofunda as tendências contraditórias que fazem do capital “*a contradição viva*”(G, p.661). O capital, entendido a partir de “*suas fontes filosóficas imediatas*” (Müller, 1982, p.18) é estilizado pela Crítica da Economia Política como um *organismo vivo* e que tem em sua própria contradição imanente o princípio motor de seu movimento. Mais precisamente, seu *processo vital* consiste em *pôr* como *negativas* suas próprias determinações, seus *limites*, e *suspender* suas determinações ao *tornar seus limites em barreiras* e assim os superar. Tudo isto posto apenas com o intuito de firmar nossa posição de que as mudanças pelas quais passou o capitalismo desde

Marx, como nos dão mostras a atual “crise de sobreacumulação” (Cf. Grespan, 2009; pp. 11-7) ao contrário de tornar supérfluo e datado o conceito marxiano de *capital como tal*, devem nos fazer pensar antes no modo como os mecanismos tipicamente capitalistas de produção e valorização nos conduziram ao quadro atual, que, não sendo redutível a história deste conceito, reclama evidentemente análises ancoradas no real, ou nas ciências que se ocupam da anatomia atual da sociedade burguesa, mas nem por isso refutam o núcleo da apreensão marxiana da sociedade burguesa, tornando-o um dispositivo analítico sempre passível de atualização, como se pode ver no “elemento de verdade” presente nas atuais “voltas à Marx.”

Capítulo 1 – Duas palavras sobre Circulação simples

Seção I – Circulação Simples: Método e História

Um século e meio nos separam da publicação por Marx do primeiro volume de sua principal obra de Crítica da Economia Política. Se este deslocamento temporal oferece ao pesquisador a vantagem de trazer a público diversos materiais que enriquecem a pesquisa, tais como textos inéditos, cartas, diários, etc. o mesmo deslocamento, por outro lado, nos coloca a dificuldade, própria ao tempo, de desfazer o contexto em que surgem as primeiras interpretações e disputas acerca do conteúdo destas obras. Tanto mais complexa é a tarefa de explicitar as disputas em torno de uma obra que, como é o caso das obras de Marx, foi recebida e cristalizada como uma *visão de mundo* (*Weltanschauung*). E uma vez cristalizada como *visão de mundo* uma teoria acaba por dividir os pesquisadores entre aqueles que aderem ou são seus *colaboradores*, de um lado, e os *críticos* da teoria, de outro. No interior desta disjunção, do lado dos colaboradores há ainda divisões entre ortodoxos e heterodoxos, o que faz com que a teoria se engesse, no mais das vezes, como tradição.

A presente seção tem por finalidade lançar luz sobre o contexto imediato de recepção da obra de Marx, mais precisamente nos ocupamos da recepção por assim dizer original da primeira seção de *O Capital*. Mais especificamente ainda nos interessa apontar como a recepção original desta seção determinou o problema que ficou conhecido como *referência histórica das categorias*. Trata-se, como veremos, do problema de determinar por onde deve começar a exposição da Crítica da Economia Política, se pelos *começos da civilização*, e portanto a partir do pré-capitalismo, ou se deve-se começar já desde sempre a partir do capitalismo. O problema econômico implícito é o de saber se a teoria do valor-trabalho *explica* um fenômeno capitalista ou pré-capitalista, e se a mesma teoria *vale ou não* para explicar fenômenos modernos. Dito em termos rudimentares e gerais a questão é: a circulação simples refere-se ao capitalismo ou ao pré-capitalismo? Como se pode deduzir facilmente o que espreita por de trás desta referência histórica é uma diferença de método. Caso as categorias da circulação simples sejam referenciadas no pré-capitalismo para a partir deste começo avançar até o capitalismo, então o método de Marx pode ser corretamente considerado como *genético evolutivo*. Caso a circulação simples seja

interpretada como tendo o capitalismo como referência, então será preciso determinar como se articulam no interior da exposição o elemento *Lógico* e o elemento *Histórico*. Procuramos fazê-lo na *seção 3* do presente texto, e para tal empreitada nos servimos dos textos de Marx hoje amplamente conhecidos como *Grundrisse*, textos esses que permaneceram inéditos até meados do século XX. Mais especificamente nossa proposta de resposta procura se fundamentar no hoje conhecido *Método da Economia Política*.

Engels e as origens do problema

Em um artigo recente⁸ de Christopher Arthur o problema da referência histórica das categorias volta a ser objeto de disputa. O professor de Sussex é enfático em atribuir a Engels o equívoco interpretativo segundo o qual a primeira seção do Livro I de *O Capital* se refere ao que ficou conhecido a partir de Engels como *Produção Simples de Mercadorias*, um período histórico imediatamente anterior ao capitalismo. Esta seria, na opinião de Arthur “o mais duradouro mito da marxologia”, e, de fato, os interpretes⁹ são unânimes em atribuir a Engels a origem da interpretação segundo a qual a circulação simples é entendida como uma análise das relações de troca estabelecidas nas sociedades pré-capitalistas. Para Arthur esta interpretação torna-se “semi-oficial” por meio da incorreta identificação entre o pensamento de Marx e o pensamento de Engels¹⁰. Assim entendida a *interpretação* de Engels passa a gozar de *autoridade*. O imbróglio se torna tanto mais complexo uma vez que Engels edita a obra inacabada de Marx e, ao menos neste caso específico, impõe sua leitura ao texto, e Arthur pensa precisamente no Livro III e nos seus prefácios e complementos. De fato os textos fundantes do problema da referência histórica das categorias da circulação simples são o *Prólogo ao Livro III de O Capital* e de modo mais detalhado o *Complemento ao Prólogo* escrito por Engels para o Livro III de *O Capital*

⁸ O artigo está no original disponível em: <http://www.marxmyths.org/chris-arthur/index.php#mythscp>. O artigo tem uma tradução para o português a nós cedida pelo colega Jadir Antunes.

⁹ Apenas como amostra, elencamos autores de perspectivas diversas e que concordam neste ponto de modo unânime: I. I. Rubin, *A teoria marxista do valor*, p. 273; Rui Fausto, *Marx lógica e política*, vol. I, p. 108; João Bernardo, *Marx crítico de Marx*, p. 293; Mandel, *El Capital: 100 años de controversias*, p. 12; Meek, *Economia e Ideologia*, p.123-147.

¹⁰ Arthur tem uma obra exclusivamente dedicada a Engels, a saber: Engels hoje: uma apreciação centenária (1996).

e que depois publicou na revista *Die Neue Zeit* em 1895. Analisemos brevemente estes textos.

O ponto central do artigo de Arthur é a introdução por parte de Engels do termo “produção simples de mercadorias”, termo que o próprio Marx jamais teria usado em sua obra¹¹. Contudo a simples afirmação de que estas não são palavras do próprio Marx não prova que o autor de *O Capital* não tenha construído sua teoria da circulação simples por meio deste caminho. O Máximo que se consegue por meio desta abordagem filológica é tirar o *indexador ortodoxo*¹² da interpretação de Engels, isto é, desautoriza-se a interpretação de Engels como se ela fosse o pensamento de Marx ou da pessoa inexistente Marx-Engels. O mérito do artigo do professor de Sussex é exatamente o de cindir o falso binômio Marx-Engels, uma vez que a resposta alternativa de Arthur é apenas mencionada e o leitor é remetido a outro texto onde o tema é enfrentado frontalmente¹³.

Como dissemos os intérpretes são unânimes em identificar em Engels, mais precisamente em seu trabalho como editor dos volumes II e III de *O Capital*, a origem da interpretação segundo a qual a obra principal da Crítica da Economia Política seria iniciada por uma gênese histórica das categorias que nos levaria do pré-capitalismo ao capitalismo como tal. É chegado o momento em que será necessário recorrer aos próprios textos de Engels a fim de elucidar o contexto e os motivos que levaram Engels a propor tal interpretação.

O ponto de vista de Engels encontra eco em autores como Rosa Luxemburgo e posteriormente em Ernest Mandel, além de um sem número de “manuais” referentes ao tema.

1. Prólogo ao Livro III de *O Capital*

¹¹ Como diz Arthur: “A única ocorrência do termo “produção simples de mercadorias” no conjunto dos três volumes de *O Capital* ocorre no volume III, mas isto está em uma passagem dada a nós subsequentemente ao trabalho editorial de Engels, como ele próprio admite em nota”. Cf. **K.** III, p. 908; **C.** III, 370-71.

¹² “A economia de Marx tem sido ensinada a gerações de estudantes sobre a base de uma distinção entre produção capitalista e ‘produção simples de mercadorias’. Contudo, esta distinção vem de Engels e não de Marx.”

¹³ Cf. “*Against the Logical-Historical Method: Dialectical Derivation versus Linear Logic*”, in: *New Investigations of Marx’s Method*. Edited by F. Moseley e M. Campbell, Humanities Press, New Jersey, 1997.

Como afirmamos na introdução a este texto, a divisão dos intérpretes de Marx entre *críticos* e *colaboradores* é determinante na história da interpretação da crítica de Marx à Economia Política. O contexto¹⁴ eminentemente político desta recepção às obras maduras de Marx é inequívoco. E é em meio a este contexto marcado pela disputa de um lado política e de outro “científica” que surge o problema do começo da exposição das categorias da Crítica da Economia Política. Como veremos nos textos centrais de Engels que dão origem a este *problema* interpretativo, a divisão entre críticos e colaboradores é central por tratar-se de *salvar* o “sistema de pensamento” que sofreria de incompatibilidade entre duas de suas partes constituintes. Vejamos finalmente estes textos. O primeiro deles é o *Prólogo ao Livro III de O capital*.

Engels inicia o *Prólogo* lembrando que já na recepção ao Livro II os críticos “havia armado uma grande gritaria”¹⁵ por enxergar uma “incompatibilidade” entre a teoria do valor, desenvolvida no Livro I, e a “taxa média de lucro igual” do Livro II. Este seria, em nosso entender, uma das dificuldades desta recepção inicial à Crítica da Economia Política de Marx, pois em geral a princípio se buscou “comparar” as teorias dos diferentes Livros de *O Capital*, sem atentar para o fato, até certo ponto trivial, de que há níveis distintos em que opera a teoria, e de que tais níveis não são por isso, passíveis de “comparação”. A terceira parte desta seção deve elaborar uma resposta também a esta modalidade de crítica. Contudo neste *Prólogo* Engels teve que se “entender” novamente

¹⁴ Há ainda outras determinantes que apenas faremos menção, a saber, a influência duradoura das pesquisas de Darwin em Engels, e depois, como lembra Arthur, em Kautsky e sobre toda Internacional comunista. Em ambos a relação entre **lógica** e **história** sempre acaba por os conduzir a um **imperativo metodológico** que transforma o desenvolvimento das categorias em uma explicação pela **gênese** ou **origem** histórica. Este traço genético-evolutivo permanece na tradição de intérpretes posterior e segue viva na tentativa, por exemplo, de João Quartim de Moraes de refundar o marxismo sob bases materialistas, entenda-se darwinistas. A conferir. A outra determinante é o enquadramento da *crítica* de Marx como uma *visão de mundo*. Em termos até certo ponto caricaturais, tal enquadramento pode ser tipificado no esforço de Engels em, por assim dizer, caracterizar Marx como um Aristóteles dos tempos modernos, fundador de uma ciência e de uma filosofia e que acaba por enquadrar Marx no uso redutor de sentido de termos que o próprio Marx sequer usava com frequência em sua obra madura, tais como materialismo histórico ou materialismo dialético, e que juntos formariam um certo “sistema” de pensamento. E isto foi completado pela posteridade de Engels ao ponto em que, para usar a expressão de Giannotti “não houve moda no pensamento do século XX que não tivesse sua contrafação marxista” (*Certa Herança*, p. 232). Não é nosso objetivo primordial, ao menos neste breve texto, operar uma crítica a esta *hipérbole* da Crítica da Economia Política em um suposto sistema de pensamento, contudo é preciso atentar para o fato de que estas *determinantes* confluem para a identificação entre explicação do acontecimento histórico com a demonstração de sua **origem**.

¹⁵ “Die dazumal ein Großes Geschrei erhoben”. *Das Kapital, Dritter Band*, p 15. A partir daqui citado como **K**, seguido da numeração romana para o Livro, e da paginação em arábicos da *Marx e Engels Werk XXIII*, Berlin: Dietz Verlag, 1962. A edição brasileira da Abril Cultural será abreviada por **C**, seguido do Livro em numeração romana e da paginação em arábicos.

com os críticos que punham em questão agora o modo como “relacionar” os problemas referentes ao valor e o valor de troca com aqueles referentes ao preço de produção.

Toda a questão, como veremos, baseia-se na admissão de que as mercadorias não se vendem e nem se venderão por seus valores (determinados pelo trabalho). Assim a controvérsia acerca do *problema da transformação*, como nos informa o *Prólogo*, remonta ao momento mesmo da recepção aos Livros II e III de *O Capital*¹⁶. Engels diz no *Prólogo* que a solução da Economia vulgar é a admissão de que os comerciantes capitalistas, os produtores de matéria prima, obtêm lucro em seus negócios vendendo mais caro do que compram, ou seja, aumentando seu preço de custo¹⁷. Os únicos em situação desfavorável, pensa Engels, seriam os trabalhadores assalariados que são obrigados a vender sua força de trabalho “dentro” de seu preço. Sem entrar propriamente no *problema da transformação* dos valores em preços, problema por si só extenso e complexo, basta-nos salientar aqui que os problemas aos quais Engels procura dar uma resposta são frutos da recepção original aos Livros de *O Capital*. Isto é, Engels se viu em apuros no que diz respeito à consistência e compatibilidade entre a teoria do valor e do mais-valor, exposta no Livro I, e a teoria dos preços de mercado, estudada por Marx, mas que no entanto, o próprio autor de *O Capital* não conseguiu terminar a exposição da teoria dos preços, tarefa que acaba recaindo para Engels. Além de ter de assumir a tarefa de expor os resultados da pesquisa de Marx, Engels tem ainda a tarefa de *defender* a teoria dos ataques dos críticos. A esta altura, em fins do século XIX, tratava-se de defender o *marxismo* e de estabelecer uma *ortodoxia*.

¹⁶ *O problema da transformação* é certamente uma questão ampla e de difícil solução e que, como diz Luciano Coutinho, persiste e renova-se. Remetemos o leitor ao artigo de Coutinho, pois além de colocar a questão como um todo, mostra os desdobramentos para a teoria contemporânea que se defronta com estes mesmo entraves. Diz o artigo que: “os pontos essenciais da crítica de Böhm Bawerk (sistematizador desta crítica) vêm sendo repetidos sob formas diferentes; em resumo são eles: **a**) O sistema do valor-trabalho é inconsistente e incompatível com o sistema de preços de mercado; **b**) a “transformação do sistema do valor-trabalho no sistema de preços, da forma apresentada em *O Capital* (volume III) está errada e é, além disso, impossível; **c**) em face de **a**) e **b**), todo o sistema teórico de Marx estaria ameaçado.” Completa Coutinho a elucidação do problema: “desde o início do século XX, as críticas acima resumidas haviam sido plenamente respondidas por Hilferding e depois Bukarin. O aspecto específico da transformação foi resolvido desde 1907 por Bortkiewicz e posteriormente desenvolvido por Moskowa. O desenvolvimento da matemática aplicada à economia, principalmente da álgebra matricial e das tabelas de insumo-produto, ajudou a provar definitivamente que a crítica à teoria clássica do valor carece de qualquer fundamento. Entretanto, o reconhecimento da falência da crítica é recente e de circulação restrita mesmo entre os economistas, do que decorre muita confusão que ainda persiste”. *Notas sobre o problema da transformação*, in *Estudos CEBRAP*, nº 9, p. 7, 1974. Ver também Belluzzo, *Valor e Capitalismo*, 1998, p.132.

¹⁷ *K*, III, p. 16.

Para Isaak Rubin, os adversários e mesmo os defensores da teoria do valor-trabalho de Marx entenderam o Livro III como incompatível com a teoria desenvolvida no Livro I. Para estes primeiros intérpretes, a teoria tal qual apresentada no primeiro tomo de *O Capital* e aquela do terceiro não podem se referir ao mesmo “objeto”. Completa o autor russo: “é por isso que certos marxistas se inclinaram em construir um assim chamado ‘fundamento histórico’ para a teoria de Marx sobre o valor”¹⁸. Como veremos o primeiro destes marxistas é Engels.

Ainda no *Prólogo* ao Livro III, salienta Engels que entre o ponto de vista de Marx e aquele de seus *críticos* existem diferenças essenciais quanto ao método¹⁹. Os *críticos* buscariam conceitos fixos e imutáveis, ou definições acabadas. Os conceitos, de Marx, ao contrário, são expostos a mudanças e transformações ou são “desenvolvidos em seu processo lógico ou histórico de formação”²⁰. Assim, segue Engels, Marx no começo do Livro I, isto é, na circulação simples, “parte da produção simples de mercadorias como premissa histórica de que parte, para logo, partindo desta base, chegar ao capital”. Neste sentido, para utilizar uma linguagem que fará escola, Engels entende o método de Marx como *genético-evolutivo*, isto é, como se as categorias fossem apresentadas na ordem de sucessão em que aparecem *na história*. *O Capital* inicia-se por sua “premissa histórica”, pré-capitalista e a partir da qual podemos acompanhar a sucessão das formas que nos conduzem ao capitalismo “enquanto tal”, aquele dos Livros II e III. Com isso, e esta é a tese que nos interessa em toda a questão, Engels faz com que a circulação simples seja referenciada historicamente no pré-capitalismo. Não é supérfluo por em evidência que antes desse momento não há qualquer indicação do próprio Marx a este respeito e que autorize a interpretação de Engels. Vejamos como isto se desenvolve no assim chamado “*Complemento ao Prólogo*” de 1894²¹.

¹⁸ *A teoria marxista do valor*; p. 272.

¹⁹ O que nos propomos a investigar aqui é se são apenas os *críticos* os que usam diferentes métodos, ou entendem diversamente o método aplicado por Marx em sua obra.

²⁰ **K**, III, p. 20.

²¹ Como acima nos referimos, este mesmo texto foi publicado na forma de artigo na revista *Die Neue Zeit* sob o título: “*Wertgesetzt und Profitage*” em 1895, originando a controvérsia “histórica” na interpretação da seção que abre *O Capital*.

1.2. Complemento ao prólogo

O texto do *Complemento* é extremamente marcado pela polêmica, seja com adversários declarados, como Loria, seja com interpretações concorrentes no interior do campo *marxista*. Dois dentre os críticos, a quem responde Engels, mereceriam aqui uma atenção especial dada sua ligação com o problema da historicidade das categorias d' *O Capital*: Werner Sombart e Conrad Schmidt .

Tanto Schmidt quanto Sombart tendem a ver na lei do valor não um fato empírico, mas antes um recurso lógico ou conceitual, ainda que importante para a compreensão do funcionamento do modo de produção capitalista. De modo mais determinado, para Sombart o valor das mercadorias “é a forma específica e histórica em que se impõe de um modo determinado a força produtiva do trabalho que em última instância domina todos os fenômenos econômicos”²². Assim, a lei do valor marca mais o nexos entre os trabalhos do que descreve uma constante presente na troca objetivamente analisável. Embora para Engels esta forma de considerar o problema não seja de todo falsa, falta-lhe “reduzir a termos concretos e mais precisos”, afim de que tal lei mostre todo seu alcance nas “fases” de desenvolvimento econômico da sociedade regida por tal lei.

Schmidt, que também prefere a linguagem científica, pensa que a teoria do valor é uma “hipótese científica estabelecida”, pois nos permite “penetrar teoricamente no mecanismo econômico da realidade capitalista”; ela é, contudo, “dentro da forma capitalista de produção, nem mais, nem menos que uma ficção” ainda que “teoricamente necessária”. Completa então Engels:

Tanto Sombart como Schmidt [...] não têm em conta suficientemente que não estamos somente ante um processo puramente lógico, senão ante um processo histórico e ante o reflexo especulativo deste processo no pensamento, ante as conseqüências lógicas de sua concatenação interna²³.

Assim, logo fica claro o que Engels classifica como necessidade de “reduzir a termos concretos e precisos” este processo que não sendo “puramente lógico” é também “histórico”. E, com isso, estão dados os dois *elementos do problema*, a saber, o *lógico* e o

²² Citado por Engels: **K**, III, p. 904.

²³ **K**, III, p. 905.

histórico. Não se trata da prioridade de um sobre o outro, nem das múltiplas determinações recíprocas entre tais elementos, trata-se antes e tão somente de seu *lugar* na exposição das categorias da Crítica da Economia Política.

Engels começa sua resposta dizendo: “todos sabemos que nos começos da sociedade...”²⁴. O que se vê a partir de então é uma descrição de uma sociedade ou de sociedades que estabelecem suas trocas com base na quantidade de trabalho necessária para a produção de cada item trocado. Tal reconstituição vai da família em coletividades primitivas “mais ou menos comunistas” até o servo da idade média²⁵. Para tais sociedades a quantidade de trabalho necessária para a produção não era a melhor, mas “a única forma existente para a medida e para determinar quantitativamente as magnitudes intercambiáveis”. Engels, portanto, procura fazer uma *gênese histórica* da lei do valor. A tônica central passa a recair nos termos tais como: “*nos começos*”, “*ao início*”.

Assim torna-se necessário admitir que os camponeses da Idade Média, ou mesmo aqueles camponeses e artesãos vizinhos de Engels no Reno tinham condições de medir os valores pelo trabalho: “ou alguém crê que o camponês e o artesão eram tontos o bastante para dar o produto de 10 horas de trabalho em troca de um outro produto do trabalho de uma hora?”²⁶. A partir de então o texto segue a empreitada de refazer a *gênese* da lei do valor, uma *gênese histórica* que iria da primeira e mais primitiva troca até ao menos “ao gado como primeira forma de moeda”²⁷. Mais significativa para o problema que nos propomos analisar é a afirmação de que tal “*gênese*” corresponderia à apresentação categorial própria da circulação simples:

Partindo desta determinação do valor pelo tempo de trabalho, se desenvolve logo toda a produção de mercadorias, e com elas as múltiplas relações nas quais se traduzem os diversos aspectos da lei do valor, tal como foram expostas na primeira seção do Livro I de *O Capital*²⁸.

Engels sumaria então sua tese:

Em outros termos: a lei do valor de Marx rege com caráter geral, na medida em que regem sempre as leis econômicas, para todo o *período de produção simples de*

²⁴ “Wir alle wissen, dass in der Anfängen der Gesellschaft...” Idem, p. 906.

²⁵ Ou mesmo os trabalhadores da região do Reno ainda no começo do século XIX e dos quais o próprio Engels guardava lembranças. Idem.

²⁶ “Idem, p. 907.

²⁷ Não é nosso objetivo atribuir falta de interesse a este modo de investigação, caso ele possa mesmo ser levado a efeito, apenas nos detemos em objetar que esta não é forma pela qual Marx apresenta as categorias em *O Capital*. Os motivos da objeção virão a seguir.

²⁸ Idem, 908.

mercadorias, vale dizer, até o momento em que esta é modificada pela aparição da forma de produção capitalista. [...] a Lei do valor de Marx, tem, pois, uma vigência econômico-geral, a qual abarca todo o período que vai desde *os começos da troca* por meio do qual os produtos se convertem em mercadorias até o século XV de nossa era. E a troca de mercadorias data de uma época anterior a toda a história escrita e que no Egito se remonta, pelo menos, a 3.500 e a quase 5.000 anos, na Babilônia a 4.000 anos, talvez a 6.000 anos antes de nossa era. A lei do valor regeu, pois, durante um período de cinco a sete mil anos²⁹.

Assim entendida, a circulação simples de *O Capital* seria uma reconstituição lógico-histórica do período da produção simples de mercadorias, isto é, em última análise, ela descreveria um momento pré-capitalista. A seção que abre *O Capital* faria uma gênese dos processos de troca que vão desde os *começos das trocas* mediadas pelo valor-trabalho até o século XV de nossa era. Tudo se passa como se em *O Capital* as categorias fossem alinhadas de acordo com seu aparecimento na história e não em função de seu papel na teoria. Voltaremos a isso³⁰. Como salienta Rubin, a tese de Engels suscita críticas e adesões, quiçá hoje em dia mais críticas que adesões, contudo entre os que *aderem* ao ponto de vista de Engels é preciso fazer referência ao menos a seus dois mais importantes representantes: Rosa Luxemburgo e Ernest Mandel.

2. Rosa Luxemburgo e Ernest Mandel ou “a busca pelo Concreto”.

Rosa Luxemburgo parte da interpretação de Engels quando trata das categorias da circulação simples em seu pequeno livro: *Introdução à Economia Política*. O capítulo sobre a “Produção Mercantil” inicia-se por uma ficção, que, como veremos, se pretende fiel a uma reconstituição histórica³¹, na qual estamos diante de uma sociedade de produtores

²⁹ Idem, p. 909. Grifo nosso.

³⁰ Simplificando, diríamos que Engels procura deduzir da *história da troca* a lei do valor e da *história dos trocadores* a lei da concorrência, os dois termos do problema que, procurando resolver, causou a aparição de tantos outros. Resta a aparência de que a história tivesse por si mesma **a chave** para os conceitos e para seu lugar na teoria, tese que, como veremos, Marx rejeita.

³¹ Quando observamos o plano do livro de Rosa Luxemburgo tal como apresentado por Mandel na *Introdução* que o mesmo fez à obra, vemos que a preocupação de Rosa é seguir uma linha histórica da sociedade comunista primitiva, passando pelo sistema feudal de economia, pelas corporações artesanais, até a produção mercantil e chega ao final no capitalismo propriamente dito. Ao que nos parece, todo este esforço visa dar um quadro **concreto** aos temas da circulação simples, o que corrigiria as **abstrações** de Marx. Rosdolsky cita uma carta de Rosa Luxemburgo na qual ela parece extremamente em desacordo com a exposição feita em *O Capital*. Faltaria à escrita marxiana a “simplicidade” das reconstituições históricas de Engels e Rosa. “Esta [a simplicidade de expressão] é agora minha orientação estética, que só aprecia o simples, calmo e generoso, tanto no trabalho científico como na arte, razão pela qual agora me horroriza o tantas vezes elogiado primeiro tomo de *O Capital* de Marx, com sua ornamentação rococó no estilo de Hegel

privados, atomizados e cujo único nexos social é a troca. Nessa sociedade mercantil ensaiada por Rosa vemos surgir, a partir da troca, a divisão do trabalho e o dinheiro. Trata-se aqui de uma apresentação das categorias de acordo com a ordem de seu surgimento na história real dos povos, ou nas palavras da própria autora: trata-se de uma:

Exposição um pouco simplificada e abreviada da maneira como se formou a economia mercantil, exposição rigorosamente conforme à verdade histórica nos seus traços fundamentais³².

Como se vê toda a ênfase recai sobre a *verdade histórica*.

Mesmo incluída por Mandel no rol dos intérpretes que neste particular seguem Engels, Rosa não cita diretamente a circulação simples, trata apenas de suas categorias fundamentais, mas sem, ao menos nas palestras que compõe o livro, comentar diretamente o texto marxiano. Antes, dilui o seu conteúdo na reconstituição do que teria sido a história da troca do comunismo primitivo até a economia mercantil da qual o capitalismo é a forma mais plenamente desenvolvida.

Em “*O Capital: 100 anos de Controvérsias*” Mandel enfatiza, de início, que *O Capital* de Marx busca, entre outras coisas, mostrar que leis universais da organização econômica não existem. Cada formação social determina e é determinada por leis específicas oriundas de sua própria constituição. Mas *O Capital* não faz um inventário dessas leis, limita-se a analisar aquelas leis que vigem no capitalismo³³. Com o que estamos plenamente de acordo. Contudo o mesmo Mandel diz na página seguinte que *O Capital, Os Grundrisse* e outros escritos incluem um grande número de análises da *produção simples de mercadorias*, “uma forma de produção que existiu de múltiplas maneiras durante 10.000 anos antes de que nascesse o capitalismo moderno”³⁴. O problema tal como formulado por Mandel é o seguinte: o objeto central de *O Capital* é o capitalismo enquanto tal, mas, não obstante isso há também análises sobre o pré-capitalismo. A circulação simples seria uma dessas análises. Sendo assim Mandel igualmente pensa a lógica constitutiva do Livro I

(pelo uso desse estilo se deveria merecer, do ponto de vista do partido, cinco anos de cárcere e dez de suspensão dos direitos civis.)” e completa Rosdolsky: “Como se vê, às vezes Rosa ignorava que por trás do ‘estilo hegeliano’ da obra de Marx estava o conteúdo dialético”. Rosdolsky, *Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx*, 2001, p. 598.

³² Idem, p. 276.

³³ *O Capital, 100 anos de Controvérsias*, p.10.

³⁴ Idem, p. 12.

como “correspondente ao processo histórico de constituição e desenvolvimento do capitalismo”³⁵. Mas como em *O Capital: Cem anos de Controvérsias* se trata apenas do levantamento das polêmicas em torno da interpretação da obra de Marx, somos remetidos a outro estudo de Mandel, seu “*Tratado de Economia Marxista*”. O autor deixa claro o objetivo da obra; não se trata de uma exegese do texto marxiano, antes, diz ele: “intentamos demonstrar que, partindo dos dados empíricos das ciências contemporâneas, pode-se *reconstruir* o conjunto do sistema econômico de Karl Marx”³⁶.

A natureza de tal *reconstrução* fica explícita ao debater o que deve ser o *método de análise*; segundo Mandel este deve ser *genético-evolutivo*: “porque o segredo de toda ‘categoria’ não pode ser revelado sem examinar por sua vez sua origem e evolução, o que quer dizer examinar o desenvolvimento das contradições internas, a saber, a revelação de sua natureza própria”³⁷. Enfatizamos que nossa posição sobre os textos de Rosa e Mandel não significa que consideramos sem alguma importância “rastrear as características comuns das categorias econômicas pré-capitalistas” e acompanhá-las no movimento mesmo de sua gênese e constituição, apenas salientamos que estas preocupações genético-evolutivas não estão presentes na teoria marxiana da circulação simples. Como procuraremos mostrar, ao perseguir tal objetivo, a saber, provar a tese de Engels por meio de uma “gênese histórica das categorias” o que Mandel e Rosa acabam por fazer é, na melhor das hipóteses, uma *etiologia* das formas que nos levam da pré-história da troca ao capitalismo. A dialética das categorias, expostas segundo seu papel no interior da sistemática da Crítica da Economia Política, é substituída por uma *etiologia das formas sociais*, e pior, fazem com que a seção inicial de *O Capital* se comprometa com tal objetivo, uma vez que Marx aí teria usado tal *método genético-evolutivo*. Como procuraremos mostrar a seguir, o método de Marx não se confunde com uma investigação *genética*, nem muito menos *etiológica*, das categorias. Na circulação simples Marx não trata do pré-capitalismo, menos ainda das causas, que em seu interior nos conduzem deste ao capitalismo. Como veremos, *O Capital* tem um único e determinado objeto, o modo de produção burguês moderno, analisado em níveis crescentes de concreção e que vai do abstrato ao concreto como meio de se apropriar conceitualmente

³⁵ Ibidem, p. 33.

³⁶ Op. cit., p.17. [Grifo em itálico nosso].

³⁷ Idem, p. 18.

do real. A *gênese*, neste caso, só poderia ser *conceitual* e não histórica. Vejamos porque razões.

3. Marx e o Método da Economia Política

A resposta ao problema da *referência histórica das categorias* da circulação simples deve levar em conta além dos diversos níveis em que esta doutrina é exposta, isto é, os textos de *Para a Crítica da Economia Política*, *Os Grundrisse*, *O Capital*, etc., deve também ser capaz de articular em seu interior os as categorias centrais da circulação simples, a saber, o trabalho abstrato e o valor. Procuramos em outro lugar³⁸ dar esta resposta de conjunto. Retomamos e ampliamos agora apenas uma resposta metodológica. Para tanto é preciso ainda uma vez recorrer ao *Método da Economia Política*³⁹.

Portanto, vejamos o que nos diz o texto do *Método*. Ele parte justamente da pergunta: por onde deve começar a exposição do sistema da Economia Política? Deve-se partir do concreto ou do abstrato? E qual a relação deste concreto e deste abstrato iniciais com a história? Marx inicia admitindo que “parece correto começar pelo real e pelo concreto”, em nossa questão, poderia então parecer correto começar pelo concreto capitalista; pela teoria do “capital como totalidade”, da concorrência inter-capitais, e, por conseguinte, dos preços de produção e não da teoria do valor. Contudo, completa Marx: “a uma consideração mais precisa, porém, isso se revela falso”. Partindo do concreto representado chega-se apenas a abstrações simples, mas tal representação do todo seria caótica. Este foi, contudo, o caminho tantas vezes trilhado pela economia política:

Os economistas do século XVII que, sempre começam por um todo vivo (*mit dem lebendigen Ganzen*) – produção, nação, Estado, vários estados, etc. – mas sempre terminam por algumas relações gerais, abstratas, determinantes (*einige bestimmende*

³⁸ Conferir “Os Elementos do Problema”, in ÁZARA, *A circulação simples como epiderme da experiência capitalista*, 2007.

³⁹ Rubin, que se esquivava de criticar Engels, limita-se, ao tocar no problema, a saudar o fato de que “agora temos outras obras de Marx ao nosso alcance”, refere-se posteriormente a esta mesma seção da *Introdução [à Crítica da Economia Política]* de 1857 e também às *Teorias do Mais-Valor*, e completa: “agora sabemos que o próprio Marx opunha-se vigorosamente à idéia de que a lei do valor esteve em vigor no período precedente ao desenvolvimento do capitalismo”. De agora em diante citaremos o *Método da Economia Política* com a abreviação **M**, seguida da paginação da tradução para o português de Fausto Castilho de 1996, as referências ao texto dos *Grundrisse* se abreviam com a letra **G**, seguida da paginação da *Marx e Engels Werke, Band 13, Dietz Verlag Berlin*, 1969.

abstrakte, allgemeine Beziehung) – divisão do trabalho, dinheiro, valor, etc. que eles descobriam por análise⁴⁰.

Pensa Marx que o método cientificamente correto é o oposto direto deste caminho de tradição empirista. Assim deve-se partir “dos elementos simples”, no nosso caso, da mercadoria, do trabalho abstrato e do valor, para se chegar ao final ao concreto, à teoria do capital como totalidade. Em uma palavra, é impossível partir do concreto, pois “o concreto é concreto por ser uma concentração de muitas determinações, logo, uma unidade do múltiplo”⁴¹. É certo que do ponto de vista da crítica o todo concreto é sempre pressuposto, já como resultado do “método de pesquisa”⁴². Contudo ao se iniciar a exposição parte-se do abstrato ao concreto como forma de “apropriar-se do concreto e o reproduzir como concreto espiritual”⁴³. Assim fica estabelecido que deve-se partir, na exposição, do abstrato, do simples⁴⁴. A seção que abre *O Capital*, analisando a forma elementar da riqueza capitalista a partir da oposição intrínseca que a constitui, parece atender a este requisito. Mas resta ainda responder a relação do *começo* com a história.

Marx apresenta a questão nos seguintes termos: “mas, acaso estas categorias simples não tem também uma existência independente, seja histórica, seja natural, anterior a existência das mais concretas?”⁴⁵ E responde: “ça dépend”. Esta resposta é fundamental por colocar em questão um suposto básico da tese de Engels, aquele que diz respeito a uma *correspondência* entre *exposição e desenvolvimento histórico*. As categorias podem ou não ter uma existência prévia ao sistema social que lhes confere sentido. Por exemplo, o trabalho e o valor podem ter uma existência “antediluviana”, mas esta existência não é fundamental para o problema da exposição. Marx utiliza o exemplo paradoxal do trabalho, uma categoria “antiquíssima”, e ainda assim “uma categoria tão moderna quanto as relações que produzem esta abstração simples”, e completa:

⁴⁰ G, p. 632, M, p. 9.

⁴¹ “Das Konkrete ist konkret, weil es die Zusammenfassung vieler Bestimmungen ist, also Einheit des Mannigfaltigen.” Idem.

⁴² “É, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente, do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído este trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real”. C, I, p. 21.

⁴³ G, p. 632; M, p. 9.

⁴⁴ “No primeiro caminho, toda a representação se desvanece em determinação abstrata, ao passo que, no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto no plano (*im Weg*) do pensamento”. Idem.

⁴⁵ G, p. 633, M, p. 11.

O exemplo do trabalho mostra, de modo convincente, que, embora possuam validade em todas as épocas, - em virtude justamente de sua abstração, - mesmo as categorias mais abstratas, na determinidade de sua abstração, são um produto das relações históricas e só possuem plena validade (*ihre Vollgültigkeit*) para tais relações e no seu interior⁴⁶.

Agora somos informados das razões que levam a pesquisa a considerar como indiferente saber da existência prévia ou não das categorias. É que o fundamental ou determinante na exposição da categoria não é sua antiguidade, mas seu papel na sistemática econômica que se pretende analisar. A mercadoria, por exemplo, não é exposta a partir de uma *etiologia* que a elevou ao papel central nos começos do capitalismo, mas antes e exclusivamente por seu lugar no sistema do capital tal como presente nas sociedades de capitalismo mais avançado. É seu papel sistemático e não sua prioridade histórica que a torna o ponto de partida de *O Capital*. Marx expressa seu pensamento mediante uma metáfora formidável: “a anatomia do homem é uma chave para a do macaco”⁴⁷. A sociedade burguesa, (*Die bürgerliche Gesellschaft*) como organização historicamente mais desenvolvida e a mais múltipla, tem a “chave” interpretativa que pode conferir sentido efetivo mesmo às categorias que a precederam no tempo. Aceitar a tese de Engels é pensar ao arpejo do método aplicado em *O Capital* que o pré-capitalismo é a chave para que se entenda o capitalismo.

O Método nos ensina, portanto, que se deve partir, na exposição, do abstrato para se chegar, como a um resultado, ao concreto. Deve-se partir da circulação simples para se chegar ao capital como tal. Assim entendido torna-se sem sentido a objeção que consiste em comparar a teoria ao nível da circulação simples do Livro I com aquela dos preços de produção ao nível do Livro III, ou como sumariou Rubin:

A teoria do valor-trabalho e a teoria dos preços de produção diferem uma da outra, não como diferentes teorias que funcionam em diferentes períodos históricos, mas como uma teoria abstrata e um fato concreto, como dois graus de abstração de uma mesma teoria da economia capitalista⁴⁸.

⁴⁶ G, 636, M, 17.

⁴⁷ “Anatomie des Menschen ist ein Schlüssel zur Anatomie des Affen”. G, 636, M, 17.

⁴⁸ Segue o texto: “A teoria do valor-trabalho pressupõe apenas relações de produção entre produtores de mercadorias. A teoria dos preços de produção pressupõe, além disso, relações de produção entre capitalistas e operários, de um lado, e entre diversos grupos de capitalistas industriais, de outro.” Op. cit, p. 276.

Os três livros de *O Capital* têm um único *objeto*: a moderna sociedade burguesa, vista sob níveis crescentes de concreção. Certamente que na circulação simples a moderna sociedade burguesa “como tal” está apenas pressuposta. O que está posto são os agentes da troca, entendidos como contratantes livres e iguais. Na circulação simples, como temos defendido, está o capitalismo como este nos aparece em sua *epiderme*, desse modo, as categorias ao nível da primeira seção do livro primeiro “só exprimem aspectos particulares e isolados dessa sociedade determinada, deste sujeito”⁴⁹. Marx é categórico ao afirmar que “é preciso ter presente e de modo firme”, que “também do ponto de vista científico, de maneira nenhuma ela [a moderna sociedade burguesa] só começa no momento em que se fala dela como tal”. Isto é, a moderna sociedade burguesa está pressuposta mesmo quando abstrai-se dela determinações fundamentais, como ocorre na circulação simples. É certo que o capitalismo como tal corresponde à teoria como é exposta nos Livros II e III, mas nem por isso está ausente, como pressuposição, já na seção que abre a obra, pois “o capital é a força que a tudo domina na sociedade burguesa. Deve constituir tanto o ponto de partida como o de chegada”⁵⁰.

Se nossa argumentação é ainda insuficiente em provar a tese que a sustenta, Marx mais uma vez não deixa dúvidas sobre o método adequado de exposição das categorias:

Seria, além de impossível, falso, ordenar as categorias econômicas na sucessão em que foram historicamente determinantes. Sua ordem é antes determinada pela relação que elas mantêm entre si, na sociedade burguesa moderna, precisamente o inverso do que parece ser a sua ordem natural ou a correspondente sucessão do desenvolvimento histórico. Não se trata da relação que se estabelece historicamente entre as relações econômicas na sucessão das diversas formas de sociedade [...] e sim de sua articulação no interior da sociedade burguesa moderna⁵¹.

É assim que encerrando este pequeno “ensaio” metodológico de 1857, que não publicou, Marx divide a matéria que deveria compor sua obra⁵² iniciando exatamente pelas “determinações gerais abstratas que convém, por isso, mais ou menos, a todas as formas de sociedade, porém, no sentido exposto anteriormente”⁵³. É nesse sentido que não restam

⁴⁹ “Nur einzelne Seiten dieser bestimmten Gesellschaft, dieses Subjekts, ausdrücken”. **G**, p. 637, **M**, p. 19.

⁵⁰ **G**, p. 638, **M**, p. 21.

⁵¹ *Idem*.

⁵² Para uma discussão pormenorizada do plano original e suas modificações por parte de Marx, remetemos o leitor ao segundo capítulo de “*Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx*”. *Op. cit.*

⁵³ . **G**,639; **M**, 23.

dúvidas de que “*O Capital* é aberto pelas “determinações gerais abstratas” que embora possam ter uma existência antediluviana, são apenas plenamente desenvolvidas e plenamente inteligíveis no modo de produção burguês moderno. Para Marx, como fica claro, não se trata de expor o conteúdo da matéria na ordem de sua aparição e vigência na história. No problema que nos ocupa aqui, Marx não faz, na Seção I de sua obra principal, uma apresentação das formas que historicamente precederam o capital e muito menos um acompanhamento do período pré-capitalista no qual a lei do valor se dava nos marcos da circulação simples. Ao contrário, inicia-se pela mercadoria, pelo trabalho abstrato e pelo valor devido à posição que estes ocupam na sociedade burguesa moderna. Não se trata de uma fenomenologia histórica, nem tampouco de história do aparecimento das categorias. Nas palavras do próprio Marx: “Trata-se da sua hierarquia no interior da moderna sociedade burguesa”⁵⁴.

Seção II - Começo e Crítica

[a teoria d’*O Capital*] “É ao mesmo tempo uma descrição do sistema e, em virtude da descrição, uma crítica dele”⁵⁵.

Introdução

Como vimos na seção anterior, a tese segundo a qual a primeira seção de *O Capital* tem como objetivo descrever geneticamente o desenvolvimento das trocas em um contexto pré-capitalista, isto é, que refere a teoria da circulação simples ao pré-capitalismo, é uma criação de Engels hoje quase unanimemente rejeitada. Contudo se a circulação simples não descreve uma realidade pré-capitalista, ela tampouco corresponde plenamente à relação real entre capital e trabalho tal como a reconstruímos seguindo o traçado de Marx em *O Capital*. Ou seja, a relação que se estabelece a partir da compra da mercadoria força de trabalho não está plenamente descrita na circulação simples, contudo a exposição da Crítica da Economia Política deve começar por ela.

⁵⁴ Cf. *A circulação simples como epiderme da experiência capitalista*, p. 108.

⁵⁵ Carta de Marx a Lassalle de 22 de fev. de 1858. *MEW*, Volume XXIV, p. 550.

Na etapa anterior desta pesquisa⁵⁶ analisamos a teoria da circulação simples e a descobrimos como uma *aparência*, entendida no contexto da recepção crítica por parte de Marx da teoria hegeliana da aparência. Vimos que a *aparência*, neste contexto, não se confunde diretamente com a *ilusão* e nem tampouco está em uma relação de *diferença absoluta* para com a essência, ela é antes a forma de manifestação da *essência*, que por meio dela *aparece*. Agora sabemos a partir do conceito marxiano de capital qual é, de modo determinado, a relação essencial que aparece. Mas o que aparece inverte as leis que determinam de fato a sociabilidade capitalista. O que a princípio aparece é a liberdade dos contratantes, bem como sua igualdade e a propriedade baseada no trabalho próprio. Marx se esforça em *O Capital* por não cindir de modo absoluto estas duas dimensões da sociabilidade capitalista, como se a *essência* simplesmente negasse o que *aparece*, antes procura por meio da exposição das categorias centrais da Economia Política seguir o desenvolvimento das formas do valor que *converte* o que aparece em seu contrário.

Tornou-se lugar comum na história da interpretação de *O Capital* a proposição de começos alternativos⁵⁷ para a exposição das categorias da Crítica da Economia Política e no mais das vezes sob alegação de serem começos mais *concretos*. Caso Marx quisesse começar pelo concreto, pensamos, iniciaria sua obra pela concorrência inter-capitais, pelos preços de mercado, etc., isto é, começaria pelos temas do Livro III, e não pelo Capítulo 8 sobre a jornada de trabalho, nem mesmo pela teoria da acumulação originária, como tantas vezes se insistiu. Como sabemos desde a publicação dos *Grundrisse*⁵⁸, Marx não parte do concreto e considera este um dos equívocos da Economia Política. O ponto de partida não é fortuito, isto é, não se poderia começar de outro modo senão aquele que vai *do abstrato ao concreto*. Veremos nesta seção como o abstrato corresponde ao núcleo da teoria clássica da Economia Política sobre o valor-trabalho. Marx, como procuraremos mostrar, recebe

⁵⁶ Cf. AZARA. *A circulação simples como epiderme da experiência capitalista*, 2007.

⁵⁷ Apenas para citar o mais recente caso francês dessa modalidade de proposta, remetemos o leitor interessado ao recente estudo de Jacques Bidet sobre as categorias de *O capital*, trata-se de *Explicação e reconstrução do Capital*. A distância que nos separa dos pressupostos dos quais parte Bidet nos impedem de compreender sua *Explicação* e menos ainda nos fazem concordar com sua proposta de *Reconstrução* da teoria de O capital.

⁵⁸ Apenas uma palavra sobre a “distância” que nos separa da abordagem de Bidet. Seu “horror à dialética”, para lembrar a expressão de Rui Fausto, o leva a desacreditar os materiais que compõem os *Grundrisse* que, segundo Bidet, “são objeto de um culto acadêmico descabido” (Cf. p. 115). Ao contrário, pensamos que os *Grundrisse*, embora trate-se de um esboço, tem justamente a vantagem apontada por Rosdolsky de nos colocar em contato com o *laboratório intelectual de Marx* e de nele vislumbrar o quanto a *Lógica* de Hegel lhe prestou um grande serviço no processo de “Elaboração do material”, como aliás admite o próprio Marx em carta a Engels. Ver neste sentido: Grespan, 2002, p.28, nota 7.

criticamente a tradição da Economia Política, formula o que lhe parecia seu *núcleo veritativo* para a partir desta base mostrar a contradição essencial que converte este *núcleo veritativo* em seu contrário direto.

*** **

As categorias da circulação simples são, portanto, todas elas referentes ao capitalismo, ou mais precisamente, a “*certo capitalismo*”⁵⁹. Sabemos tratar-se de *um capitalismo aparente*, ou como temos determinado em nossa pesquisa, do “capitalismo tal como aparece na epiderme da experiência capitalista”. Desenvolveremos aqui estes resultados.

Ao iniciar o primeiro livro de sua Crítica da Economia Política, livro este que tem como objeto “o processo de produção do capital”, Marx o faz precisamente pela mercadoria, ou pela forma mais geral da riqueza capitalista. Esta forma singular e universal da riqueza é desenvolvida em sua oposição interna entre valor de uso e valor até nos revelar que sua substância de valor é cristalização de trabalho humano geral. Este mesmo trabalho, também bipartido em um lado concreto e útil e outro geral e abstrato, é que se revelará como nexos sociais das trocas de mercadorias. A circulação simples, então, emerge na análise como determinação própria da sociabilidade mediada pela troca de trabalhos que são homogeneizados pela forma de valor das mercadorias⁶⁰. Isto é, como determinação propriamente capitalista que articula os elementos basilares da troca capitalista, o trabalho, o valor, etc. Contudo, é flagrante a oposição entre as determinações da circulação simples e aquelas do capitalismo “como tal”, que encontramos nas demais seções e livros de *O*

⁵⁹ O traço fundamental da solução apresentada por Rui Fausto ao problema da referência das categorias da circulação simples é a tentativa de mostrar que os elementos fundamentais da teoria da circulação simples, a saber, o trabalho abstrato e o valor, são determinações exclusivamente capitalistas e que sua presença na teoria da circulação simples mostra como a sua referência é *um certo capitalismo*. Ou dito expressamente, a teoria da circulação simples se refere ao capitalismo em sua “aparência” (*Marx: Lógica e Política*, I, p.181-182). Para Rui Fausto a teoria da circulação simples apresenta uma aparência e seu fundamento, formando assim uma totalidade homogênea que é, ela própria, a aparência do modo de produção capitalista. Sendo assim: o sistema aparece como um sistema que obedece às leis gerais da produção simples, isto é, ele aparece como se a sua finalidade fosse não a valorização do valor, mas a satisfação das necessidades (Cf. p. 184).

⁶⁰ Não seguiremos aqui o desenvolvimento das formas elementares da circulação simples, trabalho abstrato e valor. Procuramos ter realizado tal tarefa essencial para a compreensão do problema em nossa dissertação de mestrado (ÁZARA, *idem*). Cf. Capítulo 3: “Os elementos do problema”. Aqui apenas procuramos extrair algumas conclusões.

Capital e cujo núcleo conceitual procuraremos reconstituir nesta tese. É por isso que entenderemos aqui a circulação simples como esfera do sistema capitalista ou como diz Marx: “esfera ruidosa, existente na superfície e acessível a todos os olhos”⁶¹. Veremos que é novamente nos *Grundrisse* que encontraremos esclarecimentos sobre o modo de relacionar este *começo* pelo abstrato, com o concreto capitalista das esferas mais essenciais.

No fragmento da versão primitiva de *Para a Crítica da Economia Política*, Marx examina “as manifestações da lei de apropriação na circulação simples”⁶². Examinemos brevemente as *leis* que presidem as relações econômicas entre os agentes da troca a fim de precisar o sentido geral da teoria da circulação simples na obra de Marx. Veremos que das pressuposições e precondições da sociabilidade mediada pela troca surge a sistemática dos *princípios ou leis do capitalismo*, a saber, a propriedade, a igualdade e a liberdade.

1. Na superfície a trindade: Propriedade, Liberdade e Igualdade

Na análise da circulação simples (M-D-M) parte-se “do princípio de que as mercadorias existem como valores de uso já prontos”⁶³. Ou seja, nos situamos desde sempre no momento do encontro dos agentes da troca, já portadores de mercadorias, mesmo sabendo que há pressuposições não explicitadas para este encontro⁶⁴. A circulação parte da metamorfose das mercadorias (*m-d/d-m*) como de um dado. É necessário que se encontrem dois portadores de mercadorias e do ponto de vista deste começo, tais mercadorias apenas podem ser “objetivação do indivíduo cujo trabalho ela representa”⁶⁵. Assim aparece a primeira *pressuposição fundamental* (*Grundvoraussetzung*) da circulação simples, a lei de apropriação pelo trabalho próprio, ou, nas palavras de Marx: “o trabalho e a propriedade do resultado do trabalho próprio apresentam-se assim como a *pressuposição*

⁶¹ C, I, p.144.

⁶² Diz o texto inicial da seção: “trata-se agora de apreender as relações econômicas dos indivíduos – que são os agentes da troca – em toda a sua simplicidade, tais como elas se manifestam no processo de troca que estamos descrevendo, sem as referirmos a relações de produção mais desenvolvidas.” G, p. 267, [901].

⁶³ G, p. 267. Ou como esclarece o próprio Marx a seguir: “o processo de criação das mercadorias, e, por conseguinte também o seu processo inicial de apropriação, se situam fora da circulação”. G, p. 268, [902].

⁶⁴ “A propriedade privada é a *pressuposição* da circulação, mas o processo de apropriação, esse não se mostra, não aparece no quadro da circulação; sendo pelo contrário, supostamente anterior”. G, p. 268, [902-3] Tradução alterada.

⁶⁵ G, p. 267.

fundamental sem a qual não teria lugar a apropriação secundária por intermédio da circulação”⁶⁶.

Apenas são agentes do processo de troca que perfaz a superfície da sociedade burguesa os indivíduos que possuam valores de troca, mercadoria ou dinheiro, o modo como se tornaram proprietários está fora do âmbito da circulação simples⁶⁷. “A circulação mostra simplesmente de que modo esta apropriação imediata transforma, por intermédio de uma operação social, a propriedade do trabalho próprio em propriedade do trabalho alheio”⁶⁸. É, portanto, deste “lugar comum” a “todos os economistas modernos” que Marx faz ponto de partida da análise da circulação simples⁶⁹.

Fica assim estabelecida a primeira *pressuposição fundamental* da circulação simples: “uma vez admitida esta lei da apropriação pelo trabalho próprio - que longe de ser uma hipótese arbitrária é uma pressuposição que resulta do estudo da própria circulação - sem dificuldade se descobre na circulação um reino da liberdade e da igualdade burguesa fundado nesta lei”⁷⁰. A lei de apropriação pelo trabalho, além de instituir o regime da liberdade e igualdade burguesas é a primeira necessidade (*erste Notwendigkeit*) condicionante da troca. A segunda pressuposição, que aparece como *necessidade*, é apresentada a seguir: “depois da apropriação pelo trabalho ou da materialização do

⁶⁶ Idem, p. 268. Grifo nosso. A questão da apropriação pelo trabalho aparece aos filósofos continentais, que são *fonte* para a Economia Política, como resposta à pergunta: “como é possível converter o que deus deu a toda a humanidade em propriedade privada?” A resposta de Locke a tal problema, resposta esta que irá lhe conferir a autoridade de um *pai fundador*, parte do plano teológico em que é formulada por seus contemporâneos, mas já anuncia o patamar humano das relações como começo de que se deve partir. Sua resposta se fundamenta na propriedade originária da própria “pessoa” e das “ações que esta efetiva” na natureza. Assim ao adicionar trabalho ao que desde sempre é dado pela natureza, torno “minha propriedade” ao menos uma parcela do que era “comum” a todos os homens. Assim me aproprio pelo trabalho daquela parcela da natureza que por meio deste transformo. O trabalho inaugura um “título de propriedade” nas coisas que até então eram “comuns”, esse título é assegurado não por autoridade humana ou qualquer acordo ou convenção, mas por deus. Cf. *Dois Tratados do Governo Civil*, cap. V. Essa apropriação pelo trabalho ficará como marca definitiva nos herdeiros da tradição do Direito Natural e do empirismo continental, a Economia Política, bem como outra marca distintiva, a saber, esse *estilo de filosofar* sobre épocas adâmicas, remotas. Essa abstração do começo é outro traço que passa a essa nascente ciência.

⁶⁷ Bem como, aliás, o consumo que está, evidentemente, fora da circulação.

⁶⁸ **G**, p. 269, [903].

⁶⁹ “Seja como for, tal como se manifesta à superfície da sociedade, o processo de circulação não conhece outro modo de apropriação, e no caso de aparecerem contradições ao longo do nosso estudo seria necessário deduzi-las do desenvolvimento do próprio valor de troca, tal como fizemos com esta lei da apropriação primitiva pelo trabalho. **G**, p. 269-270, [904]. Marx aqui antecipa, por assim dizer, a *Umschlag* destas “leis da circulação simples” como desenvolvimentos contraditórios desta mesma base de que se parte.

⁷⁰ **G**, p. 270, [904]. Veja-se que não é o reino da “liberdade e igualdade enquanto tais”, mas da “liberdade e igualdade burguesas”.

trabalho, a sua alienação ou a sua conversão em forma social aparece com a segunda lei”⁷¹. A segunda *necessidade* é o próprio movimento da troca de equivalentes, a conversão do trabalho próprio em trabalho social. Essa é a base da *igualdade* em que se encontram os agentes da troca.

A terceira pressuposição insere os trabalhos no “sistema de carências *diversas*” (*verschiedenen Systemen von Bedürfnissen*). “Todos os agentes da troca produzem nas condições da divisão do trabalho social”⁷². Esta pressuposição fundamental de que os sujeitos da troca já produzem no quadro de uma divisão social do trabalho determinada historicamente “encerra uma quantidade de pressuposições⁷³ que não resultam nem da vontade do indivíduo, nem de sua natureza imediata, mas de condições e relações históricas que fazem já do indivíduo um ser social determinado pela sociedade”⁷⁴. Sendo assim, esta terceira pressuposição, que mesmo sendo fruto de um processo histórico aparece aos sujeitos mercantis como uma “necessidade natural” (*Naturnotwendigkeit*) insere a *liberdade* dos produtores na sistemática social.

O caráter privado da produção do indivíduo produtor de valores de troca manifesta-se como um resultado da história - o seu isolamento, a sua redução a uma pequena autonomia no quadro da produção são condicionadas por um sistema de divisão do trabalho que, por seu lado, se baseia em toda uma série de condições econômicas determinando as relações do indivíduo com os outros indivíduos e fixando o seu próprio modo de existência sobre todos os pontos de vista⁷⁵.

A inserção de seu trabalho independente na sistemática social da divisão do trabalho faz com que sejam componentes de sua liberdade, por um lado, a “independência da produção individual”, e, por outro, essa independência é completada ou necessita para a sua efetivação da “dependência social”. Conseqüência disto é que a forma geral que o trabalho assume na circulação simples é apenas a de valor de troca. Nas palavras de Marx:

⁷¹ Idem.

⁷² G, p. 270, [905].

⁷³ “Resultaria, pois, que para que os indivíduos possam enfrentar-se nas simples relações de compra e venda como produtores privados livres, no decurso do processo de circulação e figurar neste processo como agentes independentes, isto já supõe outras relações de produção mais complexas, relativamente em conflito com a liberdade e a independência dos indivíduos, outras relações econômicas prévias”. G, p. 273, [907].

⁷⁴ G, p. 271, [905].

⁷⁵ Idem, [906]

Os agentes da troca produzem mercadorias diversas (*verschiednen*) como resposta a necessidades diversas; se cada indivíduo depende da produção de todos, todos dependem também da sua, porque se completam reciprocamente; e assim, graças ao processo de circulação, o produto de cada indivíduo torna-se para ele o meio de participar na produção social em geral, proporcionalmente à grandeza de valor que possui⁷⁶.

Embora Marx o nomeie como “*sistema de carências diversas*”, o que aqui se descreve é o correlato do que em linguagem hegeliana se denomina “Sistema de Dependência *Omnilateral*”⁷⁷ dos sujeitos mercantis representados por seus trabalhos. É devido a isso que os agentes da troca só existem um para o outro como “coisa” e sua relação monetária é só desenvolvimento desta relação. Mais do que encerrar a liberdade individual na trama social das necessidades, a inserção dos agentes no sistema das necessidades faz da particularidade individual um momento da particularidade social. Sendo assim, do ponto de vista da circulação simples, ao buscar atingir os meus fins particulares, alcanço, por consequência, os fins da sociedade mercantil. Ou na formulação de Marx: “O interesse comum, que aparece como conteúdo do ato global de troca é realmente um fato presente na consciência de ambas as partes, mas em si ele não é o motivo da troca, ele só existe, se assim se pode dizer, camuflado por detrás dos interesses individuais que reflete”⁷⁸. Os sujeitos da troca têm plena consciência de que em suas relações mercantis são *fim* para si e *meio* para o outro e da reciprocidade que faz de cada “trocante” fim e meio⁷⁹.

⁷⁶ G, p. 273, [907-8].

⁷⁷ “O fim egoísta, assim condicionado pela universalidade, funda um sistema de dependência omnilateral, tal que a subsistência e o bem-próprio do singular, bem como o seu ser-aí jurídico, estão entrelaçados com a subsistência, o bem-próprio e o direito de todos, estão fundados nestes e só nesta conexão são efetivamente reais e assegurados”. Filosofia do Direito. § 183. Hegel em sua “recepção” dos clássicos da Economia Política já houvera identificado uma *tensão* entre o “lado solar” da sociedade civil-burguesa, representado pela dependência e satisfação omnilateral, por um lado, e o “lado sombrio”, tipificado pela presença da plebe como modo de vida, por outro. Esta *tensão* seria responsável a um só tempo pelo dinamismo moderno e pela tendência à desagregação social, sendo assim tal “tensão” suspensa na totalidade ética do Estado. Ver neste sentido: MÜLLER, M. “*A Gênese Conceitual do Estado Ético*”. Rev. de Filosofia Política. - Nova Série, II (1998), p. 9-38.

⁷⁸ G, p. 277, [912].

⁷⁹ Na formulação da *Filosofia do Direito* hegeliana estes elementos que aqui vemos operando são os “dois princípios” da sociedade civil-burguesa: “A pessoa concreta, que como particular é fim para si, enquanto ela é um todo de carências e uma mistura de necessidade natural e arbítrio é um princípio da sociedade civil, - mas a pessoa particular, enquanto ela está essencialmente em relação a outra tal particularidade, assim que cada uma se faça valer e se satisfaça mediada pela outra e, ao mesmo tempo, pura e simplesmente só enquanto mediada pela forma da universalidade, é o outro princípio”. FD. §182. É ao entrelaçamento destes dois princípios, mediados pelo cultivo, que se deve a dependência omnilateral. Em Hegel o cultivo (*Bildung*) determina “o querer, saber e agir” do particular segundo um universal (ainda) formal, impedindo a afirmação unilateral de apenas um destes princípios esgarce o tecido social. A seu modo a recepção especulativa da

Determinada pela apropriação pelo trabalho próprio (propriedade); conversão do trabalho privado em trabalho social (igualdade) e pela divisão social do trabalho (liberdade), a circulação simples se mostra a um só tempo como “a realização da liberdade individual (*Verwirklung der individuen Freiheit ist*) e a plena e total realização da igualdade social (*die völlige realization der Gesellschaftlichen Gleichheit*). Usando uma expressão do próprio Marx em *O Capital*, o valor de troca nos aparece então como “*leveler*” radical, pois uma vez que nossos cambistas só se defrontam “como valores de troca subjetivados”, não há só igualdade entre eles: “não há mesmo qualquer diferença entre eles”. Assim, a partir de “um dado momento, a circulação faz de cada um não só igual ao outro, mas identifica-o com o outro, e o seu movimento consiste em transferir cada um, alternadamente -, do ponto de vista da função social - para o lugar do outro”⁸⁰.

Do ponto de vista da circulação simples a relação de valor que a circulação de mercadorias desenvolve é mais do que compatível com a liberdade e a igualdade, é esta relação mesma que lhes servem de fundamento e as determinam como criações suas.

Como ideias abstratas são expressões idealizadas das suas diversas fases; o seu desenvolvimento jurídico, político e social é apenas a sua reprodução em outros planos. Aliás, esta afirmação foi historicamente verificada. Esta trindade - propriedade, liberdade e igualdade - foi em primeiro lugar formulada teoricamente, nesta base, pelos economistas italianos, ingleses e franceses do século XVII e XVIII; mas não só: estas três entidades só foram realizadas na moderna sociedade burguesa⁸¹.

Assim essa trindade, a propriedade, a igualdade e a liberdade, é apenas “realizada” na moderna sociedade do capital. Como ideias podem ter uma existência antediluviana, mas como “realidade” só existem na *epiderme* da sociedade capitalista, sua esfera própria de efetivação e na qual esta trindade funciona como um transcendental, isto é, apresentando-se como condição de possibilidade da sociabilidade mercantil . Daí a crítica de Marx ao *socialismo de boa alma*, especialmente o francês, quando este se propõe a tarefa de “realizar as idéias” que a Revolução de 1789 teria liberado, mas que o dinheiro ou o capital

Economia Política já é crítica da suposta capacidade de o mercado se auto-organizar, sendo por isso integrado em uma esfera ética mais abrangente e que deve operar já em seu interior.

⁸⁰ G, p. 279, [914].

⁸¹ G, p. 281, [915-6].

suprimiriam⁸². Para tal socialismo a história *ainda não* foi capaz de realizar estas ideias plenamente, sendo a liberdade e a igualdade mediadas pela troca meras falsificações. Ao contrário, diz Marx:

O sistema do valor de troca, e mais ainda o sistema monetário, é na realidade o sistema da liberdade e da igualdade. Mas as contradições que surgem no seu desenvolvimento são contradições imanentes, implicações próprias desta propriedade, desta liberdade e desta igualdade que, na devida altura, se convertem no seu contrário⁸³.

Não é que sejam irreais pura e simplesmente, tais ideias são resultado da circulação simples dos valores, são seu produto nas relações e nas ideias que temos de nossa sociabilidade mediada pela troca. Criticá-las de modo exterior ao desenvolvimento das relações que as fazem reais não é mais que “súplica piedosa e desejo ingenuamente simplório”. O que é preciso demonstrar é como o desenvolvimento das mesmas relações implica sua conversão em seu contrário, e assim entender que estamos diante de um sistema social cujas premissas fundamentais são negadas e invertidas, não por intenção externa ou defectibilidade, mas antes *naturalmente*, ou por seu próprio desenvolvimento.

Esse “Éden dos direitos naturais do homem”, que é a circulação simples, não é uma invenção ou charlatanice de economistas, é aparência necessária e real do sistema do capital⁸⁴. Ela é a *consciência* que resulta de seu próprio funcionamento e aparece como natural. Os economistas, tanto quanto os piedosos “socialistas”, se equivocam por não perceberem a conexão entre esta aparência e sua inversão igualmente necessária.

⁸² Tudo se passa nesta modalidade caridosa de socialismo como se a liberdade e a igualdade fossem meras ilusões complementares e não *aparência necessária* da sociedade capitalista. Necessidade, ao nível da circulação simples, pensamos, é *necessidade formal ou relativa*. É extremamente complexa a construção hegeliana das categorias da *modalidade*, especialmente a categoria de *necessidade* que, como diz a anotação do § 147 da Enciclopédia: “é muito difícil, e na verdade por ser ela o conceito mesmo”. Voltando à circulação simples, a *necessidade* é aqui *relativa*, não apenas por ser *necessidade* de uma esfera formal, mas especialmente porque dependente de “pressuposições”. Ver neste sentido a seção B do segundo capítulo da *Lógica da Essência: Necessidade Relativa, ou melhor, Efetividade Real, Possibilidade e Necessidade*. *WL*, II, Werke 6, 207, trad. p. 484.

⁸³ *G*, p. 282, [916]. Esta liberdade e esta igualdade como definidoras do nexos social capitalista são suspensas e rebaixadas a momentos do processo global. Sabemos que a teoria ao nível do capital como sujeito, e mais ainda no processo de sua reprodução, a circulação simples passa a ser “mera forma de aparecimento” de um processo mais abrangente e que é, de fato, seu inverso.

⁸⁴ Mas para além do desenvolvimento categorial, que penso ser preciso agora explorar, há uma dimensão de sua *necessidade* como condição prévia da *consciência burguesa moderna*. Essa liberdade e essa igualdade são como “condições de possibilidade”, são como dissemos algo como um *transcendental* na organização da experiência capitalista e da consciência que os agentes da troca têm nesta esfera.

2. Circulação Simples: *aparência necessária e real* do sistema do capital

“A circulação simples é uma esfera abstrata do processo global”⁸⁵.

Marx, ainda nesta versão primitiva de *Para a Crítica*, combate a ilusão simetricamente oposta, a de que as contradições que se opõem à circulação simples, aquelas que encontramos ao deixar a superfície luminosa da sociedade capitalista, são *meras ilusões* e que o que vigora em todos os momentos são as *leis* da circulação simples. Isto é:

Pretende-se e tenta-se provar, abstraindo da forma específica das esferas mais desenvolvidas do processo de produção social, abstraindo das relações econômicas mais desenvolvidas, que todas as relações econômicas são sempre as da troca simples, da troca de mercadorias e das determinações correspondentes da propriedade (liberdade e igualdade), aparecendo simplesmente de cada vez com um outro nome⁸⁶.

Esta passagem é importante para a determinação de um dos resultados de nossa pesquisa anterior e de que partimos neste estudo. A saber, que estas ideias que resultam e determinam a circulação simples, por mais que a crítica as revele portadoras de ilusão, seguem sendo “a consciência de todos os agentes sob o capitalismo”. Independente da esfera em que se dê sua ação, a consciência que o sujeito terá sempre será determinada pelas ideias que perfazem a circulação simples. O ilusório deixa de ser a simples afirmação de sua vigência, mas antes a admissão de que as leis desta esfera formal e abstrata não sejam, por uma necessidade interna do sistema, invertidas nas esferas mais concretas e essenciais por um funcionamento próprio do sistema.

Se a trindade que perfaz e resulta da circulação simples não é mera ilusão, ela tampouco é o *real* capitalista como tal. Aqui reside o engano. O enganoso não é a admissão de que haja liberdade e igualdade e não também, e talvez de modo ainda mais determinantes, seus contrários diretos. A ilusão combatida aqui é da *parte* que se pretende o

⁸⁵ G, p. 922.

⁸⁶ G, p. 282-3, [917].

todo. A circulação simples é uma esfera abstrata do sistema capitalista, mas que produz a ilusão⁸⁷, na qual se enredam os agentes e parte dos economistas, de ser o todo do sistema.

2.1 - Circulação Simples - Sistema de aparências.

A relação entre a circulação simples e as determinações mais concretas do sistema capitalista pode ser esquematizada assim pela relação da parte com o todo. Nesta relação a ilusão consiste em tomar-se a parte como sendo o todo⁸⁸. Mas não é o caso que a parte seja (apenas) falsa em contraposição com o todo. Ela é o todo tal como a princípio aparece⁸⁹. Ela é forma de aparecimento de um conteúdo que é seu contrário. Mas o conteúdo, que por meio desta forma aparece, oculta em seu próprio modo de aparecimento suas determinações essenciais, tais como os modos de subordinar a si todos os elementos da sociedade e particularmente a população trabalhadora, etc. Todas essas determinações essenciais estão abstraídas e ocultas sob a forma da circulação de mercadorias. Ao invés de o sistema capitalista aparecer como tendo como finalidade última a extração de mais-valor, o que aparece é a sociabilidade mediada pela troca, tendo na satisfação de necessidades sua finalidade última.

Cabem aqui algumas breves palavras sobre a circulação simples como dimensão econômica permanente ou a circulação no circuito M-D-M tal como segue existindo no capitalismo. Marx em *O Capital*, como já houvera feito em *Para a Crítica*⁹⁰, tipifica a circulação simples como movimento que ocorre todo dia em um país⁹¹. Ela opera sempre que ocorrem “metamorfozes unilaterais de mercadorias” ou meras vendas e meras compras.

⁸⁷ Ao se distinguir aparência de ilusão há que se levar em conta que a aparência não é uma ilusão subjetiva, erro de observação. Norman Geras cita uma formulação de Maurice Godelier que nos parece precisa: “não é o sujeito que se engana, é a realidade que o engana”. Ver: “Essência e aparência: a análise da mercadoria em Marx”, in Cohn, *Op. Cit.*

⁸⁸ Do ponto de vista da análise, contudo, nos deteremos nas determinações da parte, isto é, da aparência. Como diz Marx, do ponto de vista da circulação simples tais determinações, as quais está contraposta na análise, inexistem completamente.

⁸⁹ A circulação simples corresponderia a uma dimensão que por analogia chamaríamos de “*obvio econômico*” e que faz com que pareça trivial a apresentação da relação social das pessoas como relação entre coisas. Nas palavras de *Para a Crítica*: “não é outra coisa senão a rotina da vida cotidiana o que faz parecer trivial e *óbvio* o fato de uma relação social de produção assumir a forma de um objeto; de tal maneira que a relação das pessoas em seu trabalho se apresenta como sendo um relacionamento de coisas consigo mesmas e de coisas com pessoas”. *Para a Crítica*, p. 63. Ver igualmente p. 75.

⁹⁰ Em *Para a Crítica* a “circulação simples” expressa a circulação do dinheiro no interior de uma comunidade (p. 121) ou uma circulação interna (p. 129).

⁹¹ C, I, 102, 104, 110, 119.

É a circulação da qual participa o trabalhador e mesmo o capitalista quando seu consumo não é produtivo, ou seja, não está determinado por esferas mais complexas do sistema. O dinheiro opera aqui apenas como medida de valor. O horizonte da circulação simples é aquele da circulação interna de mercadorias em uma comunidade, na qual o dinheiro circula apenas como dinheiro e não ainda como capital⁹².

Em *Para a Crítica* Marx formula claramente sua teoria da circulação simples como “esfera superficial e formal”, isto, é, na qual faltam (embora estejam sempre pressupostas) as determinações do caráter global do sistema:

O caráter superficial e formal da circulação simples de dinheiro manifesta-se precisamente em que todos os fatores que determinam o número dos meios de circulação, como a massa das mercadorias em circulação, os preços e sua variação, o volume das compras e vendas a um dado momento, a velocidade do curso do dinheiro, dependem do processo de metamorfose do mundo das mercadorias, que por sua vez depende do caráter global do modo de produção, do montante da população, da relação entre a cidade e o campo, do nível de desenvolvimento dos meios de transporte, do grau da divisão de trabalho, do crédito, etc., em resumo, depende das circunstâncias que estão todas elas fora da circulação simples do dinheiro e nela apenas se refletem⁹³.

Estas determinações aparecem na circulação simples, mas o fazem apenas por mediações que invertem seu sentido. O modo especificamente capitalista como estas determinações se manifestam na consciência dos agentes faz com que a circulação *pareça* ser o todo que preside sua relação com a produção. Não é que não haja circulação com base na satisfação de necessidades. É que o sistema capitalista tem como objetivo único a valorização do valor como “auto-finalidade” da “substância semovente” como veremos a partir do capítulo 2 desta tese. A *parte* do sistema capitalista na qual nos movemos como agentes da troca, contudo, nos aparece como *o todo* da relação capitalista e assim encobre que por detrás das trocas que visam satisfazer necessidades se processa o sistema cego da valorização do valor que condiciona e determina nosso consumo⁹⁴.

⁹² C, I, p.127.

⁹³ Zur Kritik, Dietz Verlag, Berlin. Band 13, 7. p, 120, [85-6].

⁹⁴ Esta aparência credenciaria a circulação a se constituir como capacidade de automensuração do capital. A produção, assim, parece ser momento da circulação. Como diz Grespan: “com isto o aspecto da igualdade no mercado entre vendedores e compradores da força de trabalho oculta o da desigualdade. “Tal desigualdade é que se mostra o fundamento da igualdade e também o todo da relação na qual a igualdade é mero momento”. *O Negativo do Capital*, p. 275.

Como formaliza Grespan, a aparência não nega a “relação de fato” com a qual entra em oposição, antes é sua forma de aparecimento. Sua oposição as coloca com “processo superficial” e “processo subjacente”, mas sua oposição não faz de uma verdade oculta da outra, antes, sua relação é tal que a igualdade é modo de manifestação da desigualdade. Marx não negaria que liberdade e igualdade pertençam ao universo capitalista, mas apenas as mostra como limitadas a uma *esfera formal* que pertence a um contexto mais amplo onde vige a desigualdade. Contudo, o sistema capitalista necessita da ideia da igualdade para sua reposição e conclui Grespan: “esta aparência existe enquanto ilusão não por não existir realmente; o que é ilusório é que só exista igualdade e liberdade, e não também desigualdade”⁹⁵.

O capitalismo é um sistema de produção tal que se assenta em uma desigualdade fundamental que determina seu próprio modo de aparecer como igualdade. “A separação entre propriedade e trabalho torna-se consequência necessária de uma lei que aparentemente partia de sua identidade”⁹⁶. Isto porque a relação entre capitalista e trabalhador não é apenas aquela entre comprador e vendedor da força de trabalho – esta é a parte que aparece como todo – tal relação é antes uma relação específica do mundo burguês na qual capitalista e trabalhador se encontram opostos como proprietário e não-proprietário dos meios de produção. É esta relação, que em última análise se fundamenta na “acumulação originária”, que forma “o todo” ou a totalidade da relação capital-trabalho e que tem a circulação simples como forma de aparecimento. A acumulação originária explicaria “o porquê” da dupla “liberdade” do trabalhador no início do processo de troca. O todo, na verdade, é o nexos entre circulação e produção ou o capital como totalidade.

Se abandonarmos os marcos categoriais da circulação simples veremos que, como comenta Grespan: “a reprodução afeta o nexos entre igualdade e desigualdade de trabalhadores e capitalistas, levando à inversão do princípio de apropriação do produto pelo trabalho, sobre o qual se pensa constituir a sociedade burguesa”⁹⁷. Na teoria da reprodução, onde o ciclo de produção e valorização é constantemente repetido, a troca de equivalentes “se torce de tal modo que se inverte em mera aparência”. Apenas analisando o ato da troca com em um instante que não se repete é que se chega à suposição da troca de equivalentes

⁹⁵ Idem, p. 113-4.

⁹⁶ C, I, 2, 166.

⁹⁷ *O Negativo do Capital*, p. 115.

na circulação simples. A reposição ininterrupta deste processo revela por si só que o capital inicial era já trabalho alheio não pago, como veremos no *Capítulo 5* desta tese. Aqui aparência é ilusão mistificadora, “simples forma que é alheia ao conteúdo”. A forma é a troca de equivalentes, o conteúdo a apropriação não paga do produto do trabalho alheio.

Como bem salientado por Grespan⁹⁸ é a forma (mistificada) que prevalece na consciência e sociabilidade burguesas. A forma da troca de equivalentes e a liberdade devem permanecer como aparência do sistema, mesmo que seu conteúdo a negue por completo. A mistificação: “é que a forma apareça adequada ao conteúdo, que a produção capitalista se caracterize só pela igualdade dos agentes, definidos simplesmente enquanto vendedores e compradores em geral”⁹⁹.

Marx reconhece que tais ilusões não desaparecem apenas com a descoberta de sua parcialidade¹⁰⁰, mas que tal fato é também fruto de um longo e penoso processo histórico. Contudo nos situamos ainda neste capítulo no plano da aparência, ou da *parte que aparece como todo*. Vejamos como estas aparências se mostram como o *consumação* da Economia Política.

3. Circulação Simples: *uma reconstrução da Economia Política*

Um das *notações conceituais* que se pode acrescentar ao significado da teoria da circulação simples em Marx é aquela que faz da seção que abre *O Capital*¹⁰¹ *uma reconstituição daquilo que haveria de racional na Economia Política*. Isto é o que, em linhas gerais, Grespan chama “o problema do começo”, como se trata de uma crítica da Economia Política, o começo, neste caso, concerne aos temas dos clássicos¹⁰². Marx se

⁹⁸ Idem, p. 117.

⁹⁹ Ibidem.

¹⁰⁰ A ideia de que o descobrimento da ilusão fetichista não elimina a ilusão pode ser, é isso que pensa Rui Fausto, aproximada da “descoberta da ilusão transcendental” que não lhe retira, pela simples descoberta, sua necessidade.

¹⁰¹ E como sabemos não apenas a seção que abre *O Capital*, mas a obra como um todo pode ser vista como uma reconstrução “crítica” do sistemas de Economia Política.

¹⁰² Para Grespan (*A Crise na Crítica da Economia Política*) não obstante todas as dificuldades da teoria do valor, é por meio dela que Marx apresenta o caráter natural, autônomo e objetivo das categorias da Economia Política como uma aparência que o próprio capitalismo cria. Por trás da lei do valor e das categorias que ela engendra estão relações sociais historicamente datadas, que são o verdadeiro conteúdo das categorias econômicas que Marx analisa. A teoria do valor é o modo adequado de apreensão de um modo de produção contraditório e ao mesmo tempo é ela que permite a exposição da contradição, aliando-se assim a crítica. É

propria a refutar o otimismo que marca a Economia Política e especialmente aquele que está ligado à teoria da “mão invisível”. Para isto monta seu sistema da circulação simples que incorpora a teoria ao nível dos clássicos, contudo, tendo como marca distintiva a afirmação da “possibilidade da crise” mesmo já na circulação simples. Assim a circulação simples é um “começo tradicional” e, contudo, no desenvolvimento marxiano, *crítico*. Da tradição retira o *começo pelo abstrato*; mas este abstrato agora não necessariamente deve se remeter aos tempos adâmicos ou ao paraíso perdido de uma sociabilidade harmoniosa que repousaria na equivalência das trocas. O elemento *crítico*, em sua apresentação, mostra-se na *possibilidade* de que mesmo esse começo seja maculado pela “negação do capital”. As formas de ocultamento presentes e constitutivas da circulação simples impedem que a crise seja vista em sua inerência ao conceito mesmo de capital, já em suas formas mais elementares, mercadoria e dinheiro.

O caráter *reconstitutivo* da Crítica da Economia Política de Marx aparece mais claramente em *Para a Crítica* do que em *O Capital*. No traçado mesmo de *Para a Crítica* Marx fez questão que constasse ao final de cada desenvolvimento algo como uma “breve história da teoria”. É o caso do capítulo “A Mercadoria”, onde temos um desenvolvimento do conceito de mercadoria e ao qual se segue a seção intitulada: “Apontamentos históricos para a análise da mercadoria”¹⁰³, que, ao que nos parece, corresponde ao plano original (1857) de apresentar simultaneamente a teoria e a história da teoria¹⁰⁴. Marx abre a seção afirmando que a análise da mercadoria tal como realizada por ele mesmo em *Para a Crítica* é o resultado final a que pôde chegar a Economia Política até então. Nas palavras de Marx:

A análise da mercadoria através da redução desta a um trabalho de dupla forma (de um lado, a redução) do valor de uso a trabalho real, isto é, à atividade produtiva aplicada a um fim, de outro, do valor de troca a tempo de trabalho, ou seja, a trabalho social igual, é o resultado crítico final de mais de século e meio de pesquisas da Economia Política clássica. (*Para a Crítica*, p. 77-8)

neste sentido que, como temos defendido neste estudo, não se pode pensar a circulação simples como uma “etiologia do valor”, como se a questão colocada por Marx fosse a de saber a gênese do valor. Marx parte da teoria do valor, como de um núcleo racional mínimo para buscar uma explicação do mais-valor. Ver nesse sentido Belluzzo, 1998, p. 135.

¹⁰³ O capítulo II “A moeda ou a circulação simples”, por exemplo, tem como seção segunda: “Teorias sobre a unidade de medida da moeda”.

¹⁰⁴ Ver neste sentido o segundo capítulo de Rosdolsky, *Gênese e Estrutura de O Capital*: “A estrutura da obra de Marx”. Como ressalta o autor, no plano posterior de 1865 Marx “mantém a intenção de contar a história da teoria dos diversos temas no fim da exposição de cada um deles, sob a forma de um resumo, como fora feito em *Para a Crítica*” (p. 32).

Certamente o “resultado crítico” é um resultado que carece ainda de ser posto de pé. É uma reconstrução, por parte da crítica, daquilo que a Economia Política por vezes descobre e por vezes lhe cai à cabeça como uma evidência a desenvolver. O primeiro exemplo utilizado por Marx nesta seção é o economista Willian Petty, que teria percebido algo de fundamental, a saber, que o trabalho é a fonte de riqueza material, mas que ainda assim compreende erroneamente a sociedade na qual o trabalho é fonte do valor¹⁰⁵. De fato, nesta seção a Economia Política é descrita como “avançando às apalpadelas” e sem poder separar teses científicas de ilusões ou erros. Seu conjunto, a história da teoria econômica, é descrito como um vasto sistema que precisa ser ordenado. David Ricardo, por exemplo, é tido com ainda envolto no horizonte burguês, mas que “disseca a economia burguesa, que em suas profundezas aparece muito diferente da superfície”¹⁰⁶, de fato, com Ricardo, pensa Marx, a Economia Política chega às suas últimas conseqüências, “e com isso se perfaz”¹⁰⁷.

A circulação simples seria assim entendida como uma reconstituição daquilo que de racional haveria na ciência do capitalismo, ou seja, do que de melhor se pôde produzir em Economia Política, o que inclui correções das incongruências dos clássicos, isto é, há um momento *positivo* da crítica, que coloca a Economia Política sobre seus próprios pés para que possa ser criticada no seu fundamento. Não bastaria apontar os “pontos cegos” dos sistemas mal sucedidos, é preciso que a reconstituição das categorias leve às últimas conseqüências as teses inexploradas pelos melhores intérpretes, incluindo-se aí descobertas originais mesmo em meio à crítica, para que dentro destes limites se possa exercer uma *crítica imanente* e fundamental dos postulados desse saber científico e da sociedade que este descreve.

Em “*A crise na crítica da economia política*”, Grespan defende que a crítica que Marx empreende à Economia Política é mais que mero confronto entre teorias distintas, estando, por isso, além da questão de qual dos dois modelos é o mais atual ou compatível com os paradigmas intelectuais hoje vigentes. Ela é, muito mais, “o meio privilegiado de penetrar no íntimo da própria teoria de Marx, já que esta se constitui enquanto reelaboração

¹⁰⁵ Op. cit. p. 79.

¹⁰⁶ Idem, p. 84.

¹⁰⁷ Ibidem, p. 85.

e inversão do significado das suas categorias fundamentais”¹⁰⁸. Segundo este ponto de vista, do qual somos solidários, Marx elabora sua teoria *por confrontação*, mais precisamente, como *reconstituição e crítica* da teoria dos clássicos da Economia Política. O que pretendemos mostrar como dimensão fundamental para a compreensão da circulação simples é que a mesma é a reconstituição do núcleo veritativo, ou daquilo que de racional pôde produzir a Economia Política até então. Contudo, ainda assim há que o fazer com reformulações, como se a mesma necessitasse “ser posta de pé” para poder assim ser criticada não naquilo em que nela possa haver de exótico ou equívoco, mas justamente naquilo que tem de *fundamental*. Assim, como enfatiza Marx em carta a Lassale, sua obra é simultaneamente, “exposição do sistema [da Economia Política burguesa] e, através da exposição, crítica do mesmo”¹⁰⁹.

Em seu estudo intitulado *A Teoria do Valor (dos clássicos a Marx)* Marina Bianchi defende que Marx faz uma reconstituição imanente da teoria do valor, superando as incongruências de seus próprios formuladores e é assim o primeiro a expor de modo completo os fundamentos e o significado de tal teoria¹¹⁰. Marx teria sido o primeiro a perceber, por exemplo, que quando se fala do “trabalho que forma valor” não se pode apenas pensar no trabalho como simples trabalho humano, mero elemento natural de produção, mas deve-se antes distinguir deste o trabalho também na sua forma histórica de produto ou elemento do capital. Bianchi expõe a perspectiva de que Adam Smith e Ricardo têm intuições parciais de problemas que só a Crítica da Economia Política consegue estruturar como sistema¹¹¹.

Entender essa reconstituição crítica da Economia Política como constitutiva da teoria marxiana do capitalismo nos auxilia também a situar o “problema do começo”, ou de onde se deve partir na análise do capitalismo. Como aponta Grespan em outro artigo: “*Marx, crítico da teoria clássica do valor*”, a herança jusnaturalista na Economia Política se faz notar por sua “busca pela determinação no mais simples e abstrato, portanto,

¹⁰⁸ Grespan, *A Crise na Crítica da Economia Política*, p. 77.

¹⁰⁹ Op. Cit.

¹¹⁰ Cf. Marina Bianchi, *A Teoria do Valor*, p. 101.

¹¹¹ No caso específico da medida do valor, pensa Marina Bianchi, a mudança ocorrida com Marx está fundamentada na introdução da categoria “força de trabalho” (Bianchi, *idem*, p. 56). “Eles não conseguem dar peso científico a sua descoberta” (*idem*, p. 71). “Smith é o primeiro a desligar o trabalho humano das formas concretas e materiais em que se manifesta através da troca de a considerá-lo como trabalho abstrato”. Marx o reconhece em *Para a Crítica*, contudo Smith não teria conseguido desenvolver seu “achado” no sistema do valor. *Idem*, p. 58.

concebido como o mais próximo da natureza do objeto”¹¹². Este expediente que, em última medida, é uma transposição, já no *jusnaturalismo*, do ambiente experimental para o social ou político, onde serão procuradas condições ideais e por isso abstraídas de “desvio” ou interferências que alterem os resultados. Se este expediente transposto no campo político-antropológico nos apresenta o “experimento” do *estado de natureza*, no campo econômico esta transposição assumiu por vezes a metáfora do *homo oeconomicus* em estado natural na ilha de Robinson. Portanto este *começo pelo simples e abstrato* é um elemento tradicional na herança intelectual que possibilita a Economia Política. Grespan sumaria o método clássico que consiste “de fundar no mais simples e primitivo as relações e categorias mais complexas”¹¹³.

É por isso que a *Introdução* não publicada de *Para a Crítica da Economia Política* inicia-se por uma reflexão sobre o tradicional começo em Economia Política. As *robinsonadas* de toda sorte são entendidas como continuidade da tradição *jusnaturalista* que parte sempre do homem natural. Esse “lugar comum” é a chave para entender os motivos pelos quais a Economia Política irá partir recorrentemente do homem (capitalista) isolado. De um produtor de mercadorias, mas abstraído das relações de produção que o constituem exatamente como “produtor”. É por ser solidária com esta ilusão do começo que a Economia Política irá partir do homem “conforme a natureza” como de um ponto de partida e não como resultado histórico posto pelas sucessivas formas de produção que ele mesmo engendra. Para a Economia Política o indivíduo capitalista “não se originou historicamente, mas foi posto como tal pela natureza” tal como o encontramos ao início, às vésperas da troca¹¹⁴. O resultado mais grosseiro desta má abstração é a naturalização das relações burguesas que deixam de ser relações históricas e passam por leis naturais, e do indivíduo capitalista com indivíduo como tal¹¹⁵, e, por conseguinte, a liberdade e a igualdades burguesas como liberdade e igualdade “como tais”.

¹¹² Grespan, *Marx, crítico da teoria clássica do valor*, p. 60

¹¹³ Idem, p. 61. Grespan, mirando o tema a partir do qual se funda seu “objeto”, a crise, procura mostrar como a reconstrução da economia política desde o conceito de valor visa a constituição do conceito de crise, ou daquele conceito que é *o negativo do capital*. Crítica, assim entendida, é, antes de tudo, crítica do capitalismo como sistema no qual se encontra a contradição que se explicitada nas crises. E só depois é crítica da ciência Economia Política como corpo teórico insuficiente para a determinação da crise como inerente ao capital. Cf. GRESPAN, *Marx, Crítico da Teoria Clássica do Valor*, p. 75.

¹¹⁴ MARX, op. cit, p. 26.

¹¹⁵ Idem. p. 28.

*** **

Assim entendida, a teoria exposta na circulação simples é dúplice, ou seja, contém o seu momento *positivo* na *reconstrução imanente* do que pode haver de racional na Economia Política, e, a um só tempo, no seu lado *negativo* contém o *decifrar* das aparências advindas dos supostos fundamentais da teoria do valor, a liberdade dos contratantes, a igualdade mediada pelo contrato, ou aqueles “transcendentais” que formam o “éden dos direitos naturais”. Ainda que seu objetivo central, expresso permanentemente nos títulos de suas obras, seja *crítico*, é preciso *pôr de pé* a Economia Política para que esta seja objeto de uma *crítica fundamental*¹¹⁶.

Retomando nosso estudo sobre a circulação simples de *O capital*, concluímos que as categorias constituintes desta primeira seção de *O capital* encontram uma referência precisa apenas na época capitalista. A seção que abre a Crítica da Economia Política não trata da *gênese* da sociedade mercantil e não é uma *etiologia* de suas formas. A teoria da circulação simples é, ao contrário, uma teoria da sociabilidade capitalista tal como esta aparece aos olhos dos agentes e corresponde por isso à consciência que têm os agentes em seu agir social. Do ponto de vista da *crítica* ela corresponde à uma reconstrução da teoria do valor, da qual se extraem os *transcendentais* da experiência capitalista, a saber, a liberdade, a igualdade, e a propriedade baseada no trabalho próprio. Por isso, como dissemos na etapa prévia a esta tese: “A circulação simples, como abstração real do mundo capitalista, não é apenas uma determinação exterior e superficial desta formação econômica, mas uma determinação aqui entendida como orgânica e contraditoriamente essencial ao seu

¹¹⁶ Nesse sentido parecem corroborar esta tese os argumentos de Rui Fausto (*Marx Lógica e Política*, I, p.152) quando diz das “descobertas” de Marx, estas seriam a “posição” do que está só pressuposto nos clássicos da Economia Política. “O descobrimento de Marx representa na realidade uma posição (isto é, passagem à ordem do discurso explícito) daquilo que estava pressuposto (o que existia somente em forma implícita: o que estava e não estava) nos economistas clássicos (op. cit. p. 151-152). É possível a partir do pós-fácio da 2ª edição de *O Capital* (1873) chamar este momento no qual a Economia Política é “posta de pé” de “positivamente racional” ou momento do entendimento, o segundo, a crítica em seu lado *decifrador* das aparências, de negativamente racional. Neste mesmo sentido, como afirma Grespan, há não só uma dimensão “negativa” da crítica, mas também uma “positiva”, “de elaborar ideias por contraposição à criticadas”. A dimensão negativa da crítica é aquela que nos parece óbvia, enquanto esta outra “positiva” é raramente enfatizada.

funcionamento como organismo. Não é aparência que desvanece, mas *esfera abstrata* que protege o organismo pelo feitiço da mercadoria”¹¹⁷.

Ao tipificá-la como *epiderme* de um organismo contraditório buscamos colocar ênfase não no aspecto exterior da epiderme, mas antes na ligação orgânica entre o que *aparece* e o que se oculta. O que aparece é a *identidade* entre os contratantes, sobretudo na compra e venda da força de trabalho. A *identidade jurídica* dos contratantes é estabelecida pelo contrato entre *iguais*. A teoria do capital, mais precisamente, o conceito marxiano de capital como tal mostra a inversão desta *identidade* em *oposição*. A relação opositiva entre capital e trabalho, entre um pólo de riqueza e um pólo de pobreza, é o que Marx determina como sendo a essência do sistema capitalista. Não é este aspecto da sociedade o que *aparece*.

O que aparece sempre aparece sob a forma da mercadoria e traz em consequência seu feitiço. A “trindade” que constitui-se nas *ideias transcendentais* da sociabilidade capitalista não podem ser simplesmente negada de modo dogmático e exterior, como se tal “trindade” não comportasse uma certa dimensão veritativa. Tais ideias constituem, nas palavras de Marx, um “místico véu nebuloso” que não pode ser desfeito pela crítica, mesmo que esta demonstre os caminhos pelos quais essa trindade se converte em seu contrário e que por isso faça “época no desenvolvimento da humanidade”¹¹⁸. Mesmo fazendo época a crítica *não tem o poder de dissipar a aparência* objetiva que determina a consciência dos agentes sociais.

Como essência e aparência estão em unidade contraditória, que lhes confere a figura de um organismo vivo, não se trata apenas de demonstrar a parcialidade e carência de verdade do que aparece, e recusa-se com isso uma solução meramente teórica para a mistificação que determina as consciências na sociedade capitalista. Citamos final e conclusivamente um último texto de Marx, inequívoco sobre a aparência objetiva que vela as relações entre os homens, bem como é inequívoco da necessidade de sua superação no plano da história:

O reflexo religioso do mundo real somente pode desaparecer quando as circunstâncias cotidianas, da vida prática, representarem para os homens relações transparentes e racionais entre si e com a natureza. A figura do processo social da vida, isto é, do processo da produção material, apenas se desprenderá de seu místico véu nebuloso

¹¹⁷ Ázara, 2007, p.17.

¹¹⁸ **K**, I, p.88 ; **C**, I. p.72

quando, como produto de homens livremente socializados, ela ficar sob seu controle consciente e planejado. Para tanto, porém, se requer uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, são o produto natural de uma evolução histórica longa e penosa. **K**, I, p.94; **C**, I, p.

Capítulo 2 - A Constituição do Capital como Sujeito

O que capacita o potencial em dinheiro a tornar-se capital é a disponibilidade, de um lado, dos trabalhadores livres; em segundo lugar, a disponibilidade dos meios de subsistência e matérias etc. como igualmente livres e vendáveis, que antes eram d'une manière ou d'une autre propriedade das massas que agora se tornaram desobjetivadas. **G**, 404.

1. O sujeito-capital

Por meio deste capítulo nos aproximamos de nosso estudo sobre o conceito marxiano de “capital como tal” ou “capital em geral”. Interessa-nos aqui diretamente o modo pelo qual o capital chega a ser sujeito de seu processo de constituição e autovalorização, bem como a relação determinada que o mesmo deve estabelecer com *o seu outro*, o trabalho ou a força de trabalho, único modo pelo qual pode o capital se valorizar. Veremos que para que o capital seja elevado a sujeito ele deve, como valor, “diferenciar-se de si mesmo” e “suspender esta diferenciação”, tornando-se um processo (**G**. p. 206). Partimos, portanto, da definição de capital como valor que produz mais-valor, ou que se autovaloriza.

A seção II de *O capital – A transformação do Dinheiro em Capital* – composta de um único capítulo, inicia-se já pela fórmula geral do capital (D-M-D) que traz consigo os pressupostos históricos da produção e circulação desenvolvidas de mercadorias¹¹⁹. Marx distingue com extremo cuidado o circuito próprio do capital (D-M-D) daquele circuito da circulação simples (M-D-M), mostrando sempre a diferença específica da circulação capitalista. A primeira e mais evidente diferença seria aquela formal e que diz respeito ao movimento que percorre o dinheiro em cada ciclo. O “vender para comprar” (M-D venda, D-M compra) e o comprar para vender (D-M, M-D) têm em comum as fases opostas percorridas por ambos, mas se diferenciam pelos extremos de que partem e a que chegam. Se é a mercadoria, como valor de uso, ponto de partida e de chegada da circulação M-D-M, é o dinheiro, por seu lado, o ponto de partida e de chegada da circulação do dinheiro como capital. Na circulação simples é o valor de uso, a satisfação de necessidades o objetivo final (*Endzweck*) de toda a circulação; o circuito do capital, ao contrário, parte do valor de troca

¹¹⁹“Cada novo capital pisa em primeira instância o palco, isto é, o mercado, mercado de mercadorias, mercado de trabalho ou mercado de dinheiro, sempre ainda como dinheiro, dinheiro que deve transforma-se em capital por meio de determinados processos” (**K**, I, p.161; **C**, I, p. 125).

na forma¹²⁰ do dinheiro e a este retorna, ou seja, “seu motivo indutor e sua finalidade determinante” não estão no valor de uso ou na determinação qualitativa da satisfação de necessidades, antes deve ser buscado em uma alteração quantitativa, tornando “insosso e sem conteúdo” o processo que não implique em acréscimo de valor ao final¹²¹. Por isso sua fórmula característica é D-M-D’. Assim o processo que constitui o capital como sujeito, que o faz senhor dos movimentos que o constituem e o fazem crescer, e, nesta medida, o faz *pôr*, a partir de si mesmo, as condições de sua própria autonomia, este processo tem seu motivo indutor e finalidade no movimento sem fim do aumento quantitativo ou da valorização. Assim conclui Marx: “a circulação do dinheiro como capital é [...] uma finalidade em si mesma, pois a valorização do valor só existe dentro desse movimento sempre renovado. Por isso o movimento do capital é desmedido (*Maßlos*)” (K, I, p. 167; C, I, p. 129).

Retornemos à noção inicial do capital como valor que se valoriza. Agora sabemos que este processo tende ao automatismo, uma vez que a finalidade determinante do valor é a sua valorização, e, mais ainda, caso o dinheiro se subtraia deste processo, este passa imediatamente a tesouro ou é gasto como dinheiro, mas deixa, por esta subtração do processo, de ser capital. Capital é, portanto, valor que a si mesmo se valoriza. Ainda não nos ocupou o modo determinado desta valorização, isto é, ainda não descobrimos o segredo do mais-valor, esse “a mais” que o capital desmesuradamente busca como finalidade sua. Vejamos ainda por um momento a valorização como movimento interno ao capital, ainda sem se referir ao *seu* outro, a força de trabalho, substância do valor.

Tomando o capital ainda apenas sob a determinação inicial de ser “valor que se valoriza”, Marx estiliza a “relação privada consigo mesmo” do valor que produz mais-valor utilizando-se metaforicamente da controvérsia que dividiu a cristandade em inícios do século terceiro depois de cristo¹²². Lá e então, o que preocupava aos teólogos era como

¹²⁰ (K, I, p.164; C, I, p.127).

¹²¹ “Esse incremento, ou o excedente sobre o valor original, chamo de mais-valor (*Surplus value*). O valor originalmente adiantado não só se mantém na circulação, mas altera nela a sua grandeza de valor, acrescenta mais-valor ou se valoriza. Esse movimento transforma-o em capital” (K, I, p.165; C, I, p. 128).

¹²² Trata-se da “controvérsia cristológica” e não ainda da “controvérsia trinitária”, que a sucede. Por volta do ano 300 de nossa era as igrejas do Ocidente e do Oriente se dividiram em torno da controvertida questão de saber se o cristo, ou o Logos, como ficou comum identificar o cristo depois do evangelho de João, seria ou não da *mesma substância* do pai e se o cristo fora ou não *criado no tempo*. Enfim, a polêmica era sobre a divindade *plena* do cristo. Constantino, - prevendo que a esta altura uma cisão na religião cristã poderia implicar em uma cisão no já fragilizado império - convoca em 325 na cidade de Nicéia o que ficou conhecido como o primeiro “concílio” da igreja cristã, e que acaba em sua resolução final criando as bases da primeira “confissão de fé” cristã, que a seguir traduzimos: Πιστεύω εἰς ἕνα Θεόν, Πατέρα, παντοκράτορα, ποιητὴν οὐρανοῦ καὶ γῆς, ὁρατῶν τε πάντων καὶ ἀοράτων. /Καὶ εἰς ἕνα Κύριον, Ἰησοῦν Χριστόν, τὸν Υἱὸν τοῦ Θεοῦ τὸν μονογενῆ, τὸν ἐκ τοῦ Πατρὸς γεννηθέντα πρὸ πάντων τῶν αἰώνωνΚαὶ εἰς ἕνα Κύριον, Ἰησοῦν Χριστόν, τὸν

conciliar duas *personas* coexistindo no interior da mesma “substância divina”, sem que isso rompesse a unidade e imutabilidade do conceito judaico-cristão de deus. Para isso foi preciso estabelecer a relação do pai com o filho como de “eterna geração” de um pelo outro. Na irônica referência de Marx à fórmula do concílio, o valor que se torna capital é como deus pai, é uma substância original, valor original que sem romper com sua unidade substancial se distingue de si mesmo, como o filho se distingue do pai e forma uma outra *persona*, e se torna mais-valor, o qual, tal como deus filho, é produto de uma alteração de forma dentro da substância que o compõe, é um novo valor, um “a mais” consubstancial com o valor original¹²³. O valor deve assumir as formas dinheiro e mercadoria para se

Υἰόν του Θεοῦ τόν μονογενή, τόν εκ του Πατρὸς γεννηθέντα πρό πάντων τῶν αἰῶνων. Φῶς εκ φωτός, Θεόν αληθινόν εκ Θεοῦ αληθινοῦ γεννηθέντα, οὐ ποιηθέντα, ὁμοούσιον τῷ Πατρὶ, δι' οὐ τὰ πάντα ἐγένετο. Φῶς εκ φωτός, Θεόν αληθινόν εκ Θεοῦ αληθινοῦ γεννηθέντα, οὐ ποιηθέντα, ὁμοούσιον τῷ Πατρὶ, δι' οὐ τὰ πάντα ἐγένετο. Τόν δι' ἡμᾶς τοὺς ἀνθρώπους καὶ διὰ τὴν ἡμετέραν σωτηρίαν κατελθόντα εκ τῶν οὐρανῶν καὶ σαρκωθέντα εκ Πνεύματος Ἁγίου καὶ Μαρίας τῆς Παρθένου καὶ ἐνανθρωπήσαντα. Τόν δι' ἡμᾶς τοὺς ἀνθρώπους καὶ διὰ τὴν ἡμετέραν σωτηρίαν κατελθόντα εκ τῶν οὐρανῶν καὶ σαρκωθέντα εκ Πνεύματος Ἁγίου καὶ Μαρίας τῆς Παρθένου καὶ ἐνανθρωπήσαντα. Σταυρωθέντα τε υπέρ ἡμῶν ἐπὶ Ποντίου Πιλάτου καὶ παθόντα καὶ ταφέντα. Σταυρωθέντα τε υπέρ ἡμῶν ἐπὶ Ποντίου Πιλάτου καὶ παθόντα καὶ ταφέντα./Καὶ ἀναστάντα τῇ τρίτῃ ἡμέρᾳ κατὰ τὰς Γραφάς. Καὶ ἀναστάντα τῇ τρίτῃ ἡμέρᾳ κατὰ τὰς Γραφάς./Καὶ ἀνελθόντα εἰς τοὺς οὐρανοὺς καὶ καθεζόμενον εκ δεξιῶν τοῦ Πατρὸς. Καὶ ἀνελθόντα εἰς τοὺς οὐρανοὺς καὶ καθεζόμενον εκ δεξιῶν τοῦ Πατρὸς./Καὶ πάλιν ἐρχόμενον μετὰ δόξης κρῖναι ζῶντας καὶ νεκρούς, οὐ τῆς βασιλείας οὐκ ἐστὶ τέλος. Καὶ πάλιν ἐρχόμενον μετὰ δόξης κρῖναι ζῶντας καὶ νεκρούς, οὐ τῆς βασιλείας οὐκ ἐστὶ τέλος. Καὶ εἰς τὸ Πνεῦμα τὸ γιον. *Creio em um Deus, Pai, todo poderoso, criador dos céus e da terra, [criador] de todas as coisas visíveis e invisíveis./ E no Senhor, Jesus Cristo, o filho unigênito de Deus, gerado por seu Pai antes de todos os tempos, luz de luz, vero Deus de vero Deus, gerado, não criado, consubstancial com o Pai, por meio dele tudo foi criado / Por nós homens e pela nossa salvação desceu dos céus e encarnou pelo Espírito Santo e por Maria e se fez homem./ Foi crucificado por nós sob Pôncio Pilatos, padeceu e foi sepultado./ E ressuscitou no terceiro dia conforme as escrituras./ E subiu aos céus e se sentou à destra do Pai./ E de novo virá em sua glória, para julgar vivos e mortos, seu reino não terá fim./ E no Espírito Santo.*

A fórmula nicena se encerra aqui, seguida dos anátemas contra os pontos de vista vencidos no concílio. As formulações que interessam aqui são: “gerado por seu pai” [...] “não criado” [...] “consubstancial com o pai”; por meio das quais a “ala” que vence o concílio evita as doutrinas [como a de Ário de Alexandria] que viam no cristo um ser intermediário entre o divino e o humano, mas não o próprio deus que é uno. O filho é então determinado como sendo “consubstancial com o pai” e “eternamente gerado” por este, mas não criado, como se houvesse um tempo em que ele não existisse. O filho então mantém a unidade substancial com o pai, isto é, o *Logos* teria a mesma *OUSIA* do pai, em uma clara adaptação do dogma ao pensamento greco-latino. O cristo se constitui de outra *Persona*, contudo ambos são um. A substância divina, por assim dizer, “diferencia-se de si mesmo” para eternamente gerar o filho, o qual uma vez gerado em toda eternidade pelo pai “suspende esta diferenciação” e permanece em sua unidade substancial com o pai. É essa unidade substancial, que entra em relação privada de *estranhamento* consigo mesmo para gerar o filho e depois retorna à unidade substancial por sua eterna presença como criador, que interessa a Marx como metáfora. Para os teólogos de então o problema era, contudo, mais complexo e mal a economia interna ao conceito de deus se estabeleceu na unidade de suas *Personas*, alguém logo perguntou: e o espírito santo? Foram precisos mais 80 anos e um segundo concílio, agora em Constantinopla (381) para a economia trinitária se estabelecer por fim. Agora, ao menos na matemática celeste, $1+1+1=1$ (Cf. Hängglund Bengt – *História da Teologia*, Porto Alegre, Editora Concórdia, 1999; Tillich, Paul – *História do Pensamento Cristão*, São Paulo, ASTE, 2000).

¹²³ Deus pai seria o D inicial (do circuito D-M-D’) e o filho seria o D’. Ambos tem a mesma OUSIA e no uso de Marx da metáfora, a geração de um é imediatamente geração do outro.

tornar capital. Ele deve passar por estas formas como por fases de seu *automovimento* e no final se alterar quantitativamente. Só assim, aumentando seu valor inicial, chega a ser capital. Por isso Marx subverte a fórmula cristológica. Pois na fórmula conciliar é a geração do filho apenas o que está em questão, e o pai não é gerado pelo filho, como na herética proposição de Marx. *O Capital* subverte a metáfora para ser fiel ao conceito, diferente de deus pai, congelado em sua unidade e imutabilidade, o valor original apenas chega a ser capital por meio do mais-valor, que é seu filho, consubstancial com ele, mas é este que o faz capital. O pai é gerado pelo filho, ou ainda melhor, o valor apenas chega a ser capital por meio do movimento incessante e sempre renovado da criação de mais-valor. Na herética cristologia de Marx, o pai apenas chega a ser si mesmo por meio do filho, ou por meio do movimento incessante de *posição* do filho. O valor fora deste movimento reiterado de produção de mais-valor é qualquer outra coisa, menos capital. Capital é valor em processo.

Neste processo, as formas que o valor assume, dinheiro e mercadoria, “funcionam apenas como modos diferentes de existência do próprio valor” (K, I, p. 168; C, I, p.130). Se na circulação mercantil simples as metamorfoses do valor tinham como finalidade última a satisfação de necessidades ou o valor de uso, agora o valor como processo inicia a partir de si mesmo e *põe* ele mesmo as condições de sua própria metamorfose, ou nas palavras de Marx: “ele passa continuamente de uma forma para outra, sem perder-se neste movimento, e assim se transforma num sujeito automático” (K, I, p.169; C, I, p.130). Ser sujeito aqui significa antes de tudo *por* a partir de si mesmo o movimento de sua mudança de grandeza, sua passagem de mercadoria e desta retornar a dinheiro acrescido de mais-valor, ser sujeito é ser senhor de seu processo de constituição e perpetuação, é, por assim dizer, pôr-se de pé a partir de si mesmo, se auto-constituir como autônomo. A valorização do valor como processo compõe uma finalidade em si mesma, e constitui a autonomia deste sujeito, e completa Marx:

De fato, porém, o valor se torna aqui o sujeito de um processo em que ele, por meio de uma mudança constante das formas de dinheiro e mercadoria, modifica a sua própria grandeza, enquanto mais-valor se repele de si mesmo enquanto valor original, se autovaloriza. Pois o movimento, pelo qual ele adiciona mais-valor, é seu próprio movimento, sua valorização, portanto autovalorização (K, I, p. 169; C, I, p.130).

Partimos da definição inicial do capital como valor que se valoriza e chegamos ao capital como sujeito de seu processo de constituição e multiplicação. Mas o capital não é apenas sujeito automático, ele é igualmente *sujeito usurpador* (*übergreifende Subjekt*) do

processo de sua produção e valorização. O qualificativo “usurpador” já nos remete a outra determinação do capital, a saber, a sua determinação como relação, isto é, entender o capital como *usurpador* implica diretamente estudar sua relação determinada de produção e valorização. Ao passar a estudar o capital como relação necessitamos determinar de saída qual é o outro relato, ou, mais precisamente, qual é o *outro do capital*.

2. A relação-capital

Valor que por meio de sua ação, a saber, de sua autovalorização, se torna “uma substância em processo e semovente” é capital. Na fórmula geral do capital (D-M-D’) o valor que é sujeito segue seu passar de uma forma a outra, assume a forma de dinheiro, de um lado, e de mercadoria, de outro. Mas agora o conteúdo deste movimento é dado pela autovalorização do valor. O dinheiro que refluí ao final deve ser uma grandeza superior ao que inicia o processo, ou o valor inicial deve ter se autovalorizado. O esforço de Marx no decorrer da breve *Seção II* de *O Capital* vai no sentido de afastar a hipótese de o comércio ou a circulação de mercadorias serem entendidos como fonte de valor e afastar a noção de que o “a mais” que resulta da autovalorização seja entendido como quebra da lei de equivalência entre as mercadorias. O mais-valor, em sua pureza, não pode advir de uma venda acima do preço ou de qualquer não-equivalência restrita ao comércio¹²⁴.

Marx se esforça por enfatizar o aspecto real e necessário da troca de equivalentes, não atribuindo à circulação a produção do valor que transforma o dinheiro em capital. Não é a circulação como metamorfose de mercadorias, ou o engodo mútuo a fonte do mais-valor. Contudo o mais-valor não pode advir de outra fonte, pois tudo o que conhecemos nesta esfera de que parte *O Capital* são possuidores e trocadores de mercadorias. Ainda não nos foi apresentada nenhuma outra esfera além daquela da circulação, fora dela o que há é o valor de uso, ligação de produtores com suas próprias mercadorias. Fora da circulação o valor das mercadorias não pode se realizar e menos ainda gerar um “a mais”, um mais-valor¹²⁵. É preciso manter-se na esfera da circulação, desenvolver o princípio de equivalência, pois o dinheiro para se tornar capital deve assumir a forma de mercadoria para se retransformar em dinheiro acrescido de mais-valor. É preciso que o valor passe pelas fases opostas compra e venda, para que o valor se valorize. Isto deve ocorrer na esfera

¹²⁴ “A formação de mais-valor e daí a transformação de dinheiro em capital não pode ser, portanto, explicada por venderem os vendedores as mercadorias acima do seu valor, nem por os compradores as comprarem abaixo de seu valor” (K, I, p. 175; C, I, p.135).

¹²⁵ “Capital, não pode, portanto, originar-se da circulação e, tampouco, pode não originar-se da circulação. Deve, ao mesmo tempo, originar-se e não se originar dela” (K, I, p.170; C, I, p.138).

da circulação, mas nestas mudanças de forma “algo deve ocorrer por trás de suas costas e que nela mesma (circulação) é invisível” (K, I, p.179; C, I, p.137).

Nosso terceiro capítulo deverá iniciar a reconstituição deste “processo” que ocorre por trás das costas da circulação, na esfera da produção. Por ora retomemos o fio da meada da valorização do valor. Para se tornar capital o dinheiro, forma autônoma do valor¹²⁶, ou “forma por meio da qual sua identidade consigo mesmo é constatada”, o dinheiro deve para se tornar capital encontrar no mercado capitalista uma mercadoria especial, ou como diz Marx: seu possuidor (de dinheiro) deve “ter a sorte de descobrir dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo próprio valor de uso tivesse a característica peculiar de ser fonte do valor” (K, I, p.181; C, I, p.139). É preciso que no primeiro ato de seu processo interno de valorização D-M que o proprietário do dinheiro compre o direito ao uso desta mercadoria especial que é a força de trabalho¹²⁷.

É, portanto, por meio da compra desta mercadoria específica, que para ser ofertada no mercado encobre atrás de si “uma História Mundial” (*Weltgeschichte*), que o capital estabelece a si mesmo como relação, ou é por meio desta incorporação que ele fixa o seu outro e se torna *sujeito usurpador*. Nossos dois capítulos a seguir devem nos apresentar como Marx determina esta sua subjetividade do capital por meio de sua relação com o *seu* outro, o trabalho assalariado. Por ora apenas destacamos o caráter relacional do próprio capital. Capital é relação e como diz Marx:

A Natureza não produz de um lado possuidores de dinheiro e de mercadorias e, de outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Essa relação não faz parte da história natural nem tampouco é social, comum a todos os períodos históricos. Ela mesma é evidentemente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da decadência de toda uma série de formações mais antigas da produção social (K, I, p.183; C, I, p. 140).

O capital apenas chega a ser si mesmo por meio de sua relação com o trabalho assalariado. Mas esta relação é uma especificidade do mundo moderno e encerra uma relação de *poder* e dominação sob a face pacífica da coação “apenas” econômica ao trabalho. Antes de analisar a subordinação do trabalho ao capital é preciso que recorramos

¹²⁶ “É um fato histórico que o dinheiro é a primeira forma na qual o valor de troca adota a característica de capital”. G, p. 171.

¹²⁷ “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie” (K, I, p.181; C, I, p. 139).

aos *Grundrisse* a fim de elucidarmos o ponto de vista de Marx sobre esta *relação* que determina a *subjetividade* do capital.

Vimos que o valor, como capital, chega a ser sujeito porque na circulação do dinheiro como capital é este que *põe* a partir de si as condições de sua própria constituição e de sua ampliação. Na seção correspondente nos *Grundrisse* a este tema, a primeira determinação do capital que aparece é a sua autoconservação ou a de ser “valor de troca que se conserva e se perpetua na circulação e mediante ela” (G, p. 173). Diferente da circulação simples que é uma mera metamorfose de mercadorias que se esvai ao seu termo no consumo, o capital em sua circulação, que é seu automovimento de produção de si, “não perde sua substância, antes se transforma sempre em outras substâncias, se realiza em uma totalidade das mesmas” (G, p. 172). A substância do capital não se perde ao mudar da forma do dinheiro para aquela da mercadoria, antes em cada forma o que se esconde é a própria substância de valor, ser trabalho objetivado. O primeiro movimento da circulação D-M não gasta o capital, antes o faz passar a forma de mercadoria, matéria prima, força de trabalho, meios de produção, etc., mas o capital “não perde tampouco sua determinação formal senão que a mantém em cada uma das diferentes substâncias seu identidade consigo mesmo. Permanece sempre como dinheiro e como mercadoria” (*Idem*). O capital não se confunde com suas formas, mas passa por elas como modos unilaterais de sua existência, se torna mercadoria, se torna dinheiro, mas *sem se esquecer* neste movimento que ele não é este ou aquele momento, é antes o todo dessa relação determinada por ele entre dinheiro e mercadoria. “Em cada momento ele representa os dois momentos que na circulação desaparecem um no outro” (*Ibidem*).

Conforme avançamos na reconstituição das categorias que compõe o conceito marxiano de capital deverá ficar patente que o capital é relação. Capital não é nem apenas dinheiro, nem apenas mercadoria, é antes sua relação determinada, e nesta relação a cada vez que se apresenta uma de suas formas, dinheiro ou mercadoria, ele mesmo é a *relação ideal* à sua outra forma ou faz sempre dinheiro se referir a mercadoria e mercadoria a dinheiro¹²⁸. Pois só como ciclo¹²⁹ ininterrupto de trocas que se renovam estão dadas as condições da relação-capital.

¹²⁸ “O valor de troca como sujeito se põe ora como mercadoria, ora como dinheiro, e que justamente o movimento consiste em se pôr nesta dupla determinação, e que conserva-se em cada uma das formas como sua contrária, na mercadoria como dinheiro, no dinheiro como mercadoria” (G, p.177).

¹²⁹ Melhor dizendo: “É uma linha em espiral, uma curva que se amplia, não um círculo”. (G, p. 177).

Mas o valor que se tornou autônomo não pode apenas se conservar em seu automovimento, ele precisa, como uma condição para ser capital, ser acrescido de um mais-valor ou se valorizar. E sua valorização, seu acréscimo de valor apenas pode provir do resultado obtido na primeira compra D-M, e mais especificamente do valor de uso da mercadoria comprada no mercado. É preciso analisar este ponto de partida¹³⁰. Por meio dele o valor inicial não apenas se conserva em sua identidade consigo, antes se reproduz a si mesmo como um processo.

Dissemos que capital é relação. Vejamos a partir dos *Grundrisse* as determinações simples contidas na relação entre capital e trabalho. Veremos como esta relação se determina como oposição, ou usando uma linguagem que está na base destas determinações reflexivas, trata-se de uma relação na qual “o diferente não tem frente a si **o Outro em geral**, mas **seu** Outro, isto é, cada um tem sua própria determinação só na sua relação ao outro; só é refletido sobre si enquanto é refletido no Outro, e o Outro, do mesmo modo, cada um é assim **seu** Outro do Outro”¹³¹. É como oposição que fixa os pólos ou os relatos como positivo e negativo específicos um do outro que o capital deve ser entendido, é neste sentido que se define como relação-capital, que determina *seu* outro como especificamente diverso, como trabalho assalariado. Este é o sentido desta passagem dos *Grundrisse*:

A primeira pressuposição consiste em que de um lado esteja o capital e de outro o trabalho, ambos como figuras autônomas e contrapostas, ambos, pois, também como reciprocamente alheios. O trabalho que se contrapõe ao capital é o trabalho alheio, e o capital que se contrapõe ao trabalho é capital alheio. Os extremos aqui confrontados são especificamente diversos (*Verschieden*) (G, p. 177).

O capital se opõe como valor de troca ao trabalho como valor de uso, mas o valor de uso aqui não está materializado ainda em uma coisa, ou como diz Marx: “não existe realmente, senão apenas como possibilidade, como capacidade desse trabalhador” (G, p. 178). É, como sabemos, sua “força de trabalho” e não seu “trabalho” o que é vendido ao capital. Na relação-capital estes pólos estão em relação recíproca, de um lado capital, como valor de troca, de outro, o trabalho como valor de uso. Como mostram as teses de Theunissen e Grespan todo esse movimento argumentativo de Marx está amplamente ancorado na linguagem da *Ciência da Lógica*, mais especificamente no capítulo segundo do Livro II, *A Lógica da Essência*, intitulado “*As Essencialidades ou Determinações da*

¹³⁰ “O valor de troca apenas se põe a si mesmo como valor de troca enquanto se valoriza, vale dizer, aumenta seu valor. *O dinheiro* (enquanto saído da circulação e tornado a si mesmo) *perdeu como capital sua rigidez e se transformou de coisa palpável em um processo*” (G, 174, grifos do autor).

¹³¹ *Enciclopédia das Ciências Filosóficas, I, A Ciência da Lógica*, §119, grifos do autor.

Reflexão”. Nos apropriamos aqui das teses referidas¹³². E de fato, Marx contrasta a relação entre capital e trabalho com a circulação simples neste momento de sua exposição para determinar o trabalho com “o diferente” do capital. Se na circulação simples a alternância de formas faz deste movimento evanescente e que tem na satisfação de necessidades seu termo, ela também impede que sejam fixados os pólos valor de uso e valor de troca, pois em ambos os pólos o que se tem é no fim e ao cabo meras mercadorias, por isso, “a diferença só existe como distinção superficial, como diferenciação puramente formal” (G, p. 179). A questão então passa a ser definida como necessidade de estabelecer qual é o *diferente* do valor tornado autônomo.

O valor de troca, como lado da relação, deve se contrapor não ao valor de uso em geral, mas a “um valor de uso determinado por ele mesmo”, isto é, não um outro qualquer mas *seu* outro. Ele é capital por ter o *poder*¹³³ de determinar o *seu* outro. Se o capital é valor que se valoriza, a utilidade que este determina deve se relacionar com esta sua capacidade de se reproduzir, assim “a única utilidade que um objeto em geral pode ter para o capital, é conservar ou aumentar este” (G, p. 181). Conhecemos de antemão a solução do enigma: “o único diferente do trabalho objetivado é o não objetivado, que ainda está se objetivando, trabalho como subjetividade” (G, p. 183)¹³⁴. Ou ainda mais claramente: “o único valor de uso, pois, que pode constituir uma oposição ao capital é o trabalho produtivo¹³⁵” (*Idem*).

O capital apenas se opõe a *seu* outro como um outro determinado, posto pelo capital com o objetivo de se autoconstituir ou se autovalorizar, uma vez que o capital apenas chega a ser o que é por uma característica essencial: o capital não conhece *limites*. Antes ele mesmo como quantidade limitada está sempre em contradição com sua qualidade de superar limites, ou mais precisamente, em tornar seus *limites* em *barreiras* e assim os superar. “Conforme a sua natureza, pois, tende a superar sua própria barreira” (G, p. 181).

¹³² Trata-se do texto seminal de Theunissen: *Krise der Macht – Thesen zur Theorie des dialektischen Widerspruchs* -, publicado no Hegel Jahrbuch em 1974. Embora não sejam exatamente coincidentes os pontos de vista de Theunissen e de Grespan, podemos dizer que parte destas teses se acham incorporadas, em estado prático, na tese de Grespan – publicada como livro sobre o Título *O Negativo do Capital* – e criticamente avaliadas no já célebre artigo “*A dialética do avesso*” de 2002.

¹³³ Veremos como o capital tem o *poder de subordinar* a si o *seu* outro, subordinação formal e real, e que faz de *seu* outro um elemento interno, um momento da totalidade em que se constitui o capital.

¹³⁴ Completa Marx: “Ou também, *o trabalho objetivado, vale dizer, como trabalho existente no espaço, se pode contrapor enquanto trabalho passado ao existente no tempo*. Porquanto deve existir como algo temporal, como algo vivo, só pode existir como *sujeito vivo*, no que existe como faculdade, como possibilidade, por isso como *trabalhador*” (G, p. 183, grifos do autor).

¹³⁵ “Trabalho produtivo é unicamente aquele que produz capital” (G, p. 212, nota).

Este é o traço característico da subjetividade do capital. Um dos objetivos primordiais dos próximos capítulos é explicitar como Marx se utiliza da caracterização hegeliana da infinitude da vontade, entendida como princípio determinante da subjetividade moderna, para estilizar a subjetividade própria do capital. Assim Marx faz com que “esta possibilidade absoluta de poder abstrair de toda determinação na qual eu me encontro ou que pus em mim, a fuga de todo conteúdo como de uma barreira¹³⁶” seja entendida como um movimento próprio do sujeito-capital. Especialmente nos capítulos 3 e 4 nos atentaremos para o uso por assim dizer heurístico que Marx empreende dos noções de *Limite e Barreira* para estruturar o núcleo de seu próprio conceito de capital, pois este tem em sua constante alteração quantitativa uma condição vital, uma vez que apenas seu impulso constante a superar seu limites o torna um processo sem fim. “Por isso, para o valor que se conserva como valor em si, seu aumento coincide com sua conservação, já que tende continuamente a superar sua barreira quantitativa, a qual contradiz sua determinação formal, sua universalidade intrínseca. O enriquecimento se converte assim em finalidade em si” (G, p. 181).

O capital apenas pode se constituir como sujeito de seu processo de autoconstituição caso ele ainda na instância do mercado consiga ter o poder de fixar o *seu* outro como um outro determinado, especificamente oposto a ele. E este outro ele encontra no trabalho. “O valor de uso oposto ao capital enquanto valor de troca posto, é o trabalho. O capital se troca, ou, neste caráter determinado, só está em relação com o *não-capital*, com a negação do capital, com respeito a qual apenas é capital; o verdadeiro não-capital é o *trabalho*” (G, p. 185). Vemos aqui expressa em linguagem filosófica as determinações da oposição histórica e radical entre capital e trabalho, que desenvolvidas em suas determinações econômicas e extra-econômicas, estão na base da Lei geral da acumulação capitalista. Para atuar como capital o dinheiro, o valor de troca posto, deve comprar o trabalho, mas esta relação não é fortuita, como se ao invés do trabalho se lhe pudesse substituir por uma mercadoria qualquer. O capital, antes, apenas chega a ser capital por esta sua relação determinada com o não-capital. Nesta medida, apenas pode se fixar como um pólo de riqueza pelo seu poder de fixar o *outro* pólo simetricamente oposto como negação do capital, e por isso, como pólo de miséria. Tudo se passa como se em sua relação

¹³⁶ *Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito*, § 5. Aqui vemos o próprio Hegel fazendo o *operador lógico* da “dialética da finitude” operar na determinação da subjetividade moderna como tendo na *infinitude da vontade* seu princípio motor.

determinada, o capital por este seu poder de fixar, ou de dar a si o *seu* outro, se fixa como o positivo frente à riqueza, e o trabalho como o negativo desta¹³⁷.

Mas vejamos, ainda seguindo o traçado dos *Grundrisse*, alguns determinantes essenciais da relação capital-trabalho que serão fundamentais para a correta compreensão da relação moderna de produção que subordina a si todos os demais elementos da sociedade. Aqui também se expressa o caráter *bifronte* da relação-capital, expressando a um só tempo seu aspecto “civilizatório”, de um lado, e de outro se revelando como poder usurpador do trabalho.

Do ponto de vista do trabalho, o intercambio entre capital e trabalho é um movimento de circulação simples, o possuidor da força de trabalho a vende por um valor em dinheiro com o objetivo de novamente transformar este dinheiro em mercadorias que satisfaçam necessidades. Há determinantes históricos e morais na fixação do valor ou preço desta mercadoria específica, a força de trabalho, que serão analisados posteriormente, contudo aqui vemos o trabalhador assalariado *aparecer* como incluído na riqueza universal. Pois, como diz os *Grundrisse*:

Como o trabalhador troca seu valor de uso pela forma universal da riqueza, se converte em co-participante do desfrute da riqueza universal, até o limite de seu equivalente [...]. O trabalhador, sem dúvida, não está ligado a objetos particulares, nem a um modo particular de satisfação. Não está excluído qualitativamente da esfera dos desfrutes, só quantitativamente. Isto o diferencia do escravo, do servo da gleba, etc. (G, p. 194).

O consumo do trabalhador aparece como forma de sua participação no processo civilizatório do capital. É por meio do “fio invisível” do consumo que a população que trabalha é incorporada como membro igual da sociedade capitalista, mesmo que sua participação seja quantitativamente limitada, esta “lhe concede também como consumidores uma importância completamente diferente, enquanto agentes da produção, à que tinham, por exemplo, na Antiguidade, a Idade Média ou na Ásia” (*Idem*). O problema do capitalismo talvez seja o caráter enfeitado e não-transparente de suas relações, mas não está em questão para Marx sua superioridade frente a todos os demais modos de organizar a produção e a vida. Mas a sociedade do capital não é apenas mais desenvolvida por permitir o consumo de víveres ou meios de subsistência, Marx considera no consumo inclusive “desfrutes espirituais”, “a agitação em favor de seus próprios interesses, o assinar

¹³⁷ Há, como sabemos, um suposto originário oculto nesta relação, aqui pensada apenas em termos lógicos. Veremos nos capítulos a seguir as determinações formais e reais desta relação específica entre capital e trabalho. A *Acumulação Originária* é um suposto fundamental no tempo, mas que, no entanto, é recorrentemente reposta pela aplicação da Lei Geral da acumulação capitalista, que repõe de novo as condições de acumulação, isto é, os pólos em oposição, riqueza de um lado, pobreza de outro. Voltaremos a isso.

periódicos, assistir conferências, educar os filhos, formar seus gostos, etc. A única participação sua na civilização, participação que o distingue do escravo” (G, p. 198). Marx certamente pensa nestas possibilidades de participação na civilização como tendo lugar na fase de expansão do ciclo de vida do capital, que coincide justamente com sua dimensão civilizatória, mas em todo caso, do ponto de vista da população atada ao trabalho, a superioridade do capitalismo é formal e realmente perceptível, embora não seja livre de contradições¹³⁸. Devido a isso diz Marx: “precisamente por este aspecto da relação entre o capital e o trabalho constituir um elemento fundamental de civilização, sobre ele se baseia a justificação histórica, porém também o poder atual do capital” (G, p.198).

O consumo liberta da necessidade constringente, mas é igualmente representante do *poder do capital*, o qual tendo atado *seu* outro no pólo oposto, impede-o de ter outro modo de vida senão aquele do trabalho assalariado. A liberdade de consumir, mesmo esta, como veremos, está em suspenso ao se analisar a Lei geral que preside o sistema. A aparente¹³⁹ igualdade na esfera do consumo esconde os “fios invisíveis” que atam a população ao trabalho *como as correntes de Heféstos agrilhoam Prometeu ao rochedo*, na bela metáfora de Marx que analisaremos em nosso Capítulo 5.

Marx, nos *Grundrisse*, faz toda uma análise do consumo do trabalhador e o mostra como mera satisfação de necessidades. O trabalhador recebe o dinheiro, mas o que se esconde por trás desta forma do valor são “meios de subsistência”, valores de uso. Marx critica veementemente o palavrório de certa Economia Política, que prega que o trabalhador deve ser diligente e econômico, como se tais atitudes o pudessem tirar de sua situação de despossessão. Toda a argumentação segue a direção de fixar os pólos antitéticos nos quais um é pólo positivo da riqueza, enquanto o outro tem a forma áurea da riqueza apenas como modo de esconder a mera subsistência e repetição do processo que o cria como um pólo de pobreza. Salário – e mesmo sua economia – não cria capital, antes o capital só chega a ser si mesmo se negar a possibilidade da riqueza do lado do trabalho. Tudo a que pode levar a “economia” e “parcimônia” do trabalhador é para a constituição de um fundo para os

¹³⁸ Certamente este processo civilizatório é possível na fase expansiva do ciclo, onde o nível médio de vida sobe, mas é negado reiteradamente na fase regressiva ou autodestrutiva do valor, na qual a população retorna à sua determinação de “máquinas de trabalho” (G, p. 197), e nesta fase do ciclo, a bestialização de uma vida inteiramente para a reprodução da sociedade fica nitidamente perceptível, pois como diz Marx, aqueles desfrutes espirituais da população trabalhadora apenas são possíveis “durante épocas de bons negócios” (G, p.198).

¹³⁹ “Essa aparência (*Schein*) existe porém como ilusão (*Illusion*) por parte do trabalhador, e em certa medida pela outra parte, e por isso modifica essencialmente a relação com relação aos trabalhadores em outros modos de produção social” (G, p. 195).

tempos de crise e isto ao custo deste subtrair-se à satisfação de suas necessidades, se subtrair de sua participação no processo civilizatório do capital. Daí ser tão importante nos *Grundrisse* a determinação de que, do ponto de vista do trabalho, a relação entre capital e trabalho seja uma relação de circulação simples. Isto é, uma relação na qual o operário apenas retira dela o que nela lançou, ou seja, um equivalente. Assim, na relação entre capital e trabalho, o segundo tem como objetivo e como resultado da relação o desfrute de seu consumo, satisfação de necessidades. Pois, caso seu objetivo “não fosse o valor de uso, os meios de subsistência, a satisfação de necessidades diretas, o retirar da circulação o equivalente que se introduziu nela, para eliminá-lo mediante o consumo, o trabalho se apresentaria ante ao capital não como trabalho, não como não-capital, senão como capital” (G, p.199). Na opositiva relação-capital, cada relato é o contrário direto de *seu* outro, o capital é o não-trabalho, o trabalho é o não-capital¹⁴⁰. Porém o capital para se constituir em totalidade desta relação deve *pôr e subordinar* a si *seu* outro, de um lado, e de outro deve impedir que o trabalho faça o mesmo, isto é, se constitua de seu lado como totalidade posta.

Certamente o trabalho como não-capital, como oposto ao não-trabalho inclui o capital como “momento” constitutivo, pois seu “ser-si-mesmo” se define em oposição a *seu* outro. Ele poderia, por isso, constituir-se como um todo que poderia abarcar seu negativo. Mas para Marx, não se tratando de uma mera dialética de conceitos, antes como movimento sistemático do capital que inclui a especificidade histórica deste modo de produção, esta possibilidade é negada ao trabalho justamente pelo caráter *usurpador*, vampiresco do capital. Devido a este seu caráter usurpador, apenas o capital subordina o trabalho como seu *momento* e forma apenas de seu lado uma totalidade. A contradição em *O Capital* é, como explicitam as teses de Theunissen e Grespan, a contradição “em si” e não a contradição “posta”, uma vez que é condição para que haja este segundo modo da contradição¹⁴¹ duas totalidades em oposição e ambas deveriam incluir o seu outro como momento e o excluir como uma totalidade¹⁴². Na dialética de Marx apenas o trabalho é incluído como momento do capital, como “capital variável”, e assim o capital como todo se

¹⁴⁰ Na relação que o constitui como tal “o capital [não pode] defronta-se ao capital, se o capital não se defronta com o trabalho, já que o capital só é capital como não-trabalho, nesta relação antitética. Em tal caso o conceito mesmo e a relação do capital ficariam destruídos” (G, p. 199). Seu *ser-si-mesmo* depende da determinação de *seu* outro como um outro da riqueza, como não-riqueza, não-propriedade, por isso não é possível na relação capital constituir-se um pólo oposto de acumulação de riqueza, antes apenas o capital existe por *pôr* determinadamente *seu* outro.

¹⁴¹ C.f. W. L., II, p. 65, Trad. p. 379.

¹⁴² C.F, Theunissen, especialmente a tese 8 da parte I do artigo; *Dialética do avesso*, p. 35ss.

rebaixa a momento ideal da totalidade que ele mesmo compõe e se opõe a seu outro, assumindo a forma de capital constante. O capital, portanto, como formula Grespan, “enquanto momento, corporificado nos meios de produção, [...] exclui de si o outro momento, o trabalho vivo, por outro lado, enquanto totalidade, ele inclui em si seu outro como capital variável. É a mesma estrutura lógica da oposição contraditória de Hegel, vista pelo ângulo de um dos termos, o capital”.¹⁴³ É evidente que o mesmo não pode ocorrer do lado do trabalho, dada a separação original entre propriedade e trabalho e dado o poder usurpador real do capital. Devido a isso o trabalho não pode rebaixar o capital a *seu momento*, e não compõe de seu lado uma totalidade. Capital e trabalho assim determinados formam uma *oposição contraditória*¹⁴⁴.

O capital, portanto, para se constituir como sujeito de seu processo de formação e expansão, pressupõe que o trabalho esteja contraposto a ele como não-capital, na linguagem dos *Grundrisse*. Há um duplo aspecto nesta relação, uma vez que o capital deve tanto *afirmar* o trabalho como parte sua, pois sem *seu* outro ele não chega a ser o que é, valor que a si mesmo valoriza, mas, de outro lado, o capital deve *negar* o trabalho como totalidade a ele oposta, subordinando-o a si, formal e realmente, como veremos nos capítulos 3 e 4 desta tese.

Mas este trabalho que forma o outro do capital não é qualquer trabalho, nem o trabalho em geral, é antes o trabalho assalariado e que tem em seu portador, o trabalhador livre ou assalariado, uma existência temporalmente determinada. O trabalhador, e, de modo mais profundo, a população é condição e resultado do sistema. Ele e apenas ele forma o pólo oposto ao capital, um pólo de pobreza, como diz Marx, pois “sua carência de valor (*Wertlosigkeit*) e sua desvalorização constituem a premissa do capital e a condição do trabalho livre em geral” (G, p. 199). Assim o trabalhador duplamente livre é uma condição dada pela acumulação original, mas é igualmente seu resultado, pois o que o sistema reiteradamente cria é a si mesmo, isto é, a separação original é repostada pelo próprio processo e se torna seu resultado. A relação que pressupõe para seu início um extremo de riqueza e outro de não-riqueza, tem como resultado mais direto a reposição da condição original, o não-trabalho de um lado como pólo de riqueza, o não-capital como pólo oposto de pobreza. São estes os termos da contradição viva. “Cada elemento posto é ao mesmo tempo suposto, tal é o caso com todo sistema orgânico” (*Idem*), assim o sistema tem a

¹⁴³ *A Dialética do Avesso*, p. 39.

¹⁴⁴ Para o leitor interessado em saber os detalhes do “por que [...] a estrutura lógica da contradição materialista não pode passar de uma a outra forma, isto é, de “em-si” a “para-si”, remetemos o leitor ao artigo de Grespan e as *Teses* referidas acima. Nossa dívida para com essas *Teses* desses autores na estruturação do trabalho é clara e manifesta.

figura *do vivo*, mas, como a sua relação com a sua substância é contraditória, Marx o estiliza como morto-vivo, na famosa metáfora vampírica¹⁴⁵.

Vejamos ainda mais de perto algumas determinações particulares do trabalho assalariado ou do trabalho que aparece como um dos extremos de uma relação de produção historicamente determinada, a capitalista. Já sabemos que no *devir* do dinheiro a capital o único valor de uso que se opõe diretamente ao capital é o trabalho. Ele não apenas é um algo que se encontra em relação com o dinheiro que funciona como capital, ele é *o outro* de terminado do capital, ou como diz o texto dos *Grundrisse*: “o trabalho não se contrapõe ao capital como **um** valor de uso, senão como **o** valor de uso por antonomásia” (G, p. 202, grifos do original).

O intercâmbio que se estabelece a partir da relação que opõe capital e trabalho é um intercâmbio especial, nele se ocultando diversos mistérios, como, por exemplo, os motivos que conduziram o trabalhador a vender sua utilidade como mercadoria, o porquê de o capitalista já estar de posse de dinheiro e meios de produção desde o início do processo, etc. Mas há algo que salta à vista neste intercâmbio, uma vez que há um duplo movimento que parte de um e de outro extremo e que os fazem percorrer fases opostas. Do lado do trabalho, que nos interessa diretamente agora, há um movimento no qual “o trabalhador que troca sua mercadoria passa pela forma M-D – D-M”, e nele o trabalhador só recebe um valor de uso, meios de subsistência, e que são consumidos, isto é, desaparece o resultado de sua troca na manutenção de sua própria vida e de sua *race*¹⁴⁶. Este movimento, embora intermediado pelo dinheiro, não cria valor, nem permite que deste reste algo ao final. Ao contrário do ciclo do capital (D-M – M-D’) no qual temos ao final o dinheiro e certamente mais dinheiro do que a princípio se lançou na circulação. Como veremos esse “a mais”, esse mais-valor é obtido pelo gasto ou utilização da mercadoria força de trabalho, a única fonte viva de valor na teoria de Marx.

¹⁴⁵ O capital é sujeito, mas um sujeito cego e automático, uma vez que a totalidade que o capital constitui é apenas uma totalidade formal, em oposição à totalidade substancial que apenas o trabalho poderia compor, pois, apenas o trabalho abstrato é fonte viva do valor. Ele é sujeito usurpador por subordinar a si o verdadeiro sujeito, o trabalho assalariado. Por isso a subjetividade do capital é contraditória ou vampírica e impede que a verdadeira substância seja sujeito. De seu lado, a subjetividade do trabalho refere-se, neste contexto, apenas como oposição à objetividade do trabalho passado, morto e que suga para reviver e permanecer no ser a sua vitalidade. Sua subjetividade corresponde à sua despossessão.

¹⁴⁶ “É claro que o trabalhador não pode enriquecer mediante este intercâmbio, posto que, assim como Esaú vendeu sua primogenitura por um prato de lentilhas, ele cede sua *força criadora* pela capacidade de trabalho como magnitude existente. Melhor antes tem que empobrecer-se, como veremos mais adiante, já que a força criadora de seu trabalho se estabelece frente a ele como *poder alheio*” (*als fremde Macht*) (G, p. 214 – grifos do autor).

Esse duplo movimento não é natural, como sabemos, e nem é mero acaso, como sabemos. É fruto da assimetria original instituída pela acumulação originária e repostada constantemente pela própria relação moderna de produção da vida e da sociedade. O trabalhador, ou o pólo do trabalho, não retira riqueza deste processo, pois está privado dos meios de produção, matéria prima, etc. Estes elementos já no momento de sua “estréia” no palco do mercado de trabalho, se encontram em propriedade do não-trabalho. Essa expropriação originária explica a despossessão que constitui “o trabalho negativamente concebido”, nas palavras de Marx. Vejamos com se concebe o trabalho nesta relação de oposição. Trata-se aqui do “trabalho como miséria absoluta: a miséria não como carência, senão como exclusão plena da riqueza objetiva” (G. p. 203).

O trabalho como o outro do capital, como não-capital, se opõe aos momentos internos do próprio capital. Veremos que se trata do trabalho “vivo” ou “no presente”, que embora oposto entra em relação com o trabalho no passado ou morto e o vivifica ou lhe acrescenta a substância de sua própria vitalidade perdida. Este trabalho abstrato, não este ou aquele trabalho determinado, mas o trabalho como valor de uso por antonomásia, irá vivificar cada elemento com o qual entra em relação, matéria prima, instrumento de trabalho, produto em bruto, etc. Acrescentará a todos mais-valor ou mais-trabalho e assim os valorizará. Mas o trabalho ele mesmo, nesta relação, é um não-valor, é “miséria absoluta”. Mas nesta sua relação determinada com o capital, o trabalho é também, “positivamente apreendido”, fonte viva da riqueza, ainda que esta riqueza lhe seja alheia e contraposta. Então completa Marx:

O trabalho não como objeto, senão como atividade; não como autovalor, senão como a *fonte viva* do valor. A riqueza universal, com respeito ao capital, no qual existe objetivamente, como realidade, como *possibilidade universal* do mesmo, possibilidade que se preserva na ação enquanto tal. Não é em absoluto uma contradição afirmar, pois, que o trabalho por um lado é a miséria absoluta como objeto, e por outro que é a possibilidade universal da riqueza como sujeito e como atividade; ou melhor que ambos os lados da tese absolutamente contraditória se condicionam reciprocamente e derivam da natureza do trabalho, já que este, como oposição, como existência contraditória do capital, está pressuposto pelo capital, e, por outra parte, pressupõe por sua vez ao capital (G, p.203 – grifos do autor).

Trabalho concebido inicialmente como atividade livre de determinação e livre da propriedade de seu ato é o trabalho não objetivado. É ação que põe valor, mas não um valor para si, mas apenas para *seu* outro. Daí que não seja contraditória a afirmação da “miséria absoluta do trabalho como objeto” e de outro lado, a afirmação de que este seja a um só tempo a “possibilidade universal da riqueza”. Na primeira afirmação o trabalho assalariado, fruto de uma longa marcha histórica, aparece como negatividade auto-referente, como ação

pura e não objetivada e que apenas existe na subjetividade do trabalhador, que este vende ao seu outro, como Esaú vende sua primogenitura. Na segunda o trabalho assalariado aparece como possibilidade da riqueza, uma possibilidade que, no capitalismo, apenas se torna efetiva sob a dominação ou sob o *poder* do capital de comandar o trabalho. O importante a salientar é a determinação recíproca entre os dois relatos da oposição. Não se trata mais do trabalho genérico, como tal, antes só se trata aqui do trabalho especificamente apreendido como o outro do capital, como trabalho assalariado, existente unicamente na modernidade. É o trabalho como “oposição existente ao capital”, que o pressupõe tanto quanto é por este pressuposto, formando assim ambos os extremos de uma relação de produção específica e determinada.

A análise detalhada e específica da produção do mais-valor apenas tem lugar a partir da *Seção III de O Capital*, onde descobrimos o segredo do mais-valor e os modos de sua extração por parte do capital. Contudo, há ainda aspectos da relação entre capital e trabalho que nos interessam destacar. A este ponto o trabalho já foi demonstrado o *outro* do capital, e mais especificamente, é *seu* valor de uso por antonomásia, pois ele é o único valor de uso que possui a faculdade que interessa de modo vital ao capital, a saber, apenas o trabalho cria valor, valoriza. Assim entendido, o trabalho é o “ser ideal” dos valores, é a “possibilidade dos valores, e como atividade, o que põe os valores frente ao capital, o trabalho é a mera forma abstrata, a mera possibilidade da atividade que põe valores, a qual só existe como capacidade, como faculdade, na constituição corporal do trabalhador” (G, p. 205). Marx é certamente nesta formulação muito menos “econômico” com o jargão hegeliano do que é em *O Capital*, mas o resultado é o mesmo: o trabalho é a substância do valor, é faculdade de pôr valores. Mas a sua potencialidade apenas se atualiza, no mundo moderno e capitalista, pela mediação do trabalho morto, do capital em sua figura de meios de produção, matéria prima, etc. O trabalho morto se apropria do vivo com o intuito de se perpetuar e aumentar sua valorização. Assim, “mediante o intercambio com o operário, o capital se apropriou do trabalho mesmo; este se converteu em *um de seus elementos* e opera agora como utilidade frutífera sobre a objetividade do capital, meramente existente e morta” (*Idem* – grifo nosso). É, portanto, o trabalho o “fermento” que faz crescer o capital, é a ação do trabalho vivo que elabora e vivifica a objetividade morta do trabalho já realizado no passado, dando-lhe, como produto a ser realizado na venda futura, um novo valor.

Portanto é apenas depois de o trabalho passar de “potência” a “ato” de produção é que o capital chega a ser substância semovente, um processo. Há dois passos aqui, o primeiro, já concluído no mercado, a apropriação (*Aneignung*) e incorporação

(*Einverlabung*) do trabalho no capital. O segundo, que se passa depois e fora da esfera ruidosa do mercado, é quando o trabalho deixa de ser “possibilidade” e passa a “ser-objetivo” dos valores, ou valoriza o valor existente, o faz crescer. E é por incorporar em si o trabalho e o fazer operar sob seu poder e comando que o capital chega a ser *o todo* de sua relação com o trabalho, é como “processo de produção, no qual o capital, como totalidade plena, como trabalho vivo, se relaciona consigo mesmo não só como trabalho objetivado, senão, por ser objetivado, como mero objeto de trabalho” (G, p. 208). A compra da mercadoria força de trabalho é o meio para originar este processo, mas o processo mesmo é o *rebaixamento* do outro do capital a um seu *momento ideal*, subordinado ao capital como “capital variável”, que se opõe ao próprio capital em sua figura interna de “capital constante”. O capital está, por assim dizer, junto a si mesmo em cada uma destas suas partes, mas ele mesmo é o *todo* do processo de sua autoconstituição. Mas ele apenas chega a ser o que é, substância em processo, por sua relação de subordinação do trabalho. Veremos como esta subordinação revela a contradição-capital: a posição e negação simultânea do trabalho pelo capital¹⁴⁷. Mas o que nos interessa no momento é entender que por meio desta incorporação do trabalho vivo como seu elemento, o processo de produção do capital passa ser entendido como “relação substancial” de um dos elementos do capital, o trabalho vivo ou capital variável, com seu outro elemento, o trabalho morto¹⁴⁸. O capital é, portanto, “como relação social existente para si”, um todo, um processo que corresponde ao processo simples de produção. Resta-nos rastrear os passos da relação de subordinação desta “substância” ao “todo” que a determina¹⁴⁹.

3. Pequena digressão sobre as noções de *Limite e Barreira*.

¹⁴⁷ Veremos como o capital necessita para ser o todo de seu processo de criação e valorização tanto afirmar o trabalho (subsunção formal) quanto negá-lo (subsunção real). Estes são os termos da contradição-capital.

¹⁴⁸ “Sua própria existência objetiva se divide em objeto e trabalho; a relação entre ambos constitui o processo de produção ou mais exatamente, o processo de trabalho” (G, p. 211-2).

¹⁴⁹ No momento desta análise, reconstituída nesta tese em seus traços fundamentais nos capítulos 3 e 4, veremos porque “todos os avanços da civilização, por conseguinte, ou em outras palavras todo aumento das **forças produtivas sociais**, se prefere, das **formas produtivas do trabalho mesmo** – tal como derivam da ciência, os inventos, a divisão e combinação do trabalho, os meios de comunicação melhorados, criação do mercado mundial, maquinaria, etc. – não enriquecem o trabalhador senão ao capital; uma vez mais, só acrescentam o poder que domina o trabalho; aumentam só a força produtiva do capital. Como o capital é a oposição do trabalhador, aumentam unicamente o **poder objetivo** sobre o trabalho (G, p. 215).

Procuraremos em nossa reconstituição das categorias de *O Capital* elucidar nestas a utilização de Marx da *contradição do finito* como “modelo heurístico” para chegar ao seu conceito de capital.

O desenvolvimento das noções de *Limite* e *Barreira* de Algo ocorre, na *Ciência da Lógica*, ainda em um de seus momentos iniciais, momentos estes de extremada abstração e de difícil conceituação. Seu desenvolvimento aparece, mais precisamente, como relação de Algo e do Outro, ou no contexto da “dialética da finitude”. Esses algo e outro, como seres determinados são, em sua abstração, *um começo* para o desenvolvimento categorial¹⁵⁰. Como veremos trata-se de determinações ainda em seu grau máximo de abstração, um simples algo e um simples outro, que é ele igualmente um algo, em sua relação determinada¹⁵¹.

Hegel no momento em que apresenta a noção de limite chama a atenção para uma sua característica essencial: todo algo que tem um limite em si, isto é, todo algo que tem um limite imanente, tem por isso mesmo um impulso além de si mesmo, o impulso da superar (*hinausgehen über*) tal limite. Este impulso além do limite é a própria alma do movimento. No caso dos entes determinados este movimento é ditado pelo “nascer e perecer” de todo ser-aí, nascer e perecer constituem assim o princípio do *movimento* que altera todos os entes determinados.

No desenvolvimento categorial da *Lógica* se estabelece o princípio de que: todo algo que é finito, posto com seu limite imanente [limite este que determina não apenas o que este algo é em si, mas também determina o seu outro] como contradição consigo mesmo, dado seu impulso além de si mesmo, é o finito. “Toda qualidade é uma determinação e um negação”¹⁵². Toda qualidade, neste sentido, é um limite, e todo algo é uma existência determinada e que por isso se caracteriza por ter qualidades determinadas. O

¹⁵⁰ Certamente são um “novo” começo após o “colapso” lingüístico e predicativo de um começo absoluto pelo puro ser e pelo puro nada iniciais.

¹⁵¹ É muito conhecida a “aplicação” ou o uso da noção de Limite por parte de Hegel em sua polêmica contra Kant, quiçá esse seja o uso mais amplamente conhecido e mais frequentemente admitido para este importante passo lógico no desenvolvimento dos conceitos iniciais da *Lógica do Ser*. Ver neste sentido a nota 3 da seção B. intitulada: “O Dever-ser”, na qual a polêmica com Kant e o kantismo é detalhada” (**W. L. I.** p. 144; trad. 118; e ainda na *Lógica*, agora em sua versão *Enciclopédica*, ver § 60).

¹⁵² Hegel explora aqui, de modo explícito, o princípio de Spinoza: “*Omnis determinatio est negatio*” (toda determinação é negação), e faz de toda determinidade (*Bestimmtheit*) uma negação poso como afirmativa. Ver nota 1 (Qualidade E Negação) do segundo Capítulo da *Lógica do Ser*, intitulado “O ser determinado ou a existência” (**W.L. I.** p. 119; trad. p. 101).

limite, assim, envolve, por um lado, um aspecto positivo, qualitativo de determinação do que é algo, mas, por outro, igualmente o aspecto negativo da determinação que é sua negação como limite. Assim todo finito, todo algo que é finito, existe como oposição entre “existência e a negação como limite imanente a ela”. É o desenvolvimento desta negação que faz de todo algo um “devir em si mesmo”, que constitui sua finitude.

Na filosofia especulativa de Hegel, ao menos no momento de sua máxima abstração lógica, todas as coisas finitas estão constituídas por um não-ser. “As coisas finitas existem (são), porém sua relação a si mesmas consiste em que se referem a si mesmas como negativas, e precisamente nesta referência a si mesmas se projetam para fora, além de si, além de seu ser” (W. L. I, p. 139; p. 115). A alma interior deste movimento para fora de si, para além de si mesmo como limite, é, nas coisas finitas, sua perecibilidade, sua passagem ao seu não-ser. Assim Hegel caracteriza todo algo finito como tendo em si a *contradição da finitude*, seu impulso além de si, sua mudança necessária, uma vez que todo finito tem que perecer¹⁵³. Todo finito tem assim o impulso a superar seu limite e, assim, ir além de seu ser.

É o limite (*Grenze*) de algo que determina tanto a sua *ipseidade*, sua *Bestimmung und Beschaffenheit*, quanto sua relação a outro. É o limite do algo que determina a qualidade de seu “ser-dentro-de-si” (seu limite é sua finitude). Mas igualmente, no desenvolvimento da *Lógica*, o limite determina igualmente a relação do algo “contra si mesmo”, ou o impulso do algo limitado a superar este seu limite imanente. Tudo se passa como se a ipseidade do algo, seu ser-dentro-de-si se referisse a si mesmo como a seu próprio não-ser, ele se refere negativamente a sua determinação, que é igualmente uma negação, o faz, assim, como uma negação da negação, e, desse modo: “o próprio limite de algo, posto assim por ele como um negativo que por sua vez é essencial, não é só um limite como tal, senão é uma barreira (*Schranke*)” (W. L. I, p. 142; p. 117). Dito em linhas muito rudimentares e gerais: a contradição do finito, a unidade opositiva de sua determinação e constituição como impulso de ir além de si, faz do limite (*Grenze*) uma barreira (*Schranke*). Como procuraremos explicitar, Marx se apóia nesta distinção categorial entre *Grenze* e *Schranke* em linha de continuidade com a distinção original de Hegel, e partindo dela com de um modelo estiliza a subjetividade própria do capital. Ainda uma palavra sobre esta distinção.

¹⁵³ Será nosso objetivo mostrar como Marx compreende a subjetividade do capital como tendo em si a “contradição do finito”, isto é, seu impulso a superar seu limite imanente e “passar a” infinitude. Essa é igualmente como procuramos mostrar acima, uma característica da subjetividade moderna que se assenta sobre a *Infinitude da Vontade* como fuga de toda determinação e conteúdo prévios.

No interior da distinção categorial hegeliana o limite apenas pode ser superado quando determinado como barreira, assim o limite “passa a” barreira para que possa ser ultrapassado. Como diz o próprio texto da *Lógica*: “a fim de o limite (*Grenze*), que se acha em geral no algo, seja barreira (*Schranke*), é preciso que o algo ao mesmo tempo o supere em si mesmo e se refira em si mesmo a ele como a um não-existente” (*Idem*). Como mostra o texto da *Ciência da Lógica*¹⁵⁴ o modo deste “superar-se-em-si” é o ser-suspenso (*Aufgehobensein*) do algo, e a sua referência-a-si passa da determinação da *Grenze* para aquela da *Schranke*, isto é, o algo passa a considerar seu limite como barreira e “com isso se supera a si mesmo” (**W.L. I**, p. 143; p. 118).

Na incorporação que Marx faz desta distinção veremos como o capital para ultrapassar seus limites imanentes de valorização “supera-se-em-si” e passa igualmente a considerar cada limite uma barreira a superar. Será ali preciso determinar o que são os limites do capital¹⁵⁵, bem como em que consiste o impulso (*Trieb*) à sua superação, e ainda o modo pelo qual o capital “supera-se-em-si” e faz de seu limite uma barreira. Veremos como no tratamento deste tema nos aproximamos de uma conceituação do que é o capital como tal, que nos permitirá estudar em que consiste a contradição-capital e como ela se estrutura.

¹⁵⁴ Ver **WL** nota 8, intitulada: *A expressão Suspender (Aufheben)*.

¹⁵⁵ Como somos informados pelos *Grundrisse*, o limite qualitativo do capital é dado pela “jornada de trabalho, o tempo em que pode ser eficaz a capacidade de trabalho do operário dentro das 24hs – o grau de desenvolvimento das forças produtivas – e a população, que expressa a quantidade de jornadas de trabalho simultâneas” (**G**, p. 278). Nossos próximos três capítulos têm estes “entes” por analisar.

Capítulo 3 – As Barreiras da Jornada de Trabalho

1. As Barreiras da Jornada de Trabalho

A regulamentação da jornada de trabalho apresenta-se na história da produção capitalista como uma luta ao redor das barreiras (*Schranken*) da Jornada de trabalho¹⁵⁶

Após a transformação do dinheiro em capital, isto é, depois que o próprio valor passa, como substância, a sujeito do processo de valorização, por meio da compra e venda da mercadoria força de trabalho, portanto no mercado, inicia-se o processo de determinação conceitual do capital. Nosso objetivo na análise da *Seção III* será explicitar o uso heurístico por parte de Marx da *Dialética do finito e do infinito* na determinação das categorias que compõem seu conceito de capital. Mais precisamente, trata-se na *Seção III* da produção do mais valor em sua forma absoluta e do tema da subsunção formal do trabalho sob o capital.

1.1 - Mais-Valor Absoluto

Em um célebre capítulo intitulado: *O conceito geral e as duas formas da mais-valia*, Rosdolsky destaca a importância e a subversão que a categoria de mais-valor opera na Crítica da Economia Política (Rosdolsky, 2001, p.191). É por meio desta categoria que Marx procura desvelar o segredo do excedente na sociedade capitalista, segredo este que está baseado na relação que se estabelece no mercado de trabalho entre capital e trabalho, o que leva Marx a deixar a esfera da circulação simples e ingressar no processo de produção. Da análise do processo de produção deve resultar a explicitação do mais-valor em suas duas formas, absoluta e relativa. Interessa-nos neste capítulo o mais-valor absoluto, ou que se

¹⁵⁶ K.I, p. 249; C, p. 190. Tradução modificada. Para evitar as oscilações da tradução brasileira, optamos por *Barreira* como tradução para o termo alemão *Schranke* e *Limite* para traduzir *Grenze*. Ao não determinar a tradução dos termos no texto português, a tradução da Abril Cultural acaba por confundir a leitura. Não há dúvidas de que, na linguagem natural os termos sejam sinônimos. Resta-nos pesquisar se o uso por Marx é “técnico”, isto é, se ele o faz utilizando as categorias a lógica hegeliana para formular seu conceito de capital. Neste capítulo veremos Marx usar prioritariamente o termo *Schranke* e derivações. Usa também, embora restritamente, o termo *Grenze* e apenas uma única vez dois outros termos, *Termin* (C, p. 222) e *Hindernis* (C, p. 238).

extrai pelo prolongamento temporal da jornada de trabalho para além do tempo de trabalho necessário.

Como sabemos, o capital é valor que a si mesmo se valoriza, mas uma vez que a substância do valor foi demonstrada como sendo o próprio trabalho, para a sua valorização o capital deve determinar sua relação com a mercadoria força de trabalho, única fonte viva do valor. Como toda e qualquer mercadoria a força de trabalho é encontrada no mercado, assim como os meios de produção e de subsistência, e após sua compra o capital quer consumir sua mercadoria tanto quanto quer utilizar os meios de produção. O uso ou gasto produtivo da mercadoria força de trabalho é, do ponto de vista material, processo de trabalho ou de produção, do ponto de vista formal, é processo de conservação e multiplicação de valores, isto é, processo de valorização. Seu aspecto *material* não difere do processo de trabalho em geral, metabolismo entre homem e natureza, ou entre o trabalho e as condições de sua realização, que neste caso são propriedade do capitalista¹⁵⁷. Do ponto de vista *formal* o que se defronta no processo são valores, o valor vivo e vivificante do “trabalho em ato” e o valor petrificado anteriormente na matéria prima e nos instrumentos (todos estes são o mesmo deste ponto de vista: quantidades determinadas de tempo de trabalho objetivado). Ao capital interessa prioritariamente este lado formal, o jogo entre valores que produz mais-valor.

A primeira determinidade a ser destacada nesta relação entre capital e trabalho é o aspecto duplice da relação, a saber, tal relação é, por seu aspecto qualitativo, produção de valores de uso, e, por seu lado quantitativo, produção de valor ou valorização¹⁵⁸.

O processo de produção é, de um lado, processo de trabalho, e não é ocioso lembrar que o lado real da relação entre capital e trabalho, isto é, o processo de produção, é um processo real de trabalho, ou criação de valores de uso a partir de valores de uso, ou aplicação de trabalho vivo em trabalho morto que produz novas mercadorias. Como processo de produção o processo de trabalho é um processo entre coisas que o capitalista

¹⁵⁷ Seguiremos aqui o caminho expositivo de Marx, que a princípio não esclarece a apropriação prévia por parte do capitalista dos meios de produção. O tema é de fundamental importância e aparece ao final do Livro I no tratamento da *Acumulação Originária* no Capítulo 24. Contudo, fazemos questão de enfatizar este aspecto, uma vez que a propriedade do capitalista dos meios de produção e a conseqüente coordenação que este exerce sobre o trabalho aparecem aqui como as únicas marcas distintivas do processo capitalista de produção. As demais determinações, *especificamente capitalistas*, apenas aparecem na extração do mais-valor relativo.

¹⁵⁸ Contudo, como sabemos, a finalidade do processo (*Zweck des Processes*) é a produção de mais-valor. Ver neste sentido o *Capítulo 6 (MEGA II, 4.1, p. 460; CI, p. 41)*.

comprou, entre coisas que lhe pertencem (K, p. 200; C, p.154), daí o fato de estarem os “resultados” do metabolismo entre suas coisas, por isso são seu produto. Do ponto de vista interno do capital, este se vê aqui dividido em seus elementos constituintes: capital constante, capital variável e produto-capital. O capital que antes do processo de trabalho existia como dinheiro, existe agora como processo de trabalho, isto é, uma relação social de produção¹⁵⁹.

De outro lado, ele é processo de valorização, e é justamente o processo de valorização que nos revela o essencial no modo de produção capitalista, pois o processo de produção capitalista é processo de produção de valores de uso apenas na medida em que estes são portadores de valor¹⁶⁰. Dado isto, o objetivo do capital com a produção de valores de uso é a venda, por isto produz mercadorias trocáveis no mercado. Mais do que isto, tais mercadorias devem ser capazes de, ao final do processo, gerar mais valor do que o dinheiro que o capitalista adiantou no mercado na compra dos meios de produção e da mercadoria força de trabalho.

A unidade opositiva entre produção e valorização é ela própria desdobramento da unidade opositiva entre valor de uso e valor, inscrita no corpo de cada mercadoria.

É preciso agora analisar os elementos constitutivos do processo de formação do valor para que se esclareça a produção do mais-valor absoluto. Constituem os elementos de valor de uma mercadoria todos os valores a ela incorporados antes ou durante o processo de sua produção imediata. Matéria prima e meios de produção são valores que, como diz Marx, estão no *passado*, e que, no processo de formação do valor, são unidos ao trabalho

¹⁵⁹ Como salienta Maurício Coutinho, a análise do processo de trabalho parece, do ponto de vista da formação intelectual de Marx, um retorno aos temas da juventude, ao metabolismo abstrato entre homem e natureza mediado pelo trabalho (Coutinho, 1997, p.92-6). O quinto capítulo de *O Capital*, de fato, parece começar por uma digressão sobre as formas naturais do trabalho, pelo trabalho como tal, sem as determinações que especificam o trabalho na sociedade moderna. Trata-se de uma abstração, mas de uma “abstração que ocorre no processo”, apontando para uma dimensão sempre presente em todo trabalho, a produção de utilidades. O interessante na digressão é que o abstrato corresponde ao lado material da relação entre capital e trabalho, seu aspecto formal, a valorização, já nos remete para o trabalho assalariado. O importante a notar aqui é que Marx não rompe com os temas e o ideário de juventude, antes os organiza no interior do abrangente conceito de capital, conceito para o qual convergem os estudos iniciais em economia política e do qual Marx apenas começa a formulação na década de 1850 no “exílio londrino”. Ver neste sentido: Asa Briggs, 1982, e Maclellan, 1976, e ainda Dussel, 1985.

¹⁶⁰ “No processo de trabalho que é simultaneamente processo capitalista de produção, os meios de produção empregam o operário, de tal sorte que o trabalho só aparece como meio graças ao qual determinada quantidade de valor, ou seja, determinada massa de trabalho objetivado, suga trabalho vivo para se conservar e se incrementar. O processo de trabalho aparece assim como processo de autovalorização (por intermédio do trabalho vivo) do trabalho objetivado” (MEGA, II, 4.1, p.469g; CI p. 75).

empregado no processo final, que está no *presente* (K, p. 202; C, p.156) ¹⁶¹. O que virá a constituir o valor da mercadoria é a soma destes valores, independente de sua temporalidade. Ele será equivalente à junção destes trabalhos contidos em cada etapa de sua formação ¹⁶².

O ponto central que Marx procura destacar em sua categoria de mais-valor é que “o valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são, portanto, duas grandezas distintas” (K, p. 208; C, p. 159) ¹⁶³. O papel central que o trabalho ocupa neste

¹⁶¹ Marx se refere ao trabalho já incorporado aos meios de produção e matéria prima como estando no “mais que perfeito”, e ao trabalho vivo no pretérito perfeito. O valor final é a junção destes dois tempos e se deve a uma característica do trabalho vivo, a saber, que este transfere o valor passado para o presente por sua simples operação. O capital não paga por esta atualização do trabalho precedente.

¹⁶² Como dissemos de passagem acima, à produção capitalista interessam os valores de uso na medida em que são suportes materiais do valor. Contudo, é essencial que a mercadoria tenha um valor de uso qualquer, isto é, que satisfaça a uma necessidade e possa ser vendida (ou realizar seu valor) no mercado. Igualmente essencial é que seu valor, isto é, o tempo de trabalho materializado em seu corpo, seja tão somente expressão do tempo socialmente necessário à sua produção (Idem).

¹⁶³ Marx fala neste contexto, do “valor da força de trabalho” que ele distingue do preço da força de trabalho ou salário (e em mais este sentido o faz em seguimento aos clássicos, como salienta Rosdolsky. Ver neste sentido igualmente Coutinho, 1993, p 144 e 191). O valor da força de trabalho depende, por assim dizer, dos “custos de produção”, já o salário, “depende da relação entre oferta e demanda no mercado de trabalho” (Rosdolsky, 2001, 237). Determinar quais seriam tais “custos de produção”, isto é, o que é necessário para manter o trabalhador e “perpetuar a linhagem dos trabalhadores”, ou ainda, quais necessidades incluir no cálculo do valor da força de trabalho; todas estas questões incluem elementos “históricos e morais” em sua resposta. Marx diz em *Salário, Preço e Lucro*, que para além da sobrevivência física como tal, no cálculo do valor da força de trabalho “o valor do trabalho é em cada país determinado por um nível de vida tradicional” (MEGA, II, 4.1, P. 427; SPL, p. 84. Este “nível tradicional de vida” inclui necessidades as mais diversas, o mesmo Marx diz, agora no *Capítulo Inédito*: “para dar um exemplo, os periódicos contam-se entre os meios de subsistência necessários dos trabalhadores urbanos ingleses” (MEGA, II, 4.1, p.477; CI p. 103). O ponto em questão aqui gerou imensa controvérsia. Como mostra Rosdolsky, muitas críticas são endereçadas à teoria de Marx do salário, críticas estas em parte dirimidas pelo próprio Rosdolsky (2001, pp. 237-260). Para nossos objetivos neste capítulo basta-nos a indicação de que não são constitutivas da teoria do mais-valor de Marx teses que indiquem o empobrecimento absoluto da classe que vive do trabalho, nem o subconsumo desta, ficando inclusive aberta a “possibilidade abstrata de que este ou aquele operário se transformar ele próprio em capitalista e em explorador do trabalho de outrem” (idem; CI, p. 102). Não se trata de empobrecimento puro e simples, como num processo mecânico, mas da perpetuação da relação opositiva entre trabalho e propriedade. O que Marx procura mostrar por meio de seu conceito de capital é que o capital gera a relação-capital, na mesma medida em que, da perspectiva do valorização, o valor gera a si mesmo. Há, além disso, um outro aspecto envolvido no cálculo do valor da força de trabalho que nos interessará adiante, a saber, que há uma relação íntima entre o valor da força de trabalho e o valor da totalidade das demais mercadorias, ou mais especificamente, ao valor das mercadorias consumidas pela classe trabalhadora como meios de subsistência. Dito isto, é oportuno lembrar que, diferente de outros socialistas como Lassalle, Marx não tem nada como uma “lei de bronze dos salários”, nem se compromete com uma teoria na qual o valor da força de trabalho tenda sempre ao mínimo, mas antes enfatiza que o valor da força de trabalho deve ser tal que não tire do capitalista o interesse em investir na produção e seja, por isso, vantajosa quanto ao seu potencial de valor. Há ainda inserido no caráter “histórico, social e moral” de seu cálculo, o peso do movimento de contestação dos trabalhadores, questão ainda de diversas dimensões, que vão do climático ao político. O importante para o tema que nos ocupa neste capítulo é o seguinte: embora envolto em toda esta trama de questões, o valor da força de trabalho deve ser considerado como dado, e, com isto, o tempo de trabalho necessário ou a parte

processo deve-se a uma sua característica (que a princípio aparece como uma *sorte* do capitalista), a saber, a de ser fonte de todo valor, e mais ainda, de pôr mais valor do que o necessário à reprodução da vida do seu antigo proprietário, o trabalhador:

A circunstância de que a manutenção diária da força de trabalho só custa meia jornada de trabalho, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar um dia inteiro, e por isso, o valor que sua utilização cria durante um dia é o dobro de seu próprio valor de um dia, é grande sorte para seu comprador, mas, de modo algum, uma injustiça contra o vendedor. (K, p. 208; C, p. 160).

Apenas com isto se explica a origem do mais-valor sem que, a princípio, se rompam as leis eternas do intercambio de mercadorias.

Todo segredo do mais-valor está, no conceito marxiano de capital, na “diferença” entre o valor da força de trabalho e o seu potencial como fonte geradora do valor. Com o objetivo de tornar clara tanto como possível esta diferença, Marx irá analiticamente dividir a jornada de trabalho em uma parte necessária ou equivalente, e outra parte apropriada sem equivalente ou tempo de trabalho excedente: o mais-valor do ponto de vista do capital, mais-trabalho do ponto de vista do trabalho (K, p. 231; C, p.176). Todo o tempo em que o trabalho operar para além do tempo de trabalho necessário é tempo de trabalho apropriado sem equivalente na troca, mais-valor que o capital extrai de modo absoluto, ou pelo simples fato de continuar a fazer operar a força de trabalho para além do tempo necessário à reposição do dinheiro “adiantado” no início do processo.

Voltando os olhos agora novamente ao todo do processo de valorização, vemos o dinheiro passar para a forma da mercadoria, por meio da compra de matéria prima, meios de produção e força de trabalho, e desta, ao fim do processo produtivo que é também processo de formação do valor, sair novamente como dinheiro (ainda potencial), agora acrescido de um mais-valor, que existe apenas como resultado do metabolismo entre a objetividade morta, que é propriedade do capitalista, e o trabalho vivo. Este passar de dinheiro a mercadoria e desta retornar a dinheiro acrescido de mais-valor é ainda uma determinação abstrata do mais-valor que será completada pelas determinações subsequentes do capital, mas ela expressa de modo sintético não apenas o aspecto quantitativo do

equivalente da jornada. Dado o tempo de trabalho necessário e o *limite* da jornada normal de trabalho, podemos saber a grandeza do mais-tempo ou do mais-valor absoluto.

acréscimo de valor, mas igualmente o aspecto vampírico do capital, que apenas chega a ser “um monstro animado” (*ein beseeltes Ungeheuer*) ao incorporar a si a força de trabalho viva, só por meio desta incorporação passa de coisa (dinheiro) a processo (capital), a valor que a si mesmo se valoriza.

Do ponto de vista da produção capitalista, todo esse percurso é o movimento autônomo do valor originalmente constante, convertido em força de trabalho. Atribui-se a ele o processo e seu resultado (**K**, p. 228; **C**, p. 175).

O capital é o todo de sua relação com o trabalho. Isto significa dizer que na relação capital e trabalho, o capital não é apenas um dos relatos, mas sim que ele é unidade do valor no pretérito com o valor no presente, ou ainda de trabalho morto e trabalho vivo. Nesta relação o trabalho é subsumido sob o capital, torna-se *seu momento*. A oposição interior ao capital passa a ser melhor determinada como relação entre modos de ser do capital, ele se compõe internamente de uma parte constante e uma outra variável (**K**, p. 223-4; **C**, p. 171).

2. A Jornada de Trabalho

A jornada de trabalho, que, como veremos, é a primeira manifestação de uma *barreira imanente* ao capital, é composta na versão marxiana da teoria do valor da soma de trabalho necessário e mais-trabalho, “dois períodos em que o trabalhador produz o valor de reposição de sua força de trabalho e o mais-valor” (**K**, p. 244; **C**, p. 185). Para o tema que aqui nos interessa, a saber, a extração de mais-valor em sua forma absoluta, importa fundamentalmente a distinção feita por Marx entre o valor da jornada de trabalho e a própria grandeza ou extensão da jornada de trabalho. O valor da força de trabalho, como toda e qualquer mercadoria, é determinado pela quantidade de trabalho necessária para a sua produção, e que deve, dado o caráter histórico, cultural e social desta média, variar no tempo e no espaço, podendo ser medida, dado seu caráter de valor, em frações de tempo, dias, horas, etc. Ou dito de forma sumária: todo e qualquer prolongamento da jornada de trabalho para além dos *limites* do trabalho necessário é extração de mais-valor na forma absoluta. Cada minuto de mais-trabalho é apropriado absolutamente pelo capital.

Interessa-nos agora reconstituir os passos fundamentais da determinação da jornada de trabalho. Que ela seja uma “grandeza fluente” nos dão evidências o próprio *Capítulo 8*

de *O Capital*, que em parte narra a história da luta em torno das barreiras da jornada de trabalho, e o próprio intervalo histórico que nos separa do texto¹⁶⁴. Mas o fato de que seja uma grandeza fluente diz respeito mais ao caráter histórico, social e político envolvido em sua determinação do que expressa ausência de barreiras. Seu mínimo seria a equiparação entre jornada de trabalho e trabalho necessário, fora de cogitação no capitalismo, uma vez que a produção deste excedente é o eixo em torno do qual gira o sistema capitalista. Não há, portanto, no capitalismo, uma barreira mínima (*Minimalschranke*). No entanto há uma barreira máxima (*Maximalschranke*), isto é, “ela não é, a partir de certo limite (*Grenze*) mais prolongável (K, p. 246, C, p. 188). Esta barreira máxima é, como nos diz Marx, duplamente determinada. De um lado, há a barreira puramente física (*rein Physischen Schranke*) que determina o quanto de força vital se pode despender em um só dia¹⁶⁵. De outro lado, há barreiras que Marx identifica como sendo morais (*moralische Schranken*), e que seriam expressas no tempo que se considera necessário para a satisfação de necessidades espirituais e sociais¹⁶⁶.

É em torno desta barreira máxima que se dá a luta entre capital e trabalho pela delimitação da jornada. Ambas as barreiras, física e social, são “de natureza muito elástica”, e por assim dizer, expressam a história e o nível de formação social e cultural de cada sociedade. Assim será uma “decisão social”, decisão essa que é atravessada por linhas de força em disputa, a criação de mais ou menos tempo para o cultivo e a formação, ou mais contemporaneamente, para a diversão¹⁶⁷.

Em todo caso, o importante a destacar é que a jornada de trabalho é uma barreira em disputa, sempre dependendo da relação entre trabalho necessário e mais-trabalho, e pode por isso ter as mais diversas variações, nacionais, culturais, históricas, etc. A estratégia argumentativa de Marx até aqui se encaminha na direção de explicitar a oposição entre as

¹⁶⁴ O Capítulo oitavo de *O Capital* narra os diversos momentos da luta pela redução da jornada de trabalho e é contemporâneo da luta pela jornada de 12 horas. Hoje, no mais das vezes, a jornada gira em torno das oito horas e já há movimentações reivindicando jornadas com dimensões diferentes, tanto maiores como menores.

¹⁶⁵ “Durante parte do dia, a força precisa repousar, dormir, durante outra parte a pessoa tem outras necessidades físicas a satisfazer, alimentar-se, limpar-se, vestir-se etc.” (*Idem*). Uma questão de importância crescente é saber se o tempo de deslocamento para o trabalho é parte da jornada ou do “tempo livre”.

¹⁶⁶ Basta uma comparação rudimentar entre a forma capitalista e as formas imediatamente a ela anteriores para que sejamos convencidos do potencial existente no capitalismo para a criação de “tempo livre”. Se este potencial não passa a ato é devido à relação contraditória entre capital e trabalho.

¹⁶⁷ Certamente no capitalismo tal qual Marx o conheceu, ainda não florescia tão vivamente a indústria do entretenimento ou do espetáculo, que hoje tantos serviços presta ao capital.

visadas, de um lado do capital, de outro do trabalho, sobre o que seja uma jornada de trabalho. Diz o texto do *Capítulo 8*:

O que é uma jornada de trabalho? Em todo caso, menos que 1 dia de vida natural. Quanto menos? O capitalista tem sua própria visão sobre esta última *Thule*, a barreira necessária (*notwendige Schranke*) da jornada de trabalho. Como capitalista ele é apenas capital personificado. Sua alma é a alma do capital. O capital tem um único impulso vital (*Lebenstrieb*), o impulso de valorizar-se, de criar mais-valor, de absorver com sua parte constante, os meios de produção, a maior massa possível de mais-trabalho. O capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa. (K, p. 247; C, p. 188-9).

A metáfora vampírica aqui expressa justamente o ímpeto do capital por uma substância que lhe é alheia, e o impulso por superar toda e qualquer barreira que se interponha entre ele e a fonte de trabalho vivo. A interpretação que o capital tem da locução “jornada de trabalho” está sempre para além das barreiras, social e física, que compõe o limite Máximo da jornada. “Nessas circunstâncias seu desejo parece lei¹⁶⁸”. Pois o capital, como os seres vampíricos, caso não obtenha a substância viva, deixa de ser. Assim seu impulso vital o leva *necessariamente* a um uso desmedido da mercadoria força de trabalho e para isso se apóia nas eternas leis de intercambio de mercadorias¹⁶⁹.

Já do ponto de vista do trabalho, e com base nas mesmas “leis eternas”, “levanta-se a voz do trabalhador, que estava emudecida pela *tempestade e ímpeto (Sturm und Drang)*¹⁷⁰ do processo de produção (K. p. 248; C, p. 189). O que o trabalho exige, de seu lado, é “apenas” uma jornada “normal” de trabalho (*Normalarbeitstag*):

Eu exijo, portanto, uma jornada de trabalho de duração normal e a exijo sem apelo a teu coração, pois em assuntos de dinheiro cessa a boa vontade. Poderás ser um cidadão modelar, talvez sejas membro da sociedade protetora dos animais, podes até estar em odor de santidade, mas a coisa que representas diante de mim é algo em cujo peito não bate nenhum coração o que parece bater aí é a batida de meu próprio coração. Eu exijo a

¹⁶⁸ Citamos aqui o conto *O Vampiro* de Joan Willian Polidori escrito em 1819 (Cf. ARGEL E MOURA NETO, 2008, p. 57). A temática do vampirismo foi uma verdadeira epidemia europeia à época de Marx. Desde Goethe, que em 1797 publicou “*A noiva de Corinto*”, passando por Lord Byron, até chegarmos aos lotados teatros da Paris que na primeira metade do século XIX adaptava ao teatro as histórias vampíricas, a própria imagem do vampiro se modifica. Sujo, fétido e de origem rural nos idiomas de origem, a imagem do vampiro passa por transformações até se cristalizar no Lord misterioso, aristocrata, em um processo que coincide com a “introdução da palavra Vampir no Latim, no Inglês, no Francês e no Alemão” (ARGEL E MOURA NETO, 2008, p. 15-6). Transformado pelo interesse que suscitou nas Luzes europeias, a imagem definitiva do vampiro une o repugnante e bárbaro do vampiro do folclore com o charme do aristocrata sedutor e civilizado.

¹⁶⁹ Que lhe reza o direito de usufruir da mercadoria que comprou no mercado como bem entender.

¹⁷⁰ Não pelo “*bombar*” da produção, como traduz a versão da “*Abril cultural*” a referência explícita de Marx à *Sturm und Drang*, movimento de emancipação das letras nacionais alemãs, que tem em Goethe sua figura mais proeminente e que eclode a partir de 1770.

jornada normal de trabalho, porque eu exijo o valor de minha mercadoria, como qualquer outro vendedor (K, p. 248-249; C, p. 189-190).

A exigência de uma jornada de trabalho normal visa conter o impulso vital do capital por mais-valor, impulso este que não respeita as “barreiras extremamente elásticas” que estão baseadas nas leis do intercambio de mercadorias, pois de tais leis “não resulta nenhum *limite (keine Grenze)* ao mais-trabalho” (K, p. 249; C, p. 190).

A argumentação de Marx então nos conduz ao seguinte quadro: de um lado, nos mostra que dadas as características especiais da mercadoria força de trabalho, seu uso implica barreiras necessárias, físicas e morais. É o capital, por sua vez, que seguindo seu impulso vital por mais-valor, não irá respeitar tais barreiras. De outro lado, nos mostra que o trabalho ao levantar sua voz em meio à tempestade e ímpeto da produção visa impor um limite ao uso desmedido de sua mercadoria. É a partir deste núcleo que se desenrola a luta de classes – em torno das barreiras da jornada de trabalho – narrada, em parte, no longo capítulo 8 de *O Capital*, aquele sobre a *Jornada de Trabalho*.

*** **

O que caracteriza a produção capitalista, no que diz respeito à relação entre trabalho necessário e mais-trabalho, não é a existência do mais-trabalho¹⁷¹. É antes o caráter de ser “sem barreiras” (*schrackenloses*) a necessidade do mais-trabalho. Tal necessidade (*Bedürfnis*) privada de barreira decorre do próprio caráter da produção ser, a um só tempo, produção de mercadorias e produção de mais-valor, ou unidade de produção e valorização. Como é da diferença entre as grandezas do tempo de trabalho necessário e do tempo de mais-trabalho que depende a constatação da extração do mais-valor em sua forma absoluta, é importante que se faça distinção, como Marx faz questão de destacar, entre a existência de barreiras para a jornada de trabalho, e a completa inexistência das mesmas barreiras para o mais-trabalho.

¹⁷¹ “O capital não inventou o mais-trabalho. Onde quer que parte da sociedade possua o monopólio dos meios de produção, o trabalhador, livre ou não, tem de adicionar ao tempo de trabalho necessário à sua autoconservação um tempo de trabalho excedente destinado a produzir os meios de subsistência para o proprietário dos meios de produção, seja esse proprietário *καλός κ'άγαθός* ateniense, teocrata etrusco, *civis romanus*, barão normando, escravocrata americano, boiardo da Valáquia, *landlord* moderno ou capitalista.” (K, p. 249; C, p. 190).

Contudo, a forma da jornada de trabalho torna indistinguível, em seu interior, o tempo em que se trabalha pelo equivalente ao salário e o tempo em que o trabalho é mero excedente, ou seja, a forma da jornada de trabalho tem como consequência que trabalho necessário e mais-trabalho são indistinguíveis no capitalismo¹⁷². A avidez (*Heißhunger*) do capitalista por mais-trabalho pode unicamente se manifestar por meio do ímpeto (*Drang*) desmedido por prolongar a jornada de trabalho.

Tal avidez por mais-trabalho que caracteriza o impulso imanente do capital é contida unicamente pela conquista de leis estatais. Assim entendido, o capital passa a ter de se haver com uma barreira legal, pois tais leis “refreiam o ímpeto (*Drang*) do capital por sucção desmedida da força de trabalho, por meio da barragem (*Beschränkung*) coercitiva da jornada de trabalho pelo Estado e na verdade um Estado que capitalista e *Landlord* dominam” (K, p. 253; C, p. 193). A jornada normal ou regulamentar de trabalho segue contendo em si a diferença entre uma fração equivalente e outra excedente, mas ainda assim é a primeira barreira que o trabalho consegue impor à sua exploração desmesurada. Ela não mata a “sede vampiresca do capital”, mas como veremos, ela determina o tempo no qual tal sede poderá “legalmente” se satisfazer¹⁷³.

¹⁷²O que de fato distinguiria o capitalismo no que diz respeito ao sobretrabalho é a *falsa aparência* de que o trabalho total está pago com o salário. É o contrário do que se passa com o escravo, que mesmo a parte paga de seu trabalho aparece como gratuita, pois “para trabalhar, o escravo tem que viver e uma parte de seu dia de trabalho vai para repor o valor de seu próprio sustento” (MEGA, II, 4.1, p. 415-6; SPL, p. 61-2). Contudo, o exemplo que melhor contrasta com o capitalista é o do servo camponês, do qual se podia dizer na época de Marx, “existia até ontem”. No seu caso, trabalho necessário e mais-trabalho estavam distinguidos no tempo e no espaço. “Este camponês trabalhava, por exemplo, três dias para si no seu próprio campo ou no campo que lhe fora distribuído e nos três dias subsequentes realizava um trabalho compulsório e gratuito no domínio de seu senhor” (*idem*).

¹⁷³ Marx, em todo o *Capítulo 8*, recorre aos relatórios de inspetores e médicos de fábricas inglesas para mostrar que ainda no interior da barreira legal o capital, não podendo seguir outro impulso que não aquele que o faz superar toda barreira, irá praticar suas pequenas “furtadelas de minutos” (*Mausereien von Minuten*) e demais formas de extrair mais-valor absoluto. Como veremos esta busca por expandir barreiras, e uma vez dado o seu estabelecimento, a busca por ultrapassá-las é a alma interior e o princípio motor do “capital como tal”. Além das pequenas frações de tempo que contribuem para tornar ainda mais flexíveis as barreiras impostas pela jornada de trabalho, Marx irá mostrar como está inscrito nos ramos da produção que funcionam ininterruptamente, isto é, em sistema de revezamento de 24 horas, de modo nítido as leis cegas da produção capitalista. Em tais momentos, apenas compatíveis com períodos de grande expansão do sistema capitalista, traços essenciais do capital aparecem de modo cristalino sem interferências de quaisquer outras condicionantes. O impulso imanente da produção “é apropriar-se de trabalho durante todas as 24 horas do dia” (K, p. 271; C, p. 206). “O prolongamento da jornada de trabalho além dos *limites* (*Grenzen*) do dia natural por noite adentro serve apenas de paliativo, apenas mitiga a sede vampiresca (*Vampyrdurst*) por sangue vivo do trabalho”. (*idem*). Como vemos a resposta do capital à pergunta: o que é uma jornada de trabalho? tem como resposta: 24 horas. Como ilustração de que tais impulsos seguem guiando a produção capitalista, citamos, *no espírito* do *Capítulo 8 de O Capital*, uma pesquisa recente que mostra a criatividade do capital na criação de mais-valor, mais-trabalho, ou dito de outro modo, mostra a criatividade do capital na

Marx faz, portanto, do processo histórico de constituição da jornada normal de trabalho o fio condutor para a determinação da “lei interna” da produção capitalista. A jornada de trabalho é, como vimos, duplamente determinada, de um lado pelas barreiras morais, de outro, por barreiras puramente físicas, é o capital que não reconhece barreiras, seu impulso cego, desmedido (*Maßlos Blindentrieb*) por mais-valor o faz necessariamente ultrapassar toda barreira. Seu impulso desmedido por autovalorização faz da desconsideração de toda barreira seu princípio interno: “o capital não tem, por isso, a menor consideração pela saúde e duração de vida do trabalhador, a não ser quando é coagido pela sociedade a ter consideração” (K, p. 286; C, p. 215).

A jornada de trabalho normal é, do lado do trabalho, expressão da subordinação do trabalho humano à trabalho na forma capitalista, pois como diz Marx:

Custou séculos para que o trabalhador “livre”, como resultado do modo de produção capitalista desenvolvido, consentisse voluntariamente, isto é, socialmente coagido, em vender todo o seu tempo ativo de sua vida, até sua própria capacidade de trabalho, pelo

superação da barreira elástica da Jornada de Trabalho. Diz nossa autoridade de plantão: "Há fortes indícios de que a jornada de trabalho deixa de começar na manhã de segunda-feira e se encerrar na tarde de sexta para, cada vez mais, se iniciar no meio da tarde de domingo e prolongar-se até o início da tarde do sábado. Assim, o tempo do descanso semanal é diminuído em 21 horas (43,7%), conforme estudos sobre hábitos do trabalho de 4.000 empregados de 16 a 60 anos de idade no setor de serviços britânico. A cada dez ocupados, seis efetuam tarefas relacionadas ao trabalho heterônomo (pela sobrevivência) no final de semana. Entre as principais atividades laborais fora do local de trabalho estão ligadas ao uso contínuo do computador pessoal, especialmente em tarefas de correio eletrônico, internet e no desenvolvimento de relatórios e planejamento. A maior parte dos ocupados que trabalham no final de semana informa exercê-lo por pressão da empresa, embora haja aqueles que são estimulados a fazê-lo pela concorrência entre os colegas. No tempo da Revolução Industrial, décadas de lutas do movimento social e trabalhista foram necessárias para conter as extensas jornadas de trabalho (superiores a 14 horas diárias e a mais de 80 horas semanais). Por meio de férias, do descanso semanal e dos limites máximos impostos à jornada (oito horas diárias e 48 horas semanais), a relação do trabalho com o tempo de vida reduziu-se de mais de dois terços para menos da metade. Assim, os laços de sociabilidade urbana foram construídos por meio do avanço de atividades educacionais, lazer e turismo, entre outras fundamentais à consolidação de um padrão civilizatório superior. Paradoxalmente, o curso atual da revolução tecnológica nas informações e comunicações faz com que o ingresso na sociedade pós-industrial seja acompanhado da elevação da participação do trabalho no tempo de vida. O transbordamento laboral para fora do local de trabalho compromete não apenas a qualidade de vida individual e familiar como também a saúde humana. Não são diminutos os diagnósticos a respeito das novas doenças profissionais em profusão. O predomínio do trabalho imaterial, não apenas mas substancialmente estendido pelas atividades no setor terciário das economias -a principal fonte atual de geração de novas vagas-, permite que o seu exercício seja fisicamente mais leve, embora mentalmente cada vez mais cansativo. Antigos acidentes laborais provocados pelo esmagamento em máquinas são substituídos por novos problemas, como o sofrimento humano, a solidão e a depressão, cada vez mais associada às jornadas excessivas de trabalho e ao consumismo desenfreado. A imaterialidade do trabalho, mesmo nas fábricas, por efeito da automatização e das novas tecnologias de informação e comunicação, torna o exercício laboral mais intenso e extenso. Por força do transbordamento laboral para além do local de trabalho, a jornada de 48 horas aumenta para 69 horas semanais, enquanto o descanso reduz-se de 48 horas para 27 horas na semana" (POCHMANN, 2011).

preço de seus meios de subsistência habituais, e seu direito à primogenitura por um prato de lentilhas. (K, p. 287; C, p. 215).

Trabalho é agora trabalho assalariado na proporção e tempo em que necessita o capital. Da perspectiva do capital, por seu turno, a jornada de trabalho é constituída como barreira, não ao sobretrabalho, mas antes ao prolongamento desmedido do uso da força de trabalho. Contudo, estas tendências gerais do modo de produção do capital mostram-se com maior nitidez unicamente nos ramos mais adiantados da indústria, “nas indústrias revolucionadas por água, vapor e maquinaria”, nestas formas cristalinas de operação do capital é que se nota em cores vivas o impulso do capital ao prolongamento desmedido e sem considerações da jornada de trabalho (K, p. 315-6; C, p. 235). É seu modo de operação acelerado e as condições sociais que este “modo de produção modificado” cria, ou seja, é das conseqüências de seu ritmo de exploração que surge o conflito de classes, que é por fim arbitrado pelo Estado e se estabelecem o controle social (*gesellschaftliche Kontrolle*), que põe barreiras ao impulso vampírico por mais-valor¹⁷⁴. Com a generalização do modo ampliado (*tipicamente capitalista*) de exploração do tempo de trabalho, tais leis que estabelecem o controle social perdem o caráter de “exceção” e passam a determinar toda relação de assalariamento.

Encerrando a determinação da extração de mais-valor na forma absoluta, Marx já antevê o caso *tipicamente capitalista*, a extração de mais-valor relativo. Contudo trata-se aqui ainda apenas da *subsunção formal* do trabalho sob o capital, não ainda da *subsunção real* e do modo especificamente capitalista de criação do excedente. No entanto, do até aqui exposto fica estabelecido que a extração de mais-valor absoluto, ou a forma de compensar a grandeza do capital variável pelo prolongamento da jornada de trabalho tem barreiras intransponíveis (*unüberspringbare Schranken*). Esta “barreira absoluta”, a jornada de trabalho, é por natureza menor do que 24 horas, *barra* a compensação ou a valorização do capital investido em força de trabalho, mas a barreira que ela representa pode ser superada pelo aumento da exploração de mais valor, ou que com um número menor de trabalhadores

¹⁷⁴ Marx certamente tem em mente o caso inglês como modelar. Parece confiar tanto em sua generalização, no que diz respeito à aplicação crescente de capital constante, como na influência que as lutas em torno da jornada poderia exercer sobre outros países. Em toda esta discussão fica clara a participação da luta de classes na determinação dos movimentos mais gerais do capital, uma vez que é unicamente por meio da luta entre capital e trabalho que se erguem barreiras ao impulso desmedido do capital por tempo de vida do trabalho. Dizer que a luta de classes não está *posta* no Livro I de *O Capital* é apenas possível se mutilarmos o conceito marxiano de capital.

possa o capital, por intensificação do trabalho, aumentar a compensação do capital adiantado em força de trabalho. Aqui vemos em antecipação uma tendência do capital (*Tendenz des Kapitals*) “de reduzir tanto quanto possível o número de trabalhadores por ele empregados, ou seja, seu componente variável, convertido em força de trabalho, em contradição com sua outra tendência de produzir a maior massa possível de mais-valor” (K, p. 324; C, p. 241). Marx antecipa aqui temas da produção do mais-valor relativo, e seu objetivo é determinar a importância e o papel que a jornada de trabalho tem na contradição entre tendências que constitui o movimento do capital¹⁷⁵.

A jornada de trabalho é, portanto, o lócus em que a luta entre capital e trabalho interfere na produção de mais-valor, de mais-trabalho. A própria correlação de forças, a luta que faz ampliar ou diminuir a jornada de trabalho, a torna uma grandeza fluente. Marx, embora com certa oscilação, trata a jornada de trabalho em todo o capítulo oitavo por uma *Schranke*, utilizando o termo *Grenze*, no mais das vezes, para o dia de 24 horas como um *limite*. Contudo, ainda na seção que trata da produção do mais-valor absoluto, o mesmo Marx determina a jornada de trabalho “uma vez que é dada”, isto é, após sua determinação pelo processo que acima estudamos como jornada regulamentar de trabalho, ele a determina como *Limite*, como *Grenzen*¹⁷⁶, o mesmo ocorre logo no início da seção seguinte (A produção do mais-valor relativo), onde novamente a jornada de trabalho aparece como *limite* dado¹⁷⁷.

3. Subsunção Formal do Trabalho sob o Capital

¹⁷⁵ Tornando ainda mais simples os temas do problema, Marx passa a considerar o capital total de uma sociedade como uma única jornada de trabalho. Essa jornada social de trabalho será calculada pelo número de trabalhadores multiplicado pelo número de horas em que este trabalham. Vemos aqui um problema que irá nos ocupar adiante, a saber, a relação entre a população e os *limites* do capital. Pois como diz Marx: “dada a duração desta jornada de trabalho, a massa de mais-valor só pode ser aumentada por meio do número de trabalhadores, isto é, da população trabalhadora. O crescimento da população constitui aqui o limite matemático da produção de mais-valor pelo capital total social” (K, p. 325; C, p. 242). A relação entre população e *limite* não pode ainda se desenvolver sem que apareça a extração de mais-valor na sua força relativa, contudo aqui já aparece como mostra de que a posição e reposição da relação-capital implica no destino da população, pois o capital como sujeito da relação que o constitui deve *por* a partir de si mesmo os elementos de sua própria produção e subsistência, o que inclui o capital variável em um nível “adequado”.

¹⁷⁶ “*Ist die Grenze des Arbeitstag gegeben...*” K, p. 324.

¹⁷⁷ “*Trotz gegebner Grenzen des Arbeitstag.*” K, p. 331.

Já são múltiplas as análises que apontam para a importância decisiva de se estudar as obras “preparatórias” para o correto entendimento da teoria madura de Marx, bem como, ao menos desde Rosdolsky, fica demonstrado que materiais não de todo acabados, como certas partes dos *Grundrisse*, nos dão acesso ao “laboratório conceitual” de Marx. É este o caso da já citada “seção” ou capítulo, na terminologia de Marx, não incluído por este no Livro I de *O Capital*, e que, como grande parte de seus escritos, ficou inédito até meados do século XX, o hoje conhecido “*Capítulo 6 Inédito*”. Do ponto de vista da matéria tratada no referido capítulo, há coincidência com os temas abordados nas Seções III e IV de *O Capital*, ocorrendo, no entanto, sob outra forma, na qual ganha relevo a temática da *subsunção (Subsuntion)*¹⁷⁸ do trabalho sob o capital, bem como a diferenciação entre um “modo capitalista” de determinação do trabalho, que corresponde à subsunção formal e à extração de mais-valor absoluto, e um modo “especificamente capitalista de produção”, e que corresponde à subsunção real e à extração de mais-valor relativo¹⁷⁹. Como nosso objeto neste capítulo é a produção do mais-valor absoluto, procuraremos reorganizar a matéria exposta sob a roupagem da subsunção formal do trabalho sob o capital.

A forma absoluta de extração do mais-valor tem no conceito marxiano de capital as determinações do originário, na medida em que: primeiramente remete-nos historicamente aos inícios do modo de produção capitalista, pois como diz o Marx em passagem anteriormente citada d’*O Capital*:

Custou séculos para que o trabalhador “livre”, como resultado do modo de produção capitalista desenvolvido, consentisse voluntariamente, isto é, socialmente coagido, em vender todo o seu tempo ativo de sua vida, até sua própria capacidade de trabalho, pelo preço de seus meios de subsistência habituais, e seu direito à primogenitura por um prato de lentilhas. (K, p. 287; C, p. 215).

A extração do mais-valor absoluto surge primeiro e como condição do relativo. Marx ao falar sobre a luta em torno das barreiras da jornada normal de trabalho, diz que esta luta mostra duas tendências opostas, de um lado, a tendência a criar a relação capitalista, e por meio dela criar o trabalhador duplamente livre, e de outro, uma vez constituído em si e acordando em meio já à tempestade e ímpeto da produção, esse mesmo

¹⁷⁸ Como lembra Theunissen (Op. Cit. P.326) Marx aqui caracteriza a subordinação do trabalho ao capital, um fato histórico, por meio da linguagem da Lógica do conceito, portanto, como *subsunção*.

¹⁷⁹ Ver neste mesmo sentido: Coutinho, 1997, p. 109.

trabalhador cria a tendência oposta, que visa proteger sua única mercadoria do espólio desmesurado. O estabelecimento da relação de assalariamento, a constituição de uma jornada normal, composta de uma parte equivalente e do mais-trabalho, corresponde ao período em que o capital, ainda em seu estágio embrionário, necessitando do poder do Estado, cria tempo livre, cria mão de obra disponível.

Em outro sentido porque a extração de mais-valor absoluto tem as determinações do originário na medida em que é constantemente reposta nos ramos da produção¹⁸⁰ que passam a se determinar pela valorização do capital. Nesta medida, esferas do trabalho que são levadas a operar sob a tônica da valorização são a princípio apenas formalmente subsumidos sob o capital, isto significa que nestes ramos passa a forma do trabalho assalariado a dominar, o que implica um investimento em capital variável com vistas à valorização do valor, ou seja, implica a conformação de uma jornada de trabalho que se divide entre trabalho necessário e mais-valor¹⁸¹. Contudo, com a extração de mais-valor absoluto temos um “modo de produção capitalista”, mas não o “modo de produção especificamente capitalista”, que Marx faz questão de diferenciar do primeiro e que será tema do capítulo seguinte, onde será analisada a extração de mais-valor relativo e a subsunção real do trabalho sob o capital.

No momento em que nos encontramos no desenvolvimento do conceito de capital, temos que o capital como sujeito do seu próprio processo de formação se divide internamente em capital variável e capital constante, e nesta medida “o processo de produção converte-se no processo do próprio capital” (MEGA, II, 4.1 p. 470; **CI**, p. 88). É a esse movimento de conversão do processo de produção em processo de produção para o capital que Marx chama de subsunção formal do trabalho sob o capital. A subsunção formal corresponde à extração de mais-valor absoluto, assim como a subsunção real corresponde à extração de mais-valor relativo.

¹⁸⁰ E crescentemente em outros âmbitos da vida e não apenas em processos de trabalho. Por assim dizer, a lógica da valorização invade outros âmbitos da vida moderna, fazendo de ramos não diretamente ligados à produção locais em que busca criar riqueza.

¹⁸¹ Marx, por exemplo, não foi contemporâneo da subsunção formal de uma série de atividades hoje funcionando plenamente sob a tônica da valorização. Diz ele no *Capítulo Inédito*: “nenhum homem compra ‘prestações de serviços’ médicos ou legais como meio de transformar em capital o dinheiro assim desembolsado”. (MEGA, II, 4.1, p. 485; **CI**, p. 119). Assim, serviços que ontem expressavam apenas o valor de uso particular de um trabalho, a medicina no exemplo de Marx, hoje produzem valor, podendo ser determinados como trabalhos produtivos, isto é, que produzem mais valor do que o despendido em sua compra.

É um fato que todas as épocas históricas tiveram modos de extrair o mais-trabalho, o capital, neste quesito, inova apenas na forma da subordinação e dominação. Diz Marx no *Capítulo 6 Inédito*: “denomino subsunção formal do trabalho sob o capital a forma que se funda no mais-valor absoluto, pois que só se diferencia formalmente dos modos de produção anteriores sobre cuja base surge (ou é introduzida) diretamente” (Mega, II, 4. p. 473; **CI**, p.94). Isto significa que o trabalho está formalmente subsumido sob o capital quando é trabalho assalariado, quando a coação ao trabalho é unicamente econômica e se funda na existência de um mais-trabalho que o capital busca sempre crescer. Para Marx o essencial na subsunção formal é: **i**) a forma unicamente monetária da relação entre quem se apropria do mais-trabalho e quem o cede. Diferentemente de outras épocas históricas a modernidade capitalista não mais se utiliza da dominação política, religiosa, estamental na extração do mais-trabalho, ela o faz mediada pelo contrato, isto é, na forma de um ato de vontade. E, **ii**) não obstante a isso, é essencial à subsunção formal que exista a oposição entre condições objetivas de trabalho (meios de produção) e condições subjetivas de trabalho (meios de subsistência) de um lado, e o trabalho duplamente livre, de outro. O capitalista domina este processo, pois “é apenas na sua condição de possuidor das condições de trabalho que, neste caso, o comprador faz que o vendedor caia sob sua dependência econômica, não existe nenhuma relação política, fixada socialmente, de hegemonia e subordinação¹⁸²”.

Marx, para efeito de contraste com a subsunção real do trabalho sob o capital, irá insistir que na subsunção formal não se verifica qualquer alteração no processo real de trabalho, não há aqui revolucionamento das condições de produção, etc. Há apenas a supervisão do capital sobre o trabalho, fazendo-o um trabalho que tende à média¹⁸³. Certamente Marx está pensando na passagem de esferas do trabalho que são encontradas pelo capital como vieram de modos anteriores de produção e que então serão, dentro das barreiras da jornada de trabalho, dirigidos de modo a conseguir “uma grande continuidade e intensidade do trabalho e uma maior economia no emprego das condições de trabalho, pois

¹⁸² Idem.

¹⁸³ “Comparado com o trabalho do escravo, este trabalho torna-se mais produtivo por ser mais intenso; o escravo, com efeito, só trabalha sob o acicate do temor exterior e não para a sua existência – que não lhe pertence embora lhe seja garantida -, ao passo que o trabalhador livre trabalha para as suas necessidades. A consciência (ou melhor, a ideia) de uma determinação pessoal livre, da liberdade, assim como o sentimento, consciência de responsabilidade, adstrito aquela, fazem deste um trabalhador muito superior àquele”. (MEGA, II, 4.1, 476; **CI**, p. 100).

se mobiliza todos os meios para que o produto só represente o tempo socialmente necessário – ou melhor, ainda menos” (Mega, II, 4.1, p.473; **CI**, p. 95). Portanto a subsunção formal refere-se ao modo de coação ao sobretrabalho, enquanto que a subsunção real refere-se ao modo de sua extração no interior do processo especificamente capitalista.

Com a subsunção formal se estabelece a coação meramente econômica ao sobretrabalho e com ela “uma nova relação de hegemonia e subordinação” que substitui “a escravidão, a servidão, a vassalagem, as formas patriarcais, etc., da subordinação, opera-se apenas uma mudança de forma. A forma torna-se mais livre porque é agora de natureza puramente material, formalmente voluntária, puramente econômica” (MEGA, II, 4.1, p. 474; **CI**, p, 97). A subsunção formal completa a criação do trabalhador livre no duplo sentido, livre dos meios de produção e subsistência e livre para contratar por meio de um ato de vontade com os possuidores dos meios de produção. A ausência de coação que não a econômica é também relacionada por Marx com a formação de novas necessidades e dos meios de sua satisfação, com a diversificação dos modos de trabalho, agora livres das corporações e dos entraves medievais, e por isso com a maior liberdade do trabalhador assalariado e a expansão do próprio sistema capitalista. Marx, novamente comparando o trabalho livre com o escravo mostra o contraste: “todas essas relações modificadas fazem com que a atividade do trabalho livre seja mais intensa, mais contínua, móvel e competente do que a do escravo, para além de o capacitarem pra uma ação histórica muito diferente” (MEGA, II, 4.1, p. 477; **CI**, p. 102).

Portanto a subsunção formal do trabalho sob o capital toma como base o modo como os diversos trabalhos se exercem como um dado, não os alterando “realmente”, mas apenas os coloca *sob a forma* do assalariamento. Como neste movimento não são alteradas as determinações reais da produção, o único modo de extrair sempre mais e mais valor é pelo método de prolongamento do tempo de trabalho. É a este método de extrair mais-valor que a jornada normal serve como barreira. Por isso a subsunção formal corresponde ao que temos até aqui estudado, a extração de mais-valor absoluto.

Capítulo 4 - O Desenvolvimento das Forças Produtivas como Limite

O desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social é a tarefa e justificativa histórica do capital. Precisamente com isso ele cria, sem que esteja consciente, as condições materiais de uma forma de produção superior (C, III, 195).

1. Mais-valor relativo

Como vimos no capítulo anterior a jornada de trabalho é uma grandeza móvel, e dado os aspectos históricos e morais que estão implicados em sua determinação, deve variar sempre no tempo e no espaço. Contudo, enquanto determinação fundamental da relação entre capital e trabalho, e nesta medida como núcleo da teoria do valor-trabalho de Marx¹⁸⁴, ela sempre será composta de duas partes essenciais, por um lado, uma parte equivalente e, por outro, do mais-valor (do ponto de vista do capital), mais-trabalho (do ponto de vista do trabalho). Não obstante este seu caráter móvel, uma vez determinada como resultado da luta de entre capital e trabalho ela deve ser considerada legalmente estabelecida ou “dada”. Todo tempo excedente em que nesta jornada regulamentar a força de trabalho seguir em atividade para além do *limite* do tempo de trabalho necessário é apropriado pelo capital como mais-valor absoluto.

Ao tratar do mais-valor relativo Marx inicia tomando o *limite* da jornada de trabalho como dado, e a partir desta *limitação* se coloca a questão: como é possível aumentar a produção de mais-valor sem o aumento da jornada de trabalho? A primeira indicação que Marx nos dá é que a jornada de trabalho como um todo é considerada como dada legalmente, mas não a sua composição interna entre trabalho necessário e mais-trabalho. A primeira manifestação do impulso na direção do mais-valor relativo nos coloca diante do desafio que o capital encontra na redução do tempo de trabalho necessário e no conseqüente aumento do tempo de mais-trabalho. Pensando exclusivamente em valores, o que Marx procura aqui estabelecer é que reduzir o tempo de trabalho necessário é equivalente a reduzir “o custo de produção” dos meios de subsistência, ou em uma palavra: baratear o

¹⁸⁴ Pois como define Marina Bianchi, a teoria do valor-trabalho de Marx nada mais é do que sua teoria do mais-valor (Cf. Bianchi, 1970).

salário¹⁸⁵. O termo baratear não nos deve conduzir a pensar na “sub-remuneração” da força de trabalho. Aqui como em toda a obra se admite que as mercadorias são vendidas “dentro” de seu valor, a força de trabalho inclusive. Baratear o salário significa neste contexto baratear o valor dos meios de vida que compõe o salário do trabalhador. Dito de modo sumário: uma vez dada a jornada regular de trabalho, e uma vez estabelecida a divisão interna da jornada em uma parte “necessária” e outra “excedente”, o impulso do capital pela valorização irá consistir em diminuir a parte necessária da jornada e aumentar a parte excedente, ou o que é o mesmo, aumentar o mais-trabalho.

Como veremos a mera subsunção formal ou “que o capital se apodere do processo de trabalho em sua forma historicamente herdada ou já existente” (K, I, 333; C, I, 251.) é insuficiente para esta forma de extração de mais valor. O capital deve “subsumir realmente o trabalho”, o que implica o revolucionamento permanente das bases técnicas de sua produção e o estabelecimento de um modo “especificamente” capitalista de produção.

O valor da força de trabalho é alterado diretamente com o aumento da força produtiva nos ramos que produzem “meios de vida costumeiros”, mas também pelo aumento da capacidade produtiva dos ramos industriais que produzem o capital constante, maquinaria e matéria prima, etc., e que serão consumidos produtivamente pelos mesmos ramos que produzem os meios de vida costumeiros. “Por outro lado, em ramos de produção que não fornecem nem meios de subsistência necessários, nem meios de produção para fabricá-los, o aumento da força produtiva deixa o valor da força de trabalho igual ao que era” (K, I, 334; C, I, 251). Em termos abstratos e gerais a tendência é que a ampliação da capacidade produtiva retire valores do pólo do trabalho e os conserve no pólo do capital. “Por isso, é impulso imanente e tendência constante do capital aumentar a força produtiva do trabalho para baratear a mercadoria e, mediante o barateamento da mercadoria, baratear o próprio trabalhador” (K, I, 338; C, I, 254).

Marx irá, portanto, na longa *seção IV de O Capital* analisar os modos como se desenvolveu historicamente a produção do mais-valor relativo, passando da cooperação à divisão do trabalho na manufatura e destas à grande indústria. Em todos esses momentos Marx faz questão de diferenciar o “desenvolvimentismo” próprio da produção moderna de seu uso especificamente capitalista. Pois, se por um lado a revolução permanente das

¹⁸⁵ Usamos aqui “preço da força de trabalho”, “valor da força de trabalho” e “salário” como sinônimos.

condições de produção pode significar economia do trabalho e possibilitar uma redução da jornada a um mínimo que possibilite o desenvolvimento de outras potencialidades humanas que não estão ligadas à esfera da produção, o seu uso capitalista, por outro lado, tem um objetivo muito estrito: “o desenvolvimento da força produtiva do trabalho, no seio da produção capitalista, tem por finalidade encurtar a parte da jornada de trabalho durante a qual o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo, justamente para prolongar a outra parte da jornada de trabalho durante a qual pode trabalhar gratuitamente para o capitalista” (K, I, 340; C, I, 255). É a partir do estabelecimento desta finalidade que Marx inicia o exame dos “métodos particulares” de produção de mais-valor relativo, cuja primeira *figura* é a cooperação.

2. Métodos Particulares de extração do Mais-valor relativo

2.1. Cooperação e capitalismo: ou como o capital faz convergir para si as forças produtivas do trabalho social.

A ampliação da escala da produção constitui a base real sobre a qual se ergue o modo de produção especificamente capitalista¹⁸⁶. O comando do capital sobre um número maior de trabalhadores, sua supervisão e a conseqüente ampliação da continuidade e intensidade do trabalho, que deve sempre tender à média ou superá-la, já apareceram como marca da subsunção formal do trabalho sob o capital. A primeira *diferença específica* da produção propriamente capitalista é apenas quantitativa, o grande número de forças de trabalho sob o comando de um mesmo capital. Não há aqui ainda mudança no “grau” de exploração. Contudo, a simples justaposição de muitas forças de trabalho operando sob o comando de um mesmo capital faz com que o gasto de cada força de trabalho seja uma grandeza média, e mais ainda, possibilita a formação de uma “jornada global” que não apenas corresponde ao trabalho social médio, mas que, além disso, significa motivos de economia para o capital¹⁸⁷, que se apropria de diversos aspectos do trabalho social e os faz

¹⁸⁶ “A atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo, no mesmo lugar ou, se se quiser, no mesmo campo de trabalho, para produzir a mesma espécie de mercadoria, sob o comando do mesmo capitalista, constitui histórica e conceitualmente o ponto de partida da produção capitalista.” K, I, 341; C, I, 257. Neste mesmo sentido ver o *Capítulo Inédito* pag. 91.

¹⁸⁷ Diz Marx: “suponhamos que a jornada de um trabalhador individual seja de 12 horas. Assim, uma jornada de trabalho de 12 trabalhadores simultaneamente ocupados constitui então uma jornada de trabalho global de

parecer *sua* força produtiva. Mesmo o seu aspecto mais subjetivo, a emulação advinda do trabalho em companhia de outros, e que forma a base da força de trabalho social, é apropriada sem troca. O capítulo sobre a Cooperação destaca que ainda sem alterar a intensidade e o grau de exploração, é próprio da cooperação, pelo simples emprego conjunto de um grande número de braços, operar uma “revolução nas condições objetivas do processo de trabalho”. Marx é extremamente detalhista nestas passagens e não nos demoraremos em todos os meandros de sua análise da cooperação, mas cabe apenas destacar que a revolução nas condições objetivas de trabalho já implica, neste momento, a diminuição da parte constante do capital, que se objetiva em edifícios, matérias primas e meios de produção, que devido a sua escala se tornam mais baratos para o capital, por serem consumidos em comum no processo de trabalho¹⁸⁸.

A relação entre capital constante e variável ainda não nos ocupou diretamente neste trabalho, por isso voltaremos a estas determinações do conceito de “capital como tal”, contudo, o que aqui se enfatiza é a simples economia de capital constante que está implicada na organização do trabalho e que por isso interessa ao capital¹⁸⁹. Não há ainda nenhuma outra alteração do processo de trabalho como tal, e esta economia de capital constante deve-se apenas ao uso coletivo dos meios de produção, contudo esta economia implicará no barateamento das mercadorias¹⁹⁰ e no conseqüente barateamento da força de trabalho.

A cooperação, e com isso ainda não nos deparamos com nenhuma especificidade capitalista, para além de combinar e somar trabalhos, cria uma “força de trabalho coletiva” que é superior em tudo à mera soma das forças de trabalho individuais. Este trabalhador

144 horas, e embora o trabalho de cada um dessa dúzia se desvie mais ou menos do trabalho social médio, o indivíduo podendo por isso precisar de mais ou menos tempo para a mesma operação, a jornada de trabalho de cada indivíduo, como 1/12 da jornada global de 144 horas, possui a qualidade social média. Mas para o capitalista que emprega 1 dúzia, existe a jornada de trabalho como jornada de trabalho social da dúzia” (K, I, 342; C, I, 258).

¹⁸⁸ Ver neste sentido o capítulo 5 do Livro III de *O Capital: Economia no Emprego do Capital Constante*.

¹⁸⁹ Com diz Marx: “a produção de uma oficina para 20 pessoas custa menos trabalho do que a produção de 10 oficinas para 2 pessoas cada uma” (K, I, 344; C, I, 259).

¹⁹⁰ “Com isso diminuí um componente do valor do capital constante, diminuindo também, portanto, na proporção de sua grandeza, o valor total da mercadoria. O efeito é o mesmo que se os meios de produção de mercadorias fossem produzidos mais baratos”. (Idem). Há um outro aspecto envolvido na questão e que Marx aqui antecipa apenas de passagem, é que este economizar capital constante implica alterações na composição orgânica do capital total adiantado. Tema que será retomado no Livro III de *O Capital*. Mais do que antecipação o que há, como veremos, é uma “mimese” dos temas analisados na produção do mais-valor relativo, as tendências imanentes ao capital, e o comportamento dos capitais reais existentes.

coletivo, que está para a força de trabalho individual assim como está a infantaria para o soldado individual, apenas contribui para o barateamento do trabalhador individual por estar determinado aqui pela relação de assalariamento e não é nenhuma invenção do capital. Na antiguidade, por exemplo, este trabalhador coletivo pertencia ao Estado. O importante a salientar é que Marx faz a cooperação derivar do caráter social do homem¹⁹¹, e a força produtiva específica do trabalho combinado é resultado do trabalho social¹⁹², pois como veremos aqui também o capital, com o modo fetichista que lhe é próprio, fará parecer que esta força produtiva social é *sua* força produtiva.

A cooperação de tipo capitalista comporta especificidades. A primeira delas, e que estabelece formalmente a relação-capital, é a necessidade de uma grande massa de capital exigida para que o processo tenha início. O mínimo exigido de capital constante e de capital variável é agora incomparavelmente maior do que em processos isolados¹⁹³. “A concentração de grandes quantidades de meios de produção em mãos de capitalistas individuais é, portanto, a condição material para a cooperação de trabalhadores assalariados

¹⁹¹ “Isso resulta do fato de que o homem é, por natureza, se não um animal político, como acha Aristóteles, em todo caso um animal social” (K, I, 345-6; C, I, 260).

¹⁹² “Se, conforme o caso, ela obtém essa força produtiva mais elevada por aumentar a potência das forças mecânicas do trabalho, ou por estender sua escala espacial de ação, ou por estreitar o campo espacial da produção em relação a escala da produção, ou por mobilizar no momento crítico muito trabalho em pouco tempo, ou por provocar a emulação entre indivíduos e excitar seus espíritos vitais, ou por imprimir às operações semelhantes de muitos o cunho da continuidade e da multiplicidade, ou por executar diversas operações ao mesmo tempo, ou por economizar os meios de produção mediante o uso coletivo, ou por emprestar ao trabalho individual o caráter de trabalho social médio, em todas essas circunstâncias a força produtiva específica da jornada de trabalho combinada é força produtiva social do trabalho ou força produtiva do trabalho social. Ela decorre da própria cooperação. Ao cooperar com outros de um modo planejado, o trabalhador se desfaz de suas barreiras individuais e desenvolve a capacidade de sua espécie (*Gattungsvermögen*)” (K, I, 348-9; C, I, 262). Citamos longamente este texto por enfatizar que o caráter usurpador da produção capitalista faz com que “potencialidades do próprio gênero humano” sejam “enfeitadas” pela produção capitalista ao ponto de se parecerem como potencialidades do capital como relação. Esta “potência do fetiche” para muito além do fetiche da mercadoria, foi explorada por Grespan, 1999, p.274; 2008, p.40. Como deve ficar evidenciado pela discussão feita neste capítulo, o caráter usurpador da relação-capital se aprofunda ao fazer convergir a si tanto as “potências genéricas do homem” quanto as “ciências da natureza”, até o ponto em que esta apropriação chega a ser plena, ou que estas apareçam como *postas* diretamente pelo capital.

¹⁹³ À medida que avança a análise de Marx podemos perceber uma série de modificações nos agentes iniciais da troca entre capital e trabalho. No que diz respeito ao capitalista, o vemos paulatinamente perder seu papel produtivo e se afastar da figura do “dono da oficina”, que comanda ele próprio a produção. À medida que vai se descortinando o modo tipicamente capitalista de produção vemos não somente a imensa quantia de capital necessária para que o processo tenha início, e que tem a consequência de tornar o empreendimento capitalista uma obra coletiva, mas também vemos que o comando sobre o trabalho passa do capitalista para seus “oficiais maiores”. De comandante do trabalho que contrata forças de trabalho passa o acionista da imensa fábrica que dirige só indiretamente por meio de “gestores”. O capital, portanto, tende a se acumular em sua parte constante, que é subdividida entre muitos capitalistas que mantêm uma relação sempre mais abstrata com o trabalho.

e a extensão da cooperação, ou a escala da produção, depende do grau dessa concentração” (K, I, 349; C, I, 262). Esta é, na prática, apenas uma ampliação da escala na qual se estabelece a relação-capital, que como sabemos, pressupõe que o capital encontre o trabalhador duplamente “livre” disponível no mercado de trabalho. O que veremos é a progressiva ampliação da quantidade ou a concentração de capital que passa a ser necessária para se iniciar os processos reiteradamente ampliados que a partir de agora se desenvolverão.

Uma segunda especificidade é que o comando do capital sobre o trabalho “se torna uma exigência para a execução do próprio processo de trabalho, numa verdadeira condição da produção. As ordens do capitalista no campo da produção tornam-se agora tão indispensáveis quanto as ordens do general no campo de batalha” (K, I, 350; C, I, 263). Marx, em toda essa seção, explora esta metáfora militar, aplicando-a ao sistema de vigilâncias e hierarquias que se segue da direção do capital¹⁹⁴. Ainda outra especificidade da cooperação capitalista diz respeito à relação entre capital e trabalho. Como temos visto o fim último e o motivo impulsionador da produção capitalista é a maior autovalorização possível do capital, o que implica a maior quantidade possível de mais-trabalho extraído de cada força de trabalho. Com o aumento da escala da produção mais trabalhadores são ocupados juntos e, “com a massa de trabalhadores ocupados ao mesmo tempo cresce também sua resistência (*Widerstand*) e com isso necessariamente a pressão (*Druck*) do capital para vencer (*Bewältigung*) essa resistência” (K, I, 350; C, I, 263). A direção do capital sobre o trabalho cooperativo não visa apenas maior diligência no trabalho e maior

¹⁹⁴ “Do mesmo modo que um exército precisa de oficiais superiores militares, uma massa de trabalhadores, que cooperam sob o comando do mesmo capital, necessita de oficiais superiores industriais (dirigentes, managers) e suboficiais (*capatazes, foremen, overlookers, contre-mâtres*) que durante o processo de trabalho comandam em nome do capital” (K, I, 351; C, I, 264). Há em todo este processo contínuo e progressivo uma ampliação de escala. O capitalista individual que aparece no momento da *subsunção formal* como vigia e dirigente de seu pessoal, se torna, uma vez que seu ramo de produção seja *subsumido realmente sob o capital*, o acionista da imensa indústria capitalista, pois como nos lembra o *Capítulo Inédito*: “é tanto maior o mínimo de capital num ramo da indústria quanto mais explorado de maneira capitalista for tal ramo [...] este adota dimensões sociais, isto é, despoja-se de todo e qualquer caráter individual” (Mega, II, 4.1 478; CI, 105). Agora o trabalho de vigilância e direção rompe com a rotina empírica, dada sua vinculação com a aplicação das ciências e da tecnologia, e passa à uma classe de engenheiros, diretores e técnicos. Marx ainda vê neste trabalho de direção expressão do trabalho explorado de modo capitalista e nesta medida “trabalho produtivo”. Contudo é possível pensar com base na oposição crescente entre o trabalho manual e intelectual, que o segundo a partir de um certo limite se configure como uma classe intermediária ou mesmo se torne capitalista, uma vez que sua participação nos “lucros” o faz participar da extração de mais-valor e uma vez que seu trabalho se constitui justamente em melhorar tal extração e torná-la mais “eficiente”.

economia dos meios de produção, matéria prima, etc., ela é uma “função de exploração”, tem como objetivo a maior extração possível de mais-trabalho. Este trabalhador coletivo, que ainda não é o autômato da fábrica, aparece como um “corpo produtivo” destituído de razão, que lhe vem de fora, por meio da função diretiva do capital, que dá unidade e finalidade às ações do corpo. Por outro lado a direção do capitalista aparece como autoridade, “como poder de uma vontade alheia, que subordina sua atividade ao objetivo dela” (K, I, 351; C, I, 262). Tudo se passa de forma que na cooperação dirigida pelo capital o caráter “estranhado” do trabalho chegasse a tal ponto que a doação de finalidade à ação do trabalhador passa a ser tarefa do capital, e mais ainda, que esta finalidade seja sempre a maior exploração possível do trabalho pelo capital. Daí o fato de o trabalho aparecer na situação acima como mera “matéria prima da exploração”. Com isso vemos o caráter usurpador do capital ampliar sua manifestação na mesma escala em que cresce a produtividade do trabalho social¹⁹⁵.

O capital contrata com a força de trabalho individual, paga por esta, mas a utiliza já coordenada pelos seus próprios fins. Há aqui uma diferença que Marx faz questão de destacar. O trabalhador coletivo que se forma na cooperação não é redutível à mera soma e justaposição das forças de trabalho individuais que o compõe. Esta “força produtiva social do trabalho” é apropriada gratuitamente pelo capital, pois é este que unifica as ações independentes e dispersas do corpo coletivo, uma vez que, dada a relação capitalista de assalariamento, as forças de trabalho que contratam individualmente com o capital apenas entram em contato, cooperam, no interior do processo de trabalho, isto é, em um ponto em que cada força de trabalho já se encontra incorporada como parte do capital. Assim a cooperação capitalista apresenta seu caráter: “uma vez que a força produtiva social do trabalho não custa nada ao capital e, por outro lado, não é desenvolvida pelo trabalhador antes que seu próprio trabalho pertença ao capital, ela *aparece como* força produtiva que o capital possui por natureza, como sua força produtiva imanente” (K, I, 353; C, I, 264. Grifo nosso)¹⁹⁶.

¹⁹⁵ Quanto mais distante da caracterização inicial de “atividade humana orientada a um fim” tanto mais *estranhado* está do trabalhador não só o fruto de seu trabalho, mas a própria compreensão de seu trabalho como sua ação. Daí o motivo, pensamos, de Marx caracterizar a direção capitalista do trabalho como formalmente “despótica”.

¹⁹⁶ É preciso destacar que este aspecto usurpador segue e se aprofunda nas formas mais desenvolvidas, como na manufatura. “Assim como na cooperação simples, na manufatura é o corpo de trabalho em ação uma forma

A cooperação capitalista é uma forma determinada da cooperação que existiu nas grandes civilizações do passado. Ela é, contudo, no interior do capitalismo, uma forma distintiva de sua especificidade. Daí Marx a determinar como a primeira forma de manifestação da subsunção real do trabalho sob o capital¹⁹⁷.

2.2. Divisão do trabalho e manufatura de tipo capitalista

A manufatura capitalista surge da base em que se constitui a cooperação, a saber, seu fundamento é a reunião de um grande número de forças de trabalho operando sob o comando de um mesmo capital. Há, no entanto, uma origem dúplice da manufatura, mas que, não obstante esta duplicidade de origem, a conduz a um resultado unitário. Ela se forma como “combinação do diverso” ou como “decomposição do particular”. Como combinação do diverso ela despe os ofícios autônomos de sua autonomia e os torna partes unilaterais do processo de produção de uma única e mesma mercadoria. O ofício de origem se torna em gesto parcial que apenas encontra sentido pela unidade planejada da direção capitalista. Como decomposição do particular parte da união de artífices de mesma espécie, decompõe o ofício em suas partes mais elementares, isola e unilateraliza cada ação produtiva e cria o trabalhador especialista, tornando uma única parcela de seu antigo ofício em função exclusiva. Em ambos os casos o resultado é o mesmo: a criação de “um mecanismo de produção, cujos órgãos são seres humanos”.

Como *espécie* particular do *gênero* mais amplo que é a cooperação, a manufatura igualmente forma o “trabalhador coletivo combinado” composto de trabalhadores parciais. Contudo nosso interesse reside em um resultado específico desta composição, o fato de que “em comparação com o ofício autônomo produz por isso mais em menos tempo ou eleva a força produtiva do trabalho” (K, I, 359; C, I, 269). Pois como veremos todos os métodos de

de existência do capital. O mecanismo social de produção composto de muitos trabalhadores parciais individuais pertence ao capitalista. A força produtiva originada da combinação dos trabalhos aparece (*erscheint*) por isso como força produtiva do capital” (K, I, 381; C, I, 283). A forma acabada que este processo adquire na obra de Marx é o autômato vampírico da fábrica.

¹⁹⁷ “Do mesmo modo que a força produtiva social do trabalho desenvolvida pela cooperação *aparece como* força produtiva do capital, a própria cooperação aparece como forma específica do processo de produção capitalista, em contraposição ao processo de produção de trabalhadores isolados independentes ou mesmo dos pequenos mestres. É a primeira modificação que o processo de trabalho real experimenta pela sua subordinação ao capital”. (K, I, 354; C, I, 265. Grifo nosso).

elevação da força produtiva do trabalho contribuem conjuntamente para tornar o *limite* em que se constitui a jornada de trabalho em *barreira*. O modo específico desta “*superação em si*” do processo capitalista ainda não nos apareceu, contudo a sua base já aparece em sua figura mais simples na manufatura, pois o “aumento da produtividade se deve aqui ao dispêndio crescente de força de trabalho em dado espaço de tempo, portanto crescente intensidade do trabalho ou decréscimo do dispêndio improdutivo da força de trabalho” (K, I, 361; C, I, 270)¹⁹⁸. Como veremos a intensificação do trabalho aparece como satisfação do ímpeto do capital por uma jornada de trabalho *ilimitada*, sendo o fundamento da extração de mais-valor relativo.

Há além do que temos exposto um outro “filão” na análise de Marx e que só acidentalmente temos feito menção, a saber, aquele que diz respeito aos resultados destes processos produtivos na sociedade, ou mais especificamente na população que vive do trabalho. Muito mais que uma divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, que seria uma conseqüência da subdivisão das tarefas baseadas em habilidades pessoais, o que Marx descreve como característico do período manufatureiro, e que no entanto parece se confundir com as tendências imanentes da produção capitalista, é a apropriação por parte do capital “das potências intelectuais” da sociedade, de um lado, e a criação, do lado dos trabalhadores, de um pólo de ignorância e brutalização. Citamos uma passagem extensa e que, no entanto, se justifica pela precisa ilustração da questão:

As potências intelectuais da produção ampliam sua escala por um lado, porque desaparecem por muitos lados. O que os trabalhadores parciais perdem, concentra-se no capital com que se defrontam. É um produto da divisão manufatureira do trabalho opor-lhes as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade alheia e poder que os domina. Esse processo de dissociação começa na cooperação simples, em que o capitalista representa em face dos trabalhadores individuais a unidade e a vontade

¹⁹⁸ Como diz Marx: “o período da manufatura [...] proclama conscientemente como princípio a diminuição do tempo de trabalho necessário para a produção da mercadoria” (K, I, 368; C, I, 275). A manufatura pode até, em casos isolados, utilizar-se de máquinas, contudo “a maquinaria específica do período manufatureiro permanece o trabalhador coletivo, combinação de muitos trabalhadores parciais” (Idem). Certamente que decompondo o trabalhador coletivo temos funções diversas para as quais se estabelece salários diversos. “A manufatura desenvolve portanto uma hierarquia das forças de trabalho, à qual corresponde uma escala de salários” (K, I, 370; C, I, 276). Isto significa no texto de *O Capital* que ao lado da gradação hierárquica dos trabalhos, se cristaliza a divisão entre trabalho qualificado e não qualificado, sendo uma característica desta divisão no interior da manufatura a queda do valor da força de trabalho em ambos os casos. Pois do trabalhador não qualificado se exige o mínimo que qualquer homem é capaz de realizar, desaparecendo os custos de aprendizagem por inteiro. Para o trabalhador qualificado os custos irão se reduzir dada a função parcial e simplificada que este exerce no trabalhador coletivo. Como conclui Marx: “a desvalorização relativa da força de trabalho, que decorre da eliminação ou da redução dos custos de aprendizagem, implica diretamente uma valorização maior do capital, pois tudo que reduz o tempo de trabalho necessário para reproduzir a força de trabalho amplia os domínios do mais-trabalho” (K, I, 371; C, I, 276).

do corpo social de trabalho. O processo desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador, convertendo-o em trabalhador parcial. Ele se completa na grande indústria, que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a força a servir ao capital (K, I, 382; C, I, 283).

Neste ponto Marx faz questão de ressaltar que mesmo os economistas clássicos, como Smith, haviam percebido as conseqüências sobre o trabalhador da parcialidade e unilateralidade dos trabalhos. O “aparvalhamento” (*Stumpfsinn*) e “certa deformação física” seriam, contudo, pensam alguns economistas, amenizados pela marcha do progresso¹⁹⁹. Sabemos que esta marcha do progresso tem outro nome, desenvolvimento das forças produtivas da sociedade. Nesta medida a divisão manufatureira do trabalho “é apenas um método especial de produzir mais-valor relativo ou aumentar a autovalorização do capital – o que se denomina riqueza nacional, *Wealth of Nations*, etc. – à custa dos trabalhadores” (K, I, 386; C, I, 286). Pois na medida em que o capital aprofunda sua subjetividade, isto é, na medida em que o capital põe as condições de sua própria produção, ele o faz apenas com a condição de subtrair a subjetividade do trabalhador, que se “coisifica”. As condições materiais do trabalho, as potências genéricas do trabalho social, as obras do espírito, com as matemáticas e as ciências, são apropriadas por um pólo antagônico ao trabalho. Elas não são opostas ao trabalho, mas antes são postas por sua apropriação como capital em relação antagônica com o trabalho, no sentido de que sua apropriação como capital se dá como subtração ao trabalho, ou que elas se acumulem como capital por se subtraírem a toda a sociedade. Do lado do trabalho resta a ação abstrata, que apenas recebe sentido por meio do comando do capital, ou da totalidade que lhe confere sentido. Como veremos este processo apenas se aprofunda, fazendo da aplicação consciente das ciências índice da produtividade e do trabalhador com mero vigia e auxiliar das máquinas.

2.3. Maquinaria e Grande Indústria ou a Fábrica Capitalista como vampiro de metal.

¹⁹⁹ Ver especialmente no capítulo 12 o item 5 “O caráter capitalista da manufatura”. Interessante notar que a solução proposta por Smith, como lembra Marx (C, p. 284) e que consiste no “ensino popular pelo Estado”, sofre dura oposição do capital e seus “cientistas”. Assim a mesma relação social que opõem um pólo de propriedade de um lado e de não-propriedade de outro, opõem no mesmo sentido um pólo de conhecimento de uma lado e um pólo de ignorância e brutalidade de outro, mesmo quando esta ignorância e brutalidade se fazem acompanhar de um “diploma” oficial que não significa conhecimento, mas apenas passagem pelo órgão estatal de disciplina.

Vimos brevemente como na manufatura capitalista ocorre um revolucionamento do modo de produção, o qual, no entanto, ainda se fundamenta em uma determinada organização das forças de trabalho que cria o “trabalhador coletivo combinado”. Agora veremos como na grande indústria a revolução no modo de produção se baseia não na força de trabalho, mas antes no “meio de trabalho” e faz deste encarnação do vampirismo do capital. Aqui aparecem cristalinamente todas as especificidades do *modo tipicamente capitalista* de produção, não pelo fato de haver uso da maquinaria, mas antes por seu uso como capital. Pois em seu uso como capital a maquinaria “se destina a baratear mercadorias e a encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de encompridar a outra parte de sua jornada de trabalho que ele dá de graça para o capitalista. Ela é meio de produção de mais-valor” (K, I, 391; C, I, 7). Ela serve ao capital, tanto quanto as formas já vistas de extração de mais-valor relativo, como modo de superar pela intensificação o *limite* extensivo da jornada de trabalho²⁰⁰.

O capítulo 13 de *O Capital* é aberto por uma longa demonstração de que o sistema de máquinas que conforma a grande indústria capitalista se fundamenta nas potencialidades produtivas já conhecidas na cooperação e na manufatura, contudo a diferença específica aqui reside na escala “ciclópica” que faz da cooperação de muitas máquinas um verdadeiro “sistema de máquinas” e que “constitui em si e para si um grande autômato” (*bildet an und für sich einen großen Automaten*), assim que seja movido por um primeiro motor semovente” (K, I, 401-2; C, I, 13). Um sistema de máquinas automático, podendo operar todos os movimentos necessários da matéria prima, terá no trabalho humano apenas um assistente, e, mais importante ainda para o processo capitalista, poderá como composição de diversos movimentos mecânicos de ferramentas, “ser constantemente aperfeiçoado em seus detalhes”. O que é fundamental destacar aqui é que a grande indústria que parte do fundamento da manufatura para o superar, cria uma nova base material para o seu contínuo

²⁰⁰ O Capítulo 13 – *Maquinaria e Grande Indústria* – é composto por quase uma centena de páginas nas quais Marx faz convergir temas diversos e para os quais não poderemos dispensar atenção compatível com os esforços do autor, que se mostra extremamente informado da história e funcionamento das máquinas que estream na revolução industrial do século XVIII. Marx se mostra ainda plenamente informado sobre os impactos da maquinaria sobre a sociedade, e como já houvera feito no capítulo oitavo, volta-se nas notas aos relatórios oficiais de saúde e educação em busca de dados que ilustrem a luta entre trabalhadores e o uso capitalista das máquinas. Só faremos referências indiretas a estes temas que ocupam, no entanto, importante espaço no capítulo em questão.

progresso²⁰¹. E isto não se restringe apenas a um único ramo da produção pois “o revolucionamento constante do modo de produção numa esfera da indústria condiciona seu revolucionamento nas outras (K, I, 404; C, I, 15). O contágio revolucionário de todas as esferas da produção faria com que a revolução no modo de produção contagiasse as “condições gerais do processo de produção social, isto é, nos meios de comunicação e transporte” (Idem), levando o “desenvolvimentismo” e a velocidade próprios da produção capitalista às demais esferas e relações sociais.

É preciso relacionar a mudança de escala na produção, típica da grande indústria, com o processo de valorização. Pois mudança de escala, que substitui a força humana pelas forças da natureza e a “rotina empírica pela aplicação consciente das ciências” (K, I, 406; C, I, 17), tem também, para o capital, a vantagem de se constituir com base em “elementos” que nada custam a este. Assim como o capital nada pagou pela apropriação do trabalho coletivo no interior da cooperação, uma força produtiva que como vimos *aparece como* sendo própria ao capital, mas que de fato pertence às “forças naturais do trabalho social”, agora as forças da natureza que movem as ciclópicas máquinas produtoras de máquinas também nada custarão ao capital, o mesmo acontecendo com a aplicação consciente da Mecânica e da Química modernas aos processos produtivos.

A incorporação das forças naturais e das ciências incide diretamente no processo de produção, que tem sua escala ampliada ao extremo, mas apenas indiretamente no processo de valorização. Pois como diz Marx: “como qualquer outro componente do capital constante, a maquinaria não cria valor, mas transfere seu próprio valor ao produto cuja feitura ela serve” (K, I, 408; C, I, 18). Em si e para si a ampliação da escala não muda em nada a relação interior ao capital, que continua a dividir-se no processo produtivo entre uma parte morta ou constante e outra viva. Apenas esta parte viva cria diretamente valor, a primeira apenas transfere parte alíquota de seu valor para o produto. Marx portanto procura mostrar que a transferência de valor da maquinaria ao produto encarece o produto só proporcionalmente, pois “a maquinaria entra sempre por inteiro no processo de trabalho e sempre apenas em parte no processo de valorização. Ela nunca agrega mais valor do que

²⁰¹ “A produção mecanizada ergueu-se portanto de maneira natural sobre uma base material que lhe era inadequada, em certo grau de desenvolvimento ela teve de revolucionar essa base inicialmente encontrada pronta e depois aperfeiçoada em sua antiga forma e criar para si nova base, correspondente a seu próprio modo de produção” (K, I, 403; C, I, 14). Veremos como esta revolução permanente das bases técnicas e científicas da produção é a versão mecânica do impulso vampiresco que caracteriza o capital como tal.

em média perde por seu desgaste” (Idem). O imenso acréscimo de capital constante que exige a maquinaria é compensado pela imensa produtividade atingida na fábrica, e pelo pequeno desgaste que sofre a máquina em comparação com os meios de trabalho artesanais ou manufatureiros. Tudo isso somado faz com que siga relativamente inalterada a participação do capital constante no valor final da mercadoria²⁰².

O fundamental a notar neste item é que a imensa quantidade de capital constante que o modo de produção baseado na fábrica moderna exige é transferido para a imensa quantidade de mercadorias produzidas de modo tal que se comparada com a produção artesanal ou manufatureira ela não encarece o produto, antes apenas uma parcela ínfima de seu valor é transferida para cada mercadoria. O que a fábrica faz é transferir trabalho vivo para trabalho morto, o trabalho ou o valor que ela exige na parcela constante do capital é compensado pelo trabalho que ela economiza. Por isso Marx diz que “a produtividade da máquina se mede pelo grau em que ela substitui a força de trabalho humana” (K, I, 412; C, I, 20).

*** **

O sistema articulado de máquinas é o fundamento do modo *especificamente capitalista* de produção, e é neste “sistema” que se opera a mudança qualitativa do trabalho sob o comando do capital. Marx interpõe antes da incorporação do “material humano” ao sistema de máquinas uma exposição sobre um tema que progressivamente vai se mostrando como essencial, a saber, o tema da população, que neste contexto é relacionado à produção mecanizada e seus efeitos sobre o trabalhador²⁰³.

²⁰² “Só na grande indústria o homem aprende a fazer o produto de seu trabalho anterior, já objetivado, atuar gratuitamente em larga escala como uma força da Natureza” (K, I, 409; C, I, 18).

²⁰³ Um aspecto que merece atenção é o fato de que com a maquinaria típica da grande indústria intensifica-se a acumulação de capitais em poucas mãos. A maquinaria mais potente acaba, dado seu valor, concentrando-se nas mãos de cada vez menos capitalistas. Como o resultado da maquinaria é aumentar o mais-valor, estes capitalistas aumentam o mercado de luxo e o incremento nos ramos ainda improdutivos, como os serviços, nas palavras de Marx: “os modernos escravos domésticos”, os estamentos ideológicos – clero, juristas, militares, etc. O mais-valor produzido de modo acrescido pela utilização da maquinaria como capital, espalha-se e diversifica o tecido social, formando subclasses as mais variadas, no entanto, em seu princípio motor, se faz seguir do crescimento alíquota e relativo do pólo da riqueza, o crescimento do pólo da pobreza, essa camada da população que oscila entre as fases expansivas e de crise do capital. Apenas a título de registro, já à época de Marx o número dos trabalhadores ocupados em indústrias têxteis, metalúrgicas e manufaturas já

O primeiro e mais imediato efeito da moderna fábrica sobre a população trabalhadora é o aumento do número de assalariados, uma vez que, no modo de produção baseado na máquina, são incorporados ao número daqueles que estão sob o comando do capital “todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo nem idade” (K, I, 416; C, I, 23). Embora haja uma ampla gama de temas envolvidos na utilização de toda a família²⁰⁴, ao menos potencialmente, na produção capitalista, o aspecto que aqui nos interessa é o fato determinado de que ao se lançar toda a família no mercado de trabalho o capital com isso rebaixa o valor da força de trabalho individual. Como temos visto desde o Capítulo sobre a Jornada de Trabalho, o valor da força de trabalho deve ser determinado de modo tal que possa manter o trabalhador individual e sua família. Esta era uma daquelas determinações que compunham aquelas “*barreiras morais*” da jornada de trabalho. Agora com base na grande indústria o valor desta força de trabalho é dividido por toda a família. E mesmo que o capital agora gaste um valor maior na compra, digamos de quatro forças de trabalho, o capital tem, sem que o valor do salário seja multiplicado por quatro, em compensação, quatro jornadas de trabalho. Todo o acento de Marx nesta questão está no rebaixamento do valor da força de trabalho, pois na situação anterior uma força de trabalho era equiparada ao montante de valor suficiente para uma família viver. Com a grande indústria as quatro forças de trabalho de nosso exemplo fornecem trabalho e mais-trabalho ao capital em troca do mesmo montante de valor correspondente aos víveres necessários para uma família viver. “Assim, a maquinaria desde o início amplia o material humano de exploração, o campo propriamente de exploração do capital, assim ao mesmo tempo o grau de exploração” (K, I, 417; C, I, 23). Para a extração de mais-valor em sua forma relativa passa a interessar de modo prioritário a questão do *grau* ou da *intensidade* da exploração do mais-trabalho.

era consideravelmente menor “do que o número de modernos escravos domésticos. Que edificante resultado da maquinaria explorada como capital!” (K, I, 470; C, I, 60).

²⁰⁴ Marx aqui certamente está se baseando na revolução industrial inglesa e em seus efeitos imediatos, como o prolongamento da jornada e incorporação de mulheres e crianças como modo de preencher as lacunas desta jornada quase ininterrupta que os momentos de forte expansão do capital excitam. Há um componente até certo ponto “romântico” na crítica de Marx à incorporação de mulheres e crianças no processo de produção. Há uma crítica do processo de modernização capitalista na medida em que este substitui todas as formas de solidariedade tradicionais pela simples mediação econômica e que acaba por permitir que apenas uma dimensão humana, aquela do trabalho, seja passível de cultivo. Contudo Marx é bastante comedido nesta crítica de inspiração romântica, fazendo-a vir diretamente da “pena” de inspetores estatais de saúde pública e educação, pois, como sabemos, Marx apenas vê solução para os impasses do capitalismo por meio de sua superação e jamais por retrocesso a situações anteriores.

O segundo efeito da utilização capitalista da maquinaria é nosso velho conhecido, o prolongamento da jornada de trabalho. A determinação mais essencial da maquinaria é, por um lado, sua capacidade de encurtar o tempo de trabalho necessário, contudo, por outro lado, ela como portadora do capital torna-se “o mais poderoso meio de prolongar a jornada de trabalho além de qualquer barreira natural” (K, I, 425; C, I, 28). Como temos estudado até aqui, é tendência constante do capital extrair de modo *ilimitado* o mais-valor ou aquela parcela do trabalho que é apropriado sem equivalente na troca. Com a maquinaria esta tendência se repõe em novas condições. Estas novas condições dizem respeito ao caráter ininterrupto a que tende o trabalho com base na maquinaria capitalista. Pois com o autômato em que a fábrica se constitui o meio de trabalho é agora autônomo face ao trabalhador, que é agora seu “auxiliar humano”. Este e só este oferece *barreiras naturais* para a produção sem qualquer interrupção. Assim a tendência imanente ao capital se manifesta no autômato da fábrica como impulso (*Trieb*) por “reduzir a opositiva (*widerstrebende*) mas elástica barreira natural do homem à resistência mínima”(K, I, 425; C, I, 29)²⁰⁵.

A maquinaria - que é outro nome para o capital em sua forma constante - apenas transfere, como sabemos, parte alíquota de seu valor para o produto. Assim, quanto maior o tempo em que funcionar maior será o número de produtos para o quais ela repassa seu valor, e menor o valor que ela “perde” individualmente em cada mercadoria. É próprio da racionalidade do capital fazer funcionar o maior número possível de horas ininterruptas as máquinas da fábrica, com o intuito de transferir o enorme valor das máquinas para o número maior possível de mercadorias. Este é seu desgaste produtivo, medido em meses, anos, etc. Mas há outro desgaste imediatamente contrário, e que vem a ser o desgaste por inutilização. O segundo desgaste é evitado pelo funcionamento se interrupções a que aspira

²⁰⁵ A fábrica repõe o impulso vital do capital por uma jornada *ilimitada*. Este impulso reaparece agora, não como modo de manifestação da subsunção formal do trabalho sob o capital, mas antes é neste contexto relacionado à economia no emprego de capital constante. Pois como diz Marx: no Livro III: O prolongamento da jornada de trabalho eleva portanto o lucro, mesmo se as horas extras são pagas e, até certo limite, mesmo se elas são pagas num nível mais alto do que as horas de trabalho normais” (K, III, 87; C, III, 61). O capital não conhece *limites*, mesmo aquele conquistado pela luta política entre capital e trabalho e arbitrado pelo Estado, mas o busca constantemente superar. Só o pólo do trabalho, quando conscientemente organizado, oferece resistência. O impulso do capital na fábrica capitalista busca também dissolver a resistência que o trabalho oferece. Marx registra que a primeira manifestação desta resistência foi dirigir a luta contra o meio de trabalho, destruindo máquinas que “poupavam trabalho”. Só o tempo e a experiência ensinaram a apontar as armas não contra o meio de trabalho, mas antes à “relação de trabalho” que constitui a especificidade do capitalismo, uma relação que opõe e subordina o trabalho ao capital.

e tende o processo capitalista e que leva a retomar, em suas novas bases, o impulso por uma jornada *ilimitada*.

Há um terceiro modo de desgaste ou desvalorização das máquinas que Marx identifica como “desgaste moral” (*moralischen Verschleiß*), ou que “ela perde valor de troca à medida que se podem produzir de modo mais barato máquinas de igual construção ou à medida que surjam máquinas melhores concorrendo com ela (K, I, 427; C, I, 29). Esta modalidade de desvalorização aprofunda a necessidade de se reproduzir seu valor global em produtos, pois instaura uma forma determinada da competição intercapitalista, que como será preciso mostrar, representa o acicate de todos estes movimentos do capital por condições especiais de valorização²⁰⁶. Em todo caso, o resultado é o mesmo para todas as formas de desvalorização do capital constante: quanto maior for a jornada de trabalho mais curto o período de transferência do valor da máquina, e menor o risco de sua desvalorização. Por isso “o desenvolvimento da produção mecanizada fixa uma parcela sempre crescente do capital numa forma em que ele, por um lado, é constantemente valorizável e, por outro, perde valor de uso e valor de troca assim que seu contato com o trabalho vivo é interrompido”(K, I, 428; C, I, 30). É devido a este caráter “sempre crescente” do capital constante e, não obstante a isso, a sua necessidade incontornável de trabalho vivo, que se constituem as duas tendências em conflito na contradição-capital.

O modo tipicamente capitalista de produção mostra todas as suas determinações essenciais apenas e por meio da grande indústria. Seu instrumento, a máquina, “produz mais-valor relativo [...] ao desvalorizar diretamente a força de trabalho e, indiretamente, ao baratear as mercadorias que entram em sua reprodução” (C, I, 31; K, I, 249). A máquina, como trabalho morto, tem para o capitalista o valor de uso de extrair mais-valor na forma

²⁰⁶ Marx faz referência a algo que ocorre esporadicamente, mas que em seu princípio mostra as determinações mais fundamentais da produção capitalista, trata-se do ganho extraordinário que um ramo da produção tem quando as inovações tecnológicas de que este dispõe ainda são uma espécie de monopólio, ou seja, quando essas inovações ainda não foram estendidas a todos os demais ramos a ponto de ser generalizado. Esta lua de mel (*erste zeit der jungen Liebe*) que dá lucros extraordinários ao capital é seguida, como condição de sua efetivação, do prolongamento da jornada de trabalho. Apenas com esta exclusividade transitória cresce o investimento de capital em suas duas formas, constante e variável, na mesma proporção e “a grandeza do ganho estimula a voracidade (*Heißhunger*) por mais ganho”. Ao se generalizar tal maquinaria “cai o valor social do produto da máquina para ser valor individual e se impõe a lei de que o mais-valor não se origina das forças de trabalho que o capitalista substitui com a máquina, mas pelo contrário, das forças de trabalho que ocupa com ela” (K, I, 429; C, I, 31). A produção capitalista busca renovar suas condições científicas e técnicas exatamente por buscar essa “lua de mel”. Embora apenas na fase transitória em que a inovação é ainda como um monopólio o capital constante, por assim dizer, gere valor, o capital segue tomando a si mesmo como produtor de valor por conta da revolução técnica e tem assim um caráter progressista.

relativa, seja por baratear o valor da força de trabalho, seja por uma intensificação de sua exploração. Ela o faz de modo típico na fábrica moderna e suas ciclópicas instalações que nada mais são do que uma imensa concentração de capital constante. A concorrência no interior de um dado ramo da produção força cada capital a operar em condições “normais”, isto é, com a maior produtividade possível em seu ramo. Essa tendência a um revolucionamento constante das bases técnicas e científicas da produção é que entra em choque com o impulso vampírico do capital por sangue vivo do trabalho, pois como diz Marx:

É claro que a produção mecanizada, como quer que expanda, mediante a forma produtiva do trabalho, o mais-trabalho à custa do trabalho necessário, só alcança esse resultado ao diminuir o número de operários ocupados por dado capital. Ela transforma parte do capital que antes era variável, isto é, que se convertia em força de trabalho viva, em maquinaria, portanto em capital constante, que não produz mais-valor (K, I, 429; C, I, 31).

Quanto mais o capital, seguindo sua voracidade por mais-valor, acresce sua parte constante, com a qual aumenta o mais-trabalho à custa do trabalho necessário, mais o capital diminui sua parte variável, única fonte de mais-valor. Se pudéssemos nos expressar com uma linguagem espacial, diríamos que quanto mais o capital se esforça por se aproximar do mais-valor, mais ele o afasta sua fonte de si. Seu duplo movimento é consequência contraditória de um mesmo impulso vital por mais-valor. “Há, portanto, na aplicação da maquinaria à produção de mais-valor, uma contradição imanente, já que dos dois fatores do mais-valor que um capital de dada grandeza fornece ela só aumenta um, a taxa de mais-valor, porque reduz o outro fator, o número de trabalhadores” (K, I, 429; C, I, 31). Esta contradição imanente do capital como tal é o fator determinante do recurso por parte de Marx às categorias da dialética. Não é a maquinaria propriamente, mas seu uso como capital que aumenta o nível de exploração da fonte do valor, permite que dado capital extraia mais mais-trabalho em menor fração de tempo. Contudo a mesma ação do capital tem um resultado imediatamente contrário, uma vez que a mesma força produtiva agora acrescida em sua parte que consiste de máquinas exige um número sempre menor de trabalhadores. Há na mesma ação, de um lado, aumento do grau, da taxa de exploração do trabalho e, de outro, diminuição de sua massa, da grandeza absoluta de forças de trabalho exploradas. Isto posto como uma tendência de longo prazo, como veremos a seguir, põe o capital diante de uma tendência, gerada por suas leis internas, a que caia a sua taxa de lucro.

A tendência à queda da taxa de lucro é a exteriorização da contradição imanente ao capital em geral transposta para o terreno dos capitais reais existentes. Voltaremos a isso.

2.3.1. Fábrica e vampirismo

A moderna fábrica é o produto por excelência das tendências que analisamos neste capítulo, ela é a um só tempo resultado do caráter progressivo da produção capitalista e expressão mecanizada do aspecto vampírico do capital. Marx, tal como fizera com a cooperação e a manufatura, faz questão de diferenciar a fábrica em si de seu uso capitalista. Em seu uso como capital ela é o sujeito e os operários são apenas seus órgãos conscientes. Marx descreve ao tratar especificamente da fábrica²⁰⁷ um mecanismo de utilização capitalista da fábrica que poderíamos chamar de “astúcia da razão” do capital, por meio do qual o capital faz desaparecer na sociedade a divisão do trabalho para fazê-la reaparecer na fábrica como forma acabada da exploração. “Da especialidade por toda a vida em manejar uma ferramenta parcial surge, agora, a especialidade por toda a vida em servir a uma máquina parcial” (K. I 445; C, I, 43). Agora não é mais o trabalhador que se serve da ferramenta como *astúcia* interposta entre ele e seu trabalho sobre a natureza, antes, ele próprio é utilizado pela máquina e deve seguir seu movimento cada vez mais frenético. O resultado não poderia diferir de todos os anteriormente buscados: “não só diminuem assim os custos necessários para a sua própria reprodução de modo significativo, mas, ao mesmo tempo, completa-se sua irremediável dependência da fábrica como um todo, e, portanto, do capitalista” (Idem). A fábrica, em seu uso capitalista, é produtora e reprodutora não apenas de mercadorias e valores, mas da própria relação-capital. A fábrica como encarnação do capital é um mecanismo morto (*toter Mechanismus*) ao qual os trabalhadores são incorporados como apêndices vivos (*lebendige Anhängsel*), repondo no plano técnico e palpável o aspecto usurpador e vampírico²⁰⁸. Pois agora o trabalho morto, o autômato que se defronta com o trabalho, domina e suga a fonte viva do valor, e mais, em todo esse

²⁰⁷ Mais precisamente na Seção IV do longo capítulo 13 do Livro I de *O Capital*.

²⁰⁸ “Toda produção capitalista, à medida que ela não é apenas processo de trabalho, mas ao mesmo tempo processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem usa as condições de trabalho, mas, que, pelo contrário, são as condições de trabalho que usam o trabalhador: só, porém, com a maquinaria essa inversão (*Verkehrung*) ganha realidade tecnicamente palpável” (K, I, 446; C, I, 43).

processo o autômato *aparece como* produtor de valor e a força de trabalho como mero apêndice, subordinado tecnicamente ao andamento automático do meio de trabalho.

2.3.2. Máquina X Trabalhador

A luta entre máquina e trabalhador é iniciada com o próprio estabelecimento da relação capitalista. O surgimento da maquinaria faz com que o trabalhador se defronte com a máquina como se defrontasse o capital personificado, como meio de trabalho. Marx neste contexto lembra e registra os primeiros movimentos do trabalho contra as máquinas e que levaram a destruição dos meios de trabalho ainda até início do século XIX. Conforme pensa Marx, só o tempo e a experiência ensinaram aos trabalhadores a distinguir os avanços tecnológicos de seu uso capitalista e a dirigir sua luta, não contra o meio de trabalho modificado, mas antes contra a forma de exploração²⁰⁹.

A maquinaria potencializa a autovalorização do capital na medida em que poupa ao capital custos com capital variável. Neste processo a máquina destrói condições de existência de muitos trabalhadores os quais são lançados no “exercito de reserva” ou que se transformam em “população supérflua”. O tema da população deve nos ocupar a seguir, contudo é preciso referir o tema do exército industrial de reserva com o barateamento do trabalho e a produção do mais-valor relativo. Pois este excedente que o capital cria na classe reduz o preço da força de trabalho abaixo de seu valor, isto é, os “supérfluos” pressionam para baixo o preço do trabalho na medida em que abarrotam o mercado de trabalho que segue leis de concorrência. Como este processo é cumulativo e permanente, o capital consegue sempre grande “margem” de manobra para seus negócios e *atrai*, na mesma velocidade em que *repele*, uma multidão sempre crescente de trabalhadores. Marx, contudo, difere claramente a maquinaria de seu uso capitalista:

As contradições e os antagonismos inseparáveis da utilização capitalista da maquinaria não existem porque decorrem da própria maquinaria, mas de sua utilização capitalista! Já que, portanto, considerada em si, a maquinaria encurta o tempo de trabalho, enquanto utilizada como capital aumenta a jornada de trabalho; em si, facilita o trabalho, utilizada como capital aumenta sua intensidade; em si, é uma vitória do homem sobre a força da Natureza, utilizada como capital submete o homem por meio da força da Natureza; em

²⁰⁹ K, I, 452; C, I, 47.

si, aumenta a riqueza do produtor, utilizada como capital o pauperiza (K, I, 465; C, I, 56-7).

A utilização capitalista da maquinaria encerra em si todas as determinações da extração do mais-valor relativo, ao ponto de fazer da moderna fábrica capitalista um vampiro de metal. Ela prolonga a jornada com o fim de minimizar seu desgaste improdutivo, intensifica o trabalho por fazer de seu apêndice vivo um mero item de seu funcionamento e por fim “agrilha o trabalhador à relação capitalista como as correntes de *Hefestos* agrilham *Prometeu* ao rochedo”, uma vez que, fora das condições de seu trabalho que pertencem ao capital, seu trabalho abstrato não encontra finalidade e sentido. A atribuição de sentido e finalidade ao trabalho é agora tarefa dos gestores da fábrica, cujo trabalho consiste em tornar eficiente a extração de mais-trabalho. O capitalista que a princípio parecia referir sua propriedade ao trabalho passado, se mostra agora como mero possuidor de ações de um negócio coletivo de extração de valor. Esta ampliação de escala, por si só, nos retira do plano do indivíduo e nos transporta para aquele das classes. A fábrica, com empreendimento de uma classe sem referência ao trabalho, substitui, nesta escala, a figura do capitalista como encarnação do capital. Ao trabalho cabe apenas seguir o andamento das máquinas e, como classe que vive apenas do trabalho próprio, acompanhar as mudanças que fazem de seu trabalho ora mais simples, ora mais complexo, ora coletivo, ora individualizado, tudo isso, é claro, seguindo a estruturação de momento exigida pela fábrica moderna. Uma vez que o ato de trabalho perde progressivamente sua constituição tradicional e passa a ser um mero “seguir” o andamento automático da fábrica, a maior habilidade que se espera da classe trabalhadora é a adaptação.

3. Intensificação do trabalho - Subsunção Real do Trabalho sob o capital.

3.1. Intensificação

Chegamos ao tema que nos interessa frontalmente nesta discussão. O caráter contraditório da relação capitalista se explicita em dois movimentos opostos em seu efeito sobre o trabalho. Por um lado:

A aplicação da maquinaria capitalista produz novos e poderosos motivos para o prolongamento desmedido da jornada de trabalho e revoluciona o próprio modo do trabalho, [...] por outro lado, em parte mediante incorporação do capital de camadas da classe trabalhadora antes inacessíveis, em parte mediante a liberação dos trabalhadores deslocados pela máquina, ela produz uma população operária excedente, compelida a aceitar a lei ditada pelo capital (K, I, 430; C, I, 32).

O segundo movimento nos ocupará em nosso próximo capítulo, que deverá tratar com algum detalhe do tema da população como *limite* imanente da produção capitalista. Quanto ao primeiro, devemos dizer que tratamos no capítulo anterior do prolongamento *extensivo* da jornada de trabalho, que corresponde à extração de mais-valor absoluto. Vimos que a jornada de trabalho normal nada mais é senão “uma reação por parte da sociedade, ameaçada em sua raiz vital” e conseguida em anos de luta operária. Vimos assim como se constitui a jornada de trabalho como *barreira legal* ao impulso imanente do capital por mais-trabalho. Uma vez dada a jornada de trabalho passa a ser um *limite* à valorização do capital. É com base neste *limite* que o capital desenvolve o fenômeno que mais nos interessa em toda essa discussão, a intensificação do trabalho, uma vez que é com base nesta intensificação que se apresenta a nós a *subsunção real* do trabalho sob o capital, e o modo como o capital “*suspende suas próprias determinações e torna seus limites em barreiras e assim os supera*”.

A jornada normal é um *limite*. Pois como diz Marx:

Assim que a revolta (*Empörung*) cada vez maior da classe operária obrigou o Estado a reduzir à força a jornada de trabalho, e a ditar, inicialmente às fábricas propriamente ditas, uma jornada normal de trabalho, a partir deste instante, portanto, em que se impossibilitou de uma vez por todas a produção crescente de mais-valor mediante o prolongamento da jornada de trabalho, o capital lançou-se com força total e plena consciência à produção do mais-valor relativo por meio do desenvolvimento acelerado do sistema de máquinas (K, I, 432; C, I, 33).

Deve ficar claro que tanto a subsunção formal quanto a subsunção real do trabalho sob capital são processos, e como tais podem ser seguidos um do outro, a formal antes da real, mas que não necessariamente são etapas cronológicas, uma vez que dentro de um mesmo contexto econômico ramos industriais seguem ritmos diversos. Contudo na economia interna ao conceito de capital é a partir do instante em que a jornada normal se estabelece legalmente como *limite* que o capital, seguindo sua voracidade por mais-valor, procurará tornar este *limite* em *barreira* e assim o superar. O modo desta “superação em

si”, não podendo ser extensivo, passa a ser intensivo, isto é, não podendo mais o capital aumentar a extração de mais-trabalho na forma absoluta, terá de fazê-lo intensificando o trabalho, por um lado, e barateando a força de trabalho, seja diretamente por baratear as mercadorias, mediante aumento da produtividade dos ramos industriais que produzem os meios de subsistência, seja indiretamente quando o aumento da força produtiva alcança os ramos industriais que produzem o capital constante²¹⁰.

Há intensificação sempre que há trabalho assalariado, uma vez que toda a produção capitalista visa mais trabalho no mesmo tempo. Contudo, assim que a jornada é forçosamente reduzida, o capital toma o impulso para uma intensificação tal que é apenas compatível com uma jornada mais curta. Com isso se busca dentro do *limite* de uma jornada mais curta aumentar o quantum de trabalho sem estender a jornada. Marx chama de condensação esse “preenchimento mais denso dos poros da jornada de trabalho”. O objetivo seria aqui, mesmo abstraindo a força produtiva acrescida pelo desenvolvimento técnico, que em uma hora da jornada mais densa tivesse contido o mesmo quantum de trabalho que se encontra em duas horas de uma jornada “porosa”. Ou como diz Marx de modo preciso:

O primeiro efeito da jornada de trabalho reduzida decorre da lei evidente de que a eficiência da força de trabalho está na razão inversa de seu tempo de efetivação. Por isso, dentro de certos limites, se ganha em grau de esforço o que se perde em duração (K, I, 433; C, I, 34).

Com isso o capital supera o seu *limite* extensivo pela intensificação do trabalho, fazendo com que em uma jornada de oito horas, por exemplo, haja tanto ou mais trabalho quanto uma jornada de doze horas. Marx relaciona a condensação do trabalho à maquinaria de dois modos, o primeiro deles é a simples aceleração das máquinas e que se faz seguir da maior velocidade e intensidade do trabalhador que supervisiona e “acompanha” a máquina. O segundo deles é o aperfeiçoamento constante das máquinas. Há aqui, por um lado, a intenção de pressionar o trabalho tanto quanto possível, e, de outro, o objetivo de poupar

²¹⁰ “Para que diminua o valor da força de trabalho, o aumento da força produtiva tem de atingir ramos industriais cujos produtos determinam o valor da força de trabalho, que, portanto, ou pertençam à esfera dos meios de subsistência costumeiros ou passam substituí-los. [...] O aumento da força produtiva e o correspondente barateamento das mercadorias nas indústrias que fornecem os elementos materiais do capital constante, os meios de trabalho e o material de trabalho para produzir os meios de subsistência necessários, do mesmo modo reduzem o valor da força de trabalho” (C, I, 251; K, I, 334).

custos de produção. Seja como for, o resultado é o mesmo, mais trabalho em menos tempo, racionalização do capital, avanço técnico. O trabalho, não obstante o *limite* legal da jornada, aumenta progressivamente, tanto quanto as mercadorias produzidas, na medida em que diminuem progressivamente o número de trabalhadores ocupados por máquinas sempre mais sofisticadas. Cada revolução técnica desde então apenas atualiza e radicaliza esta tendência capitalista.

3.2. Subsunção real do trabalho sob o capital

Marx sintetiza os resultados da subsunção real do trabalho sob o capital no *Capítulo Inédito* e lembra que, como vimos se apresentar em *O Capital*, agora, por um lado, as forças produtivas sociais do trabalho, aquelas forças do trabalho socializado que vimos aparecer com a cooperação, e que passam ao interior da oficina como divisão do trabalho que será transformada e potencializada pela aplicação da maquinaria; e, por outro, a aplicação consciente²¹¹ das ciências naturais, sobretudo da Mecânica, da Química e da tecnologia, tudo isso, diz o *Capítulo Inédito*, agora *aparece* “como força produtiva do capital, e não como força produtiva do trabalho, ou apenas como força produtiva do trabalho na medida em que este é idêntico ao capital” (Mega, II, 4.1, 472; CI, 93). Com isso se determina ainda mais o caráter fetichista do capital e seu lado usurpador, vampírico, se encarna por fim no autômato da fábrica ou no simples capital constante. Com a subsunção real o caráter mistificador da relação-capital pode se desenvolver em toda a sua intensidade e alcançar um domínio social.

Apenas com a subsunção real do trabalho sob o capital emerge um modo *especificamente* capitalista de produção, e este modo tipicamente burguês é caracterizado pela revolução permanente das bases técnicas e científicas da produção. Ele forma aquele “progressismo” que Marx celebrou no Manifesto Comunista²¹². O trabalho realmente

²¹¹ Marx procura fazer justiça ao caráter progressista e tecnicamente revolucionário da produção baseada no capital que utiliza o trabalho socializado, uma vez que “só esse trabalho socializado está altura de empregar no processo direto de produção os produtos gerais do desenvolvimento humano, como a matemática, etc.; por outro lado, também o desenvolvimento destas ciências pressupõe determinado nível do processo de produção material” (Mega, II, 4.1, 472; CI, 93).

²¹² “A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, quer dizer, o conjunto das relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção constituía, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. A revolução contínua da produção, o abalo constante de todas as condições

subordinado ao capital perde suas especificidades e autonomia frente ao sistema de máquinas, e mostra-se em todas as suas determinações como trabalho abstrato.

Tanto quanto a subsunção formal a subsunção real é um processo, e um processo que tem na primeira sua pressuposição, pois só com a existência e generalização da relação de assalariamento, um dado ramo da produção pode ser realmente submetido ao dinamismo próprio do capitalismo. Com a escala sempre crescente da produção e com a criação sempre reiterada de novas necessidades Marx não podia ver outro destino para todos os ramos da produção da vida que não aquele que faz de seu modo de produção tipicamente capitalista²¹³. No interior deste processo contínuo massas imensas de operários são ora *atraídos* por momentos de expansão dos negócios, ora *repelidos* pelas crises sempre mais agudas. Forças *atrativas e repulsivas* do capital sobre a população e a superpopulação passam a exercer sobre o destino destas o papel de leis naturais, de modo tal que os ciclos de vida do capital marcam e determinam movimentos migratórios e populacionais antes inimagináveis. O capital assim se confirma como potência que a tudo e a todos subordina a si²¹⁴.

Unicamente com a subordinação real do trabalho sob o capital a “produção pela produção” torna-se uma realidade. Embora na subordinação formal já se encontre a produção como momento do processo de valorização, isto é, já se produzia com o objetivo de extrair mais-valor, agora no modo especificamente capitalista de produção “esta tendência inerente” ao capitalismo se constitui como uma condição para a própria

sociais, a eterna agitação e incerteza distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Suprimem-se todas as relações fixas, cristalizadas, com seu cortejo de tradicionais e veneradas concepções e ideias; todas as novas relações tornam-se antiquadas, antes mesmo de se consolidarem. Tudo o que era sólido e estável evapora-se no ar, tudo o que era sagrado é profanando, e por fim os homens são obrigados a encarar com serenidade suas verdadeiras condições de vida e suas relações com os demais homens” *Manifesto do Partido Comunista*, p. 54-5.

²¹³ “A introdução da maquinaria num ramo arrasta consigo o mesmo fenômeno noutros ramos e, simultaneamente, noutros setores do mesmo ramo. A fiação mecânica leva à tecelagem mecânica; a fiação mecânica na indústria algodoeira à fiação mecânica da lã, do linho, da seda, etc. o emprego intensivo da maquinaria nas minas de carvão, nas manufaturas de algodão, etc., tornou necessária a introdução do modo de produção em grande escala na construção das próprias máquinas”. (Mega, II, 4.1 p. 479; CI, p.106).

²¹⁴ Não se trata apenas de subordinação, mas igualmente do modo e dos objetivos desta subordinação a si. Marx caracteriza o modo da subordinação do capital como predatório. Pois “a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador” (K, I, 530; C, I, 102). Veremos como este caráter predatório se apresenta ainda mais claro ao se analisar a “lei de população” capitalista. Os objetivos desta subordinação estão claros: maior valorização possível do capital, ainda que à custa de suas fontes vivas. Seu automovimento por valorização crescente é cego, e a todos os que lhe opõe resistência se faz conhecer a “tempestade e ímpeto” por superar tal resistência.

perpetuação da relação-capital, e mostra que o sistema das necessidades não é medida para o capital²¹⁵. Produção pela produção, produção que não tem nas necessidades sua medida, este seria, não obstante sua vinculação com as crises e a superprodução, o lado positivo da produção tipicamente capitalista, seu lado, por assim dizer, negativo é a oposição entre produção e produtores, ou uma produção “para a qual os produtores não contam” (Mega, II, 4.1, p.480; CI, p.107). Com a subordinação real do trabalho sob o capital o trabalhador conta como simples meio auxiliar do trabalho, ou como apêndice do capital em sua forma constante.

*** **

Enquanto que a primeira forma de extração de mais-valor é a base e fundamento do segundo modo, ele é apenas uma determinação quantitativa da grandeza da jornada de trabalho, sempre dividida entre uma parte equivalente e outra de mais-trabalho. Por isso o mais-valor absoluto gira em torno da duração da jornada. A extração do mais-valor relativo é um processo que supõe um modo de produção especificamente capitalista e que “revolucionaria de alto a baixo os processos técnicos de trabalho e os agrupamentos sociais” (K, I, 553; C, I, 106). Como temos visto até aqui a avidez do capital por mais-valor não reconhece *limites*, estes são apenas impostos quando o trabalhador acorda em meio à *tempestade e ímpeto* da produção e exige um *limite* à sua exploração, o que significa um *limite* à extensão da jornada de trabalho. O processo de conformação da jornada de trabalho e a luta em torno de seus *limites* são determinações que se referem à subsunção formal do trabalho sob o capital. A subsunção real se estabelece desde sempre sobre esta base, já encontra o trabalho como trabalho assalariado e a produção como produção de mercadorias e por meio destas de mais-valor. Contudo, ainda no interior da subsunção formal não há alterações reais no modo de produção, o qual com a subsunção real é modificado de alto a baixo, a tal ponto que a revolução permanente nas bases técnicas e científicas da produção passa a ser uma determinação essencial do modo de produção especificamente capitalista.

Marx sintetiza a passagem de um a outro modo de extração de mais valor:

²¹⁵ “É uma produção que não está ligada a barreiras predeterminadas e predeterminantes das necessidades”. (Mega, n, .p.480; CI, p.107).

Pressupondo-se que a força de trabalho seja paga por seu valor, encontramos-nos frente a estas alternativas: dada a força produtiva do trabalho e seu grau normal de intensidade, só é possível aumentar a taxa de mais-valor mediante prolongamento absoluto da jornada de trabalho; por outro lado, dado o limite da jornada de trabalho, só é possível aumentar a taxa de mais-valor mediante mudança da grandeza de suas partes integrantes, trabalho necessário e mais-trabalho, o que, por sua vez, se o salário não deve cair abaixo do valor da força de trabalho, pressupõe mudança na produtividade ou na intensidade do trabalho (K, I, 534; C, I, 107).

Vemos como não é meramente ilusória a diferenciação entre os dois modos do mais-valor. A primeira forma de extração de mais-valor, como vimos no capítulo anterior, tem a determinante política da luta entre capital e trabalho como seu elemento constitutivo. A resistência do pólo do trabalho cria o *limite*, que, contudo, continua elástico. O capital, no entanto, não conhece *limites*. No exato momento em que se põe algo como um *limite*, o capital começa a busca por sua superação. É por encontrar um *limite* as suas pretensões desmedidas na extração de mais-valor que o capital torna o *limite* extensivo da jornada uma *barreira* e o supera pela intensificação na extração de mais-trabalho. Paralela a esta intensidade crescente ocorre o processo de barateamento da força de trabalho e que acaba por alcançar o mesmo resultado: mais extração de valor, uma vez que, ao reduzir o preço do trabalho, se reduz o tempo de trabalho necessário à reposição do valor da força de trabalho e, como já sabemos, todo o tempo restante a isso é tempo de mais-trabalho. Toda mudança na capacidade produtiva que não se faz acompanhar de redução da jornada de trabalho ou aumento do salário é incorporada pelo capital como modo de aumentar a exploração do trabalho, ainda que este se torne, com isso, mais facilitado ou potencializado.

Capítulo 5 – População como *condição* e como *limite* interno ao capital

A lei que mantém a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva sempre em equilíbrio com o volume e a energia da acumulação prende o trabalhador mais firmemente ao capital do que as correntes de *Heféstos* agrilhoam *Prometeu* ao rochedo.

1. População, Superpopulação e Pauperismo

Uma vez completada a subordinação do trabalho ao capital, subordinação esta expressa por Marx na linguagem do conceito como subsunção do trabalho sob o capital, o trabalho antes contraposto ao capital é agora *afirmado* pelo capital como seu *momento* interior ou tornou-se capital variável, e, de outro lado, é *negado* como um todo que possa de sua parte submeter a si o capital. O trabalho é agora elemento de valor pertencente ao capital e que está sob seu *poder*. Veremos agora como o tema da subsunção se completa com o desenvolvimento do tema da população. No tratamento da população se repõe na escala das classes o tema da subordinação do trabalho ao capital.

Do ponto de vista da Crítica da Economia Política, ao tratar o tema da população, já passamos do dinheiro ao capital, já descobrimos como por meio do capital se produz mais-valor e deste mais-valor capital. Isto é, ao tratar o tema da população já reconstituímos as categorias centrais do conceito de capital, a saber, do mais-valor absoluto e relativo, e ingressamos assim no tema da acumulação. Contudo, como resultado da análise soubemos que o trabalho está subordinado ao capital, é seu elemento interno, é “população necessária” por corresponder ao trabalho necessário, único meio no capitalismo de extrair mais-trabalho. É superpopulação quando uma parte sua é apenas “instrumento virtual de trabalho” (G, 503). Assim o tema da população reúne em si a determinação conceitual e uma outra dimensão, pensamos, política, pois no tratamento deste tema importa tratar, como diz Marx, “da influência que o crescimento do capital exerce sobre o destino (*Geschick*) da classe trabalhadora” (K, I, p. 640; C, I, 2, p.187). Se, como temos pressuposto até aqui, no conceito de capital como tal se acha o núcleo do *diagnóstico de época* que faz Marx, será por meio de seu exame do destino da população atada ao trabalho que aportaremos às conseqüências políticas extraídas deste diagnóstico de época. Em linhas

gerais podemos antecipar que o caráter desta relação do capital com a população é certamente contraditório, pois como enfatiza Marx “o capital [...] tem tanto a tendência de pôr como a de suspender esse pauperismo” (G, 503). A consequência mais direta é a conversão dos ciclos de vida do capital, que orbita entre as fases de expansão e contração, em leis naturais que determinam o destino da população, funcionando como *atração* em momentos de expansão e *repulsão* nos momentos de contração dos negócios. As forças, atrativa e repulsiva, que o capital exerce sobre o trabalho criam os movimentos, ascendente ou descendente, entre as diversas esferas da população e superpopulação.

Veremos como Marx é mais parcimonioso e faz um uso menos “técnico” dos operadores lógicos *limite* e *barreira*, uma vez que não há “superação em si” no interior da população, não há o mesmo movimento interno de por e superar *limites* que Marx estiliza como sendo o princípio motor do capital como tal e que vimos operar nas categorias de mais-valor absoluto e relativo. Será objetivo deste capítulo mostrar em que sentido a população é uma *condição* e um *limite* interno ao capital. Certamente não se trata de um *limite matemático* ou numérico, uma vez que o característico do tratamento de Marx do tema é não atribuir a importância fundamental à grandeza da população e sim a sua relação com a produção²¹⁶.

Nos *Grundrisse* Marx trata o tema da população em diversos contextos, o mais significativo destes é a seção intitulada sugestivamente de: “No conceito de trabalhador livre está implícito o pauper” (G, 497-504). A seção em questão não chega aos detalhes na descrição das diferentes camadas da superpopulação e do pauperismo como faz o Capítulo 23 de *O Capital*, mas trata mais conceitualmente, e por isso, mais abstratamente, as implicações da “lei de população” tipicamente capitalista. O “*pauper*” neste contexto deve ser entendido como aquela “camada lazarenta” da classe trabalhadora que forma a última esfera da superpopulação relativa e que é “criada” pelo capital de forma tão necessária quanto as demais camadas da população. Esses “mortos vivos”, daí a referência ao mito cristão da ressurreição de Lázaro, não são um subproduto indesejado, antes já estão implicados na relação-capital, a qual, como sabemos, pressupõe, de um lado, capital na forma de dinheiro e, de outro, o trabalhador livre. Entendida na escala das classes essa

²¹⁶ “A expressão população excedente se refere exclusivamente à capacidade de trabalho, ou seja, à população necessária; ao excedente da capacidade de trabalho. Porém isto deriva simplesmente da natureza do capital” (G, 502).

relação desde sempre pressupõe no pólo do trabalho uma camada de “condenados virtuais”²¹⁷. Como vimos na reconstituição das categorias centrais do conceito de capital, o mecanismo que cria o excedente na população é o modo tipicamente capitalista de aumentar a produtividade do trabalho. Esse é o traço característico do tratamento de Marx ao tema da população, não o tratar como excesso numérico absoluto, nem como consequência da exigüidade dos recursos – o que é o modo como essa discussão emerge ainda na Grécia com Platão e Aristóteles²¹⁸, mas antes procura fazer derivar sua existência do mecanismo de produção que se tornou autônomo frente aos produtores.

População e superpopulação²¹⁹ existem em todos os modos de produção, mas apenas no capitalismo a superpopulação se apresenta como “resultado do trabalho mesmo, do desenvolvimento da força produtiva do trabalho”. Nesta seção dos *Grundrisse* Marx passa em revista a teoria malthusiana²²⁰ e a crítica por não haver sequer percebido que apenas o afastamento entre o indivíduo e as condições de sua reprodução forma a base da superpopulação moderna. Não se trata de carência de recursos, de pauperismo no sentido banal, mas antes da impossibilidade de apropriação das condições e dos resultados do próprio trabalho, a qual só pode - uma vez dada a relação capital - ser feita por meio do

²¹⁷ “No conceito de trabalhador livre já está implícito que o mesmo é *pauper*: *pauper* virtual. [...] Enquanto trabalhador só pode viver na medida em que troque sua capacidade de trabalho pela parte do capital que constitui o fundo de trabalho. Portanto, virtualmente é um *pauper*” G, 497-8.

²¹⁸ Na *República* a questão de um limite ou grandeza populacional aparece, certamente, muito de passagem (Cf. *República*, 371^a – 374b) embora o número populacional apareça como estando entre as condições ideais da cidade erigida apenas em pensamento. Na *Política* de Aristóteles já podemos ver os traços do problema tais como ficaram para a posteridade filosófica. A população aparece como tema da *Política* após a discussão sobre a forma do governo, quando se trata das “bases da república [...] Por essa razão é que devemos imaginar os fundamentos seus tais como os queremos, porém sem que eles tenham qualquer coisa impossível; desejo referir-me ao número de cidadãos e à extensão do território” (*Política* VII, 4, 1325b). A grandeza populacional aparece aqui como base ou condição do Estado ainda ideal. Contudo, a grandeza que é fundamental é aquela política, ou seja, importa não o número de escravos e artesãos, mas antes daqueles que são cidadãos, e mesmo destes é preciso, pensa Aristóteles, limitar a multidão. Mas tudo isso apenas corresponde ao mundo antigo, no qual a política ocupa a centralidade da vida. Em certa medida a crítica a Malthus deve-se ao fato de este, não obstante viver na modernidade capitalista, não ter ido além do pensamento dos antigos, considerando a população ainda na chave da grandeza numérica ou exigüidade de recursos. No capitalismo estes termos não se colocam dada a característica básica da modernidade de constantemente por e superar seus *limites*.

²¹⁹ Marx nos *Grundrisse* (G. p. 498) parece aproximar a segunda à esfera do pauperismo, que em *O Capital* aparece como uma esfera da superpopulação e não idêntico a ela. Rosdolsky reconhece essas diferenças entre os *Grundrisse* e a exposição (Op. Cit. p. 212), muito mais bem acabada, de *O Capital*. Na obra final a esfera do pauperismo é tida como uma camada, quiçá a mais baixa e “acima” apenas do Lumpemproletariado, que já não ocupa sequer papel produtivo. Voltaremos a isso ao elencarmos os “estratos” da população e da superpopulação, não por os reputarmos como camadas fixas e imutáveis, mas antes para mostrar a plasticidade e o caráter móvel destas esferas que oscilam junto com as conjunturas econômicas ditadas pelas fases do ciclo de vida do capital industrial moderno.

²²⁰ Sobre a crítica a Malthus ver especificamente G. p. 499.

capital, que, no entanto, mantém de acordo com suas voláteis necessidades uma camada condenada a ser inutilizada²²¹. Não é a ausência de “meios de subsistência” o gatilho que cria a superpopulação, e sim a “ausência de meios de produção”, uma vez que estes são na sociedade moderna apropriados como capital. Por isso o trabalhador livre é virtualmente um “pauper”. Pois a mediação social entre ele, como indivíduo, e os meios de sua reprodução é, na modernidade capitalista, feita pelo capital.

Vimos que a contradição-capital se expressa na produção capitalista na relação opositiva entre o capital e sua substância criadora de valor, que o cria e reproduz. Por um lado, essa relação tem a determinação da voracidade *ilimitada* do capital por mais-trabalho, o que o leva a superar os *limites* da jornada de trabalho em busca de mais mais-trabalho. Esta primeira determinação põe como condição da produção fundada no capital a “criação” por parte do capital da maior massa absoluta de trabalho necessário com a maior massa relativa de mais-trabalho. Por outro lado, a “condição fundamental é o maior crescimento possível da população, da capacidade viva de trabalho” (G, 502). O capital em sua busca por ser sujeito das condições de sua própria produção e reprodução deve criar o trabalho na forma da população (necessária aqui por corresponder ao trabalho necessário). Contudo, por outro lado, o capital ao seguir sua voracidade por mais-valor, para superar o *limite* da jornada de trabalho, revoluciona constantemente o modo de sua própria reprodução ou aumenta a produtividade do trabalho. Do ponto de vista da produção esses métodos de diminuir o trabalho necessário são métodos de “liberar” braços ou métodos de criar a superpopulação ou população excedente: “Na condição da apropriação de mais-trabalho alheio está implícito que à população necessária – vale dizer a população que representa o trabalho necessário, o trabalho indispensável para a produção – corresponde uma população excedente que não trabalha” (G, 502). O primeiro movimento põe a população como “condição” e corresponde à subsunção formal; o segundo a põe como *barreira*, como *limite* a ser superado e nos remete aos mecanismos de subsunção real do trabalho sob o capital²²².

²²¹ “A redução do trabalho relativamente necessário aparece como aumento da capacidade laboral relativamente supérflua, isto é, como por população excedente. [...] Ao não manter-se já mediante seu próprio trabalho necessário, isto é, graças a sua troca com uma parte do capital, fica excluído das condições da relação de intercâmbio e independência aparentes”. (G, 503).

²²² “O que é mister em todas as formas do mais-trabalho é o crescimento da população; da população operária na primeira forma; da população em geral para a segunda, já que demanda um desenvolvimento da ciência, etc. A população, sem embargo, aparece aqui como a fonte principal da riqueza” (G, 657).

2. A população trabalhadora como *condição do capital como tal*

Em *O Capital* o tema da população é abordado diretamente na Seção VII do Livro I, isto é, na seção sobre “O processo de acumulação do capital”. Ele será, portanto, abordado sob o pressuposto do processo de produção do capital, ao qual nos reportamos nos capítulos anteriores na reconstituição dos processos de produção do mais-valor absoluto e relativo. A forma de produção tipicamente capitalista é dada aqui como pressuposto geral, esta forma de produção será então exposta não mais abstratamente como possuindo características de um processo estanque, isolado, mas será antes analisada como “reprodução simples”, ou como processo que se repete ininterruptamente²²³. O processo uma vez visto no fluxo contínuo de sua reprodução é revelador por nos deixar em condições de ver o processo não como mera transação entre indivíduos, onde um capitalista se defronta com um trabalhador, mas antes como uma relação determinada entre classes, onde uma classe comanda o processo no qual a classe que vive do trabalho produz a riqueza alheia.

A primeira aparência desfeita é aquela que inaugura o processo, a saber, a compra da mercadoria força de trabalho. Vista na escala do indivíduo e de modo isolado temos sempre um possuidor de dinheiro e um trabalhador livre. O possuidor de dinheiro é também detentor dos meios de produção e faz o trabalhador despendar sua força de trabalho na produção de mercadorias a partir destes meios de produção. Visto sob este ponto de vista o processo *parece* nos mostrar um duplo resultado: o trabalho sob o comando do capital produz, de um lado, o mais-valor ou o “fundo de consumo do capitalista”, e, de outro, o salário ou o seu próprio “fundo de pagamento”. Visto de modo estanque o processo esconde o fato básico na teoria do mais-valor de Marx que apenas atribui ao trabalho vivo a fonte do valor. O que o fluxo contínuo desta transação esconde é que a classe capitalista paga a classe trabalhadora com uma parte de seu próprio trabalho passado, ou como diz

²²³ “Essa mera repetição ou continuidade imprime ao processo certas características novas, ou, antes, dissolve as características aparentes que possui como episódio isolado” (K, I, p.592; C, I, 2, p.154). Marx tem diante de si temas que apenas serão objeto de análise detalhada nos Livros seguintes (inconclusos) de *O Capital*. Em nosso modo de ver, trata-se de um objetivo do Livro I fazer algo como um “fechamento” dos problemas, ainda que de modo abstrato, ou referido ao âmbito apenas do capital como tal. Daí as antecipações. É este o caso da reprodução, tratada aqui brevemente, mas desenvolvida no Livro II (Cf. Grespan, 1999, p.171; Rosdolsky, 2001, p. 371). Veremos como, embora não estudados em seu pormenor, os temas dos Livros II (reprodução, circulação, acumulação) e Livro III (concorrência intercapitalista, etc.) participam do tema da população, demonstrada como a fonte principal da riqueza moderna. Neste sentido o Livro I fecha um “todo” e nos dá uma figuração do “capital como tal”. Depois de desenvolvidos os temas dos demais livros, estes nos aproximam dos “capitais reais existentes”.

Marx: “É com seu trabalho da semana anterior ou do último meio ano que seu trabalho de hoje ou do próximo meio ano será pago. [...] A classe capitalista dá constantemente à classe trabalhadora, sob forma monetária, títulos sobre parte do produto produzido por esta e apropriado por aquela” (K, I, p.593; C, I, 2, p.154). O que se oculta sob a forma da compra e venda da mercadoria força de trabalho é a servidão econômica que a subordinação do trabalho ao capital implica de modo necessário. Subordinada ao capital a classe trabalhadora é momento interno do capital, é, como população, capital variável²²⁴, um elemento seu e que deve ser cultivado e administrado. Ou dito de outro modo, o trabalho cria a totalidade da riqueza com a qual o capital “paga” seu exercício e mais ainda, cria o excedente apropriado pelo capital e reinvestido na reprodução do processo. É este *poder* de produzir a riqueza a partir de si que o capital procura usurpar ao trabalho. Uma vez estabelecida a relação-capital o produto do trabalho irá ser posto em relação opositiva frente ao próprio trabalho, que será pago com uma parte alíquota do que produziu. A mediação do dinheiro aqui *enfeitiça* a relação, que recebe a *aparência* de uma troca de equivalentes, mas não muda nada no fato ao qual Marx quer dar atenção: que o capital paga ao trabalho com os produtos do próprio trabalho travestidos na forma monetária, na forma salário. Ou seja, que não é o capitalista quem paga ao trabalhador a partir de seu próprio “fundo”. O que o fluxo ininterrupto da reprodução nos revela é que o capital variável de hoje é o trabalho vivo de ontem.

O mesmo princípio se aplica, em um período mais ou menos longo, não apenas ao capital variável, mas, igualmente ao capital global. Não nos deteremos aqui em todos os detalhes da teoria da reprodução, nem da distinção entre “reprodução simples” e “reprodução em escala ampliada (que como devemos supor é a forma tipicamente capitalista), pois estes temas reaparecem tratados em seu pormenor apenas no âmbito do

²²⁴ Marx novamente nesse ponto recorre ao contraste com outros modos de produção, destacando com isso o caráter histórico da produção capitalista e isolando os elementos típicos deste modo histórico de produção da vida. Nesta medida o capital variável é uma forma histórica de aparecimento do “fundo de subsistência” que existe em formas diversas em todas as sociedades. Entre estes se podem contar os custos para a manutenção do trabalho escravo, por exemplo, que como Marx diz no “Capítulo inédito”, tem a aparência de ser gratuito, mas que de fato não o é. O capital variável, portanto, é apenas uma forma histórica particular em que aparece o fundo dos meios de subsistência ou fundo de trabalho, de que o trabalhador necessita para sua própria manutenção e reprodução e que em todos os sistemas de produção social ele mesmo tem de produzir. O fundo de trabalho só flui constantemente para ele sob a forma de meios de pagamento de seu trabalho, porque seu próprio produto afasta-se constantemente dele sob a forma de capital. Mas essa forma de aparição do fundo de trabalho em nada altera o fato de que o capitalista adianta ao trabalhador seu próprio trabalho objetivado” (K, I, p.593; C, I, 2, 154).

Livro II, portanto na esfera da circulação. Contudo é suficiente para nossos propósitos o estabelecimento de que por mais que tenha havido um investimento originário e que este já fosse, por alguma acumulação prévia, posse do capitalista antes de ter início a relação de produção, este investimento inicial será consumido no processo de produção em um número determinado de anos. Como diz Marx:

Se o mais-valor produzido periodicamente, por exemplo, anualmente, por um capital de 1000 libras esterlinas, for de 200 libras esterlinas e se esse mais-valor for consumido todos os anos, é claro que, depois de repetir-se o mesmo processo durante 5 anos, a soma do mais-valor consumido será = 5 X 200, ou igual ao valor do capital adiantado de 1000 libras esterlinas. Se o mesmo mais-valor fosse apenas parcialmente consumido, por exemplo, só pela metade, teríamos o mesmo resultado, após 10 anos de repetição do processo de produção, pois 10 X 100 = 1000 (K, p. 594 ; C, I, 2, p.155).

O fundamental para Marx é a demonstração de que no processo de reprodução estendido no tempo o mais-valor acumulado cristaliza-se como capital global, soma das formas constante e variável do capital, que fica demonstrado como materialização do trabalho alheio apropriado sem qualquer equivalente na troca²²⁵. A estratégia argumentativa de Marx neste passo é a de preparar a exposição da “conversão” (*Umschlag*) das leis de propriedade da produção de mercadorias em leis de apropriação capitalistas²²⁶. O que nos importa nesta discussão é que a “a reprodução simples transforma após um período mais ou

²²⁵ “Considerada como transação entre a classe capitalista e a classe trabalhadora, não muda nada na coisa se com o trabalho não-pago dos trabalhadores até agora ocupados forem empregados trabalhadores adicionais. O capitalista talvez transforme o capital adicional numa máquina que joga na rua o produtor do capital adicional e o substitui por algumas crianças. Em todos os casos, a classe trabalhadora criou com o seu mais-trabalho deste ano o capital que no próximo ano ocupará trabalho adicional. Isso é o que se denomina produzir capital mediante capital” (K, I, p.608; C, I, 2, p.165-6).

²²⁶ A conversão ou inversão das leis de apropriação burguesas em leis da apropriação capitalistas é no Brasil um dos temas que mais atenção tiveram de filósofos, interpretes ou críticos de Marx. Quiçá seja Ruy Fausto, que prefere verter o termo *Umschlag* pelo neologismo “*interversão*”, que mais especulativamente tratou o tema (Cf. FAUSTO, 1983, 141-223). Em nossa dissertação de mestrado reconstruímos em parte este debate filosófico (cf. ÁZARA, 2007, p.68-85) que consideramos um ponto de partida a ser superado. Alternativas com as quais somos solidários nesta tese são as de Grespan (1999); Nakamura (2011); além dos já clássicos Rosdolsky (2001); Rubin (1980); Luxemburgo (1985). Além desses é preciso mencionar a exposição de Coutinho (1997), tanto sucinta quanto bem informada, e da qual nos servimos em diversos momentos desta tese. Embora o fio condutor da tese de Grespan seja aquele das crises, sua tese é aquela que mais faz justiça a todas as implicações da *Umschlag*, ressaltando a um só tempo o lado “aparente” da troca entre capital e trabalho, bem como seu aspecto “necessário” (GRESPLAN, 1999, p. 107-117).

menos longo necessariamente todo capital em capital acumulado ou mais-valor capitalizado” (K, I, p.595; C, I, 2, p.156)²²⁷.

Há na formulação de Marx mais do que a simples retirada de conclusões do princípio de que apenas o trabalho vivo cria valor. A tese de que o trabalho é a substância viva do valor já está estabelecida previamente. O que a formulação de Marx nos apresenta é a *possibilidade* de o trabalho se constituir como sujeito, como aquele que põe a partir de si as condições de sua existência e reprodução. Apenas as condições históricas de sua relação com o capital impedem o trabalho de ser sujeito de sua relação com o capital. Isto é, apenas a separação (*Scheidung*) entre propriedade e trabalho forma a base da produção capitalista, uma vez que nesta forma de produção o trabalho apenas pode operar subordinado previamente ao capital que a ele se contrapõe.

Marx chegou a uma formulação precisa do tema já em uma obra de 1849, a saber, ele diz em *Trabalho Assalariado e Capital*: “o capital pressupõe o trabalho assalariado, o trabalho assalariado pressupõe o capital. Condicionam-se reciprocamente e se geram mutuamente²²⁸” Marx em *O capital* desenvolve essa tese. Vejamos o duplo ponto de vista, primeiro do trabalho e depois do capital.

Do ponto de vista do trabalho essa pressuposição e condicionamento recíprocos se exprimem por meio da criação reiterada por parte do trabalho das condições de sua dominação. Uma vez que unicamente sobre a “base realmente dada” da separação entre o produto do trabalho e o próprio trabalho é que se impõe a produção capitalista, a subordinação do trabalho ao capital implica na transformação deste “ponto de partida” em “resultado próprio da produção capitalista”. Muito além de um modo de produção de mercadorias o capitalismo agora nos aparece como poder que subordina o trabalho e o faz produzir as próprias condições de sua exploração. O ponto de partida histórico que põe pela primeira vez um pólo no qual existe a riqueza universal, e o “põe” apenas sob a condição da existência de um pólo oposto de carência universal, este ponto de partida é pela repetição ininterrupta do processo transformado no produto por excelência da produção capitalista. Como diz Marx:

²²⁷ E completa Marx: “Se, ao entrar no processo de produção, ele tenha sido propriedade pessoal adquirida mediante trabalho de seu aplicador, mais cedo ou mais tarde torna-se valor apropriado sem equivalente ou materialização, seja em forma monetária ou outra, de trabalho alheio não-pago” (*Idem*).

²²⁸ (Trabalho assalariado e capital, p. 34.)

Por um lado, o processo de produção transforma continuamente a riqueza material em capital, em meios de valorização e de satisfação para o capitalista. Por outro, o trabalhador sai do processo sempre como nele entrou – fonte pessoal de riqueza, mas despojado de todos os meios, para tornar essa riqueza realidade para si. Como, ao entrar no processo de produção, seu próprio trabalho já está alienado dele, apropriado pelo capitalista e incorporado ao capital, este se objetiva, durante o processo, continuamente em produto alheio (K, I, p. 596; C, I, 2, p.156).

O resultado contraditório da opositiva relação entre capital e trabalho é que o trabalho *põe* a partir de si *o seu outro*, mas o *põe* como e enquanto *poder alheio* que o domina. O capital apenas pode dominar assim ao trabalho por causa da condição historicamente determinada, mas ainda assim, reiteradamente reposta pelo trabalho subordinado ao capital. É importante notar que estes desenvolvimentos já se encontravam apreensíveis na análise da produção capitalista, da produção do mais-valor absoluto e relativo, como vimos, mais unicamente se tornam explícitos pela perpetuação e reiteração do processo e por abandonarmos a escala dos indivíduos e passar para aquela das classes. Assim conclui Marx:

O próprio trabalhador produz, por isso, constantemente a riqueza objetiva como capital, como poder estranho, que o domina e explora, e o capitalista produz de forma igualmente contínua a força de trabalho como fonte subjetiva da riqueza, separada de seus próprios meios de objetivação e realização, abstrata, existente na mera corporalidade do trabalhador, numa só palavra, o trabalhador como trabalhador assalariado. Essa constante reprodução ou perpetuação do trabalhador é a condição *sine qua non* da produção capitalista (*idem*).

A segunda parte da citação acima apresenta de modo mais detido os termos do problema que nos interessa nessa discussão. É que o capital aspira de modo usurpador ao *poder* de criação de *seu outro*. Ele visa não apenas a subordinação de *seu outro* a si (já vimos como o capital subordina a si formal e realmente o trabalho) o que aspira agora o capital é a “reprodução e perpetuação de seu outro”. O capital devido a seu caráter vampírico e usurpador se apresenta como poder que cria, cultiva e reproduz a população trabalhadora, ou mais tecnicamente, o capital variável. Nosso objetivo é não apenas ver como essa “constante reprodução e perpetuação do trabalhador” é uma *condição* indispensável da produção capitalista, mas ainda estudar em que medida ela é um *limite* imanente ao capital.

Ainda no âmbito da reprodução simples, na qual a circulação de mercadorias tem um papel central, recolocando no interior do capital o problema do valor de uso como satisfação de necessidades, Marx passa a analisar o “consumo” do trabalhador com o objetivo de demonstrar o que muda na coisa ao se considerar não o indivíduo, mas sim a classe, não o processo de produção isolado e sim no seu fluxo e dimensão social. Vejamos os *desvelamentos* advindos desta ampliação de escala.

2. 1 - O consumo como fio invisível que ata o trabalho à relação capital

O consumo²²⁹ individual não parece à primeira vista interessar à Economia, a não ser quando é consumo produtivo, ou seja, quando este se dá ainda na esfera propriamente econômica e não na vida privada. O consumo produtivo do trabalhador é duplo, por uma

²²⁹ Quando Marx abre sua “obra prima desconhecida” (Cf. Wheen, 2007, p.11) afirmando que a riqueza das nações capitalistas se constitui de uma “monstruosa coleção de mercadorias” ele certamente tinha diante de si um universo limitado por mercadorias que em geral satisfaziam necessidades “primárias”, como vestir, comer, dormir, etc., embora ele reconheça desde sempre que é indiferente para a mercadoria se a necessidade provenha do “estômago” ou da “cabeça”. Um estudante da disciplina “merceologia” dos tempos de Marx ficaria extasiado se pudesse ver a profusão de novas necessidades criadas e de mercadorias produzidas para satisfazê-las, e certamente o caráter “monstruoso” da coleção de hoje surpreenderia o próprio Marx. Estamos a tal ponto imersos no consumo que mal nos apercebemos de seu caráter artificial, histórico. O primeiro capítulo de *Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna* (MELLO e NOVAIS, 2009) é esclarecedor. Uma vez que narra o avanço dos padrões de consumo que se impõe mesmo em um contexto de atraso. Além da narrativa que se nutre do poder poético da simplicidade, o texto nos brinda com um exercício de “*Epoché*” de nossos próprios padrões de consumo, mostrando que datam de ontem. Marx, diferente do que pensam seus críticos menos atentos, não faz “previsões”, ou para falar com uma linguagem que prefere Fausto Castilho, não trata de “Futurição”. Aponta tendências, mas não sem apontar igualmente as contra-tendências que impedem que as tendências se imponham como **necessidade**. Este é o caso da “esfera das carências” e dos modos de satisfação. Marx identifica no capitalismo a tendência à diferenciação dos ramos de produção (G, p. 656) e, conseqüentemente, do barateamento individual de cada mercadoria produzida pelo modo tipicamente capitalista. Tudo isso para dizermos que Marx pensa riqueza e pobreza em termos relativos, como mostra o exemplo da casa em *Trabalho Assalariado e Capital*: “Uma casa pode ser grande ou pequena, e enquanto as casas que a rodeiam são igualmente pequenas ela satisfaz todas as exigências sociais de uma habitação. Erga-se, porém, um palácio ao lado da casa pequena, e eis a casa pequena reduzida a uma choupana. A casa pequena prova agora que o seu dono não tem, ou tem apenas as mais modestas, exigências a pôr; e por mais alto que suba no curso da civilização, se o palácio vizinho subir na mesma ou em maior medida, o habitante da casa relativamente pequena sentir-se-á cada vez mais desconfortado, mais insatisfeito, mais oprimido, entre as suas quatro paredes. Um aumento perceptível do salário pressupõe um rápido crescimento do capital produtivo. O rápido crescimento do capital produtivo provoca crescimento igualmente rápido da riqueza, do luxo, das necessidades sociais e dos prazeres sociais. Embora, portanto, os prazeres do operário tenham subido, a satisfação social que concedem baixou em comparação com os prazeres multiplicados do capitalista que são inacessíveis ao operário, em comparação com o nível de desenvolvimento da sociedade em geral. As nossas necessidades e prazeres derivam da sociedade; medimo-los, assim, pela sociedade; não os medimos pelos objetos da sua satisfação. Porque são de natureza social, são de natureza relativa” (*Trabalho assalariado e capital*, p. 37). É interessante notar que Marx retorna ao exemplo habitacional no Capítulo 23 de *O Capital*, uma vez que este é mais concreto que outras formas de consumo para opor o consumo do capitalista e do operário. Pobreza não como exclusão do consumo, antes pobreza que se repõe por meio do consumo, em tempos de expansão, e pobreza *sans phrase* nos tempos de crise, esta é a criação tipicamente capitalista da população.

lado, ainda no interior da produção, ele coincide com o consumo por parte do capitalista da mercadoria força de trabalho, este tem como resultado a criação do capital a partir do trabalho. Até aqui sem novidades. Mas a coisa toda muda ao se considerar o consumo individual do trabalhador em sua vida privada, como trabalhador assalariado, isto é, como trabalho subordinado ao capital. É que este consumo nos *aparece como* consumo que o trabalhador faz “por amor a si mesmo”, como mera satisfação de necessidades e que em nenhum ponto se cruza com a valorização do valor. Pensando no indivíduo isolado, que vende voluntariamente sua força de trabalho e a partir dela compra mercadorias que lhe apraz para satisfazer a si e a sua família, o consumo privado do trabalhador parece ser um assunto extra-econômico. No entanto diz Marx:

A coisa toda muda de figura tão logo consideramos não o capitalista individual e o trabalhador individual, mas a classe capitalista e a classe trabalhadora, não o processo de produção da mercadoria isolado, mas o processo de produção capitalista, em seu fluxo e em sua dimensão social. Quando o capitalista converte parte de seu capital em força de trabalho, valoriza com isso seu capital global. Mata dois coelhos com uma só cajadada. Ele lucra não apenas daquilo que recebe do trabalhador, mas também daquilo que lhe dá. O capital alienado no intercâmbio por força de trabalho é transformado em meios de subsistência, cujo consumo serve para reproduzir novos músculos, nervos, ossos, cérebro dos trabalhadores existentes e para produzir novos trabalhadores (K, I, p.597; C, I, 2, p.157).

Visto em escala social aquele “fundo de trabalho” que existiu em todas as épocas anteriores e que tem no capitalismo a determinação de capital variável é mera forma de valorizar o capital global da sociedade. Contrário à ficção econômica que o faz parecer “participação no próprio produto”, Marx faz do consumo privado mero metabolismo da valorização do valor, e que por mais farta que possa ser a circulação de mercadorias não cria, no pólo do trabalho, riqueza no sentido moderno, isto é, *propriedade, capital*. Antes seu objetivo é “produzir novos trabalhadores”. Daí o caráter orgiástico da circulação de mercadorias, da ampliação das necessidades e dos modos de satisfazê-las e que faz de nossa época uma época de “grande satisfação”.

Sabemos desde o início que o capital variável tem o poder de retornar ao capital global após o processo de produção acrescido de um mais-valor. Mas uma vez completa a subordinação do trabalho ao capital este se revela como poder de criar a população. Enfeitiçado pela mediação monetária que intermedeia esse metabolismo, o consumo

individual tem a aparência do desfrute da mais fundamental liberdade capitalista: a liberdade de consumo. Ainda aqui a liberdade está em suspenso. Pois:

O consumo individual do trabalhador continua sendo, pois, um momento da produção e reprodução do capital, quer ocorra dentro, quer fora da oficina, da fábrica, etc., quer dentro quer fora do processo de trabalho, exatamente como a limpeza da máquina, se esta ocorre durante o processo de trabalho ou durante determinadas pausas do mesmo. Em nada altera a coisa se o trabalhador realiza seu consumo individual por amor a si mesmo e não ao capitalista (*Idem*).

Se o trabalho assalariado cria a partir de si o capital como poder estranho que o domina, o capital, por seu aspecto usurpador, subordina a si o trabalho e cria a população como mero “meio de produção” do próprio capital. Assim, “a constante manutenção e reprodução da classe trabalhadora permanece a condição constante para a reprodução do capital” (*Ibidem*). A reconstituição do caminho argumentativo de Marx nos explicitou em que consiste a afirmação de que capital e trabalho condicionam-se reciprocamente e se criam reciprocamente. Os pólos desta oposição têm no *seu outro* sua condição, ao ponto em que seu *pôr-se a si mesmo* implica *pôr a seu outro*. No ponto em que nos encontramos da exposição o capital já chegou a ser o todo de sua relação com o trabalho, isto é, já subordinou formal e realmente o trabalho e tornou este um seu momento interior, um meio de produção, mas ao alcançar este resultado o processo capitalista já superou a esfera econômica e se alçou a *poder* que “impõem-se a toda sociedade”²³⁰. Marx extrai conclusões deste transbordamento da relação capitalista pra além da esfera produtiva²³¹.

A escala social para a qual nos movemos, aquela que nos apresenta ao invés do indivíduo a classe, e ao invés do processo estaque de produção o processo rotineiro e permanente de reprodução da sociedade, esta escala é que nos possibilitou vislumbrar “o título de propriedade do capital sobre a força de trabalho”. Mas não se trata aqui da mera propriedade do capital sobre a mercadoria força de trabalho, antes é propriedade do capital

²³⁰ “Esse resultado torna-se inevitável tão logo a força de trabalho é vendida livremente como mercadoria pelo próprio trabalhador. Mas também só a partir de então generaliza-se a produção de mercadorias, que se torna a forma típica de produção; somente a partir de então cada produto é, desde o início, produzido para a venda e toda riqueza produzida passa pela circulação. Somente então, quando o trabalho assalariado se torna sua base, a produção de mercadorias impõe-se a toda a sociedade” (K, I, 613; C, I, 2, p.169).

²³¹ Este “transbordamento” da relação capital para além do campo meramente econômico, tornando o capital um *poder* que domina toda a sociedade aparece a partir do tema da população e é desenvolvido no capítulo 24 de *O Capital*. Neste capítulo repleto de metáforas teológicas, o capital aparece como o “deus desconhecido que se colocava sobre o altar ao lado dos velhos ídolos da Europa e que, um belo dia, com um empurrão e um chute, jogou-os por terra. Proclamou a extração de mais-valor como o objetivo último e único da humanidade” (K, I, 782; C, I, 2, 288).

a população trabalhadora. Ou como diz Marx: “a classe trabalhadora é, portanto, mesmo fora do processo direto de trabalho, um acessório do capital, do mesmo modo que o instrumento morto de trabalho” (K, I, p.598; C, I, 2, 158). Não estamos mais na esfera produtiva meramente, onde o capitalista compra a mercadoria força de trabalho e a quer, como todo e qualquer comprador de mercadorias, utilizar, como bem entende. Trata-se aqui de um *poder social* de dominação que se oculta sob a máscara da “servidão apenas econômica”.

Há uma série de mediações que fortalecem este *poder social* de dominação e que são passíveis de ser acessadas apenas de modo problemático com base unicamente no conceito geral de capital, uma vez que se ligam a aspectos subjetivos como o desejo, a representação, o prazer, etc. Esses “fios invisíveis” auxiliares se reportam, na apresentação de Marx, todos à esfera do consumo. Ao revelar o consumo da população trabalhadora como mero momento da reprodução do capital, a exposição do conceito de capital apresenta-o como processo. É, De um lado, processo produtivo e que tem no consumo sua realização. Sua realização realimenta o processo. De outro lado, é poder de sujeitar e agrilhoar uma classe ao trabalho. É certo que o maior grilhão, como veremos, é a servidão econômica²³², e voltaremos a ela, ao tratar da “Lei geral da acumulação capitalista”, mas para a população trabalhadora o consumo, e para a super-população sua promessa, formam um fio invisível que os prende ao processo. Pois, como pensa Marx, é preciso que algo faça com que “esses instrumentos de produção autoconscientes não fujam ao remover constantemente seu produto do pólo deles para o pólo oposto do capital” (K, I, p.599; C, I, 2, 599). Assim o consumo “cuida” pela manutenção do processo e o torna um mecanismo de acumulação. E completa:

O consumo individual cuida, por um lado, de sua própria manutenção e reprodução, por outro, mediante a destruição dos meios de subsistência, de seu constante reaparecimento no mercado de trabalho. O escravo romano estava preso por correntes a seu proprietário, o trabalhador assalariado o está por fios invisíveis. A aparência de que é independente é mantida pela mudança contínua de padrões individuais e pela *fictione juris* do contrato (K, I, p.599; C, I, 2, p.158).

²³² “Já não é a casualidade que contrapõe capitalista e trabalhador como comprador e vendedor no mercado. É a armadilha do próprio processo que lança este último constantemente de novo no mercado como vendedor de sua força de trabalho e sempre transforma seu próprio produto no meio de compra do primeiro. Na realidade, o trabalhador pertence ao capital antes que se venda ao capitalista. Sua servidão econômica é, ao mesmo tempo, mediada e escondida pela renovação periódica da venda de si mesmo, pela troca de seus padrões individuais e pela oscilação do preço de mercado do trabalho” (K, I, 603; C, I, 2, p.161).

Assim o mecanismo²³³ da produção capitalista cuida, por meio do adiantamento do capital variável, de reproduzir e multiplicar a classe trabalhadora que agora, como meio de produção, será mais ou menos requisitado, mais ou menos utilizado de acordo com o ritmo e a escala da reprodução. Como o modo tipicamente capitalista é aquele da reprodução em escala sempre ampliada, na qual se exprime o caráter progressivo da produção moderna, o capital encontrará sempre “novos braços” com os quais transforma o mais-valor em capital.

3. A população como *Limite interno ao capital*

O Capítulo 23 – *A lei geral da acumulação capitalista* – é o lugar próprio da discussão por parte de Marx do tema da população, da influência que o capital exerce sobre ela, e de sua sujeição como elemento interno ao capital. Uma vez subordinada ao capital, a população é a esta altura da exposição “capital variável” que deve seguir relacionando-se internamente ao capital com sua parte “constante”. A este relacionamento interno ao capital na sua forma variável com sua outra forma constante Marx chama de “composição do capital”²³⁴. A composição orgânica já nos ocupou ao menos indiretamente quando tratamos da extração do mais-valor em sua forma relativa. Vimos como o modo tipicamente capitalista de produção tende, por força de suas “leis” internas, a diminuir a parte do capital

²³³ Mecanismo do qual o próprio capitalista “é apenas uma engrenagem” (K, I, p.618; C, I, 2, p.172).

²³⁴ Marx distingue a “composição-valor” da “composição técnica” do capital. Mas ambas apontam, de perspectivas diversas, para o mesmo “fato”. “Da perspectiva do valor, ela é determinada pela proporção em que se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, soma global de salários” (K, I, p.640; C, I, 2, 187). À composição orgânica ou “de valor” do capital apenas importa o valor dividido internamente entre meios de produção e salários, já na perspectiva técnica importa como funcionam de fato estas partes internas do capital no processo de produção. Como vimos em nosso capítulo sobre o mais-valor relativo, o modo tipicamente capitalista exige para seu funcionamento um montante fantástico de capital constante. Agora se trata da quantidade de trabalho vivo necessária para pôr em funcionamento este capital. Composição técnica e composição orgânica são tão somente visadas diversas sobre o mesmo fenômeno, a divisão interna ao capital entre trabalho vivo e morto. Por fim cada capital real existente tem sua própria composição orgânica determinada por uma série de fatores contingentes, antiguidade da maquinaria, destreza da força de trabalho, influência da competição intercapitalista, etc. A Marx interessa a composição naquilo que ela tem de geral, ou em suas palavras: “Os numerosos capitais individuais aplicados em determinado ramo da produção têm entre si composição maior ou menos diferenciada. A média de suas composições individuais dá-nos a composição do capital global desse ramo da produção. Por fim a média global das composições médias de todos os ramos da produção dá-nos a composição do capital social de um país, e apenas dessa é que, em última instância, há de se falar em seguida” (K, I, p.641; C, I, 2, p.187).

investida em força de trabalho e conseqüentemente a aumentar, com isso, a parte constante do capital, aquela investida em meios de produção, matérias primas, etc.

Vimos acima como o capital torna a população ou o capital variável uma condição da acumulação crescente de capital. Como esta acumulação no modo tipicamente capitalista implica sempre ampliação da escala da produção, a “acumulação de capital é, portanto, multiplicação do proletariado” (K, I, p.642; C, I, 2, 188)²³⁵. Isto é, o processo de acumulação “cria” um estoque de forças de trabalho²³⁶ utilizável ou não pelo capital, mas, no entanto, sempre disponível. Esta “criação” da população apenas perpetua a “relação de dependência” dos trabalhadores ao capital. Essa relação de dependência (*Abhängigkeitsverhältnis*) é, como vimos acima, o fio invisível que ata o trabalho ao capital. Ela pode, como admite Marx, ter as mais variadas formas, às vezes mais “suportáveis” ou mesmo mais cômodas e liberais, isto irá sempre depender não do esforço ou destreza pessoal deste ou daquele proletariado, mas antes do ciclo de vida do capital. Não se trata, portanto, de criar um pólo de pobreza no sentido de que nele não circulem mercadorias, antes podem e devem circular, como vimos brevemente ao incorporar o consumo por parte do trabalho como elemento de acumulação. Devem circular mercadorias, e isso em nada muda a relação de dependência que prende o trabalho assalariado ao capital. A ênfase dada por Marx à brutalização e ignorância em que é mantida a população nos mostra que pobreza aqui tem também um sentido extra-econômico²³⁷. Como temos visto desde o início o salário, maior ou menor, sempre inclui uma parte do trabalho apropriado sem equivalente na troca, isto é, mesmo que as condições

²³⁵ “Assim como a reprodução simples reproduz continuamente a própria relação capital, capitalistas de um lado, assalariados do outro, também a reprodução em escala ampliada ou a acumulação reproduz a relação capital em escala ampliada, mais capitalista ou capitalistas maiores neste pólo, mais assalariados naquele” (*Idem*).

²³⁶ Marx em algumas citações retiradas da Economia Política, sobretudo àqueles a quem Marx reputa como “vulgar”, parece utilizar a escrita dos economistas como um “sintoma” que revelaria a Lei geral da acumulação capitalista, que estes mesmos economistas, ao menos conscientemente, não estariam dispostos a admitir. Exemplo disso é a citação da página 188 a Beller: “o trabalho dos pobres é a mina dos ricos”, e mais adiante é Mandeville quem dispara com cínico realismo: “para fazer a sociedade feliz e o povo contente, mesmo nas piores circunstâncias, é necessário que a grande maioria permaneça tanto ignorante quanto pobre” (citado por Marx, p.189 de *O Capital*). A necessidade de um verniz humanístico ou de modo mais indigente, apenas “politicamente correto” faz de nossos burgueses atuais menos realistas, mas igualmente cínicos.

²³⁷ “De seu próprio mais-produto, em expansão e expandindo a parte transformada em capital adicional, flui de volta para eles uma parcela maior sob a forma de meios de pagamento, de maneira que podem ampliar o âmbito de suas satisfações, podem prover melhor seu fundo de consumo de vestuário, moveis, etc., e constituir um pequeno fundo de reserva em dinheiro. Mas assim como melhor vestuário, alimentação, tratamento e um pecúlio maior não *suspendem* (*Aufheben*) a relação de dependência e a exploração do escravo, tampouco suspendem as do assalariado” (K, I, p. 646; C, I, 2, p. 191).

de venda da força de trabalho sejam favoráveis ao trabalho, dourando as cadeias que o prendem ao capital, ainda assim ao recebê-lo o trabalhador fornece um *quantum* de mais-trabalho. Essa é a *differentia specifica* do modo de produção capitalista. Trabalho melhor remunerado certamente implica uma parcela maior ou a diminuição do mais-trabalho²³⁸, mas em nada muda a dependência em que o trabalho assalariado é atado ao capital que o cria como a um estoque.

3. 1 - Ação das forças de atração e repulsão do capital

Mas vejamos agora como Marx expõe os resultados da aplicação de métodos tipicamente capitalistas de produção sobre a população operária. Como vimos em nosso Capítulo 4 sobre o mais-valor relativo, é tendência constante do modo tipicamente capitalista o incremento de sua parte constante em detrimento daquela sua parte variável. Essa tendência expressa em termos capitalistas o que se chama “aumento da produtividade do trabalho social”²³⁹. Um capital altamente produtivo significa uma composição técnica na qual a maquinaria predomina sobre o número de forças vivas de trabalho, o que, do ponto de vista da composição orgânica significa mais valor empregado em meios de produção em detrimento do número de forças de trabalho que este capital explora²⁴⁰.

Vimos, ao tratar da fábrica capitalista, que esta pressupõe um imensa soma de capital para que possa existir. Essa *condição* se torna sempre de novo *resultado*. Pois todos os métodos para elevação da força produtiva implicam em métodos de aumentar a exploração – intensiva ou extensiva – do trabalho e conseqüentemente se constituem em métodos de produção de mais-valor ou mais-trabalho. Todos estes métodos são, por sua vez, “o elemento constitutivo da acumulação. São, por conseguinte, métodos para produzir capital mediante capital ou métodos de sua acumulação acelerada” (K, I, 653; C, I, 2, p.

²³⁸ “Essa diminuição nunca pode ir até o ponto em que ela ameace o próprio sistema” (K, I, p. 647; C, I, 2, p. 192).

²³⁹ “O grau de produtividade social do trabalho se expressa no volume relativo dos meios de produção que um trabalhador, durante um tempo dado, com o mesmo dispêndio de força de trabalho, transforma em produto. A massa dos meios de produção com que ele funciona cresce com a produtividade de seu trabalho” (K, I, p. 648; C, I, 2, p.194).

²⁴⁰ “Mas, condição ou conseqüência, o volume crescente dos meios de produção em comparação com a força de trabalho neles incorporada expressa a crescente produtividade do trabalho. O acréscimo desta última aparece, portanto, no decréscimo da massa de trabalho proporcionalmente à massa de meios de produção movimentados por ela ou no decréscimo da grandeza do fator subjetivo do processo de trabalho, em comparação com seus fatores objetivos” (K, I, p. 651; C, I, 2, p. 194).

195). Portanto o modo tipicamente capitalista de produção tanto pressupõe como produz a acumulação do capital. Esta, por sua vez, tanto pressupõe quanto o produz. “Com a acumulação do capital, cresce, portanto, em maior ou menor proporção, o número dos capitalistas” (K, I, 653; C, I, 2, p.196). Vimos em parte estes resultados ao estudar a produção do mais-valor relativo.

Havíamos visto como ao chegar a se constituir o modo especificamente capitalista em muito o nosso capitalista se encontra modificado de sua figura inicial e, por assim dizer, perdido seu papel produtivo, entregue a seus oficiais e sub-oficiais que substituem a rotina da produção pela aplicação consciente das ciências e das forças naturais. O que então Marx afirma como sendo tendência imanente ao capital para o desenvolvimento ilimitado das forças sociais de produção agora é abordado sob a rubrica da acumulação ou da retransformação deste mais-valor em capital. A ciclópica fábrica capitalista é nada mais que capital acumulado e, a isto somado, é comando sobre um exército de trabalhadores. Por isso, “toda acumulação torna-se meio de nova acumulação” (*Idem*). Veremos como Marx faz derivar da acumulação – e do modo especificamente capitalista que a acompanha – as forças de *atração e repulsão* do capital sobre o trabalho. Antes vejamos o que Marx diz sobre a ação destas “forças” sobre a classe dos capitalistas²⁴¹.

Com o modo tipicamente capitalista de produção e a acumulação em escala sempre ampliada que o acompanha cresce a “riqueza social” que se realiza nos diversos negócios de capitalistas individuais. Pode-se pensar esta “riqueza social” como riqueza de uma nação com um determinado estágio de desenvolvimento da produção capitalista. A acumulação em escala ampliada significa crescimento desta “riqueza social”, que na prática está dividida em diversos capitais. O aumento desta riqueza irá significar, como parece óbvio, aumento da concentração dos meios de produção. A simples concentração dos meios de produção no pólo do capital, ou em mãos capitalistas, é o primeiro efeito da acumulação. Aumento da riqueza social, acumulação de capital em escala reiteradamente ampliada tem como resultado mais imediato aumento do número dos capitalistas. Pois como pensa Marx ao mesmo tempo em que cresce a riqueza social, “parcelas se destacam dos capitais

²⁴¹ A seção intitulada *Die Beziehung der Repulsion und Attraktion* (A relação entre repulsão e atração) (W.L, p. 195-200; trad.. p. 153-7) cumpre um papel fundamental na *Ciência da Lógica* por estar, por assim dizer, na intersecção entre o ser qualitativo (o uno) e o ser quantitativo (o múltiplo). Marx certamente tem em mente estes desenvolvimentos da *Lógica* hegeliana ao estilizar com estas categorias e com sua relação recíproca os movimentos do capital frente a si mesmo e frente a *seu outro*.

originais e passam a funcionar como novos capitais autônomos. Nisso desempenha um grande papel, entre outros fatores, a partilha da fortuna das famílias capitalistas. Com a acumulação do capital, cresce, portanto, em maior ou menor proporção, o número dos capitalistas” (*Idem*). Há aqui dois movimentos: por um lado, *concentração crescente* de meios de produção na classe dos capitalistas, em oposição a todo o restante da sociedade, e, por outro lado, *repulsão recíproca*²⁴² dos capitais entre si, ou criação de novos negócios capitalistas.

A repulsão recíproca dos capitais espalha a riqueza social em “muitos pontos” e faz do relacionamento entre esses capitais uma competição intercapitalista, tratada mais detidamente por Marx no Livro III e em vários momentos da discussão do conceito de capital como tal ela é abstraída, ou são desconsiderados seus efeitos. Basta para nossos propósitos apenas a determinação de sua diversidade que os faz competir entre si como “produtores independentes de mercadorias”. Este segundo movimento da acumulação em escala ampliada, que faz Marx contrastar com a concentração dos meios de produção na classe capitalista, esta *repulsão* recíproca entre muitos capitais individuais deve ser entendida como expressão do caráter progressista da produção capitalista, a qual, por meio da constante criação de necessidades e dos meios para sua satisfação, determina a marcha progressiva do domínio do capital em escala mundial.

Este segundo movimento, o da *repulsão*, Marx faz opor um terceiro movimento da acumulação, a saber, a *atração* recíproca dos capitais autônomos, os quais, por esta atração perdem sua autonomia. “Esta já não é concentração simples, idêntica à acumulação, de meios de produção e de comando sobre o trabalho. É concentração de capitais já constituídos, *suspensão* (*Aufhebung*) de sua autonomia individual, expropriação de capitalista por capitalista, transformação de muitos capitais menores em poucos capitais maiores” (*Ibidem*). Trata-se aqui da centralização de capitais, que em sua formulação mais sumária pode ser expressa: “cada capitalista mata muitos outros” (K, I, p.790; C, I, 2, 293). Marx novamente não desenvolve no Livro I o tema da centralização dos capitais, uma vez que para seus objetivos basta o estabelecimento de que esta, por meio de suas poderosas alavancas, concorrência e crédito, completa a obra da acumulação, “ao colocar os

²⁴² “Repulsão é, todavia essencialmente uma relação, embora negativa, o recíproco afastar e fugir (*Abhalten und Fliehen*) não é a libertação ao que se afasta ou foge; o que exclui está, todavia em conexão com aquele que é excluído por ele” (W.L. p. 196; C.L. p. 154).

capitalistas industriais [agora organizados em sociedades por ações] em condições de expandir a escala de suas operações” (K, I, p. 656; C, I, 2, p.197). Ou seja, coloca os capitalistas em condições de ampliar as forças sociais de produção²⁴³. Os resultados da acumulação, resultados que são a um só tempo seus pressupostos, consistem em concentração dos meios de produção, repulsão recíproca dos capitais e centralização. Concentração da riqueza social em mãos capitalistas, diversificação dos negócios e centralização destes em mega conglomerados compostos por ações, como diríamos hoje. Estes três momentos incidem, por assim dizer, sobre o pólo do capital. O último deles nos recoloca na trilha de seus resultados sobre o pólo do trabalho. Diz Marx:

Enquanto a centralização reforça e acelera os efeitos da acumulação, amplia e acelera simultaneamente as revoluções sobre a composição técnica do capital, que aumentam sua parte constante à custa de sua parte variável e, com isso, diminuem a demanda relativa por trabalho (K, I, p. 656; C, I, 2, p.198).

São estas massas imensas de capital “soldadas” pela centralização, que irão formar o modo tipicamente capitalista de produção, as fábricas de dimensões ciclópicas que, com o capital que a centralização lhes proporciona, atraem “menos e menos trabalhadores”, ou seja, cada novo ramo que se constitui sob o imperativo do crescimento da produtividade do trabalho atrai “pouco” trabalho se comparado com o “velho capital”. Este “pouco” é relativo, pois se refere não ao número absoluto de trabalhadores ocupados. É “pouco” se comparado ao velho capital com uma composição orgânica e técnica na qual o elemento variável não havia ainda diminuído devido à escala da produção. Por outro lado, completa Marx: “o velho capital, reproduzido em nova composição, repele mais e mais trabalhadores antigamente ocupados por ele” (*Idem*). Vejamos mais de perto como se dá esta *atração e repulsão* do trabalho pelo capital.

Em *O Capital* o problema é colocado em termos de uma criação progressiva de uma superpopulação relativa. Sua “criação” pelo capital é desdobramento das tendências que presidem a produção do mais valor relativo, sendo, portanto, resultado necessário e contraditório do aumento progressivo da produtividade do trabalho social. A criação de um

²⁴³ “A expansão acrescida dos estabelecimentos industriais constitui por toda parte o ponto de partida para uma organização mais abrangente do trabalho coletivo de muitos, para um desenvolvimento mais amplo de suas forças motrizes materiais, isto é, para a conversão progressiva de processos de produção isolados e rotineiros em processo de produção socialmente combinados e cientificamente dispostos” (*Idem*).

exército industrial de reserva pressupõe, portanto, a subsunção real do trabalho sob o capital ou o modo de produção tipicamente capitalista que apenas essa forma da subordinação cria. Esta forma especificamente capitalista de produção, como vimos, implica desenvolvimento progressivo da produtividade do trabalho, que tem sua forma de manifestação na ampliação dos domínios do trabalho morto sobre o trabalho vivo, crescimento do capital constante em detrimento do capital variável e, por conseguinte, alteração na composição orgânica do capital. E isto, como Marx procura enfatizar, em velocidade crescente, uma vez que a centralização de capitais possibilita que o capital antigo se renove de alto abaixo, e com isso atraia menos trabalho vivo, e por outro lado, que novos capitais que já se constituem sob este impulso tenham na revolução técnica, que o aumento da produtividade implica, seu traço característico²⁴⁴.

Como vimos no item anterior deste capítulo, a interpretação capitalista do significado do “crescimento da riqueza social” é concentração dos meios de produção, diversificação dos negócios, e centralização de capitais em grandes blocos formados por ações. Esse movimento progressivo de crescimento da riqueza, que rompe com o mero *ciclo* da reprodução simples e se apresenta como uma *espiral* progressiva, esse movimento faz com que cresça imensamente o capital global, e junto com ele o capital variável cresce, mas o faz em proporção muito menor do que cresce o capital global, pelos motivos que conhecemos como o modo tipicamente capitalista de aumentar a produtividade do trabalho. Aqui é preciso que se evite a interpretação banal de que a cada ano o número do exército ativo diminua em termos absolutos. Este segue em crescimento e nisto acompanha o progresso da riqueza, mas o faz progressivamente em proporção sempre menor do que o crescimento do capital global. E completa Marx:

Esse decréscimo relativo de sua componente variável, acelerado pelo crescimento do capital global, e que é mais acelerado que seu próprio crescimento, aparece, por outro lado, inversamente como crescimento absoluto da população trabalhadora sempre mais rápido do que do capital variável ou de seus meios de ocupação. No entanto, a acumulação capitalista produz constantemente – e isso em proporção à sua energia e às

²⁴⁴ “Com o avanço da acumulação modifica-se, portanto, a proporção entre a parte constante e a parte variável do capital, originalmente de 1:1, para 2:1, 3:1, 4:1, 5:1, 7:1 etc., de modo que, ao crescer o capital, ao invés de ½ de seu valor global, progressivamente apenas 1/3, ¼, 1/5, 1/6/ 1/8 etc. se convertem em força de trabalho, ao passo que 2/3, ¾, 4/5, 5/6, 7/8 etc., em meios de produção. Como a demanda de trabalho não é determinada pelo volume do capital global, mas por seu componente variável, ela cai progressivamente com o crescimento do capital global, ao invés de, como antes se pressupôs, crescer de modo proporcional com ele” (K, I, p. 658; C, I, 2, p.199).

suas dimensões – uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital (*Idem*).

Marx reconhece que a Economia Política clássica²⁴⁵ esteve às portas de descobrir este fenômeno, ou quando o fez não teria conseguido fazer derivar das tendências essenciais da produção capitalista. Já a Economia vulgar, e neste caso o exemplo por excelência é Malthus²⁴⁶, apega-se fanaticamente à aparência de que é a população trabalhadora que cresce absolutamente e prega como solução controle de natalidade, abstinência sexual e outras medidas edificantes, como o rebaixamento dos salários, etc. O fato fundamental, no entanto, é que na teoria de Marx o capital como sujeito em sua relação contraditória com o trabalho, relação de subordinação que faz do trabalho um elemento do capital, o capital como sujeito produz por meio do modo tipicamente capitalista de aumentar a produtividade do trabalho um excedente na classe que é seu “meio de produção autoconsciente”. Ao não encontrar o nexo entre a *differentia specifica* do aumento da produtividade sob o capital e a produção de uma população supérflua ou subsidiária, a Economia vulgar mistifica a lei geral da acumulação capitalista e a faz parecer uma “lei da Natureza”²⁴⁷.

Isto não quer dizer que não haja uma “lei” de população de tipo capitalista, uma vez que “cada modo de produção histórico tem suas leis populacionais particulares, historicamente válidas” (K, I, p.660; C, I, 2, 200). Ela é apenas compatível com um “modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de valorização de valores existentes, ao invés de a riqueza objetiva existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador” (K, I, p.649; C, I, 2, 193). Neste enfeitado modo de produção a acumulação de riqueza social que a própria população trabalhadora produz se torna o meio

²⁴⁵ Ver (K, I, p.660; C, I, 2, p.200 - nota 79).

²⁴⁶ Ver (K, I, p. 664, C, I,2, p.190 – nota 75).

²⁴⁷ Marx, não obstante sua crítica impiedosa a Malthus, chegando a certa altura a considerar sua teoria populacional “um libelo contra o gênero humano”, reconhece na teoria do clérigo duas qualidades, a saber: por um lado, “porque outorgou uma expressão brutal ao modo brutal de pensar do capital”; e, de outro, “porque afirmou o fato da superpopulação para todas as formas de sociedade” (G, p. 499; trad. p. 112). É ao não reconhecer o caráter distintivo da produção por parte do capital da superpopulação que Malthus, e junto com ele a Economia vulgar, naturaliza o capitalismo e adere ao feitiço. Mas esta “aderência” ao feitiço social não é exclusividade dos economistas, uma vez que “na evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes [...] e a muda coação das condições econômicas sela o domínio (*Herrschaft*) do capitalista sobre o trabalhador” (K, I, p. 765; C, I, 2, p. 277).

por excelência de criação de sua própria redundância relativa. A expansão do trabalho pretérito, morto em detrimento do trabalho vivo, com todas as implicações técnicas e de valor²⁴⁸, é a tendência mais essencial do capital como tal. Seu trabalho é completado pela acumulação e centralização de capitais, que já podendo contar com a população como um simples elemento interno de seu valor, ora a *atrai*, ora a *repele*, de acordo com o ciclo de vida do capital. Em momentos de expansão ela faz valer sua força de *atração*, provocando movimentos internos, ascendentes, nos diversos segmentos que formam a população e a superpopulação relativa, em momentos de contração o capital faz valer sua força de *repulsão*, que joga sempre massas de trabalhadores na “camada lazarenta” da classe trabalhadora, aquela que habita a esfera do pauperismo.

O exército industrial de reserva é a um só tempo produto necessário do desenvolvimento da riqueza sob o domínio do capital e condição essencial para a manutenção do sistema. Este exército de supérfluos “pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa”. Assim a população “proporciona às mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentes das *barreiras* (*Schranken*) do verdadeiro crescimento populacional” (K, I, p. 661; C, I, 2, p. 200). Uma vez estabelecida a sujeição do trabalho ao capital, uma sujeição que já é a este ponto extra-econômica, pois se trata agora de mero “material humano pronto para ser explorado” e não mais sujeitos livres que vendem mercadorias, é tempo de mostrar como na argumentação de Marx a *barreira* (*Schranke*) do crescimento, digamos vegetativo, da população é ultrapassada.

Como a produção capitalista não tem como objetivo criar riqueza que sirva ao desenvolvimento da sociedade, antes tendo como objetivo a valorização do valor e por meio desta a reposição da relação-capital, a produção não se regula pela população, isto é, não regula o crescimento do capital variável pelo aumento “do verdadeiro crescimento populacional”. O que a produção capitalista faz é criar o excedente populacional por meio

²⁴⁸ “Com a grandeza do capital já em funcionamento e com o grau de seu desenvolvimento, com a expansão da escala de produção e da massa dos trabalhadores postos em movimento, com o desenvolvimento da força produtiva de seu trabalho, com o fluxo mais amplo e mais completo de todos os mananciais da riqueza, expande-se também a escala em que uma maior atração de trabalhadores pelo capital está ligada à maior repulsão dos mesmos, cresce a rapidez da mudança da composição orgânica do capital e de sua forma técnica e aumenta o âmbito das esferas da produção que são atingidas ora simultânea ou alternadamente por ela” (K, I, p. 659; C, I, 2, p. 200).

dos métodos de ampliação da produtividade do trabalho. Como diz Marx, a população excedente ou que está além do *limite* de crescimento da população:

É criada pelo simples processo de liberar constantemente parte dos trabalhadores ocupados em relação à produção aumentada. Toda forma de movimento da indústria moderna decorre, portanto, da constante transformação de parte da população trabalhadora em braços desempregados ou semi-empregados (K, I, p. 662; C, I, 2, p. 201).

Criação de riqueza em sentido capitalista é criação do excedente apropriado no pólo do capital. A lei de população compatível com este modo histórico de produção é, como pensa Marx, a criação de um excedente na classe, que é agora mero “material humano pronto para ser explorado”. De posse deste material humano o capital se acha novamente em condições de ampliar a escala de sua acumulação, pressionando para baixo o valor da força de trabalho por meio da concorrência no mercado de trabalho²⁴⁹, podendo deslocá-la para novos campos abertos pelo mercado mundial²⁵⁰, deixando-a apodrecer em momentos de contração da economia, absorvendo-a em todo ou em parte nos momentos de expansão. Portanto conclui Marx:

Não basta à produção capitalista de modo algum o quantum de força de trabalho disponível que o crescimento natural da população fornece. Ela precisa, para ter liberdade de ação, de um exército industrial de reserva independente dessa barreira natural (*Naturschranke*) (K, I, 664; C, I, 2, p.202).

²⁴⁹ Como sabemos o mercado de trabalho segue leis de concorrência, e ao menos em sua superfície a determinante é a lei de oferta e procura. A sub-ocupação cria uma concorrência na qual o valor da força de trabalho vai abaixo de seu valor. Esta primeira e mais imediata consequência da superpopulação relativa já foi diversas vezes mencionada no decorrer do Livro primeiro e desempenha um papel central na voracidade do capital por mais-valor. Como diz Marx: “A concorrência assim provocada entre os trabalhadores capacita o capitalista a comprimir o preço do trabalho, enquanto o preço decrescente do trabalho, inversamente, o capacita a elevar ainda mais o tempo de trabalho” (K, I, p. 571; C, I, 2, p.137). Outras referências à compressão do valor da força de trabalho em função da superpopulação relativa são as páginas: 32, 56, 66, 72, 84, 89 do segundo volume do Livro primeiro.

²⁵⁰ Marx, e nesta medida completa a análise do jovem Engels em *A situação da classe trabalhadora da Inglaterra*, mostra como em sua “era de ouro” o capital podia fazer valer “sem rodeios, o título de propriedade do capital sobre a força de trabalho”. Ele lembra o papel do Estado que dispunha, na Grã-Bretanha, dos trabalhadores como uma ferramenta (C, I, 2, 159-2001), deslocando populações inteiras para regiões em industrialização, deixando-os vegetar ou morrer em crises econômicas. Tudo se passa, neste período dourado da produção capitalista, como se o Estado, como violência concentrada de toda a sociedade, agisse como braço forte do capital, que lhe “consegue” maquinaria viva, sem a qual o capital seria mero tesouro. Toda esta discussão sobre o Estado, violência e capital e completada pelo Capítulo 24 de *O Capital*.

O capital, portanto, cria a “redundância” no pólo do trabalho por seus métodos de ampliação da produtividade do trabalho social, que “liberam” constantemente “braços”, e por outro lado, os absorve progressivamente menos. Mas a criação do exército industrial de reserva é também um modo capitalista de aumentar a exploração sobre o trabalho vivo. Por um lado, porque, com o aprofundamento da tendência da produção capitalista a ampliar a base tecnológica de sua produção, ele extrai mais mais-trabalho mesmo de um número proporcionalmente diminuto de forças de trabalho exploradas. Uma vez que:

Todo capitalista tem interesse absoluto em extrair determinado quantum de trabalho de um número menor de trabalhadores, ao invés de extraí-lo de modo tão barato ou até mesmo mais barato de um número maior de trabalhadores. No último caso cresce o dispêndio de capital constante proporcionalmente à massa de trabalho posto em ação, no primeiro caso ele cresce mais devagar. Quanto maior a escala da produção, tanto mais decisivo é esse motivo (K, I, p. 664; C, I, 2, p. 203).

Mesmo que se forme uma camada que recebe um “valor” maior por sua força de trabalho, que ocupe postos em negócios com composição técnica que exige poucos braços, o mais-trabalho intensivamente extraído desta parte da classe é transformado em novo motivo para acumulação e progresso técnico. Assim o mais-trabalho de uns cria a redundância de muitos outros. Intensificação do trabalho é igualmente modo de criar o excedente populacional, “liberar” braços. Por outro lado, a criação da redundância força para baixo o valor da força de trabalho, que como toda mercadoria segue leis de concorrência no mercado de força de trabalho. E completa Marx:

O sobre trabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parcela da classe trabalhadora à ociosidade forçada em virtude do sobretrabalho de outra parte e vice versa torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual e acelera, simultaneamente, a produção do exército industrial de reserva numa escala adequada ao progresso da acumulação social (K, I, p.665; C, I, 2, p.203).

Para Marx, portanto, o nível dos salários é regulado por este poder que exerce o capital de expandir e contrair o exército de reserva. Este estoque de braços, ativos e de reserva, é que determina de acordo com a fase do ciclo industrial, de expansão e contração, o valor do trabalho. Este é o papel estratégico da superpopulação no processo de exploração do trabalho, pois ela:

Pressiona durante os períodos de estagnação e prosperidade media o exército ativo de trabalhadores e contém suas pretensões durante o período de superprodução e paroxismo. A superpopulação relativa é, portanto, o pano de fundo sobre o qual a lei de oferta e procura de mão de obra se movimenta. Ela reduz o raio de ação dessa lei a *barreiras* absolutamente condizentes com a avidez de explorar e a paixão por dominar do capital (K, I, p.668; C, I, 2, p.205).

O resultado é que o capital – por meio de seus métodos de ampliar a escala da produção e o “manejo” da força de trabalho – consegue uma massa crescente de trabalho com base em uma massa decrescente de forças de trabalho. A mesma máquina que libera braços extrai em menos tempo mais mais-trabalho. Os da reserva impedem o crescimento do salário dos ativos ao mesmo nível de sua exploração. “O movimento da lei da demanda e oferta de trabalho completa, nessa base, o despotismo do capital” (K, I, 669; C, I, 2, 206).

4. Formulação da *lei geral da acumulação capitalista*

Entendida como forma acabada da subordinação do trabalho ao capital, a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva não é uma excepcionalidade contingente, é antes uma *condição* e um *resultado* da produção tipicamente capitalista. Por isso, “todo trabalhador faz parte dela durante o tempo em que está desocupado parcial ou inteiramente” (K, I, p. 670; C, I, 2, p. 206). Esta superpopulação relativa tem na formulação de Marx três formas fundamentais, que expressam, por assim dizer, “esferas” ou “camadas” da população: “Líquida ou fluente” é aquela forma típica aos ramos avançados da indústria moderna, “fábricas, manufaturas, siderúrgicas, minas, etc.” Aqui ela se forma tanto porque, de um lado, nestes ramos o desenvolvimento das forças produtivas sob o capital “libera” constantemente braços, ao ser periodicamente renovado de auto a baixo o capital constante que cada vez mais ocupa menos forças de trabalho. De outro lado, trabalhadores liberados por negócios com capitais de composição técnica altamente desenvolvida são atraídos por negócios mais “atrasados”²⁵¹.

²⁵¹ “O consumo da força de trabalho pelo capital é, além disso, tão rápido que o trabalhador de mediana idade, na maioria dos casos, já está mais ou menos esgotado. Ele cai nas fileiras dos excedentes ou passa de um escalão mais alto para um mais baixo. Justamente entre os trabalhadores da grande indústria é que deparamos com a duração mais curta de vida” (K, I, p.670; C, I, 2, p.207).

A superpopulação “latente” é aquela criada quando a produção capitalista se apodera da agricultura. Devido a características próprias deste negócio uma única inovação tecnológica dispensa centenas de braços. Conforme estiliza Marx, este fenômeno ainda comum em países com grande fronteira agrícola, os braços *repelidos* no campo não sofrem, “como na indústria não agrícola”, nova *atração*. “Parte da população rural encontra-se, por isso, continuamente na iminência de transferir-se para o proletariado urbano ou manufatureiro, e à espreita de circunstâncias favoráveis a essa transferência” (K, I, p. 671; C, I, 2, p. 207-8). Esta é uma fonte oculta para a superpopulação urbana e faz do trabalhador rural estar sempre com “o pé no pântano do pauperismo”.

A superpopulação em sua forma “estagnada” é aquela formada pelos trabalhadores em situação de “precariedade” ou de “terceirização”. Vejamos sua descrição por parte de Marx:

Constitui parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular. Ela proporciona, assim, ao capital, um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida cai abaixo do nível normal médio da classe trabalhadora, e exatamente isso faz dela uma base ampla para certos ramos da exploração do capital. É caracterizada pelo máximo de tempo de serviço e mínimo de salário (K, I, p. 672; C, I, 2, p. 208).

Marx já tratou longamente desta camada da superpopulação no *Capítulo 8* ao tratar do trabalho domiciliar. Suas condições de vida e saúde, como atestam os relatórios que Marx usa como fonte, eram grotescas e em geral são explorados por um intermediário que medeia sua relação com o capital. Neste contexto Marx apenas acrescenta que ela é responsável por absorver os “supérfluos” da grande indústria e de ramos decadentes ou que não acompanham a velocidade da inovação industrial.

Há ainda duas camadas da população que necessitam ao menos ser mencionadas. A primeira delas é o “Lumpemproletariado” que não tem função produtiva. A segunda delas, que deve ser diferenciada dos primeiros, por ainda estar atada ao mecanismo capitalista, Marx a caracteriza como “sedimento da superpopulação relativa que habita a esfera do pauperismo”. Ela igualmente se distingue em três camadas: os que são “aptos para o trabalho”; órfãos e crianças indigentes – que podem ser incorporados ao exército industrial de reserva em um momento de forte expansão nos negócios -; e por fim os “degradados,

maltrapilhos, incapacitados para o trabalho”. Sobre estes completa Marx sua breve análise desta “camada lazarenta” da classe trabalhadora:

São notadamente indivíduos que sucumbem devido a sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho, aqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador e finalmente as vítimas da indústria [...] O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, em ambos constituem uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza (*Idem*).

“Essa lei da sociedade capitalista soaria absurda entre selvagens”²⁵², mas não obstante isso, pensa Marx, ela é o resultado mais real da produção capitalista. Em termos capitalistas o crescimento da riqueza social significa o acúmulo da pobreza no pólo do trabalho. O sistema capitalista de produção “ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital” (K, I, p. 675; C, I, 2, p. 210). Ele cria um pólo de riqueza absoluta de um lado, e de outro, um pólo de pobreza. Certamente este pólo de miséria é escalonado entre as diversas camadas da população e da superpopulação relativa, mas todos participam dela por pertencerem ao capital antes mesmo de venderem a ele sua força de trabalho. Dos dois pólos da relação capital um se acha a tal ponto subordinado ao outro que a manutenção de sua existência depende da permanência desta oposição. Por mais que circulem mercadorias no pólo do trabalho, elas não mudam sua condição de “pobreza”, antes repõe as condições de sua própria exploração, pois como vimos o consumo da população trabalhadora realimenta todo o processo. É a partir desta base que Marx formula de modo crítico a *Lei geral da acumulação capitalista*:

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força

²⁵² A interface entre acumulação capitalista e a barbárie foi pressentida mesmo pela economia política. Marx cita ironicamente Storch que “se pergunta qual seria, então, propriamente a vantagem da civilização capitalista, com sua miséria e sua degradação das massas em comparação com a barbárie? [completa Marx] Ele só encontra uma resposta – a segurança!” (citado por Marx in K, I, p. 677; C, I, 2, p. 211). Privada ou estatal a segurança armada, que cada vez mais deve ser calculada como custo de produção e reprodução da vida em um modo de produção em que o medo parece ser o único sentimento de fato socializado, esta segurança parece ser o preço não apenas da substituição de todas as formas de solidariedade pela mera mediação econômica, mas, muito além disso, por manterem-se com base na produção capitalista uma multidão sempre crescente de “instrumentos de produção autoconscientes” aos quais deve ser considerados supérfluos. Cf. Sampaio Jr., 2009, p.47.

produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a *lei absoluta geral* da acumulação capitalista. Como todas as outras leis, é modificada em sua realização por variegadas circunstâncias, cuja análise não cabe aqui²⁵³.

O sistema capitalista de produção – a produção e acumulação capitalistas – não pode se *limitar* ao crescimento natural da população, antes supera esta *barreira natural* pela manutenção e criação reiterada das camadas da superpopulação e do pauperismo. O mecanismo desta “criação”, que consiste em “liberar” braços por meio do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, é como vimos tendência essencial do capital como tal. É por meio desta que o capital “ajusta” o número dos “ativos” e dos “supérfluos” sempre e exclusivamente tendo em vista suas necessidades de valorização. A oposição essencial que constitui a relação-capital uma vez constituído o capital como tal, uma vez completada a subordinação de um dos pólos como momento interior do pólo em oposição, e uma vez postas sua reprodução e acumulação em escala sempre ampliada, todas essas determinações fazem desta uma oposição entre um pólo de riqueza frontalmente contraposto a um pólo de miséria. Essa lei da acumulação capitalista não deve ser apenas entendida como criação de dois “mercados” um de “luxo” e outro de “subsistência”, nem tampouco como uma tese sobre o empobrecimento absoluto de uma das classes naquele sentido de “não-circulação de mercadorias”. A tese que Marx quer defender com sua formulação da lei geral é que o capitalismo cria de modo mais certo é a própria relação-capital. *Liberdade* de contratar em um pólo, *necessidade* de contratar de outro. Certamente circulam mercadorias no pólo do trabalho, muitas ou poucas, mas nada que mude sua relação de dependência e subordinação ao capital.

A lei que mantém a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva sempre em equilíbrio com o volume e a energia da acumulação prende o trabalhador mais firmemente ao capital do que as correntes de Hefáisto agrilhoam Prometeu ao rochedo. Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. A acumulação de riqueza em um pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de

²⁵³ Ver se ligo ao tema da necessidade, afastando a ideia de determinismo. Mostrar como há causas contrariantes em curso, mas a verdade do pauperismo está posta pela crise.

trabalho, escravidão, ignorância, brutalização, e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital. (K, I, p.675; C, I, 2, p. 210).

Marx reconhece que o nexu interno entre riqueza em um pólo e miséria em outro é velado pelo sistema social baseado no capital, mas, por outro lado, observa que como ilustração dessa lei geral da acumulação capitalista se pode recorrer à situação habitacional das duas classes essenciais em oposição. O caráter antagonico das relações de propriedade capitalistas se manifestaria com mais concretude na ocupação territorial das cidades modernas²⁵⁴. O que completa enfim o Capítulo 23 de *O Capital* é uma rica demonstração não do consumo opulento e esbanjador dos ricos, nem mesmo o subconsumo dos pobres, Marx não parece comprometido com estas teses, o que ele demonstra são duas faces da mesma moeda capitalista: o progresso (*Fortschritt*) da riqueza e o retrocesso (*Rückschritt*) dos que estão atados ao trabalho assalariado como *Heféstos* ao rochedo²⁵⁵. O texto passa em revista a todas as frações do exército industrial de reserva, destacando como a formidável riqueza capitalista apenas brutaliza o trabalhador e torna todo seu tempo de vida em tempo em que deve estar apto para o trabalho. Sua vida agora atada ao capital segue os altos e baixos do ciclo de vida deste como a leis inexoráveis da natureza, em momentos de

²⁵⁴ “Qualquer observador isento percebe que, quanto mais maciça a centralização dos meios de produção, tanto maior a conseqüente aglomeração de trabalhadores no mesmo espaço; que, portanto, quanto mais rápida a acumulação capitalista, tanto mais miserável a situação habitacional dos trabalhadores. A ‘melhorias’ das cidades [...] expulsam evidentemente os pobres para refúgios cada vez piores e mais densamente preenchidos” (K, I, p. 687; C, I, 2, p. 219). Certamente que “qualquer observador atento” irá perceber que a segurança de que fala Storch na citação anterior de Marx, é “segurança” da propriedade contra a não-propriedade. Esta é a base do *controle* da sociedade. Certamente Marx tem diante de si e busca relacionar conceitualmente questões sociais muito mais simples do que as atuais, contudo, alguns elementos de sua crítica se encontram em configurações hoje distintas. As *workhauses* se transformam em presídios, as *cotagges* em favelas e as habitações de luxo mais se assemelham às cidades-estado medievais, dado o aparato de segurança que marca *o fora e o dentro* do espaço “seguro”. Nesta medida, não era necessário ser “profético” para perceber que “se a China [declara o parlamentar Stapleton a seus eleitores] se tornar um grande país industrial, não vejo como a população trabalhadora européia poderia sustentar a luta, sem descer ao nível de seus concorrentes” (Apud. Marx, C, I, p.179). Impressionam que estas palavras tenham sido ditas no século XIX. Poderão os trabalhadores gregos descer ao nível de seus competidores chineses? A competitividade e a riqueza de uma nação têm seu índice na oferta de sangue, suor, músculos e cérebros de sua população. “não mais salários continentais [completa Marx], não, salários chineses, este é agora o objetivo almejado pelo capital inglês”. Idem.

²⁵⁵ Marx fala mesmo em uma *identidade* entre riqueza nacional e pobreza do povo (K, I, p. 753; C, I, 2, p. 269). Nesta medida podemos entender como país rico aquele que pode dispor de sua superpopulação ou que a cria de acordo com uma perspectiva de crescimento dos negócios, mantendo sempre um excedente que tanto regule para baixo o salário, quanto possibilite expansão nos negócios. Na guerra entre as nações pelo mercado capitalista, vence quem dispõem de mais “braços” ou de “braços mais baratos”.

expansão são submetidos aos horrores do sobretrabalho²⁵⁶, em momentos de contração sua vida é marcada pela “insegurança e irregularidade da ocupação, a freqüente repetição e a longa duração das paralisações do trabalho (K, I, p. 736; C, I, 2, p. 256).

Marx jamais atribui à sua crítica da “lei” tipicamente capitalista da população o nome de “doutrina da miséria crescente da população”. A lei da acumulação capitalista que a Crítica da Economia Política desvela é muito mais do que uma doutrina do salário²⁵⁷. A conclusão a que Marx chega ao analisar a lei geral da acumulação capitalista é que o capital apenas pode *pôr-se como sujeito* porque *põe o seu outro*. Sua posição de si implica a posição de *seu* negativo. Por isso o trabalho deve ser fixado no pólo oposto ao capital. Estar fixado na relação capital não implica pobreza em sentido apenas econômico, implica antes um modo de dependência e subordinação, de um lado, e *poder* de outro. O poder aqui já implica uma relação extra-econômica, expressa o *despotismo* do capital.

²⁵⁶ Em *O Capital* temos do Capítulo 8 até o Capítulo 18 uma descrição dos efeitos do capital sobre o trabalho. A partir do Capítulo 18 passa a interessar o tema, que Marx faz contrastar com os efeitos destrutivos do trabalho excessivo, aquele tema da sub-ocupação decorrente da competição com a máquina (K, I, p. 568; C, I, 2, p. 135). A *barreira* da jornada de trabalho põe fim ao abuso na extensão ilimitada da jornada de trabalho, mas nada faz contra a sub-ocupação. Em momentos de expansão do sistema os temas das seções sobre a produção do mais-valor absoluto e relativo são repostos, sempre evidentemente sob novas bases, nos momentos de crise, os temas da população, da superpopulação e do pauperismo são repostos e atualizados.

²⁵⁷ Nessa media estamos de acordo com Meek quando este destaca que a ênfase dada por Marx em todo o *Capítulo 23* não reside sobre oscilações nos salários, antes está apontada para “fatores como o volume crescente do exército de reserva, o aumento da insegurança no emprego, a expansão da esfera abrangida pelo sistema capitalista de produção, a extinção de grupos sociais outrora independentes, como os camponeses e artesãos autônomos, e a desmoralização da personalidade humana em consequência da industrialização” (Meek, 1967, p.153). Com tudo isso estamos de acordo. O que espanta no economista inglês é que após essa constatação retirar consequências opostas à de Marx e o comprometer com “previsões” sobre o salário “absoluto” ou “relativo”.

Capítulo 6 – Resultados da Subsunção Real do trabalho sob o Capital ou, saindo do labirinto do conceito.

O capital se revela cada vez mais como poder social [...] alienado, autonomizado, que, como coisa e como poder do capitalista, mediante essa coisa, confronta a sociedade (K, III, p. 274; C, III, 1, p.198).

3. Transição

Nosso objetivo neste capítulo é apresentar como, a partir do núcleo formado pelo capital como tal, Marx procura compreender os movimentos reais do capital e avaliar em que medida esses movimentos apontam para uma solução das contradições imanentes ao capital. Esses movimentos do capital se apresentam como tendências, e é neste registro que devemos analisar o *diagnóstico* de Marx sobre o destino do capitalismo. Caso tenhamos sido felizes em nossa reconstituição dos elementos nucleares do conceito de capital como tal, esta deve ter nos posto diante de uma figura bifronte, contendo em si um aspecto expansivo e civilizatório e outro destrutivo e desagregador. A simples figuração do capital já nos coloca diante de duas tendências que coexistem na figura bifronte²⁵⁸, a saber, uma tendência a expansão ilimitada e de algum modo “livre de crises” para a produção capitalista, de um lado, e, de outro, uma tendência à derrocada do capitalismo por meio de um colapso interno do sistema.

Ambas as possibilidades, a expansão ilimitada do sistema e a sua precipitação em crises cada vez mais insolúveis e que conduziriam ao colapso sistêmico, estão dadas pelo simples conceito de capital. Ambas estiveram inegavelmente no horizonte dos problemas que Marx enfrenta sem, no entanto, ter podido completar sua obra e, nesta medida, sem ter podido dar um tratamento concludente ao problema. Os traços dessas investigações estão dados nos materiais que comporiam os *Livros II e III* de *O Capital* e ainda nos *Grundrisse*. Ao não ceder ao ímpeto de atribuir *necessidade absoluta* às tendências gerais do sistema, Marx não apenas se subtrai ao determinismo estrito, mas igualmente mostra os limites de

²⁵⁸ Reduzindo o problema aos livros que deveriam compor a análise do capital por Marx, podemos dizer que no *Livro II* as condições para um funcionamento equilibrado são estudadas, uma vez satisfeitas estas condições de proporcionalidade o sistema aparece como eterno e parece dar razão àqueles que vêem em sua existência e funcionamento algo *necessário*. De outro lado, no *Livro III* o processo global de produção capitalista nos apresenta a contradição imanente do capital exteriorizada na tendência à queda da taxa de lucro, e assim parecem ter razão os que vêem no capitalismo um sistema produtivo fadado ao colapso final.

uma análise estritamente econômica para o entendimento das relações de poder que a atravessam. Qualquer que seja o futuro do sistema, este não será fruto apenas de seu automovimento²⁵⁹ e das contradições em que este se precipita, antes estará sempre aberto um campo de imprevisibilidade, próprio às relações de poder ou da política, irredutível a todo economicismo. Mas do fato de que não seja seu automovimento suficiente para determinar o destino do sistema não se segue que as fases deste movimento sejam indiferentes aos agentes. Nas crises, ou nos momentos em que a face destrutiva do capital se exterioriza, a crítica ao funcionamento real do sistema está posta e é base da *ação* que se orienta para a *superação* da relação capitalista. Daí a importância do tema das crises na obra de Marx. Aproximamo-nos neste capítulo destes temas apenas e na acepção em que são “resultados” das determinações nucleares que analisamos nos capítulos anteriores.

*** **

Como temos visto desde a discussão acerca da produção do mais-valor absoluto, o capital não inventou o mais-trabalho que estava na base dos modos de produção que o antecedem e se fez imprimir em suas grandes obras que ainda surpreendem pela magnificência. Contudo o que marca o sentido histórico do capital é sua constante necessidade de criar trabalho excedente, criar mais-valor. Marx diz nos *Grundrisse* que a determinação histórica do capital está cumprida quando este satisfaz três condições: primeiro “quando as necessidades estão tão desenvolvidas que o trabalho excedente que vai além do necessário chegou, ele mesmo, a ser uma necessidade geral (*allgemeines Bedürfnis*)” (G, 231). Isto é, que esta necessidade de trabalho excedente se baseie nas próprias necessidades individuais dos membros da sociedade, se confundindo com essas²⁶⁰; em segundo lugar, o capital alcança toda sua determinação histórica por impor “a disciplina estrita do capital, pela qual passaram as sucessivas gerações, desenvolveu a laboriosidade universal como posse geral da nova geração” (*Idem*), aqui se expressa a relação do capital com a população trabalhadora, “criada” e disciplinada já previamente pela generalização da

²⁵⁹ Esta é a Ilusão Fetichista que o próprio capital quer fazer passar por realidade.

²⁶⁰ “A burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. [...] em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pela produção nacional, encontramos novas necessidades, que requerem para a sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e dos climas mais diversos”. (*Manifesto*, p. 55).

relação-capital como coação apenas econômica ao trabalho e ao mais-trabalho; e por fim “pelo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho” (*Idem*), que expressa o único modo pelo qual o capital pode reiteradamente seguir sua pulsão por mais-valor, uma pulsão que não conhece *limites*, e que o conduz a um revolucionamento científico da produção, implicando um crescimento do capital em sua parte constante e que leva a uma necessidade menor de trabalho causando uma tendência progressiva a que se utilize cada vez menos o trabalho vivo na produção altamente mecanizada.

Marx insiste na “face solar” da relação de produção capitalista que faz do capitalismo um modo de produção progressista, “que impulsiona o trabalho para além dos limites de sua necessidade natural e cria assim os elementos materiais para o desenvolvimento da rica individualidade (G, 231; 267)²⁶¹. O impulso desmedido do capital por mais-valor impulsiona a tal ponto a sociedade que esta substitui as meras necessidades naturais por novas necessidades historicamente produzidas e que marcam nas subjetividades o caráter expansivo e progressista do sistema. Esta dimensão expansiva do capitalismo que multiplica as carências e os meios de sua satisfação é a “face solar” do capitalismo. É, pensa Marx, sua tarefa histórica. Forçado por esta e baseado na grande indústria²⁶² o capitalismo cria o cosmopolitismo que lhe é próprio, aquele do comércio sem *limites* e que *possibilita* infinitos modos de vida, cada vez mais diversos e sofisticados. Há um paralelismo entre um modo de produção que não conhece *limites* e a produção de uma individualidade igualmente infinita. Esta infinitude subjetiva, no entanto, está atravessada pela dominação de classe²⁶³, contudo como possibilidade, ela é fruto do caráter

²⁶¹ Há um paralelismo entre os progressos, por assim dizer, econômico e cultural, ao menos como o pensa o *Manifesto*. Marx traça o mesmo paralelo entre satisfação de necessidades físicas e culturais: “as criações intelectuais de nações individuais tornam-se propriedade comum de todas. A estreiteza e o exclusivismo nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis; e das numerosas literaturas nacionais e locais surge uma literatura universal”. (*Idem*)

²⁶² “A grande indústria estabeleceu o mercado mundial” (*Manifesto*, p.53) [...] “A necessidade de um mercado constantemente em expansão impele a burguesia a invadir todo o globo” (*Idem*, p.55).

²⁶³ Esta dimensão da oposição de classes, aliás, já houvera sido percebida pela Filosofia alemã que antecede Marx, como nos dá mostra este parágrafo da *Filosofia do Direito* de Hegel: “por um lado, graças à universalização da conexão entre os homens através de suas carências e dos modos de preparar e pôr a disposição os meios para satisfazê-las, aumenta a acumulação das riquezas, - pois dessa dupla universalidade tira-se o maior lucro, - assim como aumenta, por outro, o isolamento e o caráter restrito do trabalho particular e, com isso, a dependências e a necessidade constringente da classe atada a esse trabalho, ao que se conecta a incapacidade de sentir e de fruir as demais liberdades e, particularmente, as vantagens espirituais da sociedade civil”. **FD**, §243.

revolucionário da produção capitalista²⁶⁴. Conclui Marx, portanto, que “por esta razão o capital é produtivo; vale dizer, é uma relação essencial para o desenvolvimento das forças produtivas sociais. Só deixa de sê-lo quando o desenvolvimento destas forças produtivas encontra uma barreira no próprio capital” (*G*, 231, 267). Isto é, quando a própria relação capitalista subtrai de uma classe as condições mínimas para o desenvolvimento de sua interioridade, ao fixá-la à brutalização do trabalho alienado. Assim a própria relação-capital é uma *barreira* para a universalização da individualidade que ela tornou pela primeira vez possível.

2. Superação reiterada de Limites como fio condutor para a Lei de Tendência

Vimos como o capital, seguindo seu apetite voraz por mais-valor supera o *limite* da jornada de trabalho por meio da intensificação do trabalho que acompanha o crescimento das forças produtivas e o barateamento relativo da força de trabalho. Temos procurado destacar que Marx se serve da *dialética do limite e da barreira* na estruturação conceitual desta contradição central que determina e define a relação-capital. O uso dos operadores lógicos - *limite e barreira* - deixa marcas em *O Capital*, mas sem dúvida alguma é mais cristalinamente perceptível na versão, por assim dizer, mais “especulativa” dos *Grundrisse*²⁶⁵.

A discussão sobre a produção do mais-valor absoluto já deve nos ter convencido do caráter fundamental da divisão da jornada de trabalho, seja qual for sua extensão, entre uma parte equivalente e o mais-trabalho (do ponto de vista do trabalho) mais-valor (do ponto de vista do capital). A princípio Marx trabalha tais grandezas como sendo divididas em duas metades, meio dia de trabalho necessário, meio dia de mais-trabalho. Marx investiga, abstraindo demais determinantes envolvidos na questão, quais seriam os impactos dos processos que determinam a produção de mais-valor relativo sobre esta relação. Como vimos no capítulo sobre o *Desenvolvimento das Forças Produtivas como Limite*, os

²⁶⁴ “De fato, só com o mais monstruoso desperdício de desenvolvimento individual é que o desenvolvimento da humanidade é assegurado e efetivado ao todo na época histórica que precede imediatamente a reconstituição consciente da sociedade humana”. (*K*, III, 99; *C*, III, 69).

²⁶⁵ Vejamos uma mostra deste uso em uma pequena seção dos *Grundrisse* (239-247) e que como bem salienta Rosdolsky (2001) não reaparece nestes mesmos termos no *Capital*, sendo, contudo, decisiva para uma determinação conceitual dos múltiplos problemas envolvidos na temática do mais-valor relativo.

métodos de criação de mais-valor relativo são todos eles métodos de baratear o trabalhador e com isso são métodos de ampliação da capacidade de valorização do capital.

Marx então supõe que dadas das determinações do modo especificamente capitalista de produção as forças produtivas do trabalho sejam aumentadas, supõe ele, duplicadas, o que faz o trabalho necessário cair pela metade, uma vez que, com o mesmo trabalho pode-se agora produzir o dobro. Se a relação entre trabalho necessário e mais-trabalho antes era de 1:1 (um para um, meio dia de trabalho necessário e meio dia de mais-trabalho), agora com a força acrescida do trabalho o tempo de trabalho necessário passa a ser $\frac{1}{4}$ da jornada. Como sabemos o capital continua a fazer uso da jornada normal, legalmente estabelecida pelo Estado. O mais-valor é aqui igual a $\frac{3}{4}$ do dia de trabalho. Com isto o capital supera o *limite* de sua valorização estabelecido pela jornada normal por meio do aumento da força produtiva do trabalho e pelo conseqüente barateamento do seu gasto com capital variável, e encontra um novo patamar de valorização que o poderia fazer utilizar a força de trabalho apenas pela metade do tempo total da jornada de trabalho, e ainda assim obter um crescimento do mais-valor, mas, como estiliza Marx com apoio na *Lógica* hegeliana, a característica que determina o capital é *tornar seus limites em barreiras* e assim os superar.

O capital [...] constitui o impulso desmedido de passar por cima de suas próprias barreiras. Para ele, cada limite é e deve ser uma barreira. Caso contrário deixaria de ser capital, dinheiro que a si mesmo produz. Apenas deixa de sentir a determinado limite como barreira, apenas se sentindo confortável dentro dele, descenderia ele mesmo de valor de troca a valor de uso, de forma universal da riqueza a determinada existência substancial dela (G, 240; 276).

O uso técnico dos operadores da *Wissenschaft der Logik* não poderia ser mais explícito. O capital é caracterizado pela tendência permanente para criar mais-valor, e esta sua tendência constitutiva é estilizada pelo constante pôr e superar *limites*, ou o que é o mesmo, tornar os *limites em barreiras* e com isto os superar. O primeiro *limite* a superar foi o da jornada de trabalho, feito alcançado na passagem da extração de mais-valor absoluto para o relativo, ou o que é o mesmo, da subsunção meramente formal para aquela real do trabalho sob o capital. Agora as forças produtivas sociais do trabalho passam a ser *limites* imanentes ao capital, que, seguindo seu ímpeto *ilimitado* na direção de mais-valor, irá constantemente as revolucionar.

A versão dos *Grundrisse* nos permite tocar novamente em um tema de extrema complexidade e importância, isto é, que o crescimento das forças produtivas só pode se dar com a diminuição da base de valorização do capital. Vejamos este tema mais detidamente. Com a duplicação da força produtiva o trabalhador pode “viver”²⁶⁶ com o que produz em ¼ do dia, mas segue trabalhando os outros ¾ para o capital. Ainda que tenha aumentado o mais-trabalho não o faz na mesma medida do aumento da produtividade do trabalho, que dobrou, enquanto o mais-valor ou mais trabalho apenas cresceu 50% e foi de 2/4 para ¾ da jornada. Então conclui Marx: “vemos que o mais-trabalho (do ponto de vista do operário) ou o mais-valor (do ponto de vista do capital) não aumentam na mesma proporção numérica que a força produtiva” (G, 241; 277)²⁶⁷. O importante na argumentação de Marx é que crescendo novamente a força produtiva a margem de valorização será ainda menor, isto aponta para a determinação de que quanto mais desenvolvido o modo de produção, menor seu potencial de valorização. Marx sintetiza os resultados do seguinte modo:

1) “O aumento das forças produtivas do trabalho vivo aumenta o valor do capital (ou diminui o do trabalhador) não porque aumente a quantidade de produtos ou valores de uso criados com o mesmo trabalho – a força produtiva do trabalho é sua força natural – senão porque reduz o trabalho necessário” (G, 244). E na mesma medida em que diminui o trabalho necessário aumenta o mais-valor. Toda a tônica, como vimos, está na proporção entre trabalho necessário e mais-trabalho, proporção esta que o desenvolvimento constante das forças produtivas altera diminuindo o trabalho equivalente na troca; 2) “O mais-valor não aumenta como o multiplicador da força produtiva”, por isso a duplicação da força produtiva não gera uma duplicação do mais-valor. Antes o mais-valor aumenta por uma proporção específica em cada ramo da produção entre o tempo de trabalho necessário e o tempo de mais-trabalho²⁶⁸; 3) “Quanto maior for o mais-valor do capital antes do aumento

²⁶⁶ Como esclarece Rosdolsky: “neste ponto só se investiga o aumento da produtividade na medida em que afeta setores da indústria cujos produtos entram direta ou indiretamente na criação dos meios de consumo do trabalhador”. (Rosdolsky, 2001, Nota 3, p 537).

²⁶⁷ Não seguiremos todos os movimentos da “demonstração” de Marx. Até porque como enfatiza o editor dos *Grundrisse* em notas e nos confirma o comentário de Rosdolsky, Marx não revisou os números de sua demonstração, deixando passar erros de cálculo, os quais, no entanto, não atrapalham a demonstração que é mais do princípio, ou qualitativa, do que quantitativa ou matemática.

²⁶⁸ Como diz o texto dos *Grundrisse*: “o aumento da força produtiva em uma proporção determinada, pode, pois, aumentar de maneira diferente o valor do capital nos diversos países, por exemplo. Um aumento geral da força produtiva na mesma proporção, pode aumentar de diferentes maneiras o valor do capital nos diferentes ramos da indústria, e o fará segundo a diferente proporção em que se encontra, nestes ramos, o trabalho necessário e o dia de trabalho vivo”. (G, 345; 283).

da força produtiva, tanto maior será a quantidade de mais-trabalho ou mais-valor já incorporados ao capital, ou tanto menor a fração da jornada de trabalho que já constituía o equivalente do trabalhador sob a forma do trabalho necessário, tanto menor será o crescimento do mais-valor recebido pelo capital graças ao aumento da produtividade” (*Idem*). A conclusão a que se chega é que quanto mais valorizado esteja um dado capital, quanto mais cresceu sua força produtiva pela aplicação da tecnologia e das ciências naturais (o que significa dizer, quanto maior a parte morta, constante de um capital), mais formidável tem que ser seu investimento para se valorizar, e isto, diz Marx, “em proporção cada vez menor”. Assim arremata o texto dos Grundrisse: “a autovalorização do capital se torna mais difícil na medida em que ele já se valorizou”²⁶⁹ (G, 246; 284). Como podemos perceber os resultados da subsunção real do trabalho sob o capital nos ligam ao controverso tema da tendência à queda da taxa de lucro, tema este de que Marx irá se ocupar apenas no âmbito do “Processo Global de Produção Capitalista”, isto é, no Livro III de *O Capital*. O tema é objeto de uma disputa teórica já secular²⁷⁰. Não nos ocuparemos da tendência em si, mas antes abordaremos o tema como e enquanto consequência da produtividade acrescida que o modo tipicamente capitalista de produção impõe como *determinação essencial do capital como tal*. Isto é, procuraremos entender como o capital, por meio de sua busca incessante por mais-valor, aumenta sua parte constante em relação ao seu dispêndio com a força de trabalho. A diminuição do montante de capital investido em trabalho vivo é o fio condutor que nos leva à queda da taxa de lucro, pois apenas o trabalho vivo, que tende a decrescer em relação ao capital global investido, é e segue sendo na Crítica da Economia Política de Marx fonte de valor.

²⁶⁹É certo que Marx está aqui tratando ainda apenas do conceito de capital como tal, sem considerar demais determinações que complicam e tornam concretos estes movimentos gerais. Ele está consciente disso ao dizer: “nesta abstração todas as teses são corretas para a proporção só desde o ponto de vista que agora assumimos [o do capital como tal]. Se acrescentam outras determinações, que a modificam consideravelmente. O conjunto, enquanto complete a sua apresentação geral, corresponde já à teoria do lucro” (G, 246; 284). Marx chega, em tese, a estes desenvolvimentos no Livro III de *O Capital*.

²⁷⁰ Como mostra o título do cap. 26 de “*Gênese e Estrutura de O Capital*” – a Lei da queda da taxa de lucro e a derrocada do capitalismo – o tema da queda da taxa de lucro foi imediatamente relacionado pela recepção à Crítica da Economia Política, ainda no âmbito da Segunda Internacional, ao tema do colapso econômico do capitalismo (*Zusammenbruchstheorie*). Pode-se encontrar um quadro de como estes temas foram relacionados, tanto pelos críticos de Marx quanto por seus “continuadores”, nas obras de Rosdolsky (2001) e Meek (1971). Uma apreciação mais conceitual e da qual somos solidários nesta tese é a de Grespan (1999).

2.1. Queda da Taxa de Lucro

A primeira consequência da passagem do conceito de “capital como tal” para o tema da queda da taxa de lucro²⁷¹ é o deslocamento necessário do nível de abstração e generalidade em que até então nos movíamos, pois analisamos apenas aquelas determinações que dadas a sua generalidade e abstração marcam a todo o capital pelo fato mesmo de ser capital e, de outro lado, ao tratarmos do tema do lucro nos aproximamos dos capitais reais existentes, os quais, não obstante sejam determinados pelas tendências internas do capital como tal, têm ainda assim as especificidades de sua composição, de seu nível de desenvolvimento, da concorrência intercapitalista, ou seja, aproximamo-nos de determinações mais concretas ou que correspondem às determinações reais e por assim dizer mais contingentes dos capitais existentes²⁷². O deslocamento de um a outro nível exige mediações que Marx procurou desenvolver nos materiais que compõe o Livro III de *O Capital*, e para as quais não poderemos examinar em detalhe aqui. Dito de modo sumário: nossos objetivos nos forçam a tocar nos temas da taxa de lucro com o objetivo de aprofundar o estudo de uma tendência para a qual nos atentamos com o interesse voltado para o conceito de capital em geral ou concernentes àquelas determinações gerais e abstratas e que não obstante a sua generalidade caracterizam todo e qualquer capital.

Abordaremos nesta seção o tema da queda tendencial da taxa de lucro unicamente a partir daquelas suas determinações que decorrem direta ou indiretamente dos temas estudados por Marx sob a rubrica “produção do mais-valor relativo”. Interessa-nos aqui entender o nexos entre desenvolvimento das forças produtivas e a produção do excedente, sem nos deter com o problema da transformação dos valores em preços²⁷³. Como veremos são aquelas tendências que temos estudado aqui como imanentes ao capital como tal que

²⁷¹ A queda tendencial da taxa de lucro ou a dificuldade em se valorizar o capital na medida em que este aumenta é um fenômeno que acompanha a Economia Política desde os clássicos, não sendo – aliás, como quase a totalidade dos temas desenvolvidos por Marx – uma invenção da crítica. As teses de Smith e Ricardo, como atestam as páginas dos *Grundrisse*, são o ponto de partida para este problema central da Crítica da Economia Política. (Cf. **G**, p.637-8.).

²⁷² Ver neste sentido a pequena “nota introdutória” de Marx no início do primeiro capítulo do Livro III (**K**, III, 33; **C**, III, 23).

²⁷³ O tema da transformação de valores em preços segue como tema aberto e campo de disputas. As dimensões metodológica, econômica e matemática da transformação seguem impulsionando um debate que já atravessa mais de um século. Rubin e Rosdolsky nos dão um belo quadro das polêmicas iniciais. No Brasil o tema foi objeto de interpretação, ao menos em suas dimensões matemática, por Luciano Coutinho (1974), e econômica, por Beluzzo (1998, p. 132-141).

determinam os capitais reais existentes e isto de modo tal que, tendencialmente, cada vez mais o capital utiliza menos o trabalho vivo, isto é, na divisão interna do capital global, cada vez uma fração menor cabe ao capital variável e outra parte crescente compõe o capital constante. Neste contexto o caráter usurpador e fetichista do capital se revela pela *aparência*, criada pela própria relação capitalista, de que é o capital ele mesmo e no seu todo que cria a riqueza, o excedente.

Reconstituímos duas categorias fundamentais do conceito marxiano de capital, a saber, o mais-valor absoluto e o mais-valor relativo, ambos se mostraram como processos. O processo de produção do mais-valor relativo é como vimos o característico do modo especificamente capitalista de produção e por meio dele o capitalismo mostra sua face civilizatória e “desenvolvimentista”. Ele impulsiona, pela mobilização das forças sociais do trabalho e pela aplicação das ciências, a produção capitalista na direção do ininterrupto desenvolvimento técnico-científico da produção. A consequência que mais nos interessa neste processo é a paulatina diminuição do número de forças de trabalho necessárias como apêndices vivos das máquinas ciclópicas da grade indústria capitalista. É preciso que se afaste desde o início a noção ingênua da diminuição do número absoluto de forças de trabalho exploradas pelo capital total da sociedade. Não é por esta via que segue o raciocínio de *O Capital*. O que ocorre é que, em uma tendência de longo prazo, a parte do capital global investida em maquinaria e meios de produção em geral cresce constantemente, enquanto que aquela parte do capital global que ocupa trabalho cai em relação ao capital constante, ou que uma parte alíquota sempre menor precisa ser ocupada com forças de trabalho para que o processo capitalista se efetive. Embora possa crescer em números absolutos o exército mobilizado pelo capital, esse número é uma fração sempre em queda se comparado ao capital global sempre em expansão. Vimos como Marx chama a esta divisão interna do capital global entre uma parte empregada em maquinaria, matéria prima e auxiliares, de um lado, e força de trabalho, de outro, de composição (*Zusammensetzung*). Não é ocioso lembrar que as mudanças na composição do capital que de fato importam para o analisado são aquelas que, não estando restritas a uma esfera isolada da produção, se generalizam “ou que estão em esferas da produção decisivas”.

Vimos que os métodos de produção empregados pelo capital têm a finalidade de “economizar” trabalho, ou dito nas palavras de Marx:

Que o mesmo número de trabalhadores, a mesma quantidade de forças de trabalho, tornada disponível por um capital variável de dado volume de valor, devido aos métodos de produção peculiares que se desenvolvem dentro da produção capitalista, põe em movimento, processa e consome produtivamente ao mesmo tempo uma massa maior sempre crescente de meios de trabalho, maquinaria e capital fixo de toda espécie, matérias primas e auxiliares – portanto também um capital constante de volume de valor sempre crescente (**K**, III, 222; **C**, III, 164).

A proporção crescente do capital constante potencializa o trabalho vivo, que segue sendo a única fonte admitida por Marx para o valor. Quanto mais cresce a produtividade do trabalho mais cresce a extração de mais-valor, ou mais se potencializa o trabalho, no entanto a maquinaria não cria valor, antes transfere seu valor ao produto em partes alíquotas durante o tempo de seu uso e desgaste. Há duas determinações essenciais do capital envolvidas na questão: produz-se mais quanto mais a máquina substitui a força de trabalho viva, e com isso se produz mercadorias mais baratas, até aqui o impulso imanente do capital está diretamente satisfeito. O contraditório na relação produtiva está no fato de que para isso o capital necessita e põe de fato em operação cada vez menos trabalho vivo. Com isso diminui a base unicamente por meio da qual o capital pode criar o excedente. Este excedente, mais-valor, lucro, mais-trabalho, diminui porque cai tendencialmente o número de tempo de trabalho apropriado sem equivalente pelo capital.

Como a massa de trabalho vivo empregado diminui sempre em relação à massa de trabalho objetivado, posta por ele em movimento, isto é, o meio de produção consumido produtivamente, assim também a parte desse trabalho vivo que não é paga e que se objetiva em mais-valor tem de estar numa proporção sempre decrescente em relação ao volume de valor do capital global empregado. Essa relação da massa de mais-valor com o capital global empregado constitui, porém a taxa de lucro, que precisa, por isso, cair continuamente (**K**, III, 223; **C**, III, 164).

Dito em sua forma ainda mais simples, o ponto em questão é o seguinte: com a produtividade alcançada na produção tipicamente capitalista, na qual o trabalho está realmente subsumido sob o capital, cada produto contém em si uma quantidade menor de trabalho, e, por isso, ao ser vendido, ou ao se realizar a sua circulação, este nosso produto oferece um lucro menor ao capital se comparado com estágios anteriores da produção que despendiam maior quantidade de trabalho vivo na produção do mesmo produto. Certamente que esta margem de lucro menor é compensada pela *massa* incomparavelmente maior de

produtos possibilitada pelos métodos revolucionários da indústria²⁷⁴. Mas isto não anula o fato básico de ter uma quantidade menor trabalho e mais-trabalho no produto em questão²⁷⁵.

Lucro, portanto, na expressão “tendência à queda da taxa de lucro” não significa outra coisa que o próprio mais-valor, representado, diz Marx: “em relação ao capital global, do qual se origina em vez de sê-lo em relação ao capital variável, do qual se origina. A queda da taxa de lucro expressa, portanto, a proporção decrescente do próprio mais-valor em face do capital global adiantado” (K, III, 165; C, III, 224). Independente de sua estrita redução ao valor, o lucro parece aqui como nome do excedente do trabalho social que para Marx apenas é obtido por meio do prolongamento da jornada de trabalho para além de seu equivalente no salário, ou do fato de que a jornada seja composta de uma parte equivalente e uma outra para a qual não havendo equivalência na troca, o capital se apropria sem troca. Da relação entre estas duas partes da jornada depende a taxa de mais-valor, que é expressão do grau de exploração da força de trabalho. A taxa de mais-valor difere da taxa de lucro, dentre outras coisas, basicamente porque para se calcular a taxa de mais-valor Marx não leva em conta a parte do capital investida em meios de produção, matéria prima e auxiliares, isto é, abstrai-se o capital constante na média em que este reaparece no produto²⁷⁶. Considera-se apenas o capital variável ou a grandeza do capital investida em salário em sua relação com o mais-valor, de modo que Marx a expressa como:

Mais-trabalho	ou	M	Mais-valor
<hr style="width: 100%;"/>		<hr style="width: 100%;"/>	<hr style="width: 100%;"/>
Trabalho necessário		V	capital-variável

²⁷⁴ “A tendência progressiva da taxa geral de lucro a cair é, portanto, apenas uma expressão peculiar ao modo de produção capitalista para o desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho” (K, III, 223; C, III, 164).

²⁷⁵ Uma objeção trivial, mas que se segue da ausência de uma série de mediações feitas por Marx e que aqui não podemos fazer menção, seria a questão das causas que impediriam que um dado capital simplesmente permanecesse com sua composição inalterada a fim de aumentar a quantidade de trabalho e com isso o excedente. Estamos ocupados aqui com o capital em geral e não com os capitais reais. Estes, esclarece Marx, são condicionados tanto pelas determinações constitutivas do capital como tal, quanto pela concorrência intercapitalista, que os força, como uma lei férrea, a buscar o desenvolvimento técnico-científico como meio unicamente pelo qual possa sobreviver em meio à competição.

²⁷⁶ “A taxa de mais-valor medida segundo capital variável se denomina taxa de mais-valor; a taxa de mais-valor medida segundo o capital global se denomina taxa de lucro. São duas medições diferentes da mesma grandeza que, devido à diversidade das escalas, expressam ao mesmo tempo proporções ou relações diferentes da mesma grandeza”. (K, III, 53; C, III, 34).

Já na taxa de lucro considera-se o excedente em sua relação não com o capital variável, mas na sua relação com o capital global, o que por si mesmo faz da taxa de lucro sempre menor que a taxa de mais-valor. A taxa de mais-valor é apenas um componente da taxa de lucro, e Marx por meio de diversos exemplos mostra como uma taxa de mais-valor de 100%, isto é, uma jornada que se divida exatamente entre uma metade equivalente e outra de mais-trabalho, pode se expressar em diferentes taxas de lucro, cada uma dependendo da composição orgânica do capital em questão. Mas não apenas isto, quanto maior a parte do capital constante menor a taxa de lucro, ainda quando a taxa de mais-valor cresce. Daí a formulação de Marx:

A lei da taxa decrescente de lucro, em que se expressa uma taxa igual ou até mesmo ascendente de mais-valor, significa, em outras palavras: dado um quantum determinado do capital social médio, tomando-se por exemplo um capital de 100, representa-se numa parte sempre maior do mesmo os meios de trabalho e numa parte sempre menor o trabalho vivo. Como, portanto, a massa global de trabalho vivo agregado aos meios de produção cai em relação ao valor desses meios de produção, assim também caem o trabalho não pago e a parte de valor em que ela se representa, em relação ao valor do capital global adiantado (K, III, 225-6; C, III, 166)²⁷⁷.

A tendência à queda da taxa de lucro expressa a contraditória relação do capital com o trabalho, na medida em que o capital seguindo seu impulso cego por mais-valor diminui tendencialmente em sua composição a *base* do mais-valor, isto é, o trabalho vivo. Quanto mais desenvolvido um capital, ou seja, quanto maior for sua parte constante em sua composição, menor será a sua necessidade de trabalho vivo e menor sua capacidade de extrair mais-valor. À medida que aumenta o trabalho no pretérito, diminui o trabalho no presente, o único que gera valor. Trata-se aqui de uma relação interna ao capital, de sua divisão interior entre trabalho vivo e trabalho morto. Marx faz questão de enfatizar que o trabalho vivo cai “relativamente” e não absolutamente face ao morto. Como vimos ao tratar do mais-valor relativo, a imensa soma de capital necessária para a produção tipicamente

²⁷⁷ Completa Marx imediatamente a seguir “ou: uma parte alíquota cada vez menor do capital global despendido se converte em trabalho vivo, e esse capital global absorve portanto, em proporção à sua grandeza, sempre menos mais-valor, embora a proporção da parte não-paga do trabalho empregado, em relação à parte paga do mesmo, possa simultaneamente crescer. O decréscimo proporcional do capital variável e o aumento do capital constante, embora ambas as partes cresçam absolutamente, é, como se disse, apenas outra expressão para a produtividade aumentada do trabalho” (K, III, 225-6; C, III, 166).

capitalista²⁷⁸, que em nada faz lembrar a pequena oficina em que um capitalista comanda o trabalho só formalmente subsumido pelo capital, mas que antes substitui a “escala” da experiência pela aplicação das ciências à produção, essa imensa soma, dizíamos, mobiliza um imenso exército de trabalhadores que auxilia as máquinas. Essa massa de trabalhadores pode continuar a crescer, diz Marx, mas “não na mesma proporção” em que cresce o capital constante. A relação entre capital constante e variável tem um desnível, o montante de capital investido em trabalho cai em proporção com o capital constante necessário para se manter na competição intercapitalista – e dessa queda do trabalho vivo em relação ao morto depende a queda da taxa de lucro. Marx procura não deixar dúvidas ao estabelecer que:

O número dos trabalhadores empregados pelo capital, portanto a massa absoluta de trabalho posta em movimento por ele, portanto a massa absoluta de mais-trabalho absolvida por ele, portanto a massa de mais-valor produzida por ele, portanto a massa absoluta de lucro produzida por ele pode, por conseguinte, crescer, e crescer progressivamente, apesar da progressiva queda da taxa de lucro (K, III, 228; C, III, 167).

Dito de modo sumário: a mesma “lei” interna da produção capitalista faz cair a taxa de lucro e aumentar a sua massa. Se em cada mercadoria produzida por um capital altamente desenvolvido, isto é, com uma composição orgânica na qual predomina a parte constante em relação com a variável, se nesta mercadoria se encontra menos trabalho e, portanto, menos trabalho pago e menos trabalho não pago, para que o capital obtenha lucros compatíveis com seu investimento, ele necessita e de fato obtém, uma massa extraordinariamente maior de mercadorias, e isto ele obtém pela força produtiva acrescida de seu capital. Pois como diz o Livro III de *O Capital*: “na mesma proporção em que a massa de lucro sobre o produto individual decresce, cresce o número de produtos” (K, III, 239; C, III, 175). A taxa de lucro pode seguir caindo enquanto a massa de lucro pode crescer com uma jornada maior ou mais intensa. Isto em nada muda a divisão interna ao capital entre uma parte constante e outra variável, entre uma parte que compete ou é empregada como capital e outra que compete ao trabalho. É esta segunda que tende a cair quanto mais o capital esteja desenvolvido. E completa Marx: Isso não *pode ser* o caso. *Tem*

²⁷⁸ “A própria acumulação, e a concentração de capital que ela implica, é, porem, em si mesma, um meio material de elevação da força produtiva” (K, III, 228; C, III, 167). E ainda: “A marcha do desenvolvimento da produção e da acumulação capitalista condiciona processos de trabalho em escala cada vez maior e, com isso, dimensões cada vez maiores, correspondentemente adiantamentos cada vez maiores de capital para cada estabelecimento individual” (K, III, 229; C, III, 168).

de ser o caso – descontadas oscilações transitórias – na base da produção capitalista. (K, III, 228; C, III, 167).

2.1.1. Tendência, Necessidade, Contratendências

A ênfase dada por Marx através da contraposição modal dos verbos *Können* e *Müssen* nos remete ao espinhoso tema do estatuto modal da *necessidade* das *leis* estabelecidas em Economia²⁷⁹. Para nossos objetivos basta o estabelecimento de que a tendência do capital a aumentar a produtividade, que é sua determinação *essencial* como temos visto até aqui, é a causa da tendência à queda da taxa de lucro, e que por ser uma determinação *essencial* a sua causadora, a queda da taxa de lucro não apenas *pode* acontecer, mas que *deve* acontecer no sentido de que a tendência, embora não seja revestida da força modal da *necessidade absoluta*, deve prevalecer contra as causas que operam em sentido contrário, ou seja, a queda da taxa de lucro *deve* se impor. E neste sentido não se trata de uma simples contingência, mas nem por isso se trata de uma *necessidade absoluta*²⁸⁰. A própria locução “lei de tendência”, nos parece, é em si produtora de um certo “ruído” modal, uma vez que uma lei – pensamos na lei de gravitação universal – nos remete a um estado de coisas que deve sempre ser o caso, enquanto que uma tendência é algo que pode ser o caso desde que sejam satisfeitas “condições”. Na locução “lei de tendência” a ênfase parece recair sobre o aspecto tendencial, que expressa a essência da relação-capital, a negação do trabalho vivo pelo morto, mas apenas o faz sob condições exteriores. O próprio Marx parece relativizar a necessidade da lei ao fazer seguir ao capítulo “*A lei como tal*” um outro capítulo intitulado: “*Causas contrariantes*”; estas contratendências moderam a realização da “lei”, não a suprimindo contudo e estabelecendo-a como “tendência que predomina no tempo”. Poderíamos dizer que no capitalismo, dadas suas determinações constitutivas, a taxa de lucro tende a cair e que esta tendência a queda leva ao aprofundamento das contradições postas per esta relação social.

²⁷⁹ Sem pretender aqui dar um tratamento à altura do que é exigido por esta temática, remetemos o leitor à obra *O Negativo do Capital* onde o tema é apreendido em sua vinculação com as crises e recebe um tratamento aprofundado.

²⁸⁰ Cf. *Grespan, 1999*, 214 a 224.

2.1.2. Causas contra-atuantes

Marx analisa algumas “causas contra-atuantes” à queda da taxa de lucro, causas “que cruzam e suspendem (*aufheben*) os efeitos da lei geral, dando-lhe apenas o caráter de uma tendência” (K, III, 242; C, III, 177). A primeira destas contratendências é a “elevação do grau de exploração do trabalho” e que como temos visto é ela própria determinação permanente e essencial do “capital como tal” e que neste caso apenas repõe o problema em um grau mais elevado. Aparece agora como modo de procurar *suspende* os efeitos da tendência à queda da taxa de lucro a mesma tendência que vimos atuar como meio de mitigar a sede vampiresca do capital por mais-valor, extensivamente pelo prolongamento da jornada de trabalho, e intensivamente por todos os métodos de extração de mais-valor relativo, os quais chegam ao mesmo objetivo, baratear o trabalhador. Foi seguindo o caminho da busca crescente por mais-valor, absoluto e relativo, que chegamos à queda da taxa de lucro, tendência e contratendência se condicionam aqui mutuamente.

Marx, contudo, parece pensar a causa contrariante sobretudo como operando em situações “desviantes” da média, como o prolongamento da jornada de trabalho no contexto de ramos recém conquistados pela grande indústria, com a utilização crescente de mulheres e crianças, que aumenta a massa de mais-trabalho obtido por estes ramos; também em inovações técnicas ainda não generalizadas e que dão a este capital inovador ganhos acima da média, ao menos até a sua generalização. Estas causas contra-atuantes podem “moderar”, “atenuar” a queda da taxa de lucro momentaneamente, “ainda que em última instância a acelerem” (K, III, 243; C, III, 178). Pois como podemos notar as contratendências se originam do mesmo impulso por maior valorização que nos trouxe até o problema da queda da taxa de lucro. No entanto em casos específicos em que uma ampliação da taxa de exploração do mais-trabalho não se faz imediatamente por meio da alteração da composição orgânica do capital, ou que não faz crescer o capital constante em detrimento do variável eleva a massa de mais-valor e com isso a massa de lucro. “Essa elevação, diz Marx, não suprime (*aufhebt*) a lei geral. Mas faz com que ela atue mais como tendência, isto é, como uma lei cuja realização absoluta passa a ser impedida, retardada, enfraquecida por circunstâncias contrariantes” (K, III, 244-5; C, III, 179). Por excepcionais que sejam as condições necessárias às causas contra-atuantes, elas originam-se das mesmas

causas, a saber, a voracidade do capital por mais-valor. Contudo é preciso que não nos esqueçamos de que, uma vez normatizada uma jornada regular e uma vez disseminada a inovação tecnológica, as compensações extras tendem a desaparecer, contudo o que é permanente é o impulso por inovações “que são temporárias mas sempre recorrentes”, aí o caráter eminentemente “progressista” e “civilizatório” do capital se mostra novamente.

A segunda “causa contra-atuante” é apenas mencionada por sua existência empírica inegável, mas que “nada tem a ver com a análise geral do capital”, a saber, trata-se da sub-remuneração ou da “compressão do salário abaixo de seu valor” (*Idem*). Embora sua existência não possa ser esquecida, tal fato empírico não pertence ao capital como tal e sim à competição intercapitalista e foi em todo o *Livro I* desconsiderada como elemento de extração de mais-valor, embora sempre presente na prática dos capitais reais existentes. Mesmo se tratando de um comportamento, por assim dizer, “desviante” da norma, “é uma das causas mais significativas da contenção da tendência à queda da taxa de lucro” (*Ibidem*).

A terceira contratendência parece ser a mais ligada à essência da relação capitalista²⁸¹ porque deriva diretamente de uma determinação fundamental do capital, a saber, o aumento crescente da produtividade do trabalho. Trata-se do “barateamento dos elementos do capital constante” e que ocorre quando a produtividade aumentada do trabalho social alcança os setores da produção que produzem os próprios meios de produção, que são, com isso, “barateados”. Seu barateamento impõe que o investimento em capital constante aumente a tal ponto que a composição orgânica se torne obstáculo à valorização do capital. Máquinas que produzem máquinas fazem com que caiam o valor dos elementos do capital constante, embora sua grandeza cresça. Crescendo a quantidade de máquinas seria de se esperar que a composição orgânica crescesse na mesma proporção, o que este barateamento impede. Tendência e contratendência tem causa comum. “Aqui se mostra novamente que as mesmas causas que geram (*erzeugen*) a tendência a queda da taxa de lucro também moderam (*mäßigen*) a realização/efetivação dessa tendência” (K, III, 246; C, III, 1, 180). O mesmo princípio que aplicado aos meios de vida do trabalhador barateia-o, aplicado aos elementos do capital constante, força, para cima, a taxa de lucro.

²⁸¹ Cf. Grespan, 1999, 218.

A quarta causa contra-atuante já nos ocupou longamente no capítulo anterior, por isso aqui apenas faremos menção ao tema da superpopulação. Como no caso anterior ela é uma contratendência gerada pela mesma causa que conduz à tendência da taxa de lucro, a saber, pelo desenvolvimento da produtividade do trabalho, que substituindo paulatinamente o capital variável face ao constante, lança uma massa de trabalhadores novamente no mercado de trabalho e que são incorporados, com valor reduzido de sua força de trabalho, em ramos com composição técnica e orgânica menos privilegiada do ponto de vista do desenvolvimento capitalista. Além disso, como vimos, esse “exército de reserva” pressiona para baixo o valor da força de trabalho e atua como modo de baratear o capital variável e extrair ou possibilitar a extração de mais-valor relativo.

Como vimos de passagem a criação do mercado mundial e a divisão internacional do trabalho são gerados pelo caráter progressivo da produção capitalista. A quinta causa contra-atuante será justamente o comércio exterior, por meio do qual os países desenvolvidos ou cujos capitais tem uma composição em que o elemento constante é superior podem obter lucros extraordinários:

Capitais investidos no comércio exterior podem proporcionar taxa de lucro mais elevada, porque aqui, em primeiro lugar, se concorre com mercadorias que são produzidas por outros países com menos facilidades de produção, de forma que o país mais adiantado vende suas mercadorias acima de seu valor, embora mais baratas do que os países concorrentes. À medida que o trabalho do país mais adiantado sobe, pois o trabalho que não é pago como qualitativamente mais elevado é vendido como tal. A mesma relação pode ocorrer no caso do país para onde são enviadas mercadorias e do qual são adquiridas mercadorias; que este, a saber, dê mais trabalho objetivado *in natura* do que recebe e que, não obstante, obtenha assim a mercadoria a preço mais baixo do que ele mesmo poderia produzir (K, III, 247-8; C, III, 181).

Conhecemos bem esses efeitos. Em geral os países de capitalismo adiantado compram a preços baixos “mercadorias” onde pouco trabalho foi objetivado e depois vendem produtos saídos da grande indústria para os países que produzem matérias primas. O caso se assemelha ao do fabricante que tem uma inovação técnica que ainda não se generalizou, este obtém lucros extras, pois vende mais barato que seus competidores e faz do desnível tecnológico entre os países uma forma de extração de mais-trabalho. “O país favorecido recebe mais trabalho de volta em troca de menos trabalho, embora essa

diferença, esse a-mais, assim como no intercâmbio entre trabalho e capital de modo geral, seja embolsado por certa classe” (K, III, 248; C, III, 181).

Há ainda uma sexta causa contra atuante que o próprio Marx não aprofunda e que apenas gostaríamos de mencionar dada a sua imensa expansão no período que sucede a escritura de *O Capital*, de modo que consideramos importante a citar entre as tendências e contratendências que se seguem da contradição-capital. Trata-se do aumento do capital por ações. Com diz Marx telegraficamente no Livro III é uma parte do capital que “com o progresso da produção capitalista, que anda lado a lado com a acumulação acelerada, só se calcula e emprega como capital que proporciona juros [...] no sentido de que esses capitais, embora investidos em grandes empresas produtivas, só proporcionam, depois de todos os custos, juros grandes ou pequenos, os assim chamados dividendos” (K, III, 250; C, III, 182).

Procuramos ao menos mencionar estas seis contratendências, e Marx diz que não são as únicas, mas antes as mais genéricas, para destacar que não pretendemos aderir ao pressuposto de um colapso interno do sistema capitalista e nem vemos a tendência à queda da taxa de lucro como lei em sentido estrito, nem tampouco atribuímos a ela o caráter modal de *necessidade* em sentido estrito, mas antes ela tem, como diz Grespan o “caráter de necessidade relativa, no sentido de que sua ocorrência realiza uma propensão básica do capital, e não uma mera circunstância acidental” (Op. Cit. 223). Como Marx faz questão de mostrar as contratendências originam-se de determinações igualmente essenciais da produção capitalista, restando à queda da taxa de lucro um “predomínio sistêmico” como chama Grespan, ou que às inscreva como tendo “em última instância” uma prioridade que faz da tendência à queda da taxa de lucro uma tendência que se impõe a longo prazo. As causas contrariantes “não suspendem a lei, mas debilitam seu efeito” (K, III, 249; C, III, 181).

3. A relação-capital como *ameaça* e como *barreira* ao sistema capitalista.

Enfatizamos o aspecto tendencial da queda da taxa de lucro, na locução “lei de tendência” a ênfase foi deslocada para o aspecto tendencial. Igualmente enfatizamos a existência das causas contra-atuantes (*Entgegenwirkende Ursachen*) com o intuito de reforçar o entendimento de que não se trata de um necessitarismo econômico. Contudo,

dadas as raízes sistêmicas dos movimentos que levam à queda da taxa de lucro, esta deve prevalecer como “tendência que predomina no tempo”²⁸². A queda tendencial da taxa de lucro predomina no tempo, isto é, embora possa ser detida ou retardada por causas exteriores – e mesmo por causas oriundas de determinações essenciais – ela deve voltar a cair por se radicar em uma determinação essencial do capital como tal, ou por expressar em termos capitalistas o desenvolvimento das forças produtivas. Se a queda da taxa de lucro não é uma necessidade absoluta, no sentido de que o capitalismo chegará a um colapso interno mediante simplesmente a esta, nem por isso ela é uma contingência. Ela é, nos termos precisos de Jorge Grespan: ‘uma necessidade relativa’ (Cf. Grespan, 1999, p.223), ou uma tendência que se impõe apenas no longo prazo, predominando, por isso, no tempo.

É justamente ao analisar os “desdobramentos das contradições internas da lei” que Marx aproxima abertamente o tema da taxa de lucro de seu *diagnóstico sobre o destino do sistema capitalista*. Aqui a queda da taxa de lucro aparece como *ameaça* ao domínio do capital e apresenta ao capital ele mesmo como *barreira* para si. Vejamos em que consiste esta ameaça e como se determina esta *barreira*.

Uma taxa de lucro decrescente se torna uma ameaça para o processo de produção capitalista ao se somar a dois mecanismos do processo-capital, a acumulação e a concentração do capital. Tanto a acumulação quanto a concentração nos apareceram como resultados [depois demonstrados como pressupostos] do desenvolvimento das forças produtivas de modo tipicamente capitalista. Agora, uma vez estabelecida uma taxa declinante de lucro, a acumulação acelera ainda mais esta queda “à medida que com ela está dada a concentração dos trabalhos em larga escala e, com isso, uma composição mais elevada do capital” (K, III, p. 251; C, III, 1, 183). Vimos como a sede vampiresca do capital leva ao desenvolvimento da produtividade do trabalho social e à ampliação da escala produtiva que em termos especificamente capitalistas significa uma composição orgânica na qual o trabalho morto ocupa paulatinamente o lugar anteriormente ocupado pelo trabalho vivo. Apenas os capitais com composição média ou socialmente estabelecida na concorrência intercapitalista estarão aptos a funcionar em tal contexto.

Por outro lado, a queda da taxa de lucro acelera novamente a concentração do capital e sua centralização mediante a desapropriação dos pequenos capitalistas, mediante a

²⁸² CF. Grespan, 1999, pp 214-224.

expropriação do resto dos produtores diretos, entre os quais ainda haja algo a expropriar. Por meio disso por outro lado, a acumulação é acelerada em sua massa, embora caia, com a taxa de lucro, a taxa de acumulação (Idem).

A queda da taxa de lucro é uma ameaça uma vez que o móbil da produção capitalista é a busca por valorização crescente do capital e o meio especificamente capitalista para se alcançar este objetivo é o aumento da composição do capital, que reporiria novamente a queda da taxa de lucro. Os capitais que se concentram e centralizam sob este impulso e sob o acicate da competição intercapitais irão ter na revolução técnica sua característica distintiva. Como vimos no capítulo anterior esta é a *força atrativa* dos capitais entre si. Uma taxa declinante de lucros apenas radicaliza este movimento dos capitais uns sobre os outros. Mas a ameaça se torna efetiva por impedir o segundo movimento dos capitais, sua *repulsão recíproca* aquele movimento que coincide com a diversificação dos negócios e a expansão do sistema. Assim uma taxa de lucro decrescente “retarda a formação de novos capitais autônomos, e assim aparece como ameaça para o desenvolvimento do processo de produção capitalista; ela promove superprodução, especulação, crises, capital supérfluo, ao lado de população supérflua” (Idem). A queda da taxa de lucro estaria portanto entre as condições que o capital não domina, o impedindo nesta medida de atingir uma estabilidade e que tornaria a reprodução do sistema *ilimitada*²⁸³. A queda da taxa de lucro inibe as determinações civilizatórias do capitalismo e “promove” aquelas determinações destrutivas.

Uma taxa de lucro declinante é uma ameaça constante de que as potencialidades positivas do capital, que coincidem com a *repulsão* recíproca dos capitais uns dos outros e a variação reiterada de novos ramos da produção. Esta tendência do capital à expansão *ilimitada* e que cria o mercado mundial como sua tarefa histórica é que é *ameaçada* por uma taxa de lucro em queda.

Mas se por um lado a taxa de lucro em queda “retarda” este segundo movimento dos capitais uns sobre os outros ela, por outro, “condiciona” o terceiro movimento, a saber, a centralização. “Trata-se mais uma vez – só que agora elevada à segunda potência – da separação entre condições de trabalho e produtores, aos quais pertencem esses pequenos capitalistas” (K, III, p. 256; C, III, 1, p.186). Vimos no capítulo anterior que as

²⁸³ Cf. Grespan, 1999.

conseqüências da centralização são o aprofundamento e radicalização das tendências imanentes aos capitais de economizar capital variável e vimos seus impactos sobre o destino da população trabalhadora. Agora vemos novamente que ao se tornar “um processo constante” que repõe a tarefa da acumulação originária, mas agora em “segunda potência”, pois separa de um lado condições de produção, neste caso específico capital, e de outro lado produtores, neste caso, pequenos capitais que ainda tem função produtiva e que ao serem atraídos e fundidos com capitais de grande massa serão renovados de alto a baixo pela revolução técnica tipicamente capitalista. Assim vemos as “causas” da queda da taxa de lucro se tornarem seu “resultado” mais direto, formando assim a espiral progressiva²⁸⁴.

Como a queda da taxa de lucro lança suas raízes em uma determinação *essencial* do sistema capitalista, a negação do trabalho vivo pelo morto, a ameaça deve ser vista como *ameaça* do capital contra si mesmo. Não se tratando de uma *necessidade absoluta*, é ainda assim uma ameaça constante que espreeita a cada fase negativa do ciclo, potencializando assim as crises. A ameaça ao desenvolvimento do processo produtivo, a ameaça de que o sistema não se expanda pode ser afastada por causas contra-atuantes, mas, uma vez que deriva do núcleo da contradição capital, acabará por se impor no tempo. É neste sentido que Marx vê no capitalismo uma *barreira* (*Schranke*) para si mesmo. Citamos a seguir o texto de crítica da Economia Política no qual Marx expressa em que medida o capital se mostra como *barreira* para si mesmo, mas não uma *barreira* no sentido econômico, antes uma barreira histórica:

Os economistas que, como Ricardo, consideram o modo de produção capitalista como absoluto, sentem aqui que esse modo de produção cria uma barreira para si mesmo e, portanto, atribuem essa barreira não à produção, mas à Natureza (na doutrina da renda). O importante, porém, em seu horror ante a taxa de lucro em queda, é a sensação de que o modo de produção capitalista encontra no desenvolvimento das forças produtivas uma barreira que nada tem a ver com a produção da riqueza enquanto tal; e essa barreira característica testemunha a *limitação* (*Beschränktheit*) e o caráter tão somente histórico e transitório do modo de produção capitalista; testemunha que ele não é um modo de produção absoluto para a produção da riqueza, mas que antes entra em conflito com seu desenvolvimento, em certo estágio. (K, III, p.252; C, III, 1, p.183-4).

²⁸⁴ “Com a queda da taxa de lucro, cresce o mínimo de capital que o capitalista individual precisa ter em mão para o emprego produtivo do trabalho [...] essa concentração crescente provoca, por sua vez, em certo nível, nova queda da taxa de lucro. A massa dos pequenos capitais fragmentados é em virtude disso forçada a enveredar pela trilha da aventura: especulação, fraude creditícia, fraude acionária, crises” (K, III, p. 261; C, III, 1, p. 189).

A escola de Ricardo teria percebido ou melhor, eles “sentiram” que o modo de produção se constituía de uma *barreira* que ameaçaria sua própria reprodução e, no entanto, por considerar o sistema capitalista não um modo de produção específico, antes “como absoluto” eles teriam de atribuir a *barreira* não ao capital ele mesmo, mas a algo exterior, como a queda da produtividade do solo, etc. Mas o importante é que em seu “horror ante a taxa de lucro em queda” eles sentiram de modo acertado que a *barreira* em que o capital se constitui “nada tem a ver com a produção da riqueza enquanto tal”. É a relação-capital que se impõe como *barreira* à perpetuação do sistema capitalista. É a relação de *poder* que fixa em um dos pólos a população como não-proprietária e do outro fixa o capital como pólo de apropriação absoluta. É essa relação opositiva e contraditória do capital com sua fonte de valorização a *barreira característica* ²⁸⁵ (*eigentümliche Schranke*) da produção moderna, e que a economia política não chega a conhecer, apenas sente como uma sensação que deve ser atribuída à alguma condição exterior. Tal *barreira* é característica não da produção em geral, mas apenas da produção que se estabelece a partir da oposição entre condições de trabalho e os produtores e que coloca como finalidade última da produção não a satisfação de necessidades, mas antes a valorização do valor, não o valor de uso, antes o valor de troca. É esta sua especificidade que se torna uma *barreira*. Citamos novamente de modo extenso uma passagem na qual Marx deixa claro seu diagnóstico sobre o capitalismo:

A verdadeira barreira da produção capitalista é o próprio capital, isto é: que o capital e sua autovalorização aparecem como ponto de partida e ponto de chegada, como motivo e finalidade da produção; que a produção seja apenas produção para o capital e não inversamente, que os meios de produção sejam meios para uma estruturação cada vez mais ampla do processo vital para a sociedade dos produtores. As barreiras entre as quais unicamente podem mover-se a manutenção e a valorização do valor-capital, que repousam sobre a expropriação e pauperização da grande massa dos produtores, essas barreiras entram portanto constantemente em contradição com os métodos de produção que o capital precisa empregar para seu fim (*Zweck*) e que se dirigem a um aumento sem barreiras (*unbeschränkte*) da produção, à produção como finalidade em si mesma (*als Selbstzweck*), a um desenvolvimento incondicionado das forças produtivas sociais do trabalho. O meio (*Das Mittel*) – o desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais do trabalho – entra em contínuo conflito com a *finalidade limitada* (*beschränkten Zweck*), a valorização do capital existente. Se, por conseguinte, o modo de produção capitalista é um meio histórico para desenvolver a força produtiva material e para criar o mercado mundial que lhe corresponde, ele é simultaneamente a contradição constante entre essa sua tarefa histórica (*historischen Aufgabe*) e as relações sociais de produção que lhe correspondem (K, III, p. 260; C, III, 1, p.189).

²⁸⁵ E não “barreira popular” como na tradução da Abril Cultural.

A verdadeira *barreira* da produção capitalista é a inversão de finalidade que faz os produtores servirem ao processo de produção. É a inversão fetichista do capital que se põe como sujeito do processo de sua autoconstituição e que o faz um *poder* social que a tudo subordina em escala mundial. Como temos procurado enfatizar, o conceito de capital deve ser capaz de conciliar em si tanto seus elementos revolucionários – e que o fazem, pensa Marx, ser um meio histórico (*ein historisches Mittel*) para desenvolver a produtividade – quanto àqueles destrutivos, e que estes elementos se exteriorizam nos dois momentos dominantes do ciclo de vida do capital, expansão, de um lado, contração e crises, de outro. O capitalismo em seus momentos de expansão é o “meio histórico” que cria o desenvolvimentismo que caracteriza o capital e que cria um sistema de produção e um modo de vida em escala mundial. Mas o capitalismo é igualmente a ameaça que espreita esta tarefa histórica²⁸⁶ e a põe em contradição com as relações sociais que estão em sua base. Pois este seu lado positivo e integrador de todos no mercado mundial é impedido devido à opositiva e contraditória relação de *poder* do capital sobre a população, a absorvendo nos momentos de expansão e a condenando ao pântano do pauperismo nos momentos de crise. O diagnóstico de Marx é, como pensamos, que em cada renovação ou repetição do ciclo de vida do capital, ciclo progressivo que forma uma espiral, as margens da tarefa civilizatória são cada vez menores, enquanto que os efeitos destrutivos das crises tendem a ser cada vez mais agudos. Mas isto não se deve a uma determinação puramente econômica, não sendo por isso redutível a nenhuma lei. Ela se reporta à relação de *poder* que está na base das relações de produção que se chocam ou colidem com a tendência do capitalismo ao desenvolvimento²⁸⁷.

As *barreiras* a esse modo de produção, *barreiras* em última análise históricas e sociais e não meramente econômicas, nos revelam o que a Economia Política²⁸⁸ não parece

²⁸⁶ “O desenvolvimento das forças produtivas do trabalho é a tarefa e justificativa (*Berechtigung*) histórica do capital. Precisamente com isso ele cria, sem que esteja consciente, as condições materiais de uma forma de produção superior”. (K, III, p. 269; C, III, 1, p.195).

²⁸⁷ “A contradição desse modo de produção capitalista consiste [...] exatamente em sua tendência ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas, que entra em constantemente em conflito com as condições específicas da produção, em que o capital se move e em que unicamente se pode mover” (K, III, p. 268; C, III, 1, p.194).

²⁸⁸ E neste sentido se justifica o qualificativo de Economia Política “Burguesa”, dado que seu limite é o *domínio* traçado pelo capital e o seu resultado prático é a própria naturalização da relação-capital.

nem ao menos ter sentido: a relatividade deste modo de produção²⁸⁹, e que “as barreiras à produção capitalista não são barreiras à produção em geral” (K, III. p.267; C, III, 1, p. 193). São *barreiras* próprias de um modo de produção que não retira sua medida das necessidades ou “para bastar à massa da população de forma decente e humana”, antes correspondem à um modo de produção que apenas cria meios de subsistência e de trabalho com o intuito de por meio deles extrair mais-trabalho e valorizar o valor-capital.

A descoberta da relatividade da produção capitalista e das *barreiras* que este modo de produção implica dada a sua relação contraditória com a força de trabalho é, aos menos desde sua descoberta pela Crítica da Economia Política, um resultado crítico amplamente conhecido e compartilhado, ao menos para as Ciências do Espírito, muito embora a naturalização das condições capitalistas siga operando como uma forma de inconsciência, uma vez que “em sua base”, isto é, no interior do domínio do modo de produção capitalista suas condições e *barreiras* “são absolutas”. Marx, no entanto, valoriza sobremaneira a descoberta ou a revelação desta relatividade e do caráter “apenas histórico” de um modo de produção que se confunde, mesmo para “cientistas”, com a produção como tal. Mas a mera revelação de sua relatividade não nos deve enganar quanto à escalada de seu poder social.

Vimos que o capital seguindo o imperativo sistêmico de extrair mais-valor de forma *ilimitada* implica no desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho. Vimos igualmente como este modo tipicamente capitalista de desenvolvimento implica acumulação, concentração de capitais e que encontra na ciclópica fábrica capitalista composta por ações seu modo típico de cristalização. Ao se constituir o modo especificamente capitalista de vida e não é difícil de perceber seus traços relativos e transitórios, e o modo específico como este sistema de produção interpreta o desenvolvimento das forças produtivas sociais, desenvolvimento que não tem nas necessidades sua medida, antes apenas se desenvolve com o fim de se autorvalorizar. Mas o poder do capital não é diminuído pela revelação de sua relatividade. Antes com a concentração de riqueza que lhe é típica “cresce o poder do capital, a autonomização, personificada no capitalista, das condições sociais de produção face dos produtores reais” (K, III, p. 274; C, III, 1, p.198). Concentração de capital, de um lado, implica

²⁸⁹ “Mas todo o modo de produção capitalista é apenas um modo de produção relativo, cujas barreiras não são absolutas, mas que, para ele, em sua base, são absolutas” (K, III. p.267; C, III, p. 193).

autonomização das condições de produção – que na modernidade capitalista significam simplesmente: capital – e de outro lado, implica na concentração da população ou dos produtores reais como atados ao trabalho assalariado. Este poder de fixar os pólos da oposição capital é que é fortalecido, acrescido tão logo o capital goze das condições que lhe são próprias. Se o capital se fixasse em um dos pólos da oposição mas não tivesse o poder social de fixar – com cadeias invisíveis, mas não menos poderosas do que as cadeias com que Eféstos fixa Prometeu ao rochedo – o seu outro ele seria tesouro, fundo de trabalho, instrumentos de produção, matéria prima, etc., outra coisa, que não capital. Apenas esta fixação de seu outro como “material explorável” faz com que o capital seja capital. Por isso conclui Marx que:

O capital se revela cada vez mais como poder social, cujo funcionário é o capitalista e já não está em nenhuma relação possível com o que o trabalho de um indivíduo isolado pode criar – mas como poder social alienado, autonomizado, que como coisa e como poder do capitalista (*als entfremdete, verselbstständigte gesellschaftliche Macht, die als Sache, und als Macht*) mediante essa coisa, confronta a sociedade (*der Gesellschaft gegenübertritt*). (K, III, p. 274; C, III, 1, p.198).

Capital é poder. É poder social e mesmo o capitalista é seu instrumento de ação. É um *poder social* que se estranhou da produção e que como coisa tornada autônoma confronta a sociedade, a subordina a si, e a faz um organismo de sua autoprodução. Aqui o capital reaparece como *poder* extra-econômico e que tende a tudo subordinar a si²⁹⁰, e assim como uma pequena seita judaica que um dia se torna uma “religião universal” ele tende a se estabelecer e a subordinar a si o todo das relações e sociedades.

3.1. Sobre ciclos e espirais

Será preciso recorrer à noção de ciclo para mostrar em que medida a valorização crescente a que tende o capital desenvolvido só pode se efetivar por meios *destrutivos* ou

²⁹⁰ “A contradição entre o **poder social geral, que o capital está se tornando** , e o poder privado dos capitalistas individuais sobre essas condições sociais de produção torna-se cada vez mais gritante e implica a dissolução dessa relação, ao implicar ao mesmo tempo a reelaboração das condições de produção para torná-las condições de produção gerais, coletivas, sociais. Essa reelaboração é dada pelo desenvolvimento das forças produtivas sob a produção capitalista e pela maneira como esse desenvolvimento se efetua”. (Idem, Grifo nosso).

por meios da *desvalorização* do próprio capital. A figura de uma espiral²⁹¹ serve a Marx para marcar o caráter progressivo, tanto do capital como tal, quanto de suas contradições exteriorizadas nas etapas do ciclo. Por estas figuras veremos ainda uma vez em que medida a apresentação das tendências imanentes ao capital implica ou possibilita antever um *colapso* ou uma *perpetuação* do sistema. Este processo, a um só tempo construtivo e destrutivo, não obstante a “ameaça” a que submete a sociedade como um poder social que a esta se opõe, é um automovimento do capital que, “dentro dos limites capitalistas”, faz da desvalorização o ponto de partida para um novo ciclo de valorização, no qual a tendência a queda da taxa de lucro é moderada, anulada ou suspensa temporariamente até que no outro extremo do ciclo volte a se impor no tempo.

Uma vez que o capital chega a se constituir em uma totalidade, dada a subordinação a si de todos os momentos de sua constituição e reprodução, seu movimento vital – como contradição viva – assume a forma de ciclos cujos momentos extremos são valorização e desvalorização. A reconstituição de todos os momentos da apresentação do capital como totalidade nos seria impossível neste contexto, mas o essencial neste momento é a exposição do conflito entre dois momentos que como vimos desde o capítulo sobre o mais-valor absoluto andam em paralelo, mas não são coincidentes, a saber, produção de um lado e valorização de outro. A “perda de referência” entre um e outro pode levar a produtividade capitalista ao paroxismo e aliada a dificuldades de realização conduz à sobreprodução de capital. (Cf. GRESPLAN, 1999, p.225-6)²⁹². A crise aqui aparece como modo violento, “explosões” que após uma forte desvalorização levaria novamente o processo aos caminhos da nova e ampliada acumulação. Tudo isso até certo ponto em que a valorização só seria possível por meio da desvalorização, daí seu caráter cíclico²⁹³. O caráter contraditório do

²⁹¹ “Ao descrever sua órbita se amplia ele mesmo como sujeito daquela, com o que percorre um órbita que se expande, uma espiral”. **G.** p. 632.

²⁹² “Periodicamente são produzidos meios de trabalho e meios de subsistência em demasia para fazê-los funcionar como meios de exploração dos trabalhadores a certa taxa de lucro. São produzidas mercadorias em demasia para poder realizar o valor nelas contido e o mais-valor encerrado nele, sob condições de distribuição e de consumo dadas pela produção capitalista, e poder de retransformá-la em novo capital, isto é, levar a cabo esse processo sem explosões sempre recorrentes” (**K**, III, p. 268; **C**, III, 1, p.194).

²⁹³ “A contradição, expressa de forma bem genérica, consiste em que o modo de produção capitalista implica uma tendência ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas, abstraindo o valor e o mais-valor nele incluídos, também abstraindo as relações sociais, dentro das quais transcorre a produção capitalista; enquanto, por outro lado, ela tem por meta a manutenção do valor-capital existente e sua valorização no grau mais elevado (ou seja, crescimento sempre acelerado desse valor). Seu caráter específico está orientado para o valor-capital existente, como meio para a máxima valorização possível desse valor. Os métodos pelos quais

capital põe em oposição seus fins – a maior lucratividade mediante o desenvolvimento das forças produtivas – e os meios – diminuição da taxa de lucro, desvalorização do capital existente etc. – e assim ele exterioriza por meio das crises suas contradições imanentes. A destruição da riqueza passa a ser sua condição, ao menos enquanto estiver presa em sua figura capitalista. Como estabelece a tese de Grespan o processo se apresenta como sendo de “repetições periódicas ou cíclicas”²⁹⁴, mas isto de modo tal que cada ciclo se distingue quantitativamente pela escala mas ampliada em que se efetiva e qualitativamente pela base tecnológica sempre em expansão.

Põe-se assim manifesto que a força produtiva material já disponível, já elaborada, existente sob a forma do capital fixo – tal como o *scientific Power*, tal como a população, etc., em suma, tal como todas as condições da riqueza, isto é, as condições máximas para a reprodução da riqueza, ou seja, o rico desenvolvimento do indivíduo social -, que o desenvolvimento das forças produtivas motivado pelo próprio capital em seu desenvolvimento histórico, uma vez chegado a certo ponto, suprime (*aufhebt*) a autovalorização do capital em vez de pô-la. A partir de certo momento o desenvolvimento das forças produtivas se torna uma barreira para o capital; portanto a relação-capital (*Kapitalverhältnis*) se torna uma barreira para o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho. O capital, vale dizer, o trabalho assalariado, chegado a este ponto, entra na mesma relação com o desenvolvimento da riqueza social e das forças produtivas que o sistema corporativo, a servidão da gleba e a escravidão, e, em sua qualidade de grilhão (*Fessel*), se elimina necessariamente. Com isto se resgata a última figura servil (*Knechtsgestalt*) assumida pela atividade humana, a do trabalho assalariado, por um lado, e o capital, por outro, e este despojamento mesmo é o resultado do modo de produção adequado ao capital; as condições materiais e espirituais para a negação do trabalho assalariado e do capital, as quais são a negação das formas precedentes de produção social, são por sua vez resultados do processo de produção característico do capital. Em agudas contradições, crises, convulsões, se expressa a crescente inadequação do desenvolvimento produtivo da sociedade à suas relações de produção até hoje vigentes. A violenta aniquilação de capital, não por circunstâncias alheias ao mesmo, antes como condição de sua autoconservação, é a forma mais contundente em que se adverte que se vá e que dê lugar a um estágio superior da produção social. (G, p. 635-6)

As crises, sobretudo as crises de sobreprodução, manifestam que as condições máximas da riqueza moderna entram, devido à contraditória relação de poder que o capital estabelece com a população, em conflito com as próprias condições para a autovalorização

ele alcança isso implicam: diminuição da taxa de lucro, desvalorização do capital existente e desenvolvimento das forças produtivas do trabalho à custa das forças produtivas já produzidas. A desvalorização periódica do capital existente, que é um meio imanente ao modo de produção capitalista para conter a queda da taxa de lucro e acelerar a acumulação de valor-capital pela formação de novo capital, perturba as condições dadas, em que se efetua o processo de circulação e de reprodução do capital, e, por isso, é acompanhada por paralisações súbitas e crises do processo de produção”. (K, III, p. 259; C, III, 1, p. 188).

²⁹⁴ “Como corpos celestes que uma vez lançados em determinado movimento sempre o repetem, assim a produção social tão logo tenha sido posta naquele movimento de expansão e contração alternadas. Efeitos tornam-se por sua vez causas, e as alternâncias de todo o processo, que reproduz continuamente suas próprias condições, assume a forma de periodicidades”. (K, I, p. 662; C, I, 2, p.201).

do capital. Nestas crises, a destruição de riqueza, a desvalorização dos capitais existentes, seria o modo violento de o capital novamente se colocar em condições de se autovalorizar. Os ciclos de vida do capital nos conduziram sempre em uma rota de progresso na produção e valorização até que chega-se ao ponto em que não é mais possível se valorizar o capital a não ser mediante sua desvalorização, recolocando a segunda fase do ciclo, que novamente prepara a nova valorização, formando a espiral da produção especificamente capitalista.

Para Marx, que é solidário ao ideário que faz do futuro, do desenvolvimento, do progresso a mola mestra que nos conduziria ao socialismo, a relação-capital deixa de ser uma engrenagem que impulsiona o progresso histórico da riqueza e passa a ser um “grilhão” para o desenvolvimento. É a relação de *poder do capital sobre a população*, tanto quanto aquelas antigas relações extra-econômicas que constituíam a servidão e a escravidão, é que se torna uma *barreira*, que seria “eliminada necessariamente”. Assim o desenvolvimento de tipo capitalista nos colocaria na antecâmara da liberdade “de fato”, uma vez que o trabalho assalariado é a “última figura servil assumida pela atividade humana”. O desenvolvimento das forças sociais de produção é tal no capitalismo que este põe, de modo contraditório, a *possibilidade* da “libertação do trabalho”, ou de que o trabalho seja passível de uma figuração livre. Apenas o capitalismo poderia ter criado as “condições materiais e espirituais para a negação do trabalho assalariado e do capital”, o que faz deste modo de produção, pensa Marx, o criador “das condições materiais de uma forma de produção superior”, como diz o texto citado na nota 285 acima. Marx certamente procurou pensar a transição entre os diferentes modos de produção como um “movimento histórico-natural” e que faz de cada modo de produção etapa, condição e *limite* a ser superado pela forma de produção nova que se estabelece como negação e superação da forma de produção anterior. Marx certamente tem isto em mente quando escreve a passagem acima citada dos *Grundrisse*. O autor de *O Capital*, no entanto, embora “flerte” com este ideário, não se compromete até o final com nenhum determinismo econômico estrito, deixando em aberto o estatuto modal destes ciclos, tanto quanto o fizera com a tendência à queda da taxa de lucro. (Cf. GRESPAN, 1999, p.247). O que é certo é que Marx atribui um caráter progressivo, tanto para o mundo do capital, quanto para as contradições que este implica. Assim as crises, as convulsões seriam cada vez mais agudas

abrindo ainda no interior do capitalismo um período de transição à outra forma superior de produção.

Do ponto de vista social as crises, é de se pensar, seriam igualmente mais destrutivas ao ponto em que, como o processo do capital, se abra a perspectiva de um *colapso geral do sistema*. Eis um problema que se impõe à investigação. Se, por um lado, “é inegável que Marx chegou a pensar [...] o colapso como resultado final de toda uma seqüência de períodos de produção” (GRESPLAN, 1999, p. 236), por outro lado, seu conceito bifronte de capital possibilita igualmente que se veja “a crise como uma etapa apenas provisória e constitutiva do desenvolvimento capitalista, funcional e domesticada” (Idem, p. 237). A crise como “tendência ao colapso final” e a crise como “crise de crescimento” são tensões, linhas de força que coexistem no interior do conceito marxiano de capital sem que nenhuma delas tenha o poder da necessidade absoluta que faria qualquer delas se impor definitivamente²⁹⁵. Não é possível decidir, dentro de uma perspectiva meramente dependente de aspectos econômicos, sobre qual destes movimentos se dará o destino do capitalismo. Dito de modo sumário, a adesão ao ponto de vista segundo o qual é preciso superar *o limite* capitalista, pensamos, não é uma derivação de leis econômicas. É uma *tomada de decisão*, uma resolução de agir contra a própria existência do *poder social* que se contrapõe à sociedade, e não apenas sobre alguns de seus efeitos. A ação, “que despedaça o ser universal e dele toma para si sua parte²⁹⁶”, é irredutível a qualquer explicação teórica. É da superação deste poder social e usurpador de que se trata. O Máximo que a análise do capital nos possibilita é afirmar sua relatividade, sua transitoriedade, mas não nos permite determinar necessariamente sua derrocada ou sua

²⁹⁵ Aqui remetemos novamente o leitor que anseio por um estudo aprofundado do tema das crises e suas múltiplas formas de aparecimento na obra de Marx e na literatura marxista à tese de Grespan. Dentro da vasta “tipologia das teorias da crise” que a tese explicita, até certo ponto dirimindo certas formulações, pensamos aqui em duas, simetricamente ilusórias, a saber, aqueles que como Pollock pensam – quiçá por se situar o analista em questão na fase expansiva do ciclo – que as crises foram de algum modo “administradas”, e, de outro lado, aqueles que como Meszáros vêem na crise atual “a crise final”. A própria fase do ciclo aqui aparece como horizonte de ilusão transcendental. Tudo se passa como se apenas uma das determinações constitutivas do ciclo, nos dois casos “a atual”, tivesse o poder de se impor absolutamente.

²⁹⁶ F.E. §439

perpetuação. O método de apresentação categorial, também ele, é apenas crítico na medida em que reconhece seus *limites*²⁹⁷.

²⁹⁷ “Não há movimento em direção a um fim preestabelecido, pois nenhuma tendência pode prevalecer sobre contratendências. Embora Marx tenha tentado demonstrá-lo, a própria forma com que ele articulou os conceitos-chave aqui impede que tal demonstração seja cabal e indiscutível” (GRESPLAN, 1999, p. 268).

Reflexões à guisa de conclusão

I

Este estudo pretendeu, na exigüidade de seus recursos, alinhar-se aos esforços no sentido de responder à “*tarefa de banhar, mais uma vez, a dialética marxista nas suas fontes filosóficas imediatas*”²⁹⁸. Contrária à confusão de tal tarefa com uma “pergunta prévia” sobre a presença ou ausência de influências hegelianas na obra de Marx, procura permitir que a própria exposição marxiana apresente o fundo dialético no qual se move. As tentativas de responder à “pergunta prévia” sobre a influência hegeliana acabaram, no mais das vezes, pressupondo aquilo mesmo que deveriam provar. Contrariando esta atitude, procuramos permitir *in media res* que as categorias deixem transparecer em sua própria estruturação tanto a incorporação de conceitos operativos da tradição dialética, quanto a mutação que os mesmos sofrem como dispositivos da Crítica da Economia Política. O dialético em Marx é seu “*método de desenvolvimento do conceito de capital*”.

II

O conceito marxiano de *capital como tal* ou de *capital em geral* é um “*germe*” do qual devem se desenvolver as tendências em conflito que constituem o capital como contradição em processo, a qual tem, na estilização de Marx, a figura de uma espiral progressiva, que descreve em sua órbita os ciclos de vida do capital. Quando a fase do ciclo é presidida por sua *face civilizatória* “*o capital [...] deve tender a abolir toda barreira espacial oposta à circulação, i. e., ao intercambio e a conquistar toda a terra com seu mercado [...] aparece aqui a tendência universal do capital, que o diferencia de todos os estágios anteriores da produção*”²⁹⁹. O civilizatório no capital é sua tendência a não conhecer *limites* para o desenvolvimento da riqueza – o que inclui a ciência: “*a forma mais sólida da riqueza*”³⁰⁰ – bem como sua tendência à integração de todos no mercado

²⁹⁸ *Exposição e Método Dialético em O Capital*, p.18.

²⁹⁹ **G**, p. 438 e 441.

³⁰⁰ **G**, p. 439.

mundial. Para Marx, a mesma tendência *essencial* do capital ao desenvolvimento da riqueza, uma vez presa e determinada pela forma tipicamente capitalista de desenvolvimento das forças produtivas, implica na *negação* progressiva do trabalho vivo pelo morto, a uma composição técnica e de valor na qual a máquina substitui as forças de trabalho e na conseqüente queda da taxa média de lucro, como vimos no nosso capítulo 6. A tendência à queda da taxa de lucro e a conseqüente crise cíclica de sobreprodução são expressões do germe contraditório em que se constitui a relação-capital. Quando a fase do ciclo de vida do capital é determinada por sua *face destrutiva*, na qual a nova valorização é apenas possível com base na destruição da riqueza atual a fim de que se criem novos patamares de acumulação, nesta fase, dizíamos, a relação contraditória entre capital e trabalho assalariado é que se constitui em *barreira* ao desenvolvimento da riqueza. A *face civilizatória* do capital constituiria assim as condições do futuro, do desenvolvimento universal do indivíduo; sua *face destrutiva* impede que esse futuro ecloda, é uma *barreira* ao desenvolvimento do indivíduo. “A *barreira do capital consiste em que todo este desenvolvimento se efetua antiteticamente e em que na elaboração das forças produtivas, da riqueza geral, etc., do saber etc., se apresenta de tal sorte que o próprio indivíduo trabalhador se aliena (sich entäußert); se comporta com as condições elaboradas a partir dele mesmo não como as condições de sua própria riqueza, senão da riqueza alheia, e de sua própria pobreza. Esta forma opositiva mesma, sem dúvida, é transitória e produz as condições reais de sua própria supressão (Aufhebung)*”³⁰¹.

Presidem este ideário as noções de futuro, progresso e desenvolvimento. O desenvolvimento com ideia diretora da filosofia da história que emoldura a análise marxiana do presente tem tanto o poder de constituir como de dissolução das formações econômicas. Para Marx “*todas as formas de sociedade, até o presente, sucumbiram pelo desenvolvimento da riqueza ou, o que é o mesmo, as forças produtivas sociais. Por isso entre os antigos, que eram conscientes disto, se denunciou diretamente a riqueza como dissolventes da comunidade*”³⁰². O desenvolvimento em seu papel constituinte dita a marcha progressiva da riqueza, que a esta altura é sinônimo de desenvolvimento do indivíduo social; em seu papel dissolvente faz com que o desenvolvimento da riqueza

³⁰¹ G, p. 440.

³⁰² G, p. 438

dissolva “*as condições econômicas sobre as quais repousava e as relações políticas entre os diversos elementos componentes da entidade comunitária que correspondia a esta*”³⁰³. O capitalismo pela primeira vez põe as condições para que se aspire um desenvolvimento ilimitado da riqueza, e, portanto, do indivíduo. Ele [o capitalismo] constituiria a base sobre a qual se torna possível uma nova forma de desenvolvimento da riqueza, livre da oposição de classes. Neste sentido amplo, o capital ele mesmo é uma *barreira* ao desenvolvimento que ele pela primeira vez tornou possível. Daí sua relatividade e seu caráter de transição. Ele é “*a base como possibilidade do desenvolvimento universal do indivíduo, e o desenvolvimento real dos indivíduos a partir desta base, como constante suspensão de sua barreira, que é sentida como uma barreira e não como um limite sagrado (heilige Grenze)*”³⁰⁴. O capital teria, como um traço *essencial*, o desenvolvimento como norma de sua mudança necessária. Seu caráter essencialmente mutante, seu por e superar constantemente *limites*, aliado à contraditória relação com sua substância, abre a possibilidade de sua dissolução como relação que determina a sociedade. Se o desenvolvimento e o progresso da riqueza são o elemento dissolutivo das formações sociais pré-capitalistas, eles são o traço mais característico e definidor da dinâmica da sociedade capitalista, fazendo desta uma época marcada pela transição. “*Esta tendência – que é inerente ao capital, porém ao mesmo tempo o contradiz como forma limitada de produção e por conseguinte tende a sua dissolução – distingue o capital de todos os modos de produção anteriores e implica, por sua vez, que aquele é posto como simples ponto de transição*”³⁰⁵.

III

O caráter contraditório da relação essencial que determina todo o sistema capitalista se expressa em uma tendência à queda da taxa de lucro. O desenvolvimento das forças produtivas, que opera como elemento dissolutivo nos modos de produção pré-capitalistas e que o capital torna como sua característica definidora, entra em uma relação conflituosa com a própria relação-capital, que se torna uma ameaça ao desenvolvimento. A queda da

³⁰³ G, p. 439

³⁰⁴ G, p. 440.

³⁰⁵ G, p. 438.

taxa de lucro exterioriza essa ameaça, pois “*ela promove superprodução, especulação, crises, capital supérfluo, ao lado de população supérflua*”³⁰⁶. Conforme o livro III d’O Capital, a tendência à queda da taxa de lucro é importante pois por meio desta, ou do horror ante a ela, mesmo os economistas que vêem o capitalismo “*como absoluto*”, “*sentem*” que o capital cria uma *barreira* para si mesmo. Não sendo um “*Limite sagrado*”, – antes uma “*barreira característica*”, determinada pela separação mais radical entre trabalho vivo e todas as condições do trabalho – a relação capitalista exterioriza por meio da tendência à queda da taxa de lucro “*o caráter tão somente histórico e transitório do modo de produção capitalista*”. A queda tendencial da taxa de lucro – e em geral as crises – tornam *possível* a *dissolução* da relação capitalista, mas nem por isso é investida por Marx de poder de uma *necessidade absoluta*. “*Esse processo levaria em breve a produção capitalista ao colapso (Zusammembruch), se tendências contrárias não atuassem constantemente*” inibindo os efeitos da tendência, “*mas não a suspendendo*”.

IV

Marx caracteriza o capital como um organismo essencialmente mutante, seu impulso vital mais íntimo o precipita incessantemente à mudança quantitativa e qualitativa. Assim também o sistema econômico que tem no capital seu fundamento e princípio dominante seria ele na mesma medida sujeito a mudanças incessantes. É uma conseqüência do entendimento do capital como relação que mudanças no pólo do capital se fazem refletir no pólo do trabalho. Não é tarefa filosófica descrever ou analisar a nova morfologia do trabalho. Esta é *de direito* uma tarefa das ciências particulares. Certamente a estratificação de classes das sociedades contemporâneas é mais diversificada e complexa do que aquela que Marx pode conhecer. Basta lembrar que no *Manifesto* Marx vislumbra como tendência da época burguesa uma “*simplificação dos antagonismos de classe*”, que tenderia a se dividir paulatinamente em dois campos hostis: a burguesia e o proletariado³⁰⁷. Esta tendência não parece ter sido confirmada. Contudo como podemos depreender dos textos

³⁰⁶ K, III, p. 252; C, III, p.183

³⁰⁷ *Manifesto*, p.52.

de *O Capital* e dos *Grundrisse*, Marx não deixou de perceber que a própria dinâmica da produção tipicamente capitalista problematiza e possibilita que se impeça este acirramento ou simplificação dos antagonismos. Basta recordarmos que o processo especificamente capitalista de produção cria a necessidade de “*oficiais superiores (dirigentes, manegers) e suboficiais (capatazes, foremen, overlookers, contre-mâitre)*”³⁰⁸, que dirigem a produção. No século passado esses oficiais e suboficiais do capital ao que parece se desenvolvem até formar uma “fração de classe”, ou uma nova classe tecnoburocrática – como prefere certa economia política³⁰⁹ – que é responsável pela eficiência na valorização do valor, e não obstante a isso, vive – ao menos em parte – do trabalho. Estamos cientes da complexidade e atualidade do tema e não poderemos o enfrentar aqui, contudo apenas apontamos que há no conceito marxiano de capital o princípio de que com o aprofundamento da produção mecanizada se faz necessário, além do *poder de propriedade*, o *poder de direção* de uma classe de “oficiais do capital”. Este princípio não explica a estratificação de classes contemporânea, mas dá indícios da direção na qual partir para esta explicação.

V

“*Man hat Gewalt, so hat man Recht*”³¹⁰

Embora seja um dos nós da trama de *O Capital*, a relação entre Estado e capital aparece mais como pressuposição do que é de fato posta pela escrita marxiana. Tal relação *aparece posta* na luta em torno das *barreiras* da jornada de trabalho, onde o Estado aparece como “*árbitro da luta de classes*”, uma vez que apenas o *limite* coercitivo do Estado impede que o capital leve às últimas conseqüências seu ímpeto desmedido por mais-valor. A *barreira* da jornada regulamentar aparece como conquista por parte do trabalho, uma vez que este desperte em meios à tempestade e ímpeto da produção e inicie uma luta defensiva. O que o Capítulo 8 – sobre a jornada de trabalho – nos apresenta é que se estabelece pela luta de classes arbitrada pelo Estado o controle social (*gesellschaftliche Kontrolle*) que põe *barreiras* à sede vampírica do capital por mais-valor.

³⁰⁸ **K**, I, p. 351; **C**, I, p. 264.

³⁰⁹ *Lucro, Acumulação e Crise*, cf. p. 109.

³¹⁰ *Fausto II*, ato V, 11.184. “Tens força, tens, pois, o direito”.

1. A pressuposição de uma relação entre Estado e capital guia toda a exposição de *O Capital*. Ela é desvelada no capítulo sobre a Acumulação Originária. O móbil da acumulação é a violência, sua forma é aquela do Estado. A teoria da acumulação originária atualiza o processo histórico de divórcio entre produtor e condições de produção e explica assim o poder atual do capital sobre a sociedade. Esse poder, potência extra-econômica de subordinar todos os entes com os quais entre em relação, é um *pressuposto* do capital tanto quanto é seu *resultado*. 1) Como pressuposto é acumulação originária, o ato extra-econômico de violência que explica a assimetria original entre comprador e vendedor de mercadorias e que explica a *dupla liberdade* necessária para que a força de trabalho seja vendida como mercadoria. O originário liga o elemento político com o econômico por meio da figura do poder, do poder de Estado em sua relação com a população. Marx, nos *Grundrisse*, fala rapidamente da “*subordinação do organismo estatal ao capital*” (G, p. 628), o que apenas reforça a tendência geral do capital de “*subordinar a si todas as condições de sua produção e reprodução*” (G, p. 661), ou mesmo de “*subordinar a si a sociedade, ou de criar a partir de si os órgãos que ainda lhe fazem falta a partir daquela. Desta maneira chega a ser historicamente uma totalidade*” (G, 189). Como resultado deste processo originário se cria o trabalhador moderno. Marx caracteriza o “trabalhador livre” como despossuído (*der Eigentumslose*) que nos momentos iniciais da subordinação formal se sente mais inclinado a ser vagabundo ou ladrão ou mendigo do que trabalhador. Nos inícios da subordinação formal, que coincide com a acumulação originária, só a violência do Estado “para transformar aos despossuídos em operários”. Esse despossuído igualmente ele, é a um só tempo *pressuposto* do modo de produção capitalista e seu *resultado* mais imediato. 2) Como *resultado* este poder que tem o capital de subordinar a si *o seu outro* nos mostra o segundo sentido do originário. Não se tratando de apenas um *prius*, de um começo que cessa no tempo, como indicaria a tradução de *ursprung* por apenas “primitivo”. Antes o originário é algo que marca este início, é um começo, mas é também reposto incessantemente. Por isso é originário, como o pecado de Adão o é. Não se trata apenas do primeiro que pecou, mas antes se trata do ato original da queda, ato no qual todos os que pecaram posteriormente são solidários e isto de modo tal que todo novo pecado recorrentemente praticado *atualiza* aquele ato original da queda. O capital igualmente repõe a cada momento a situação original de oposição entre riqueza e pobreza. O capital também

é produto de si mesmo, no sentido de que ele, como relação, tem o poder atual de repor a assimetria original, de onde se extrai sua Lei Geral de acumulação.

2. A acumulação originária refaz no seu traçado fundamental o processo que conduziu “*extratores de mais-valor fundiários e capitalistas ao poder*”³¹¹. O Estado, por assim dizer, foi necessário para a criação da “*sociedade de lobos*”³¹², fornecendo a esta mesma sociedade civil burguesa o “material humano” apto e livre para ser explorado e que permitiu o enriquecimento e o crescimento do poder que possibilitou esta mesma “sociedade de lobos” a dominar o próprio Estado. Marx reconhece que este processo que leva extratores de mais-valor ao poder é extenso, e ele próprio assiste a uma mudança no poder de Estado, a saber, sua transição do Estado mercantil-absolutista ao Estado burguês-republicano, e que faz com que sejam agentes da acumulação originária “o soberano e o Estado”³¹³. A mudança de forma e estrutura por que passa o Estado não mudaria suas relações? E, mais especificamente, não mudaria sua relação com os capitalistas? O próprio Marx indica uma mudança de métodos. No período absolutista, que corresponde ao período de gênese histórica do capitalismo, a tônica da relação é o uso do “*poder do Estado, a violência organizada e concentrada sociedade, para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção em capitalista e para abreviar a transição*”³¹⁴. Na forma do Estado republicano que a sucede é “*o sistema de crédito público*” e as “*dívidas do Estado*” que se tornam alavancas de acumulação, de modo que, como diz Marx, “*a dívida pública torna-se uma das mais enérgicas alavancas da acumulação originárias*”³¹⁵. Tudo isto nos aponta para uma relação entre trabalho e capital. Em um primeiro momento o estado parece “*constituir*” o capital, em um segundo momento o capital parece ter “*subordinado a si*” o Estado. Contudo não podemos nos esquecer de que ao determinar os limites da jornada de trabalho, o mesmo Estado nos aparecer como um “*árbitro*”. Há muitos fios, mas eles não formam um tecido.

3. É manifesto que há uma lacuna no edifício teórico de Marx. Sua “*teoria do Estado*”, embora seja passível de uma reconstrução – em curso – é, para dizer o mínimo,

³¹¹ K, I, p. 751, C, I, p.268.

³¹² Koselleck, 1999.

³¹³ K, I, p. 770; C, I, p.280.

³¹⁴ “A violência é a parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica” (K, I, p.770; C, I, 2, p. 280).

³¹⁵ K, I, p. 782; C, I, 2, p. 288.

inconclusa. Como Rosdolsky demonstrou com clareza, a estrutura original da obra de Marx se pretendia ainda mais extensa do que o projeto dos três livros. O Estado seria tema exclusivo de um dos tomos do projeto original. Também no fragmento da *Introdução [à Crítica da Economia Política]* vemos na divisão da matéria de que deveria constar a obra o terceiro tópico aparecer como “*a concentração da sociedade burguesa na forma do Estado*”³¹⁶. Um estudo *crítico* das formas de Estado, pensamos, deveria seguir os passos da *crítica*, deveria seguir os passos de uma reconstituição das categorias fundamentais com as quais trabalham os clássicos da teoria do Estado, portanto, tal como feito na circulação simples, deveria receber criticamente e reelaborar a teoria ao nível dos clássicos, apontar nesta seus limites, e as possibilidades de sua superação. Esta etapa fundamental da *crítica* não foi levada a efeito. O Estado como tal, ou “*considerado na sua relação consigo próprio*”, não foi apreendido nem positiva nem negativamente.

4. A geração de filósofos imediatamente anterior a Marx percebeu pela primeira vez a dificuldade moderna para se estabelecer com *necessidade* um começo para a filosofia. Esta dificuldade do começo era completada por uma desconfiança em toda antecipação – que lança um olhar de suspeição a toda forma de *prefaci*ar ou *introduzir* o conteúdo – como se fosse possível antes da ciência esclarecer algo sobre o conteúdo estudado. Seria impossível apresentar de modo exterior os resultados de uma ciência, antes suas categorias deveriam ser *derivadas*, desde as mais vazias até as mais plenas, e seria ainda necessário mostrar a *necessidade* de sua ligação entre si. Para este método, que se pretende fiel à natureza do conteúdo, toda antecipação apenas pode perturbar o desenvolvimento da matéria. Estamos convencidos de que, ao menos no que diz respeito à relação entre Estado e sociedade burguesa, a recepção ao pensamento de Marx justifica a desconfiança que o próprio autor compartilhava com suas fontes filosóficas. Marx, como nos informa o *Prefácio de Para a Crítica da Economia Política*, suprimiu a *Introdução [à Crítica da Economia Política]* justamente por lhe parecer “*que toda antecipação perturbaria os resultados ainda por provar*”. Os resultados não poderiam ser expostos antes do desenvolvimento da ciência.

Ao caráter lacunar da teoria marxiana do Estado procurou-se fazer frente, no mais das vezes, com o recurso ao *Prefácio de Para a Crítica da Economia Política*. Este

³¹⁶ “*Zusammenfassung der Bürgerlichen Gesellschaft in der Form des Staats*. (G, p. 28-9).

prefácio – caracterizado pelo próprio autor como um “*esboço sobre seu itinerário de estudos no campo da Economia Política*” – acaba por se tornar célebre justamente pela metáfora empregada por Marx com o intuito de relacionar “*relações jurídicas*” e “*relações materiais da vida*”. As últimas formariam a “*estrutura*” (*Struktur*) ou “*base real*” (*reale Basis*) sobre a qual se constituiria “*uma superestrutura jurídica e política*” (*ein juristischer und politischer Überbau*). A metáfora da estrutura e da superestrutura apresenta a relação entre Estado e sociedade, ou se se prefere, entre “*consciência e produção*”, como sendo de justaposição de uma sobre a outra. Os termos que especificam a relação são “*condicionar*” (*bedingen*) e “*determinar*” (*bestimmen*). Há uma relação tal que: há dois relatos, uma base e uma superestrutura que sobre esta se assenta, a base determina ou condiciona superestrutura. A metáfora, nos parece, permite exíguo movimento e nada diz da “*determinação recíproca*” dos dois relatos, e nem tampouco de seu “*mútuo condicionamento*”. Tudo se passaria como se a determinação e o condicionamento operassem por uma via de mão única, sem que o determinante fosse ele mesmo determinado por sua ação sobre *seu outro*.

5. A metáfora estrutural nos parece pouco dinâmica e insuficiente, ao menos como exposta no *Prefácio*, para descrever todas as implicações da relação entre estes “entes”. Basta que nos lembremos da relação entre capital e trabalho para que nos convençamos de que Marx opera a partir de uma *lógica de relação* mais transitiva do que esta que aparece na metáfora, lá vimos (Cf. Capítulo 2 da presente tese, seção II, p. 56) que cada relato “*tem sua própria determinação só na sua relação ao outro*” e que ambos se condicionam mutuamente, mesmo que haja *poder* de um sobre o outro. E ainda que se admita aqui uma determinação e condicionamento unilateral, resta incerto o que seriam, precisamente, esta “*determinação*” e esse “*condicionamento*”, isto é, os termos não portam sentidos auto-evidentes, antes são os mais gerais possíveis. Surpreende que mesmo em meio a tantas dificuldades toda uma *metafísica histórica* foi construída tendo este esquema “*formulado em poucas palavras*”³¹⁷ como fundamento. Na hipérbole do materialismo histórico valeria como lei histórica geral que a dimensão econômica seria sempre e necessariamente predominante na história, o que Marx refuta na nota 33 do primeiro capítulo de *O Capital*. Marx desautoriza a transformação do esquema estrutural em uma explicação válida para

³¹⁷ *Para a Crítica*, p. 52.

todos os casos e momentos históricos. Essa determinação e condicionamento seriam corretos para descrever o mundo capitalista, onde o que domina é a dimensão da riqueza material, mas não vale como explicação geral para a história, que pode encontrar distintos princípios de determinação, como o religioso ou o político. Ao menos sabemos que Marx desautorizou a transformação deste esquema em lei geral da história e aproximou essa hipérbole de uma quixotada. O problema segue sem solução, embora haja elementos da teoria d'*O Capital* que podem ser desenvolvidos na tentativa e na tarefa de uma reconstrução da teoria marxiana do Estado, ou da relação entre sociedade burguesa e Estado. Contudo, categorias meramente econômicas não são suficientes para acessar o tema do Estado. E mesmo uma derivação das categorias a partir da teoria de *O Capital* seria ainda apenas uma etapa da tarefa, ainda que fundamental.

6. O fio condutor desta tarefa deve ser a tendência imanente ao capital de “*subordinar a si todas as condições de sua produção e reprodução*”³¹⁸. Subordinação nos remete imediatamente ao caráter processual da relação, e basta-nos recordar a subordinação formal do trabalho ao capital para nos convencer de que a subordinação é um processo estendido no tempo. O exemplo da subordinação formal mostra que no processo de subordinação há *ação recíproca*, uma vez que aquele que é subordinado, no caso o trabalho, também *age* sobre aquele que subordina. Na luta em torno das *barreiras* da jornada de trabalho há condicionamento e determinação recíproca, embora haja assimetria de *poder*, mas o trabalho que é subordinado também *age* e impõe derrotas à sede vampiresca do capital, e consegue um *limite* ao sobre-trabalho. Marx utiliza a terminologia da *subordinação* para falar dos termos da relação, embora, é preciso que se diga, não o faça de modo sistemático e detalhado. De um lado, o capital chega a ser uma totalidade por “*subordinar a si a sociedade*”³¹⁹, e pensamos que os *Grundrisse* estão se referindo à subordinação da força produtiva social ao capital, por meio da subordinação formal e real do trabalho ao capital. Esta subordinação faculta ao capital o poder de criar “*órgãos*” que lhe faltem, isto é, órgãos são criados na sociedade a partir do capital. De outro lado, Marx fala nos *Grundrisse* sobre “*a subordinação do aparelho estatal ao capital*”³²⁰. Este processo é aquele narrado no capítulo 24 do Livro I de *O Capital*. Marx o sintetiza por

³¹⁸ G. p. 661.

³¹⁹ G. p. 189.

³²⁰ G. p. 628.

meio de uma nova metáfora teológica. Nos começos de sua relação com os Estados europeus o capital “era o ‘*deus estranho*’ que se colocava sobre o altar ao lado dos velhos ídolos da Europa e que, um belo dia, com um empurrão e um chute, jogou-os todos por terra. Proclamou a extração de mais-valor como finalidade última e única da humanidade”³²¹. Marx estiliza aqui a dominação do capital sobre os valores modernos do Ocidente (autonomia, liberdade, etc.) como a chegada de Paulo apóstolo à Atenas narrada no Capítulo 17 dos *Atos dos Apóstolos*. O artifício de Paulo, a figuração do cristo como o “*deus desconhecido*”, que fez do cristianismo uma religião extra-judaica, por assim dizer, uma religião não mais tribal ou nacional, antes uma religião universal ou do homem em abstrato, é correlato do poder que o capital assume ao se tornar o modo geral da produção e manutenção da vida. Como uma pequena seita local que se torna a religião mundial, o capital converte a si os valores ou os “*velhos ídolos da Europa*” e faz de seu modo de ser o modo de viver de toda a humanidade. Daí que “à medida então que a forma mercadoria se alastra por todos os seguimentos da vida, a sociabilidade tende a se articular toda ela pela mediação das coisas que mobilizam as pessoas a se relacionarem”³²². A lógica da valorização do valor, surgida nos estertores da sociedade medieval, era o objetivo de vida de uma fração social, uma pequena “*sociedade de lobos*”. Era uma novidade histórica, daí a referência ao “*deus estranho*” na estratégia de pregação de Paulo no Panteão de Atenas. A lógica da valorização era a princípio apenas um objetivo e fim entre outros, mas que se tornou fim último e único da humanidade. Contudo, aqui estamos diante dos *resultados* da subordinação, não de seu *processo*.

7. Damos ênfase na *relação de subordinação* em detrimento do esquema da estrutura, mas não nos passa despercebido o caráter insuficiente da opção. O que deveria colocar em termos precisos em que consiste a subordinação seria justamente o “*estudo crítico das formas do Estado*”, não realizado, bem como uma reconstituição dos momentos históricos centrais do condicionamento e determinação recíprocos dos pólos da relação. A esta altura já teríamos deixado o *domínio* (*Gebiet*) da Crítica da Economia Política.

VI

³²¹ K, I, p. 782; C, I, 2, p. 228.

³²² Grespan, 2008, p. 37.

O outro específico do capital é o trabalho assalariado em sua nudez. Esta figuração na qual o trabalho se cristaliza na modernidade capitalista não é produto da natureza. Ela é o resultado da dissolução dos modos anteriores de apropriação pelo trabalho, nos quais o fim da produção é o homem [ou alguma representação sua e da humanidade], em oposição ao capitalismo, onde a produção aparece como fim do homem e a riqueza como fim da produção. Na constituição do trabalhador livre – pressuposição e condição histórica do capital – está implicada uma história universal. “*Na fórmula do capital, em que o trabalho vivo se comporta como negativo, não-propriedade*”³²³, ou, como vimos, como não-capital, nesta fórmula sintética que é o conceito de capital, estão pressupostos que: i) o trabalhador é não-proprietário fundiário; ii) é não-proprietário do instrumento de trabalho; iii) não-proprietário de seu fundo de trabalho; iv) que ele mesmo não seja rebaixado a instrumento de trabalho. Estas quatro pressuposições são, a um só tempo, *condições* históricas da relação-capital e seu *resultado* imediato. O processo histórico de dissolução do relacionamento imediato entre a população que trabalha e as “condições objetivas de trabalho”, a saber, solo, matéria prima, meio de subsistência, instrumento, dinheiro, etc. esse mesmo processo que divorciou o trabalho de suas condições objetivas, de outro ponto de vista, liberou as condições objetivas do trabalho, as tornou alheias e autônomas, como capital³²⁴.

VII

O “*rebatismo*” de Marx em suas fontes filosóficas imediatas implica também no reconhecimento dos limites ou das condições que seu próprio tempo impõe a seu pensamento. Sua filosofia da história, que é inegavelmente uma filosofia do progresso, invoca a pergunta pelo futuro histórico. Dentro deste quadro referencial “*o socialismo não aparecia como mero ideal, mas sim como uma fase necessária do desenvolvimento da humanidade, em direção à qual a história tende*”³²⁵. Embora tais ideias estejam presentes em *O Capital* apenas como um “*bastidor*”, para usar uma expressão de Marcos Müller, elas são o fundamento do “*flerte*” da teoria com o ideário da “*auto-supressão do capitalismo*” ou

³²³ G, p. 398.

³²⁴ G, p. 403-4.

³²⁵ Rosdolsky, 2001, p. 345.

de uma passagem inevitável e *necessária* ao socialismo, ideias com as quais Marx não se compromete até o final, como demonstra a tese de Grespan, mas com as quais esteve inegavelmente ocupado³²⁶. O aspecto crítico deste ideário está expresso na determinação de que todas as formações sociais são históricas e, portanto, sujeitas a mudanças e a sua substituição por novas formas de organização da produção e da sociedade. Ao pensar as formações históricas e sociais no fluxo de seu movimento, tal ideário é antípoda do modo burguês de pensar, anistórico por natureza, pois tal modo de pensar absolutiza sua própria época e faz dos limites desta época o horizonte histórico de toda a humanidade, assim como produz a *aparência* de que o homem burguês é o homem como tal, de que a liberdade burguesa seja liberdade *sans phrase*. Ao contrário do modo burguês de pensar, que apenas “*apreende o existente positivamente*”, a crítica de Marx não se detém unicamente nesta dimensão do fenômeno, antes “*apreende-o igualmente por seu lado negativo ou apreende negativamente o fenômeno*”, e desvenda sua relatividade, o caráter histórico e transitório de cada época.

VIII

Se a passagem ao socialismo pudesse ser fruto de leis inexoráveis da história em seu progresso predeterminado, toda política revolucionária seria, no limite, supérflua. O que está implícito na filosofia da história que anima a análise marxiana é que “os *homens fazem sua própria história*”, muito embora “*não a fazem como querem; não a fazem sobre circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado*”³²⁷. Portanto o curso histórico, que para Marx é cumulativo e progressivo, é resultado tão somente da ação humana, ainda quando os resultados desta ação se lhes apareça invertido, ou que processos que determinam tal ação se tornem automáticos. Na linguagem de *Para a Crítica da Economia Política* é a “*humanidade*” que se propõe “*tarefas históricas*”, mas só propõe tarefas históricas para as quais pode oferecer a partir de si as respostas. Portanto, embora não haja “*metamorfose*

³²⁶ “Se, por um lado, as fases pré-burguesas se apresentam como supostos *puramente históricos*, ou seja, suspensos, por outro lado, as condições atuais da produção se apresentam como *suspendendo-se a si mesmas* e portanto como pondo os *supostos históricos* para um novo ordenamento da sociedade” (G, 365, grifos do autor).

³²⁷ *O 18 brumário de Luis Bonaparte*, p. 21.

pacífica” de um modo de produção a outro, as “*respostas*” ou as condições para que a sociedade encontre as respostas exigidas por seu tempo histórico devem estar todas disponíveis no modo de produção atual e que se pretende superar. Esse é o verdadeiro sentido da transição. Caso seja entendida como uma “*escatologia histórica*” perde todo seu caráter *crítico* e seu poder explicativo para o passado e para o presente. O socialismo se oferece a Marx como solução histórica para os desafios do capitalismo porque suas condições decorrem do desenvolvimento capitalista. O socialismo é *possível* porque suas condições já se encontram presentes, embora ocultas, na sociedade atual, ou como diz o próprio Marx em uma anotação dos *Grundrisse*: “*se a sociedade tal qual é não contivesse ocultas as condições materiais de produção e circulação para uma sociedade sem classes, todas as tentativas de fazê-la eclodir seriam outras tantas quixotadas*”. A passagem para o socialismo é *possível* por suas condições estarem postas pela sociedade moderna, mas nem por isso ela é algo de *necessário* ou pré-determinado. Ela é resultado de um *projeto* e de uma *resolução de agir*.

IX

“*A crise econômica está diante da porta, atrás dela está uma sombra, a próxima guerra*”³²⁸. Esta frase empalideceu? Ou talvez seja melhor aprendermos que “*o ‘estado de exceção em que vivemos é na verdade a regra geral*”³²⁹? E de que já não há distinção entre guerra e paz ou entre “*agora*” e a próxima guerra ou entre civilização e barbárie? Nos momentos de crise, civilização e barbárie capitalista coincidem, existem no mesmo tempo e na mesma relação.

Nosso “*agora*” segue sob o “*perigo*” de que nossos esforços por construir um futuro deságüem nas águas caudalosas do progresso, “*considerado como uma norma histórica*” e que vista e narrada do ponto de vista do vencedor, fará não apenas de nossa ação, mas igualmente da tradição sob cujos ombros nos erguemos para agir, uma etapa necessária pela qual foi preciso passar para erigir o futuro, ou para que este pudesse passar de potência a ato. Não seria a instrumentalização de nossa ação um preço alto demais a se pagar pelo compromisso com este ideário do futuro e do progresso? Tanto mais quando se sabe “que

³²⁸ Benjamim (*Experiência e Pobreza*, p.119).

³²⁹ *Sobre o conceito da História*, tese 8.

também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer” e mais, que esse inimigo não tem cessado de vencer “³³⁰.

Abster-se de agir não é resposta à altura para o que reclama a história. Por isso é preciso outro móbil para *o agir* que não aquele de “*salvar gerações futuras*”, pois estamos convencidos de que toda ação orientada no sentido deste futuro pode ser substituída pelo consumo ou por sua promessa, realimentado todo o processo. É preciso re-valorizar a caracterização de Marx da “*classe combatente e oprimida [...] como a última classe escravizada, como a classe vingadora que consoma a tarefa de libertação em nome da geração de derrotados*” ³³¹. Pois apenas esta possibilidade de um luta revolucionária que tem no passado oprimido seu móbil pode re-armar a classe do “ódio” e do “espírito de sacrifício”. *É preciso arrancar esperança ao passado*[!]

³³⁰ *Sobre o conceito da História*, tese 6.

³³¹ *Sobre o conceito da História*, tese 12.

Bibliografia Consultada

1 – Obras de Marx:

MARX, Karl. *Das Kapital*, Marx-Engels Werke. Berlim: Dietz Verlag, 1962.

_____ *Ökonomische Manuskripte 1863-1867*, MEGA, II, 4.1 Berlim: Dietz Verlag, 1988.

_____ *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie*. Marx-Engels Werke, Berlim, Dietz Verlag, 1974.

1.1 - Traduções:

MARX, Karl. *O Capital*. Vols I, II e III, tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, São Paulo, Abril Cultural, 1984.

_____ *O Método da Economia Política. Terceira parte: Introdução [À Crítica da Economia Política]*. Tradução de Fausto Castilho, in *Crítica Marxista*, n° 30, São Paulo, Editora da UNESP, 2010.

_____ *Salário Preço e Lucro*. Tradução: Sílvio D. Chagas, São Paulo, Centauro, 2005.

_____ *Capítulo VI Inédito de O Capital*. Sílvio D. Chagas, São Paulo, Editora Moraes, 1984.

_____ *Grundrisse*. Tradução Mario Duayer e Nélio Schneider, São Paulo, Boitempo Editorial, 2011.

_____ *Glosas Marginales al Tratado de Economia Política de Adolph Wagner*. In *Ensaio Sobre la Teoría del Valor*. Mexico: Fundo de Cultura Económica, 1976.

_____ *Formas que Precedem a Produção Capitalista*, anexo a *Marx: Vida e Obra*. Tradução de Luciano Codato. Porto Alegre: L&PM, 2000.

_____ *O manifesto do Partido Comunista*. Trad. Klaus Von Puschen, São Paulo, Centauro, 2006.

_____ *Trabalho Assalariado e Capital*. Trad. Olinto Beckerman. São Paulo, Global, 1987.

_____ *O 18 Brumário de Luis Bonaparte e Cartas a Kugelmann*. Trad. Leandro Konder. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

2 – Obras de Hegel

- HEGEL, G.W.F.** *Wissenschaft der Logik*, I e II, vol. 5 e 6. Frankfurt: Suhrkamp, 1986.
- _____ *Ciencia de la Logica*. Traducción por Augusta y Rodolfo Mondolfo, Buenos Aires: Solar Hachette, 1976.
- _____ *Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito ou Direito Natural e Ciência do Estado no Traçado Fundamental*. Tradução, Apresentação e Notas por Marcos Lutz Müller. *Coleção Clássicos da Filosofia*. Campinas: IFCH – Unicamp, 2004.
- _____ *Fenomenologia do Espírito*, trad. de Paulo Meneses, Petrópolis: Vozes, 1992.
- _____ *Enzyklopädie der Philosophischen Wissenschaften im Grundrisse, Gesammelte Werke, Band 20*, Felix Maener Verlag, Hamburg, 1992.
- _____ *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*, Vol. I A Ciência da Lógica, tradução de Paulo Meneses, São Paulo, Loyola, 2005.

2 - Comentadores

- ARTHUR C.** *The Myth of Simple Commodity Production*.
<http://www.marxmyths.org/chris-arthur/index.php#mythscp>.
- ÁZARA, H. O.** *A circulação simples como epiderme da experiência capitalista*, Dissertação de mestrado, Campinas: IFCH da Unicamp, 2007.
- BIANCHI, M.** *La teoria del valore dai classici a Marx*. Bari, Laterza, 1972.
- BIDET, J.** *Explication et Reconstruction du capital*, Press Universitaires de France, 2004.
- _____. “Notas para um Marx filósofo: 50 anos depois de Merleau-Ponty e de Harold Rosenberg”. In NÓVOA, J. (org.), *Incontornável Marx*, Salvador: EDUFBA/ São Paulo: Ed. UNESP, 2007.
- BELLUZZO, L. G.** *Valor e Capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- BENJAMIM, W.** – *Obras Escolhidas*. Trad. Sergio Paulo Ruanet, São Paulo, Brasiliense, 2008.
- BERNARDO, J.** *Marx crítico de Marx*, Porto, Afrontamento, 1977.
- CARCANHOLO, R.** *Capital: Essência e Aparência*, vol 1. São Paulo, Expressão Popular, 2011.
- CHESNAIS, F.** *A finança mundializada*. Trad. Rosa Marques e Paulo Nakatani. São Paulo, Boitempo Editorial. 2005.
- COLLETTI, L.** *Il Marxismo e Hegel*. Bari: Ed. Laterza, 1969.
- COUTINHO, L.** *Notas sobre o problema da transformação*, in Estudos CEBRAP, nº 9, p.7, 1974.
- COUTINHO, M.** *Lições de Economia Política Clássica*. São Paulo: Hucitec, 1995.

- _____ Marx: Notas sobre a Teoria do Capital. São Paulo: Hucitec, 1997.
- DUSSEL, E.** *La Peoducción Teórica de Marx: Un comentário a los Grundrisse*. México, Siglo Veintiuno, 1998. 3ª Ed.
- _____ *Semejanzas de Estructuras de la Logica de Hegel y El Capital de Marx*. In Revista Reflexão, Campinas: PUCCAMP, 1985.
- DOBB, M.** *El Capital de Marx y su Lugar en el Pensamiento Economico*. In *Estudios sobre El Capital*. Organizacion Maurice Dobb. Mexico: Siglo Veintiuno, 1977.
- FAUSTO, R.** *Marx: Lógica e Política. Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomos I e II. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- _____ *Marx: Lógica e Política. Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III. São Paulo: Editora 34, 2002.
- _____ *Dialética Marxista, Dialética Hegeliana: A Produção Capitalista como Circulação Simples*. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- GERAS, N.** *Essência e aparência na análise da mercadoria em Marx*. In *Sociologia: para ler os clássicos*, org. Gabriel Cohn. São Paulo, Azougue editorial, 2007.
- GIANNOTTI, J.A.** "Notas para uma análise metodológica de 'O Capital'". São Paulo: *Revista Brasiliense*; no.29, 1960.
- _____ *Origens da Dialética do Trabalho*, São Paulo: Difusão Européia do livro, 1966.
- _____ *Trabalho e Reflexão: Ensaio para uma Dialética da Sociabilidade*, São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____ *Marx: Vida e Obra*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2000.
- _____ *Certa Herança Marxista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- GRESPLAN, J.L.** *O Negativo do Capital – O Conceito de Crise na Crítica de Marx à Economia Política*. São Paulo: Editora Hucitec/FAPESP, 1999.
- _____ *A Crise na Crítica da Economia Política*, in *Crítica Marxista*. N°10, São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- _____ *Marx, Crítico da Teoria Clássica do Valor*, in *Crítica Marxista*. N°12, São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.
- _____ *A Dialética do Avesso*, in *Crítica Marxista*. N°14, São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- _____ "Desmedida e Imprevisibilidade na dialética de Marx". In *Biblioteca virtual CLACSO*, disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cuba/if/marx/documentos/22/Desmedida%20e%20imprevisibilidade%20na%20....pdf>, consultado em 26/02/2012.
- _____ *A crise de sobreacumulação*, in *Crítica Marxista*, nº29, São Paulo, Editora da Unesp, p.11-17. 2009.
- _____ *Marx*. São Paulo, Publifolha, 2008.

- HAUG, W. F.** (Herausgeber) *Historisch-Kritisches Wörterbuch des Marxismus*. Band, I, IV, VII. Hamburg, Argument Verlag, 1999.
- KONDER, L.** Em Torno de Marx. São Paulo, Boitempo editorial, 2010.
- PIENTRANERA, G.** *La Estructura Logica de El Capital*. In *Estudios sobre El Capital*. Organizacion Maurice Dobb. Mexico: Siglo Veintiuno, 1977.
- LUKÁCS, G.** *História e Consciencia de Classe*. Trad. Rodnei Nascimento, São Paulo, Matrins Fontes, 2003.
- LUXEMBURGO, R.** *A Acumulação de Capital*. São Paulo, Nova Cultural, 1985.
 _____ *Introdução à Economia Política*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.
- MAGALHÃES, F.** 10 Lições sobre Marx. Petrópolis, Vozes, 2009.
- MANDEL, E.** *El Capital: Cien años de Controversias*. Traducción de Adriana Sandoval, Stella Mastrangelo y Marti Soler, Mexico, D.F.: Siglo Veintiuno, 1985.
 _____ *Tratado de economia Marxista*, edições Era, Mexico, 1969.
- MELLO, J.M; NOVAES, F.** *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*, São Paulo, Editora da Unesp. 2009.
- MEEK R.L.** *Economia e Ideologia*. Trad. Raul Julgmann, Zahar editores, Rio de Janeiro, 1971
- MÉSZÁROS, I.** *A crise estrutural do capital*. Trad. Francisco Raul Cornejo, São Paulo, Boitempo, 2011.
 _____ *A crise estrutural do capital*, in Outubro, São Paulo, Xamã, Nº 4, 2000.
- MÜLLER, M.L.** *Exposição e Método Dialético em "O Capital"*. Boletim SEAF Nº2, Belo Horizonte, 1982.
 _____ *A GÊNESE conceitual do estado Ético*. Revista de Filosofia Política – Nova Série, RS, v.2, p.9-38, 1998.
- MOVIA, G.** *Über den Anfang der Hegelschen Logik*, in *Wissenschaft der Logik*, Herausgegeben von Anton Koch und Friedrike Schick. Akademie Verlag, 2002.
- NAKAMURA, E.Z.C.** *Crítica à lei de apropriação capitalista = a acumulação do capital e sua zona de anomia*. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp. 2010.
- NOBRE, M. (ORG)** *Curso Livre de Teoria Crítica*, Campinas, Papirus, 2008.
- PEREIRA, L.C.B.** *Lucro, Acumulação e Crise. A tendência declinante da taxa de lucro reexaminada*. São Paulo, Brasiliense. 1986.
- OLIVEIRA, F.** *Malthus e Marx: falso encanto e dificuldade radical*. Textos NEPO 4, 1985.
 _____ (Org.) *A era da Indeterminação*, São Paulo, Boitempo. 2007.
- RIESER, V.** *La Aparencia del Capitalismo en el Analisis de Marx*. In *Estudios sobre El Capital*. Organizacion Maurice Dobb. Mexico: Siglo Veintiuno, 1977.

- ROBINSON, J.** *Economia Marxista*. Tradução de José Luis Miranda, Rio de Janeiro: ED. Fundo de Cultura, 1960.
- ROSDOLSKY, R.** *Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx*. Tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2001.
- RUBIN, I. I.** *A Teoria Marxista do Valor*. Tradução de José Bonifácio da S. Amaral Filho, São Paulo: Brasiliense, 1980.
- _____ *Ensaio Sobre a Teoria do Valor em Marx*. Tradução de Helena M. Simões, Via Editora, Lisboa. 1977.
- SAMPAIO JR. P.A.** *Entre a Nação e a Barbárie: os dilemas do capitalismo dependente*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- _____ *Crise e Barbárie*, in *Crítica Marxista*, nº29, São Paulo, Editora da Unesp, p.41-7. 2009.
- TAVARES, M. C.** *Acumulação de Capital e industrialização no Brasil*. Campinas, Unicamp, 1998.
- THEUNISSEN, M.** *Krise der Macht. These zur Theorie des dialektischen Widerspruchs*, in *Hegel-Jahrbuch*. Köln: Paul-Rugenstein Verlag, 1974.
- WHEEN, F.** *La história de El Capital de Karl Marx*. Trad. Carles Mercadal, Buenos Aires, DEBATE, 2007.

3 – Bibliografia secundária

- ARANTES, P. E.** *Extinção*. São Paulo, Boitempo, 2007.
- ARGEL, M; MOURA NETO, H.** (Orgs). *O Vampiro antes de Drácula*. São Paulo: Aleph, 2008.
- BRAVO, G. M.** *Karl Marx*. Milano, Franco Angeli, 1998.
- BRIGGS, A.** *Marx a Londra: La vita quotidiana negli anni dell'esilio*. Roma: Editori Riuniti, 1982.
- COLLIN, D.** *Marx*. Trad. Jaime Clasen, Petrópolis, Vozes, 2008.
- FIORI, J. L.** *O poder global*. São Paulo, Boitempo editorial, 2007.
- KERVÉGAN, J. F.** *Hegel et l'hégélianisme*. Press Universitaires de France, 2005.
- KOSELLECK, R.** *Crítica e Crise*. Trad. Luciana Villas-Boas Castelo-Branco, Rio de Janeiro, Contraponto, 1999.
- HÄNGGLUND, B.** *História da Teologia*. Trad. Mário L. Rehfeldt, Porto Alegre, Concórdia, 1999.
- HOBBS, T.** *O Levitã*. Trad. João Paulo Monteiro. São Paulo, Nova Cultural, 1999.
- KANT, I.** *Crítica da Razão Pura*. Trad. Valério Rhoden. São Paulo, Nova Cultural, 1999.

- LEBRUN, G.** A filosofia e sua história, São Paulo, Cosacnaify, 2007.
- _____ *O que é Poder.* São Paulo, Brasiliense, 1992.
- LOCKE, J.** *Dois Tratados do Governo.* Trad. Júlio Fischer, São Paulo, Martins Fontes, 1998.
- RICARDO, D.** - *Princípios de Economia Política e Tributação.* São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- ROUSSEAU, JJ.** *Discurso sobre a Economia Política e Do Contrato Social.* trad. Maria Constança Peres Pissarra. Petrópolis, Vozes, 1996.
- MACLELLAN, D.** *Karl Marx: La sua vita il suo pensiero.* Milano, Rizzoli, 1976.
- POCHMANN, M.** *Na prática 27 horas de descanso para trabalhadores.* In www.vermelho.org.br, consultado em 24/01/2011.
- STALLYBRASS, P.** *O casaco de Marx.* Trad. Tomas Tadeu, Belo Horizonte, autêntica, 2008.
- SMITH, A.** *A riqueza das nações.* Vol1, Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- TILLICH, P.** *História do Pensamento Cristão.* Trad. Jaci Maraschin, São Paulo, ASTE, 2000.